



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DANIEL DOS SANTOS MACÊDO

**OS NEXOS E NUANCES DO ESPAÇO AGRÁRIO NA MICRORREGIÃO DE
VALENÇA-BA**

**SALVADOR - BAHIA
2024**

DANIEL DOS SANTOS MACÊDO

**OS NEXOS E NUANCES DO ESPAÇO AGRÁRIO NA MICRORREGIÃO DE
VALENÇA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, no nível de mestrado acadêmico, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa 1 - Análise Urbana e Regional

Orientador: Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas

**SALVADOR - BAHIA
2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências e
Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI – UFBA.

M14
1

Macêdo, Daniel dos Santos

Os nexos e nuances do espaço agrário na microrregião de
Valença - BA. / Daniel dos Santos Macêdo. – Salvador, 2024.

192 f.

Orientador: Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Da Bahia,
Instituto de Geociências, 2024.

1. Agricultura. 2. Estrutura agrária. I. Caldas, Alcides dos
Santos. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU 338.431



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ATA DA SESSÃO DE DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DANIEL DOS SANTOS MACÊDO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.

No dia 18 de março de 2024, às 09h, por meio de plataforma de reunião RNP, reuniu-se a banca examinadora composta pelos Professores Dr. **Alcides dos Santos Caldas** (Orientador - Presidente da Banca Julgadora), **Ednice de Oliveira Fontes Baitz** (UNEB) e **Hyngrid Inácio de Freitas** (IFBA) para julgamento da **Dissertação de Mestrado** de autoria de **Daniel dos Santos Macêdo**, intitulada "OS NEXOS E NUANCES DO ESPAÇO AGRÁRIO NA MICRORREGIÃO DE VALENÇA-BAHIA" O Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas, representando o Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Prof. Dr. Luis Paulo Batista da Silva, abriu a sessão cumprimentando o Candidato e os Membros da Banca Examinadora, esclarecendo o caráter do evento e as normas correspondentes. A seguir, foi concedida a palavra ao autor do trabalho que apresentou a dissertação em 50 (cinquenta minutos). Após a apresentação, os membros da referida Banca Examinadora, cada um, arguiu o autor e, novamente, a palavra foi concedida ao mestrando que apresentou as respostas aos questionamentos. Após as considerações, os membros da banca emitiram seus respectivos pareceres: Alcides dos Saltos Caldas aprovado, Ednice de Oliveira Fontes Baitz, aprovado, Hyngrid Inácio de Freitas, aprovado. Ao final o mestrando recebeu a menção aprovado por todos os membros da Banca Examinadora. Para registro e finalidades legais, foi lavrada a presente ata. Salvador, 18 de março de 2024. //

Documento assinado digitalmente
ALCIDES DOS SANTOS CALDAS
Data: 23/04/2024 14:55:47-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Alcides dos Santos Caldas (orientador/UFBA)

Documento assinado digitalmente
EDNICE DE OLIVEIRA FONTES BAITZ
Data: 23/04/2024 18:02:39-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Ednice de Oliveira Fontes Baitz (UNEB)

Documento assinado digitalmente
HINGRID INACIO DE FREITAS
Data: 24/04/2024 13:33:35-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Hyngrid Inácio de Freitas (IFBA)

À vó Santila (*in memoriam*), dona de poucas, mas tutora de todas as minhas primeiras letras, mesmo que delas eu tenha tentado escapar saltando por sua janela para ganhar o mundo do quilombo Garcia.

Ao meu irmão Renatinho, para que saiba que os sonhos se concretizam, mesmo quando estamos imersos na hercúlea tarefa de transformá-los em objetivos.

A nós, povo do Baixo Sul.

A GRADECIMENTOS

Eis-me aqui, no exercício de expressar minha gratidão na tentativa de cristalizar em palavras o apreço que nutro por este trabalho e todos que, de algum modo, contribuíram para tanto. Almejo que, de alguma maneira, essa contribuição possa auxiliar no entendimento dessa enigmática região. Sinto-me ainda mais à vontade ao escrever estas linhas, pois penso que talvez esta parte jamais seja lida ou passe despercebida pelos eventuais olhares pesquisantes que venham a explorá-la. No entanto, é com grande prazer e um sentimento de plenitude que expesso minha gratidão. Assim, coloco-me aqui na atípica posição e já anuncio que não serei tão breve como de costume.

Ao concluir cada etapa, volto meus olhos ao início da estrada que escolhi trilhar. Nesse contexto, expesso minha sincera gratidão à professora Tereza Torezani, cuja sensibilidade e acolhimento foram determinantes para que minha escolha permanecesse na Geografia, graças ao seu grandioso gesto que guardo com carinho e que se converteu para que eu não desistisse ainda nos primeiros passos da graduação.

À minha mãe, Ana, agradeço pela confiança incondicional e apoio irrestrito às minhas decisões. Não apenas foi a maior incentivadora desta pesquisa, mas também é a principal agente de fomento de todas as minhas escolhas, mesmo quando eu mesmo nutria dúvidas.

À minha amiga/irmã, Sarah, um dos mais gratos encontros nas trilhas da Geografia, desde nossas aventuras em Salobrinho até a parceria nas atividades pelos mares e campos baianos. Agradeço especialmente pela certeza de que nossos caminhos se encontrarão fraternamente, independentemente para onde a Geografia e os destinos da vida nos conduzam.

Ao professor Alcides, um cidadão do Baixo Sul, e, assim sendo, dedicado às enigmáticas questões desse pedaço da Bahia, agradeço pela paciência, receptividade e confiança dedicadas ao desafio de me orientar nesta pesquisa.

À professora Ednice, que me acompanha desde a graduação, passando pelas iniciações científicas, trabalho de conclusão de curso e contribuições fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação.

À professora Hingryd, minha primeira referência quando firmei opção e recuperei o sentido e significado pelo nicho da Geografia Agrária em sua espacialidade sul-baiana, agradeço e sinto-me honrado pelas cruciais contribuições ao desenvolvimento deste trabalho.

As colegas do POSGEO, Aila e Nataly, fundamentais em minha trajetória acadêmica. Aila e eu tivemos nossos caminhos cruzados ainda nas trilhas do movimento estudantil baiano de Geografia, nas calorosas assembleias para composição da nossa Coordenação Executiva Baiana dos Estudantes de Geografia e na construção dos Encontros Baianos de Estudantes de Geografia. Nataly, colega de turma e confidente das aflições no íterim do tempestuoso processo de amadurecimento na pós-graduação, também desempenhou um papel significativo em minha jornada.

Ao meu querido amigo Ítalo, poesia em pessoa, revolucionário no meu costume de se ater à poesia dos lugares. Um dos encontros mais gratificantes desse íterim soteropolitano, ao qual sou grato pela companhia e nos meandros da vida, pela inspiração e tranquilidade para segui-la com serenidade.

Aos amigos de casa, Breno, Caio e Gil, que tornaram essa jornada em Salvador mais agradável e descontraída, agradeço pela companhia e amizade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo financiamento deste projeto, e a todos que lutam e defendem a coisa pública, manifesto minha gratidão, edificadas desde minha *alma mater*, a Universidade Estadual de Cruz - UESC, à Universidade Federal da Bahia - UFBA, que me proporciona esta formação, e, sobretudo, ao Sistema Único de Saúde - SUS, ao qual devo minha eterna gratidão e vida em todas as novas oportunidades diárias de exercê-la com plenitude.

A mim, expresso gratidão por não ter desistido desta jornada que em seu recorte espacial e conteúdo se materializa como a própria razão da minha escolha e encantamento pela Geografia em seu fazer técnico, científico e crítico em tudo que nos degenera. A escritura dessa desta pesquisa ocorreu *pari passu* com alguns dos momentos mais difíceis em minha vida. Apesar das questões pessoais desafiadoras que marcaram esse período, faço esta entrega com muita satisfação e alegria.

Assim, reverencio minha ancestralidade pelos fios de coragem que tecem minha jornada e me proporcionaram forças que até então desconhecia. Nos tempos em que fui eco de um naufrago, exausto, mas em reverência à vida, não hesitarei a mergulhar novamente nas ondas do mar. Mesmo que 2023 tenha sido uma tempestade, agora, desenho na terra firme possibilidades, moldadas pelas marcas dessa jornada, esculpida em tempos difíceis. Nesta, em que muitos momentos foram escritos, proporcionando-me refúgio e pensamentos outros, diante dos compromissos impostos pelas circunstâncias da vida.

URGENTEMENTE

É urgente o amor
É urgente um barco no mar

É urgente destruir certas palavras,
ódio, solidão e crueldade,
alguns lamentos, muitas espadas.

É urgente inventar alegria,
multiplicar os beijos, as searas,
é urgente descobrir rosas e rios
e manhãs claras.

Cai o silêncio nos ombros e a luz
impura, até doer.
É urgente o amor, é urgente
permanecer.

Eugénio de Andrade, **As Palavras Interditas**, 1951.

Macêdo, Daniel dos Santos. **Os nexos e nuances do espaço agrário na microrregião de Valença** -BA. Orientador: Alcides dos Santos Caldas. 192 f. il. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

Resumo

Inserida no contexto geográfico mesorregional sul-baiano, o conjunto de municípios que integram a microrregião de Valença apresenta características em seu processo de formação e estruturação que interagem com fenômenos espaciais rurais comuns à conjuntura mesorregional. No entanto, surgem também nessa região processos e conteúdos espaciais que se manifestam com uma concentração peculiar em relação a outros conjuntos. Partimos do pressuposto categórico de espaço e região para compreensão dos fenômenos como ponto de partida da pesquisa. Assim, operacionalizamos o estudo com base em arcabouços metodológicos da análise regional. Apesar de, na atualidade, as pesquisas para esse conjunto geralmente privilegiarem a regionalização funcional elaborada pelo governo da Bahia, na qual nomeia as regiões enquanto Territórios de Identidade, onde a região em questão é nomeada como Território de Identidade Baixo Sul da Bahia. Nesta, compreende-se o território, bem como a identidade dessa como expressões das bases estruturais às quais aqui propõe-se analisar, tendo em vista que o dinamismo do espaço agrário resulta na configuração territorial e de identidade. A pesquisa propõe uma análise estrutural a partir do que está estabelecido e vem se reproduzindo enquanto paradigmas para a produção e reprodução do espaço agrário, considerando tanto os nexos quanto os adventos transformadores e/ou reestruturantes que denominamos como nuances. Comprometidos com o fenômeno, partimos de pressupostos da geografia regional, contextualizando o recorte microrregional com os múltiplos fatores estruturantes. Operacionalizamos a pesquisa por meio da análise de dados secundários sobre produção agrícola e estrutura fundiária, além de atividades de campo participativas e exploratórias. Constatamos que o contexto microrregional interage com o da mesorregião no que diz respeito à cacauicultura, que se impõe comonexo crucial no contexto de análise sul-baiana. No entanto, na microrregião de Valença, onde há uma expressiva presença de um campesinato negro e minifundista, o cultivo de cacau coexiste com outras culturas. Essa dinâmica é uma estratégia dos camponeses diante de sua fragilidade nas relações. Esse dinamismo configura intrinsecamente subsistemas agrícolas perenes, concentrados na microrregião. A inserção desses subsistemas é uma iniciativa tanto da esfera pública quanto do âmbito corporativo da agricultura capitalista. Apesar da interação dentro das unidades camponesas, as culturas apresentam dinâmismos de mercado diferentes. Aquelas de inserção corporativa têm uma dinâmica verticalizada, enquanto as de inserção histórica e institucional pública enfrentam desestruturação, mas se reproduzem com vigor na escala microrregional devido à solidariedade presente nas práticas da agricultura familiar camponesa.

Palavras-chave: Agricultura camponesa; Baixo Sul da Bahia; Questão agrária; estrutura fundiária; reestruturação produtiva.

Macêdo, Daniel dos Santos. **Les structures et nuances de l'espace agraire dans la microrégion de Valença-BA**. Directeur de recherche : Alcides dos Santos Caldas. 192 p. ill. Dissertation (Master en Géographie) – Institut de Géosciences, Université Fédérale de Bahia, Salvador, 2024.

Résumé

Inscrite dans le contexte géographique mésorégional du sud Bahia, l'ensemble des municipalités qui composent la microrégion de Valença présente des caractéristiques dans son processus de formation et de structuration qui interagissent avec des phénomènes spatiaux ruraux communs à la conjoncture mésorégionale. Cependant, des processus et contenus spatiaux émergent également dans cette région, se manifestant avec une concentration particulière par rapport à d'autres ensembles. Nous partons du postulat catégorique de l'espace et de la région pour la compréhension des phénomènes en tant que point de départ de la recherche. Ainsi, nous opérationnalisons l'étude sur la base de cadres méthodologiques de l'analyse régionale. Bien que, de nos jours, les recherches pour cet ensemble privilégient généralement la régionalisation fonctionnelle élaborée par le gouvernement de Bahia, qui nomme les régions en tant que Territoires d'Identité, la région en question étant nommée Territoire d'Identité du Baixo Sul Bahia. Dans celle-ci, le territoire est compris, ainsi que son identité, comme expressions des bases structurelles que nous proposons d'analyser ici, étant donné que le dynamisme de l'espace agraire résulte de la configuration territoriale et de l'identité. La recherche propose une analyse structurelle à partir de ce qui est établi et se reproduit en tant que paradigmes pour la production et la reproduction de l'espace agraire, en tenant compte à la fois des liens et des événements transformateurs et/ou restructurants que nous appelons nuances. Engagés dans le phénomène, nous partons des présupposés de la géographie régionale, contextualisant la découpe microrégionale avec les multiples facteurs structurants. Nous opérationnalisons la recherche par le biais de l'analyse de données secondaires sur la production agricole et la structure foncière, ainsi que d'activités de terrain participatives et exploratoires. Nous constatons que le contexte microrégional interagit avec celui de la mésorégion en ce qui concerne la cacao culture, qui se pose comme un lien crucial dans le contexte de l'analyse du sud Bahia. Cependant, dans la microrégion de Valença, où il y a une présence significative d'un paysan noir et petit exploitant, la culture du cacao coexiste avec d'autres cultures. Cette dynamique est une stratégie des paysans face à leur fragilité dans les relations. Ce dynamisme configure intrinsèquement des sous-systèmes agricoles pérennes, concentrés dans la microrégion. L'insertion de ces sous-systèmes est une initiative à la fois du secteur public et du domaine corporatif de l'agriculture capitaliste. Malgré l'interaction au sein des unités paysannes, les cultures présentent des dynamiques de marché différentes. Celles de l'insertion corporative ont une dynamique verticalisée, tandis que celles de l'insertion historique et institutionnelle publique font face à la désarticulation, mais se reproduisent vigoureusement à l'échelle microrégionale en raison de la solidarité présente dans les pratiques de l'agriculture familiale paysanne.

Mots-clés: Agriculture paysanne; Baixo Sul de Bahia; Question agraire; Structure foncière; Restructuration productive.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da microrregião de Valença (A) Território de Identidade Baixo Sul (B) Costa do Dendê (C)	22
Figura 2 - Organograma da Pesquisa.....	26
Figura 3 – Cartograma de evolução administrativa dos municípios na microrregião de Valença- BA.....	36
Figura 4 - Mapa da dinâmica zonal costeira na microrregião de Valença.....	40
Figura 5- Mapa de Unidades de Conservação na microrregião de Valença	42
Figura 6 – Placas afixadas na RPPN Ouro verde, entre os municípios de Igrapiúna e Ituberá	46
Figura 7– Encarte de apresentação do CIAPRA.....	47
Figura 8 - Mapa síntese do panorama espacial na microrregião de Valença/BA	52
Figura 9- Representações agropecuárias na heráldica dos municípios na área de estudo.....	55
Figura 10- Dinâmica do índice de Gini na microrregião de Valença 1920-2017	78
Figura 11 -Logo Sindicatos Dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Camamu-BA.....	82
Figura 12-A- Sindicato dos Trabalhadores e Talhadoras Rurais B- Sindicato Patronal Rural Camamu,BA.....	83
Figura 13- Ocupação da fazenda Cultrosa por mulheres camponesas do MST em 2013, Camamu, BA	85
Figura 14- Etapas dos projetos de assentamento na região de Valença.....	87
Figura 15 - Ano de criação dos projetos de assentamento na microrregião de Valença.....	86
Figura 16- Mapa do panorama fundiário a partir de dados lançados no CAR	90
Figura 17-Trâmites processuais para titulação de territórios quilombolas no Brasil.....	97
Figura 18 - Panorama de criação de assentamentos e certificação de comunidades quilombolas na microrregião de Valença 1981-2023.....	101
Figura 19-Tradicional torneio da quebra do cacau em Pirai do Norte, BA	114
Figura 20 – Mapa: Regionalizações da cacauicultura baiana.....	125
Figura 21 - Exemplares da produção de chocolate com origem na microrregião de Valença.....	126
Figura 22 - Material de divulgação do programa exposto em seminário promovido no âmbito do programa Cacau Mais	127
Figura 23 - Painel de gerenciamento do programa Cacau Mais na primeira etapa	128
Figura 24 - Seminário do programa cacau mais em Camamu,BA	129
Figura 25 - Sistemas de cultivo da lavoura cacauzeira.....	132
Figura 26- Cartogramas: distribuição da produção de Látex no Brasil e na Bahia -2017.....	138

Figura 27- Biofábrica de plântulas de pupunha – localizada entre os municípios de Camamu e Igrapiúna - 2023.....	140
Figura 28 – Cartogramas: distribuição da produção de palmito no Brasil e na Bahia - 2017.....	142
Figura 29- Cartogramas: distribuição da produção de dendê no Brasil e na Bahia- 2017.....	146
Figura 30 - Áreas cultivadas de Dendê na comunidade quilombola de Graciosa, Taperoá,BA/ A: vista a partir da BA 001 / B: Vista a partir do canal fluviomarinho que corta a comunidade - 2023.....	147
Figura 31: Roldões mecânico e de tração animal.....	148
Figura 32 - Processo de fabricação do azeite de pilão na comunidade quilombola do Pratigi, Camamu, BA - 2023.....	149
Figura 33 - Subsistema de cultivo do Guaraná na comunidade no Brejo Mole, Maraú, BA - 2023.....	150
Figura 34- Cartogramas: dados sobre a produção de guaraná no Brasil e na Bahia.....	151
Figura 35- Ponto alusivo a produção local de guaraná, Taperoá - 2023	153
Figura 36- Cartogramas: dados referentes a produção baiana e brasileira de Cravo-da-Índia - 2017.....	154
Figura 37- Sistematização de produção da cultura do cravo-da-índia na região de Valença	155
Figura 38- Casas de comercialização de produtos agrícolas da região A:Camamu,BA e B: em Ituberá,BA	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dinâmica populacional por situação do domicílio na microrregião de Valença 1970 - 1980 – 1991 – 2000 – 2010 - 2022.....	49
Tabela 2 - Distribuição das escolas da educação básica na microrregião de Valença - 2022...	53
Tabela 3- Escolas em áreas diferenciadas - 2022	54
Tabela 4 - Evolução do índice de Gini na região de Valença 1920- 2017.....	72
Tabela 5 - Estabelecimentos agropecuários por grupo de área na região de Valença.....	88
Tabela 6 - Módulo fiscal nos municípios da microrregião de Valença.....	89
Tabela 7 - Cacaucultura na Bahia: área colhida (ha) e quantidade produzida (t) de Cacau 1987 – 1992- 1997- 2002-2007-2012-2017-2022	111
Tabela 8 - Bahia – ranking dos municípios por número estabelecimentos produtores de cacau - 2017	112
Tabela 9 - Bahia–ranking da quantidade produzida de cacau por município-2017	113
Tabela 10 - Bahia- ranking da produção de Guaraná – 2017.....	152
Tabela 11 - Bahia- ranking da produção de Cravo da Índia – 2017.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Fundação das freguesias na microrregião de Valença	30
Quadro 2– Áreas de proteção ambiental na microrregião de Valença,BA.....	44
Quadro 3 - Atribuições dos ministérios agrários no governo federal	67
Quadro 4- Atribuições das secretarias de estado agrárias no governo da Bahia.....	68
Quadro 5- Faixas de concentração de acordo com o índice de Gini.....	71
Quadro 6 -Projetos de reforma agrária na microrregião de Valença.....	80
Quadro 7 - Etapas de implementação de projetos federais de reforma agrária.....	86
Quadro 8- Comunidades quilombolas certificadas pela FCP na microrregião de Valença	94
Quadro 9 -Títulos expedidos às comunidades quilombolas na região de Valença.....	98
Quadro 10 - Processadoras de borracha natural na microrregião de Valença, BA.....	136

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

AMUBS	Associação dos Municípios do Baixo Sul
APA	Áreas de Proteção Ambiental
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CIAPRA	Consórcio Intermunicipal do Mosaico das APAS do Baixo Sul
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CODETER	Colegiado Territorial do Território Baixo Sul da Bahia
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMARC	Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FAEB	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
FCP	Fundação Cultural Palmares
ICB	Instituto de Cacau da Bahia
IG	Indicação Geográfica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
PMB	Plantações Michelin Bahia
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RPPN	Reservas Particular do Patrimônio Natural
SAICI	Sociedade Anônima Ituberá Comércio e Indústria
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEAGRI Aquicultura	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SNUC	Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação
UC	Unidade de conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	OS CAMINHOS E DELINEAMENTOS DA PESQUISA.....	20
2.1	OBJETIVO GERAL	20
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
2.3	QUESTÕES DE PESQUISA	20
2.4	ÁREA DE ESTUDO	21
2.5	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	25
3	A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NA REGIÃO DE VALENÇA	28
3.1	Os contornos do espaço agrário da região de Valença no sistema colonial	28
3.2	O processo de fragmentação territorial municipal na região de Valença	35
4	DINAMISMO ESPACIAL: POPULAÇÃO E CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL RURAL NA REGIÃO DE VALENÇA-BA	37
4.1	A dinâmica zonal costeira	38
4.2	As “unidades de conservação” e as nuances de apropriação da natureza e governança na região de Valença	41
4.3	População e dinâmica do espaço rural regional	49
4.4	O agrário em debate: expressões e tecituras do rural e a atualidade pensamento geográfico	55
4.5	A (re) existência da agricultura familiar camponesa	62
5	A REGIÃO DE VALENÇA E O NEXO ESTRUTURAL FUNDIÁRIO CONCENTRADO: CONTEXTOS, NUANCES E INTERSEÇÕES.....	70
5.1	Reforma agrária, luta e acesso à terra na região de Valença/BA... 78	78
5.2	A face quilombola enquanto dinâmica atualizante da questão agrária	91
6	A INSERSÃO DA MICRORREGIÃO DE VALENÇA NO NEXO MESORREGIONAL CACAUEIRO	102
6.1	O sul da Bahia frente a crise cacaujeira e os caminhos microrregionais de reestruturação.....	115
6.2	Cacau, chocolate e a nova divisão territorial do trabalho	120
6.3	A região de Valença frente a reestruturação produtiva da cacauicultura baiana.....	126
7	O NEXO MICRORREGIONAL DO SISTEMA POLICULTURAL: NUANCES E ESPACIALIDADES DAS CULTURAS AGRÍCOLAS	130
7.1	O sistema policultural na região de Valença.....	132
7.2	As dimensões horizontais e verticais e o acontecer solidário do sistema agrícola regional.....	134
7.2.1	Dimensões verticais do sistema regional.....	135
7.2.1.1	O subsistema regional da Heveicultura	135
7.2.1.2	O subsistema regional da pupunha	138

7.2.2 As dimensões horizontais do sistema regional	143
7.2.2.1 O subsistema regional da dendeicultura	144
7.2.2.2 O subsistema regional do guaraná	149
7.2.2.3 O subsistema regional do Cravo-da-Índia	153
7.3 O MERCADO LOCAL E OS HORIZONTES POSSÍVEIS PARA AS CULTURAS REGIONAIS	158
8 CONSIDERAÇÕES ES FINAIS	161
9 REFERÊNCIAS.....	167
APÊNDICES	179
ANEXOS.....	187

1 INTRODUÇÃO

Em uma região fortemente marcada pela ruralidade e que se destaca pelo mosaico diverso de atividades agrícolas que se desenvolvem em unidades produtivas com predominância de arranjos baseados na mão de obra familiar. É nesse cenário que temos a formação de uma região com características bastante peculiares e que acabam por se somarem numa sistemática que contribuem para configuração territorial tão característica da região de Valença, tanto em relação ao seu contexto microrregional, quanto em escalas mais amplas.

A microrregião de Valença é composta por 10 municípios, sendo estes: Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença. Esta microrregião é uma espacialidade especialmente dotada de nuances que garantem uma série de arranjos e particularidades em seu espaço agrário. Essas características regionais são sustentadas por um campesinato negro que possui uma estrutura produtiva baseada em policultivos. Apesar destas características, o campesinato e espaço agrário regional, como os de outras regiões, não está distante das investidas do grande capital agrário que se territorializa de maneira intensiva em todo território brasileiro.

Tais características chamam atenção. Dessa maneira, essa dissertação trabalha no sentido de diagnosticar os nexos e nuances responsáveis pela produção e reprodução do espaço agrário na microrregião de Valença, abordagens estas, que ainda são bastante incipientes no contexto microrregional. Há também de se considerar a necessidade de aprofundamento na espacialidade desse campesinato, que dialoga com proposições importantes do ponto de vista, da resiliência dos camponeses e suas unidades de produção em tempos de acirramento do modo de produção capitalista.

Discutir aspectos do espaço agrário na mesorregião sul da Bahia é uma árdua tarefa que requer uma especial atenção para as particularidades e nuances dessa mesorregião que foi ponto de partida para a trajetória colonial de exploração do território brasileiro. Apesar da extensão e mosaico de processos na formação econômica e territorial, essa tem como ponto de interseção para entendimento do seu espaço agrário pós-colonial, a economia cacaueteira. Dinâmica essa, que se estabeleceu alicerçada na exploração do trabalho num modelo de produção monocultor e fortemente marcado pela concentração fundiária, econômica e política nas mãos coronelistas.

A origem da unidade mesorregional instituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, como sul da Bahia, resulta da soma de grande parte do que no período colonial foram as capitanias hereditárias de Porto Seguro e São Jorge dos Ilhéus. Essa mesorregião, se desdobra em três microrregiões – Ilhéus Itabuna, Porto Seguro e Valença, sendo esta última, a divisão selecionada como área de estudo para esta pesquisa em função das especificidades nos arranjos e culturas agrícolas produzidas no espaço agrário da microrregião, que também interagem com a dinâmica cacaeira.

Esta pesquisa justifica-se, então, pela importância de compreensão dos processos que convergem para estruturação do espaço agrário na microrregião de Valença na Bahia, com características tão singulares no âmbito produtivo e de reprodução espacial rural. Para tanto, a presente pesquisa se guia na busca por uma leitura estrutural baseada em nexos e nuances, que atuam enquanto fenômenos basilares para a produção e reprodução de um espaço agrário com tais características.

Os nexos representam lógicas e dinâmicas cristalizadas e com reprodução permanente na produção do espaço, sendo marcante nesta pesquisa a permanência da questão agrária e a dinâmica cacaeira no âmbito mesorregional do sul da Bahia.

As nuances são aqui entendidas como os elementos metabólicos que garantem a reprodução socioespacial, assegurando transformações e resistências aos nexos estruturais estabelecidos, como, por exemplo, a inserção de culturas agrícolas, formas de acesso à terra e organização e relação do campesinato com os agentes catalisadores da produção.

No atual estágio do modo capitalista de produção, há uma tendência cada vez mais ascendente de territorialização de dinâmicas produtivas, que seu cerne está a serviço desse que é o modelo que se encontra amplamente disseminado no espaço agrário brasileiro. No entanto, ainda existem espacialidades e contextos a margem deste acirramento do capital agrário. Dessa maneira, cabe à esta análise regional uma especial atenção para a espacialização desses processos em seus mais diferentes estágios, contextos e particularidades, âmbito no qual detectamos um comportamento dual nas culturas produzidas no espaço regional de Valença, com algumas de características verticalizadas e outras horizontais que se viabilizam pelo acontecer solidário no bojo da ética da classe camponesa.

O contexto da microrregião de Valença suscita atenção em função de suas especificidades no espaço agrário, que afloram nesta escala intrinsecamente microrregional, onde há uma notória presença de um campesinato negro, que ao longo do

tempo se especializou em dotar suas unidades produtivas de múltiplos cultivos que destoam da lógica de produção baseada em monocultivos e grandes propriedades. Estas características no âmbito regional, somadas a incipiência de estudos que busquem um aprofundamento na estruturação deste espaço agrário e seus sistemas produtivos associados, torna os objetivos desta pesquisa cruciais para o entendimento de tais processos.

Dessa maneira, constata-se ao longo desta pesquisa que o campesinato se municiou de diferentes estratégias para sua reprodução, com características que garantem a configuração territorial rural na microrregião de Valença, dentre as quais se destaca a inserção de múltiplas culturas com diferentes níveis de estruturação. Do mesmo modo, adotam-se estratégias no sentido de acionamento do Estado em busca de políticas públicas.

2 OS CAMINHOS E DELINEAMENTOS DA PESQUISA

2.1 Objetivo geral

Analisar os fatores que se constituem enquanto fundamentais para a produção e reprodução do espaço agrário na microrregião de Valença, Bahia, considerando os nexos estruturantes desse espaço agrário, bem como as nuances que se manifestam como elementos que asseguram transformações e resistências à lógica de produção do espaço em seu contexto regional e suas interseções com a totalidade.

2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a estrutura fundiária em suas nuances e interseções que refletem no contexto de produção do espaço na microrregião de Valença;
- Identificar a dinâmica socioespacial dos agentes envolvidos no processo de produção e reprodução do espaço agrário na região;
- Discutir o sistema agrícola/ agrário microrregional, suas características, arranjos e horizontes no âmbito da agricultura familiar camponesa da região.

2.3 Questões de pesquisa

- Quais características e fatores que contribuem para os processos de produção e reprodução do espaço agrário na microrregião de Valença?

- Tendo em vista o caractere policultural, como se organizam o campesinato e quais as características de suas unidades de produção?
- Como se estruturam os arranjos, agentes sociais e institucionais atrelados aos sistemas produtivos regionais?

2.4 Área de estudo

A escala de trabalho na qual foi desenvolvida esta pesquisa é uma importante questão a ser pontuada, haja visto que se decidiu pela divisão microrregional do IBGE (1990)¹, onde ao justificar a unidade microrregional de Valença são pontuados no estudo os seguintes aspectos:

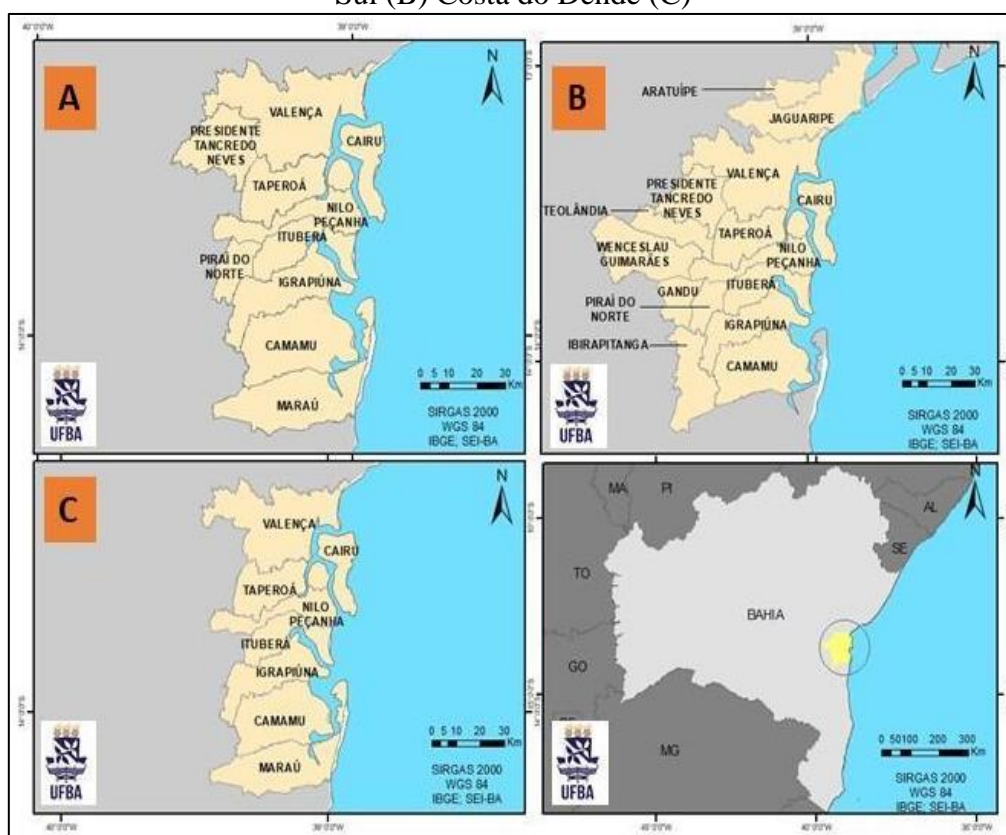
Embora esteja inserida na tradicional zona cacaueteira e tenha no cacau o produto de maior valor da produção, convém assinalar que nessa área houve expansão de produtos comerciais como o **dendê, a hévea, o cravo da índia, e a pimenta do reino** e, nas planícies litorâneas, o coco da baía. Nos tabuleiros, em clima quente e sempre úmido é encontrada a piaçava, produto extrativo que, nessa microrregião, atinge os mais altos valores em todo o Nordeste. Com menores percentuais complementam o quadro econômico, o café, a mandioca e algumas frutas. Toda atividade agrária é exercida, preferencialmente, por proprietários em pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais. Valença é o principal centro urbano dessa microrregião (IBGE, 1990, p. 301, grifo nosso).

As constatações primárias a partir dos estudos para delimitação da unidade microrregional de Valença feita pelo IBGE, de pronto já nos insere na questão central desta pesquisa, o dinamismo agrário na conformação do espaço agrário microrregional desta área que corresponde a 10 municípios. Usualmente existem ainda outras duas regionalizações sobre as quais são abordadas as questões dessa microrregião (Figura 1). Na atualidade, grande parte dos estudos se dão de acordo com a regionalização elaborada

¹ O IBGE (1990, p.8), define as microrregiões da seguinte maneira: “as microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos nem conferem às microrregiões autosuficiência e tampouco o caráter de serem únicas devido à sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares”. Em 2017, o IBGE elaborou uma nova regionalização na qual as unidades da federação são subdivididas em regiões geográficas intermediárias e imediatas, levando principalmente em conta os aspectos da rede urbana. Nessa perspectiva, o IBGE delimita a Região Geográfica Imediata de Valença, composta por 8 municípios, que por sua vez se insere na Região Geográfica Intermediária de Santo Antônio de Jesus. Esta última concatena 41 municípios e, além da região imediata de Valença, engloba outras 3, sendo Nazaré-Maragogipe, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas. Para maiores detalhes, consultar: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia- SEPLAN (BAHIA, 2007), na qual os 417 municípios da Bahia foram agrupados em unidades denominadas Territórios de Identidade – TI. Nesta divisão a microrregião de Valença se soma com outros municípios, perfazendo o total de 15, recebendo o nome de Território de Identidade Baixo Sul.

Figura 1 - Mapa da Microrregião de Valença (A) Território de Identidade Baixo Sul (B) Costa do Dendê (C)



Fonte: Organizado pelo autor, 2022.

Outra regionalização é oriunda do Programa de Desenvolvimento do Turismo- PRODETUR, onde alguns municípios na área de estudo compõem um agrupamento denominado como Costa do Dendê², nesta divisão estão inseridos apenas os 8 municípios que compõem a zona costeira da microrregião de Valença.

Diante destas possibilidades, a opção pela microrregião estabelecida pelo IBGE enquanto recorte analítico de estudo desta pesquisa se dá em função de uma reflexão

² Em 2020 o município de Maraú deixou de integrar a câmara técnica de turismo da Costa do Dendê e passou a integrar a câmara da Costa do cacau que é composta pelos municípios de Ilhéus, Itacaré, Maraú, Ipiaú, Una, Canavieiras, Itabuna, Uruçuca, Santa Luzia, Pau Brasil e São José da Vitória. As câmaras técnicas de turismo é instância instituída a partir da Lei Nº 12933 de 09/01/2014- A lei estadual do turismo, nessa ficou instituída para sua governança a instância das câmaras técnicas das zonas turísticas que reúne o poder público conjuntamente com entidades cívicas e empresariais. No âmbito desta pesquisa, iremos considerar o município de Maraú enquanto Costa do Dendê, pelo caráter espacial de similitude com conjunto regional de Valença em sua dinâmica de zona costeira.

teórico-metodológica, onde o TI Baixo Sul, como tem sido mais habitualmente trabalhada nas produções científicas mais recentes que se propõem a um estudo de conjunto, é apenas uma dentre as 26 outras regiões administrativas no estado da Bahia. Apesar da notória importância enquanto instrumento estatal de planejamento, tais regiões deveriam apenas funcionar como instância colegiada para direcionamento das políticas públicas do Estado, e daí a necessidade de nos ajustarmos com os conceitos de região e território, o que é de certo modo um imbróglio, pois a regionalização já chega vestida de complexas hegemonizações, nesse caso concatenando território e identidade. De modo que, temos os TI, enquanto importante âmbito de planejamento estatal, e assim, entendemos essa enquanto uma regionalização, que poderia ser nominada com preceitos de região administrativas ou mesmo econômica, no entanto optou-se por Território de Identidade.

Dessa maneira, a adoção precipitada da regionalização TI enquanto fenômeno incorreria em mais um reflexo do latente processo apontado por Conceição (2021), que versa sobre a necessária reflexão acerca dos massivos usos e abusos da categoria território, e, desse modo, anteciparia a categoria geográfica ao fenômeno a ser analisado. Portanto, optar pela regionalização do IBGE não significa negar a existência de uma territorialidade constituída como Baixo Sul, pois esta é factível. No entanto, a divisão adotada pelo governo do estado não está circunscrita a essa territorialidade, sendo primordialmente administrativa em seu cerne, e não abarca com plenitude a categoria território que vem sendo arduamente discutida na ciência geográfica (CONCEIÇÃO, 2021).

Da mesma forma, em relação à identidade, considerando a proposição de uma unidade regional, surge a questão: qual seria a identidade do Baixo Sul? A resposta nos encaminha para explicações com base eminentemente na espacialidade agrária. Portanto, tal entendimento nos conduz a uma análise com abordagem regional e à necessidade de uma análise estrutural no cerne da espacialidade e bases que garantem tais características.

O território, enquanto uma das categorias eminentes da ciência geográfica, ganha especial destaque com o despontar do metabolismo do sistema capitalista em sua forma desigual de alcançar e instrumentalizar os territórios em favor de sua reprodução. Tal conceito é recorrido no intuito de resistir ou mesmo analisar tais processos. Assim, cada vez mais, o território como conceito tem ganhado adesão nas discussões das mais variadas ciências, assim como na forma discursiva adotada pelo estado em suas diferentes vertentes na construção de políticas públicas (CONCEIÇÃO, 2021). No contexto da Geografia, as discussões com abordagem territorial tornam-se cada vez mais emergentes,

com destaque para o campo agrário da ciência. Nesse sentido, Fernandes (2013) realiza um mergulho profundo no conceito e suas múltiplas facetas na abordagem espacial, com notoriedade para as territorialidades agrárias.

Haesbaert (2021) também demonstra importância no que tange à abordagem territorial, considerando a massificação desta. Assim, discorre sobre o território enquanto categoria da prática, no âmbito em que a abordagem emerge da vivência e, portanto, se apresenta como urgência. Além disso, há a abordagem territorial enquanto categoria normativa, a qual faz sentido quando se faz uma leitura a partir dos Territórios de Identidade da Bahia. Estes representam a materialização das políticas de desenvolvimento territorial instituídas pelo Estado. O autor também destaca o território como categoria de análise, uma possibilidade com ímpeto no âmbito acadêmico, mas envolta em diversas armadilhas conceituais (HAESBAERT, 2021). Dessa forma, podemos entender esta última como justamente o âmbito das críticas à massificação, conforme discutido por Conceição (2021), quando se utiliza a categoria de maneira antecipada ao fenômeno.

A abordagem territorial é crucial, pois é importante compreender que o espaço geográfico vai além de sua dimensão física espacial e se materializa nos debates, políticas e relações de poder. Questões nas quais a abordagem territorial tem a sua potência enquanto categoria. Portanto, é indispensável, em nossa sistematização de pensamento sobre o território, ter em vista uma importante colocação de Fernandes (2013, p. 194) ao propor que: “Partimos do princípio de que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou seja, que o espaço é anterior ao território”. Dessa maneira, convergimos para a ideia de que o território é algo construído pelas relações sociais, não necessariamente partindo do meio natural, pois as relações de poder são mutáveis e estão sujeitas a dominações que alteram os usos do espaço, sobretudo na atualidade do metabolismo capitalista em sua dimensão globalitária (FERNANDES, 2013).

Nesse sentido, pelo caráter de leitura estrutural aqui proposta, continuaremos a delinear esta pesquisa adotando espaço e região como categorias fundamentais. Isso implica compreender a necessidade de conectar os elementos estruturantes, os quais são entendidos como nexos e nuances que interagem em sua dinâmica espaço-temporal para conferir à região em questão suas particularidades. Os nexos representam lógicas cristalizadas e com reprodução permanente na produção do espaço, enquanto as nuances são elementos metabólicos que asseguram transformações e resistências à estrutura estabelecida. Desse modo, ao justificar a elaboração desta pesquisa, trataremos o TI enquanto uma regionalização sobre a qual as políticas públicas se articulam com ímpeto

na atualidade, mas compreendendo as ressalvas categóricas sobre a qual essa vem acompanhada. De modo a tratar essa enquanto regionalização sobre as quais são concebidas as políticas públicas, e não propriamente enquanto uma territorialidade homogênea.

Tais considerações são importantes para dirimir questões e sobreposições escalares e para que assim tenhamos uma plena contextualização das dinâmicas que ocorrem no espaço agrário e fundamentam esta pesquisa. Tendo ainda em vista as colocações de Santos (2021, p.53) “Estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas [...], com seus mais distintos níveis de interação e contradição.”

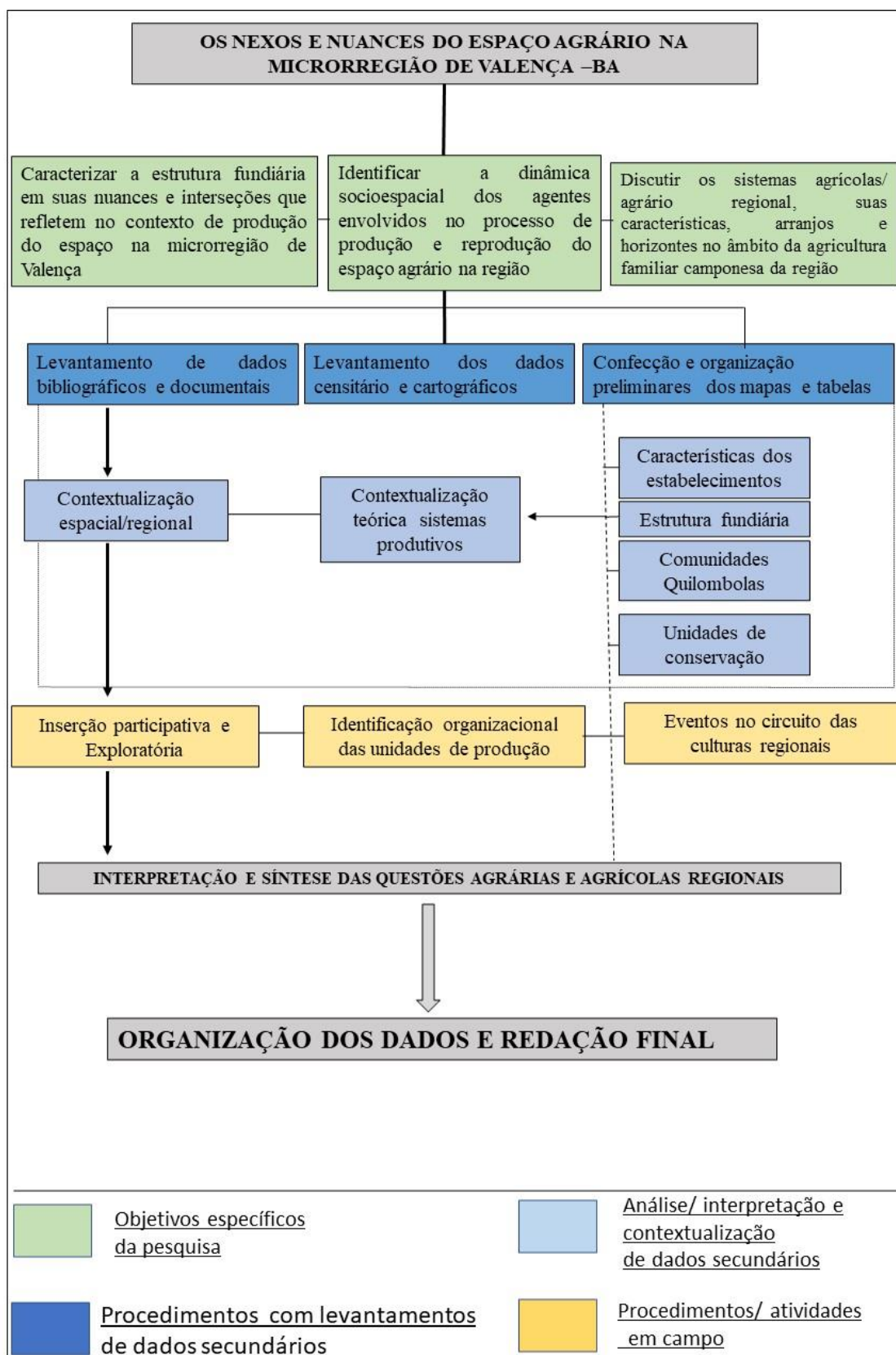
2.5 Procedimentos de pesquisa

Desvendar a dinâmica independentemente da porção do espaço geográfico, requer uma árdua reflexão acerca dos arcabouços teóricos metodológicos mais adequados para uma plena leitura e compreensão do dinamismo o qual posicionamos enquanto objeto de análise. Em linhas gerais, esta pesquisa se desenvolve baseada no diálogo com as concepções de Fernandes (2014, p.50), quando afirma que: “além das variáveis singulares de cada região, escolhemos as principais commodities, a estrutura fundiária, os conflitos e algumas culturas da agricultura camponesa. Essas são uma referência para conhecer as questões agrárias regionais”. Para dar conta da complexidade e questões desse espaço agrário, também nos utilizamos da observação participante e exploratória em campo de modo a sintetizar e dirimir as questões estruturais em voga na pesquisa.

Para tanto, as atividades de campo se deram em variados contextos exploratórios, contando com participação em atividades da agenda agrária regional. Utilizando também observações de campo a partir da inserção regional e diálogo com agentes e profissionais técnicos que prestam assistência técnica rural na região.

Desse modo, os objetivos específicos desta pesquisa serão sistematizados de acordo com os procedimentos elencados no fluxograma (Figura 2):

Figura 2 - Organograma da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024. Adaptado de INCRA; FAO, (1999).

A estrutura fundiária se constitui como um importante elemento para compreensão da realidade espacial agrária, tendo em vista as nuances que regulam e historicamente contribuem para configuração territorial na área de estudo, e ainda o contexto de encaixe do dinamismo regional na totalidade e contexto socioespacial (GERMANI, 2006; FERNANDES, 2014). Dessa maneira, está posto como primeiro dos objetivos desta pesquisa, o que pretende caracterizar a estrutura fundiária dos municípios na microrregião de Valença, aglutinando diferentes variáveis com capacidade de leitura do espaço agrário. Para tanto, foram utilizadas diferentes fontes de dados como as do grupo de pesquisa A Geografia dos Assentamentos na Área Rural – GEOGRAFAR, Censo agropecuário do IBGE; acervo fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, e base de dados vetoriais do Cadastro Ambiental Rural - CAR, consolidadas em abril de 2023.

Uma vez analisados os elementos da estrutura fundiária, no segundo objetivo, iremos nos ater aos agentes que influenciam na produção e/ou reprodução deste espaço agrário. Essa identificação será circunscrita ao papel socioespacial dos diferentes agentes, haja visto que já há contribuições, como as de Tanan (2017) e Silva (2018), que demonstram uma dualidade entre um campesinato, dotado de características produtivas particulares e com um histórico de expropriação. Ainda de acordo com Silva (2018), havendo também registros de grandes empreendimentos acentuadamente pautados no modelo agrário de produção capitalista na área de estudo (TANAN, 2017). Em meio a isso, há ainda um campesinato resistindo e reacendendo para a possibilidade de novas leituras do modo de vida desses agentes e processos espaciais nos quais estão inseridos (GERARDI; SALAMONI, 1994). Bem como, os métodos de acionamento do Estado nos pleitos inerentes a questão agrária brasileira que culminam nas estratégias de (re) existência da agricultura familiar camponesa na região Mendonça (2010).

O terceiro e último dos objetivos específicos, será fundamentalmente constituído a partir dos resultados anteriores e das constatações preliminares de campo e bibliográfica que situam a microrregião de Valença pela histórica e substancial presença de policultivos (IBGE, 1990; GUIMARÃES, 2019; PORTO, 2019; TEIXEIRA, 2020), destoando da dinâmica hegemônica observada em outras regiões. Sendo assim, torna-se crucial um esforço para entendimento deste campesinato que resiste de uma maneira singular, tendo contribuições seminais de estudos agrários e múltiplas contribuições de pesquisadores dos estudos agrários. As atividades de campo foram executadas mediante inserção participante e exploratória no espaço agrário da região de Valença, tendo como objetivo

o reconhecimento e assimilação dos dados secundários e fontes bibliográficas. Para que assim, tenha-se dimensão dos acontecimentos e fatores estruturantes que contribuem para a dinâmica do espaço agrário.

3 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NA REGIÃO DE VALENÇA

Inserida no contexto geográfico mesorregional do sul da Bahia, a microrregião de Valença apresenta características próprias do contexto colonial de domínio territorial da região, de modo que, nos moldes capitaniais de domínio, representava a porção norte do que foi a capitania de São Jorge dos Ilhéus. No avançar do processo colonial, por vezes, o dinamismo econômico e político se deslocou para as povoações ao norte da capitania, o que hoje é considerada a microrregião de Valença.

O norte da capitania, então, se desenvolve sob a égide de uma agricultura que se firma e se fortalece na destinação de um abastecimento interno, de modo destacado, conjuntura que se fortalece sobretudo pela proximidade geográfica da região com a sede do governo geral colonial, e a partir daí a dinamização que se formou em Salvador e seu entorno. Como é corriqueiro na formação econômica e territorial brasileira, a ocupação se dá a partir da zona costeira, e é desse modo que são fundadas as primeiras aglomerações na região, das pequenas vilas com conexão marítima em seus portos sobre os quais se dava a circulação geral de mercadorias na época, através da navegação de cabotagem.

O cenário se altera drasticamente na região a partir do modal rodoviário, tirando muitas das localidades na hinterlândia da região do isolamento e as situando às margens de uma nova circulação, a do rodoviarismo, que por sua vez passa a suplantiar movimentos de emancipação e faz surgir novos municípios no interior da região.

3.1 Os contornos do espaço agrário da microrregião de Valença no sistema colonial

Para compreender o processo de formação de uma região com características tão singulares, se faz preciso um exercício de retomada na dinâmica histórico-geográfica que permeia a formação do espaço regional. Em um contexto mais amplo, é necessário que situemos os a formação socioespacial regional na totalidade do que foi a colonização brasileira. Nesse sentido, temos no conjunto de municípios que hoje compõem a microrregião de Valença, uma configuração territorial que se desenvolve no limiar dos processos que engendram a influência dos empreendimentos coloniais combinado com

articulações territoriais que articulam a resistência reprodução territorial dos povos originários e remanescentes do escravagismo. Assim, para delinear os processos que estruturam as dimensões e realidade do espaço agrário regional, cabem os seguintes pressupostos:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1977, P. 81).

É dessa maneira que no intuito de analisar os fenômenos que estruturam o espaço agrário, retomamos alguns importantes fundamentos. Santos (1977), se empenha numa empreitada bastante significativa em prover avanços metodológicos para leitura do espaço geográfico contribuições teóricas engendradas no pensamento marxista no contexto efervescente do que foi a Geografia nas décadas de 1960 e 1970, de maneira que retoma no âmbito geográfico a discussão em torno do conceito de formação social e formação econômica e social. Assim, Santos (1977, p. 81) inicia sua análise constatando que até então “a Geografia tem-se interessado mais pela forma das coisas que por sua formação”. Daí temos nos arcaísmos marxistas entorno dos conceitos de formação em âmbito de uma leitura geográfica baseada no pressuposto de indissociabilidade das realidades e noções de sociedade e espaço na categoria formação espacial, que para Santos (1977) ficam entendidas como formações socioespaciais (SANTOS, 1977; MACHADO, 2016).

Desse modo, convém para esta análise regional uma retomada acerca dos processos formadores das mazelas que ainda hoje estruturam o espaço agrário brasileiro, sobremodo em termos das questões agrárias pontuadas em obras como de Prado Júnior (1979), Schwartz(1987), Germani (2006), Gomes (2015) e Martins (2018). Tendo nesta seção, como ponto de partida a construção de um entendimento a partir do ordenamento territorial da região ainda no contexto colonial, isso sem perdermos o compromisso da totalidade com o processo em curso na América Portuguesa, o que nos leva para uma necessidade de leitura de uma Geografia do Brasil e sua formação, que pode ser tanto espacial nos termos de Moreira (2020), ou socioespacial como apontam Santos (1977) e Machado (2016). É nesse intuito que tomamos o século XVI, quando a coroa portuguesa instituiu sua primeira divisão do território brasileiro, as Capitânicas Hereditárias, modelo

no qual o então território brasileiro foi fragmentado em 15 parcelas, tendo cada uma dessas um donatário para conduzir a empreitada colonial de expropriação e violência. A região sobre a qual esta pesquisa se debruça ficou então submetida a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, destinada por Dom João III ao donatário Jorge de Figueiredo Correia. Essa capitania ocupava 50 léguas na costa, se limitando ao norte com a Capitania da Bahia e ao sul com a de Porto Seguro (DIAS, 2007; ADAN, 2009).

A região de Valença ocupava a porção mais ao norte da capitania hereditária. Quando analisamos a gênese dos povoados sob a égide do ordenamento territorial colonial (Quadro 1), nota-se que muitas das vilas possuem sua fundação nos períodos próximos do início efetivo da dominialidade portuguesa. O topônimo das localidades integrando línguas originárias e os da religiosidade do Reino de Portugal é mais um dos traços combinados de força colonizadora e resistência dos expropriados. Muitas dessas povoações, que pela lógica de produção do espaço colonial, estão situadas na costa e são os núcleos urbanos fundantes da maioria dos municípios, bem como de outros que se formaram mais tarde a partir da fragmentação desses pioneiros, tendo como exceção, o povoamento de Nossa Senhora das Candeias da Nova Barcelos, que fica ao sul do município de Camamu e que não avançou enquanto municipalidade autônoma, e hoje se constitui enquanto o distrito de Barcelos do Sul, subordinado ao município de Camamu.

Quadro I – Fundação das freguesias na microrregião de Valença

Freguesia	Fundação
Nossa Senhora da Assunção da Vila de Camamú	1570
Nossa Senhora do Rosário da Vila de Cairú	1610
Divino Espírito Santo da Vila de Boipeba	1616
São Sebastião da Vila de Marauá	1718
Nossa Senhora das Dores de Igrapiúna	1741
Santo André da Nova Santarém (Ituberá)	1758
Nossa Senhora das Candeias da Nova Barcelos	1758

Fonte: ADAN (2009).

A predominância desses aglomerados preferencialmente ao longo da costa, segundo Moreira (2020) estão no bojo da estratégia de conquista colonial. Ocorre que muitos desses povoados são originários de escolas jesuítas, que de maneira estratégica promoveram a desespacialização dos originários, concentrando estes nos povoados jesuítas e de colonos e os submetendo a catequese e a conversão forçada ao cristianismo (ADAN, 2009; DIAS, 2007; MOREIRA, 2020). É nesse sentido que verificamos o quão

amplo é o encadeamento da dominialidade colonial, tendo em vista que a desespacialização esteve também a serviço do aprimoramento na produção e estabelecimento da grande propriedade, tendo em vista que:

A forma de geografia que a colonização portuguesa implanta é a do arranjo de uma economia e sociedade de fundação mercantil-exportadora em tudo a antítese da geografia do índio, mas em tudo também sagazmente incorporadora da experiência geoambiental deste. Do que, ao fim, resulta um híbrido. Híbrido que a colonização portuguesa cria desespacializando as comunidades indígenas e espacializando a grande propriedade sesma-rial-privada do colono, num proveito dos grandes e pequenos traços de arrumação do espaço indígena (MOREIRA, 2020, p.21).

Observamos na configuração territorial rural brasileira e em suas diversas nuances de produção uma combinação de processos com contribuições de diferentes agentes socioespaciais. Temos, portanto, na materialidade do espaço agrário sistemas que se articulam, indo desde empreendimentos altamente verticalizados, provenientes do ordenamento territorial colonial, até as significativas contribuições da reprodução socioespacial dos povos originários e seus sistemas produtivos. Isso ocorre de maneira semelhante aos agentes socioespaciais que chegam posteriormente ao território brasileiro, em função da dinâmica de espacialização dos escravizados de origem africana, que atuaram como força de trabalho em diferentes ciclos produtivos de monocultura no espaço agrário. Esses escravizados, em episódios de subversão ao sistema, conquistam sua liberdade e estabelecem quilombos, que por sua vez são caracterizados por um dinamismo agrário voltado para o abastecimento interno.

A capitania de Ilhéus no contexto da economia colonial, sobretudo, em sua porção norte pode então ser caracterizada pelo seu êxito enquanto regionalidade estratégica para o abastecimento interno (DIAS, 2007; SANTOS, 2015). De modo que nesta observamos o seguinte processo:

[...] estudos demonstraram a formação de uma economia agrária de base escravista em zonas de produção de víveres voltadas para o abastecimento interno. Na sua reconstituição do modelo de abastecimento de alimentos que vigorava em Salvador nos séculos XVII e XVIII, Silva identificou as chamadas “vilas de baixo” – Camamu, Cairu e Boipeba –, mais as vilas de Ilhéus e Barra do Rio de Contas - todas localizadas no território da capitania de Ilhéus - como as principais zonas de produção de farinha de mandioca voltadas para o abastecimento da capital[...].O perfil dos produtores era o do pequeno proprietário de escravos e sua relação com a terra pautava-se na posse e no arrendamento. O papel estratégico da Capitania no modelo de abastecimento da capital ficou expresso na documentação oficial, sobretudo na correspondência entre os governadores gerais e as autoridades locais incumbidas de organizar a produção e o escoamento da mesma para Salvador. Mais do que orientar o

funcionamento de um mercado, a administração colonial impunha a exclusividade da produção de farinha de mandioca aos moradores da Capitania, temendo os efeitos catastróficos que a falta do produto poderia gerar (DIAS, 2007, P. 33).

Essa constatação é crucial, pois quando nos debruçamos sobre o avanço do processo de colonização na região sul da Bahia, percebemos que esta possui contornos que exigem especial atenção, tanto em relação ao processo geral monocultor açucareiro no território brasileiro (MOREIRA, 2020), quanto ao dinamismo de formação socioespacial na capitania de Ilhéus. Alguns estudos da história regional na antiga capitania de Ilhéus já indicam o desembaraço dessa perspectiva de insucesso em interpretações clássicas da história geral do Brasil moldadas sob a lógica colonial açucareira. Autores como Dias (2007) e Santos (2015) apontam para existência de uma perspectiva nos estudos da historiografia geral, em que os apontamentos situam para uma narrativa de relativo sucesso nas duas primeiras décadas de ocupação colonial da capitania, seguido por um hiato irreversível ocasionado por diversos fatores, incluindo aqueles advindos da gestão colonial e da resistência dos povos originários com a desestruturação dos engenhos.

A questão importante nesse contexto é a escala temporal e espacial, bem como, as consequências subsequentes desses episódios no âmbito mais amplo. Isso porque muitas das análises estão centradas nos processos da sede da capitania, a vila de São Jorge, e sua hinterlândia imediata nos primórdios coloniais (DIAS, 2007; SANTOS, 2015). Dessa forma, quando focalizamos nossa atenção na porção correspondente à atual região de Valença, temos:

No norte da capitania, não houve boom do açúcar e a ocupação se fez através de pequenos produtores de algodão e farinha de mandioca, sendo que, na ilha de Tinharé, desde a década de trinta, alguns colonos, sob o comando de Francisco Romero – preposto do primeiro donatário – já haviam se estabelecido. Da ilha de Boipeba para o sul, a ocupação se fez pelos foreiros dos jesuítas, que detinham as terras conhecidas como o “fundo das doze léguas”, as quais se estendiam da baía de Camamu ao sul do rio de Contas (DIAS, 2007, p.37-38).

O dinamismo no processo de formação socioespacial no interior da capitania, bem como os processos assimétricos e não lineares nas diferentes localidades da comarca, demonstra o quão centradas nas perspectivas monocultoras e da própria colonização são as interpretações da espacialidade agrária brasileira. No contexto regional, alguns apontamentos dão conta de que a centralidade econômica, e em certos momentos até política, estava situada mais ao norte da capitania. Tais processos se deram entre outros fatores, pelo desenvolvimento agrário embasado na perspectiva policultural voltada para

o abastecimento interno que acaba por influenciar até mesmo na dinâmica política, como observado na análise de Adan (2009):

É curioso, a esse respeito, o caso dos moradores de Ilhéus. Por dar nome à antiga donataria e também à comarca que ali se estabelecera quando de sua anexação pela Capitania Real da Bahia, é natural que se imagine que Ilhéus exercia algum tipo de influência sobre as demais vilas da antiga capitania, mas a documentação tem indicado exatamente o oposto. Na verdade, parece que quase todos os ouvidores mantiveram residência em Cairú, localidade mais bem posicionada quanto ao centro dinâmico da comarca, tanto mais próxima dos cortes que se realizavam às margens do Rio Jequiriçá, no limite norte da comarca, quanto das vilas adjacentes, sobretudo Camamú e Barra do Rio de Contas. Também do ponto de vista econômico, as fontes indicam que vivia em ainda maior isolamento, de modo que sua honraria de cabeça da comarca remontava tão somente à sua precedência histórica, e contrastava enormemente com as tímidas proporções de sua população, vivendo basicamente da pesca e da modesta produção de farinha (ADAN, 2009, P.98).

Outro importante marco para a formação do espaço agrário regional deu-se no contexto das enérgicas reformas promovidas no âmbito da gestão do Marquês de Pombal. O Marquês foi alçado à frente administrativa de Portugal no reinado de Dom José I. Após uma atuação destacada na reestruturação de Lisboa, subsequentemente ao terremoto de 1755, ele ascendeu ao cargo de Primeiro-Ministro. Sua gestão ficou, então, marcada pelo ímpeto reformista nos mais diversos aspectos políticos, sociais e econômicos, tanto em Portugal quanto nas colônias.

Dentre as determinações de destaque do Marquês de Pombal, encontra-se seu irreduzível posicionamento em relação à expulsão dos jesuítas, ao desapossamento das terras sob controle clérigo e à reintegração destas ao patrimônio da Coroa Portuguesa. Isso ocorreu porque essa gestão pôs fim ao ordenamento baseado nas capitanias, abrindo espaço para um modelo de concessão de terras no formato sesmarial. Além disso, em 1763, pôs fim ao período do governo geral e elevou o Brasil à condição de Vice-Reinado, despossuindo Salvador da condição de sede máxima do sistema de poder colonial na América portuguesa e situando a sede do novo vice-reinado na cidade do Rio de Janeiro, mais próxima ao centro da dinâmica metalista das Minas Gerais.

Quando nos debruçamos mais propriamente sobre os contornos da dinâmica de produção agrícola nas reformas pombalinas, deparamo-nos com um processo geral em que a prioridade era a ampliação dos produtos voltados para a exportação e, conseqüentemente, a geração de divisas para a Coroa Portuguesa. No entanto, na porção norte da capitania de Ilhéus, observa-se o incremento da vocação para o abastecimento do dinamismo que se fortalecia em Salvador e em seu recôncavo, tanto no abastecimento

militar quanto no civil (ADAN, 2009; SANTOS, 2015). Associado a isso, também se fortaleciam os dispositivos de taxaço da produço, que eram a grande especialidade regional como ocorreu no caso da farinha de mandioca.

Em um âmbito mais amplo, as reformas implementadas pelo Marquês de Pombal, de acordo com Epifania (2019), desenrolaram-se regionalmente com os seguintes aspectos:

Em 1759, com as reformas pombalinas e a expulsão da Companhia de Jesus do país, as terras de posse dos jesuítas na região foram desmembradas e loteadas em diversas fazendas, iniciando o declínio da atividade açucareira em Camamu. Com a incorporação da Capitania de São Jorge dos Ilhéus à Bahia, em 1761, a região passou a produzir alimentos para as áreas de mineração no interior da Bahia e a região açucareira e fumageira do Recôncavo Baiano. Tal ação foi respaldada pela Coroa portuguesa com a instituição de diversos decretos indicando o que deveria ser ou não produzido, neste caso a produço da mandioca, milho, arroz e outros cultivos (EPIFANIA, 2019, p. 72).

As nuances de transformação que ocorreram no direcionamento das políticas de produço no século XVIII fortaleceram institucionalmente a tendência de especialização produtiva policultural voltada para o abastecimento interno (ADAN, 2009; SANTOS, 2015; EPIFANIA, 2019). Essa característica produtiva que ainda hoje se destaca no contexto microrregional quando comparada com outras, o qual é notadamente expressivo e detentor de diferentes arranjos produtivos e cultivos agrícolas diversos (GUIMARÃES, 2019). O dinamismo do espaço agrário nestes municípios que desdobram da porço norte da capitania de Ilhéus chama bastante a atenção, de maneira que:

[...] vê-se a todo tempo, às margens das estradas, uma agricultura plural com uma diversidade produtiva bastante acentuada (com destaque para dendê, aipim, pupunha, seringueira, guaraná, piaçava, cravo, pimenta-do-reino e fruticultura diversificada). Pelo clima úmido e pela floresta ainda conservada é comum o cultivo (e a comercialização, na beira da estrada, por exemplo) de uma variedade enorme de frutas como o cajá, o rambutam, o cupuaçu, a siriguela, o jambo, o dendê, a banana, dentre vários outros produtos de uma agricultura camponesa de base familiar (PORTO, 2019, p.303).

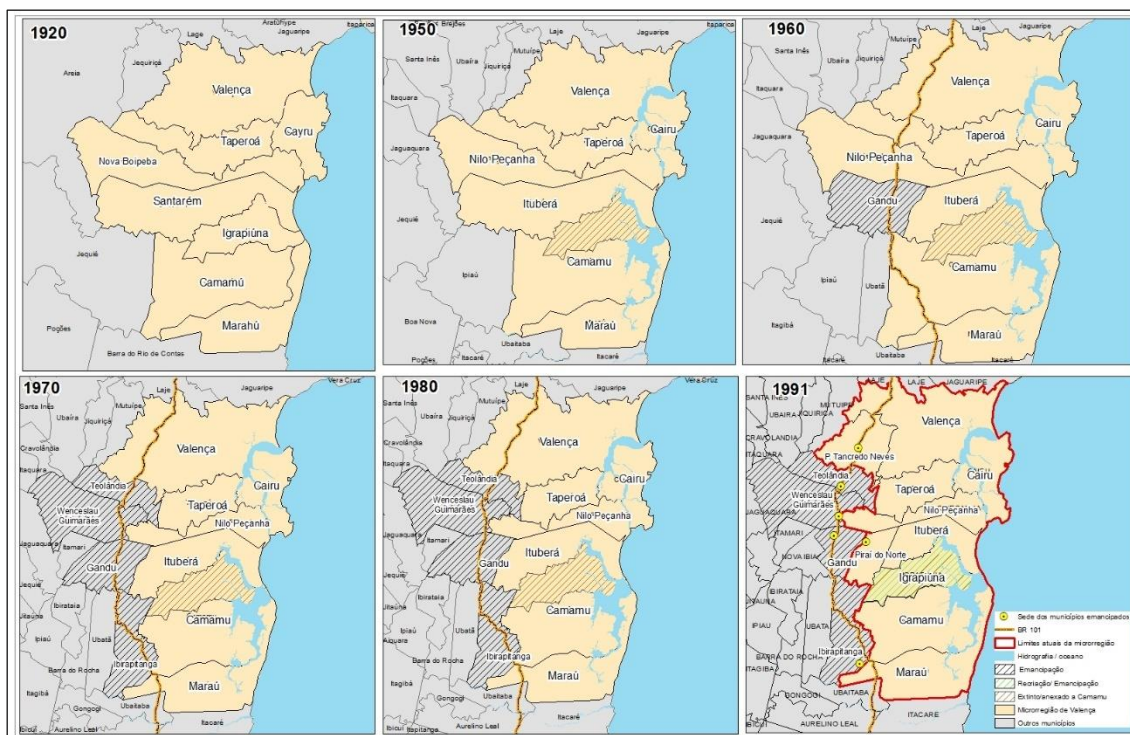
Desse modo, a configuração do espaço regional se materializa enquanto produto de uma miscelânea de processos, sobre os quais uma análise da geografia regional não pode se abster do pressuposto temporal, pois segundo Corrêa (2019, p.285) “tempo e espaço são elementos para a existência de processos e formas tanto criados pela natureza como pela ação humana. Sem tempo e espaço nada existe ou se reproduz”.

3.2 O processo de fragmentação territorial municipal na região de Valença

Ao analisarmos a evolução administrativa dos municípios na microrregião de Valença (figura 3), verificamos movimentos interessantes no processo de formação dos municípios que compõem a unidade regional em questão. De maneira geral, temos um processo que transcorre fazendo coro ao que observamos enquanto dinâmica mais comum da formação territorial brasileira (AZEVEDO, 1992), temos uma fragmentação que se desdobra a partir do desmembramento dos municípios situados na zona costeira da região, detentores dos povoamentos coloniais mais antigos e assim, localidades que eram acrópoles do poder colonial e que historicamente emanavam os poderes de ordenamento do território.

O rodoviário desempenha um importante papel no processo de fragmentação territorial dos municípios na região de Valença. Observemos que no caso do município de Ituberá no ano de 1958 foi desmembrado a porção oeste para dar origem ao município de Gandu. O desenvolvimento e conseqüente anseio pela emancipação política e superação da categoria de distrito subordinado ao município de Ituberá, tal como estava instituído desde 20 de agosto de 1920, é fruto da dinamização que ocorreu a partir da construção da Rodovia Bahia-Espírito Santo, então conhecida como BA-2 que se constitui na atualidade como a BR 101(SANTOS, 1958; SILVA, 2018).

Figura 3: Cartograma de evolução administrativa dos municípios na microrregião de Valença- BA



Fonte: Dados da malha municipal IBGE. Organizado pelo autor, 2023.

Assim, temos a construção da BR 101 como um importante capítulo da formação regional, uma vez que retirou boa parte da hinterlândia regional de Valença do isolamento imposto por uma logística marítima, onde a circulação se dava através das localidades costeiras e dotadas de um sistema de navegação de cabotagem, realocando as localidades outrora isoladas, em uma posição de privilégio diante da circulação geral de uma rodovia longitudinal que se constitui enquanto uma das mais importantes do modelo de circulação logística brasileiro na contemporaneidade .

Desse modo, temos no limiar do processo pós-construção da rodovia e o avançar das décadas de 1950 e 1960, uma série de emancipações políticas de localidades anteriormente subordinadas as municipalidades com sede na zona costeira, criando uma série de novos municípios a Oeste da região, sob uma nova égide, a da circulação rodoviária. Foi assim que em 1961 foi criado o município de Ibirapitanga, desmembrado do município de Camamu, em 1962, criaram-se os municípios de Teolândia e Wenceslau Guimarães, respectivamente desmembrados dos municípios com conexões marítimas de Taperoá e Nilo Peçanha.

Uma última leva de emancipações políticas ocorreu já nos idos do final da década de 1980, nesse período temos os atos administrativos de formação dos municípios mais

jovens na região de Valença. A lei estadual nº 4.836 de 24 de fevereiro de 1989, criou o município de Presidente Tancredo Neves, sendo fruto do desmembramento da porção Oeste do município de Valença. Embora mais tardia, a emancipação do município se dá também no contexto de progressiva dinamização de fluxos após a construção da BR 101, de maneira que em plebiscito realizado em 1988, o pleito de emancipação do então povoado de Itabaina foi entendido.

O município de Igrapiúna tem uma trajetória de formação envolta em algumas idas e vindas no que se refere ao seu processo de emancipação. Igrapiúna passou por episódios de emancipação e reintegração ao município de Camamu. A última emancipação, que garante a atual autonomia dessa municipalidade se deu por força da Lei Estadual n.º 4.835, de 24-02-1989, desmembrou do município de Camamu e garantiu autonomia para localidade, antes do êxito emancipatório na década de 1980 ocorreu outra tentativa de emancipação que se deu em 1962. Segundo Tanan (2017), o sucesso do pleito emancipatório do município se deu principalmente em função da expansão do agronegócio do látex, largamente disseminado e fortalecido pela magnitude dos empreendimentos das plantações Michelin da Bahia que ocupa uma substancial área no município.

4 DINAMISMO ESPACIAL: POPULAÇÃO E CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL RURAL NA REGIÃO DE VALENÇA-BA

A microrregião de Valença apresenta em sua configuração territorial uma forte ligação com a ruralidade, de modo que muitos dos aspectos nesse sentido derivam de um dinamismo que advém do espaço agrário da região, sendo notório em muitos dos municípios o predomínio dessas características. Por sua vez, as manifestações dessa configuração sobressaem no simbolismo dos municípios e em expressões como a massiva diversidade dos sistemas agrícolas.

Assim, quando analisamos a configuração territorial que se desdobra a partir da força dos aspectos espaciais rurais, temos amostras tanto da diversidade quanto da complexidade da região, que apresenta uma agricultura familiar camponesa, cujos aspectos de interface com a questão agrária se apresentam imbricados com questões territoriais diversas na luta de agentes que compõem o espaço agrário brasileiro. O na microrregião de Valença é a presença quilombola e também das questões que se acirram no contexto da zona costeira, que passa a se deparar com diferentes paradigmas no âmbito

do processo de um turismo que se apresenta de maneira expropriadora de territorialidades tradicionais.

4.1 A dinâmica zonal costeira

A área na qual se desenvolveu a pesquisa fez surgir a necessidade de atenção ao dinamismo costeiro, no qual 8 dos 10 municípios estão inseridos. Ocorre que, dentre os 8 municípios em contato com a costa, temos Cairu, que é um município arquipélago. Desse modo, as condições socioeconômica, de paisagem e natureza deste se distinguem em sua unidade dos demais. No entanto, Cairu se integra à região de Valença em sua expressão costeira. O adendo para o fenômeno aqui referido se faz necessário na medida em que constatamos a disparidade do município arquipélago nos variados dados aqui avaliados, sobretudo no que se refere à produção agrícola. Os dados demonstram um distanciamento dessa unidade municipal em relação ao observado nas demais.

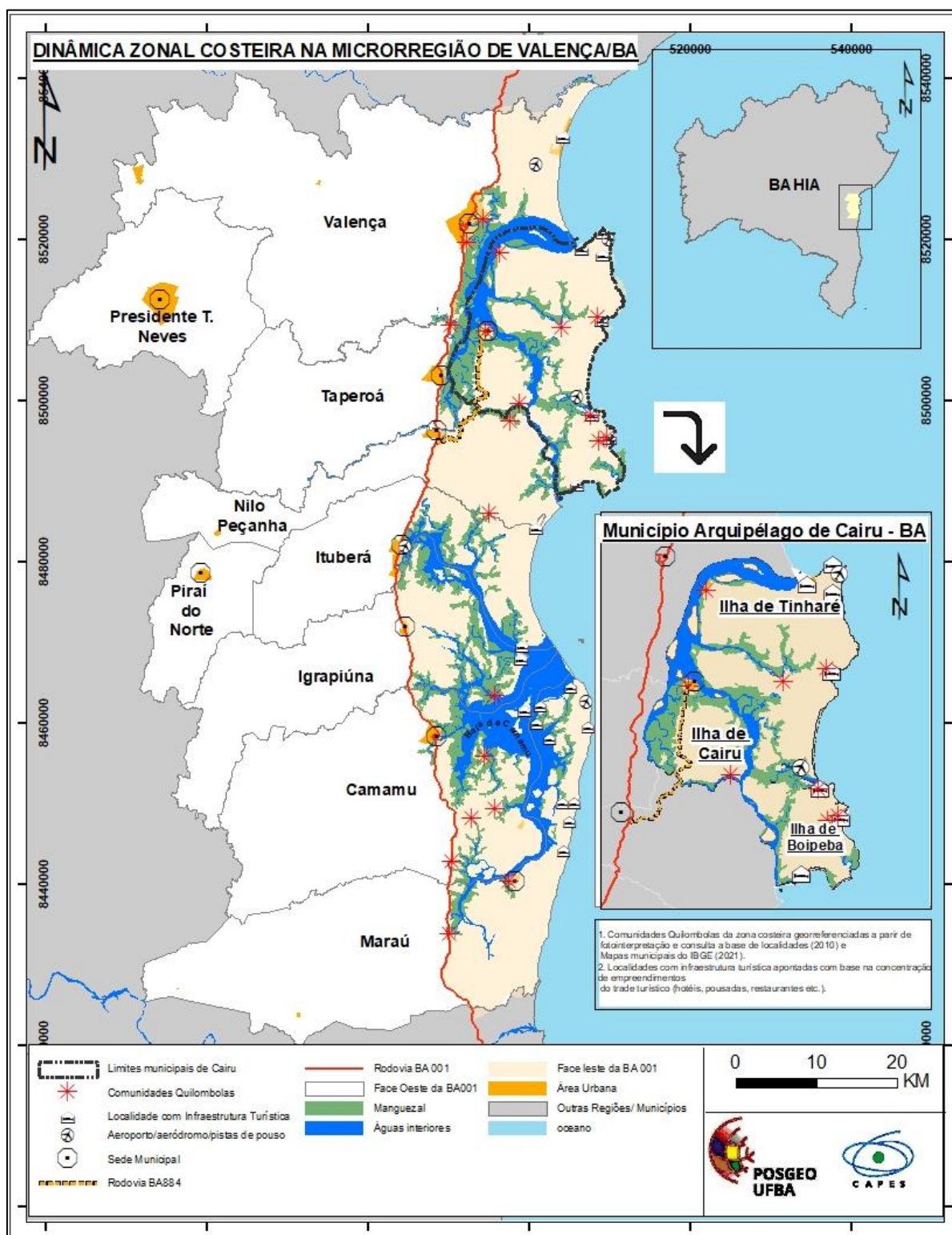
Posto isso, é importante salientar que a região de Valença tem como fixo geográfico crucial para essa dinâmica a rodovia BA 001, e a partir dessa podemos operacionalizar um transecto com recortes para leitura regional. De norte a sul, essa rodovia corta a região como importante elemento para análise exploratória da paisagem e da relação sociedade-natureza. Ao considerar um recorte longitudinal que atravessa 7 municípios, passando inclusive por suas sedes, observa-se as expressões de paisagem que caracterizam a região em sua dinâmica policultora. Enquanto em um recorte latitudinal, temos a expressão policultora a oeste e a face costeira e estuarina a leste. Nessa face leste, observa-se uma dinâmica diferenciada em comparação com o Oeste.

Além disso, é importante mencionar a expressão da territorialidade turística que nomeia essa área como a 'Costa do Dendê' e faz desta palmeira uma presença marcante na paisagem, cultura e socioeconomia. Da mesma forma, destaca-se a relevância da atividade pesqueira e da mariscagem, que não raramente ocorrem de maneira consorciada com a agricultura. Também no contexto da face leste, há o aumento significativo das atividades turísticas, resultando na territorialização do turismo costeiro nessa zona da região, a qual reúne destinos de destaque, como ocorre nas localidades de Morro de São Paulo, Boipeba, Moreré, dentre outros no arquipélago de Cairu, bem como na península de Maraú e Baía de Camamu. Isso se evidencia pela presença de infraestrutura turística e pelo confronto entre as comunidades tradicionais em relação aos ideais de

desenvolvimento do capital turístico. Essas questões zonais podem ser verificadas no mapa que sistematiza essa situação (Figura 4).

Todas essas questões são fundamentais ao introduzirmos o dinamismo espacial agrário da região. Isso não apenas nos situa no contexto espacial de Cairu, mas também na compreensão da região em sua face costeira. Portanto, propõe-se uma leitura dessa região também a partir desta compreensão, que é crucial para o pleno entendimento do conjunto da região de Valença. Essa delimitação é importante para a interpretação dos dados e para uma compreensão nítida do que aqui nos referimos enquanto dinâmica zonal costeira.

Figura 4-Mapa da dinâmica zonal costeira na microrregião de Valença



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

4.2 As “unidades de conservação” e as nuances de apropriação da natureza e governança na região de Valença

Ao analisarmos os aspectos que chamam a atenção no dinamismo espacial da região, destaca-se a marcante presença de Unidades de Conservação – UCs, que abrangem grande parte dos territórios municipais na região. As unidades de conservação existentes na região de Valença correspondem àquelas categorizadas como de uso sustentável, incluindo Áreas de Proteção Ambiental – APAs e Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN.

Tanto as APAs quanto as RPPNs são categorias de UCs previstas no Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação – SNUC, uma importante conquista do ponto de vista legal para a sistematização da política ambiental brasileira. Dentre as previsões estabelecidas pelo SNUC, destaca-se que:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

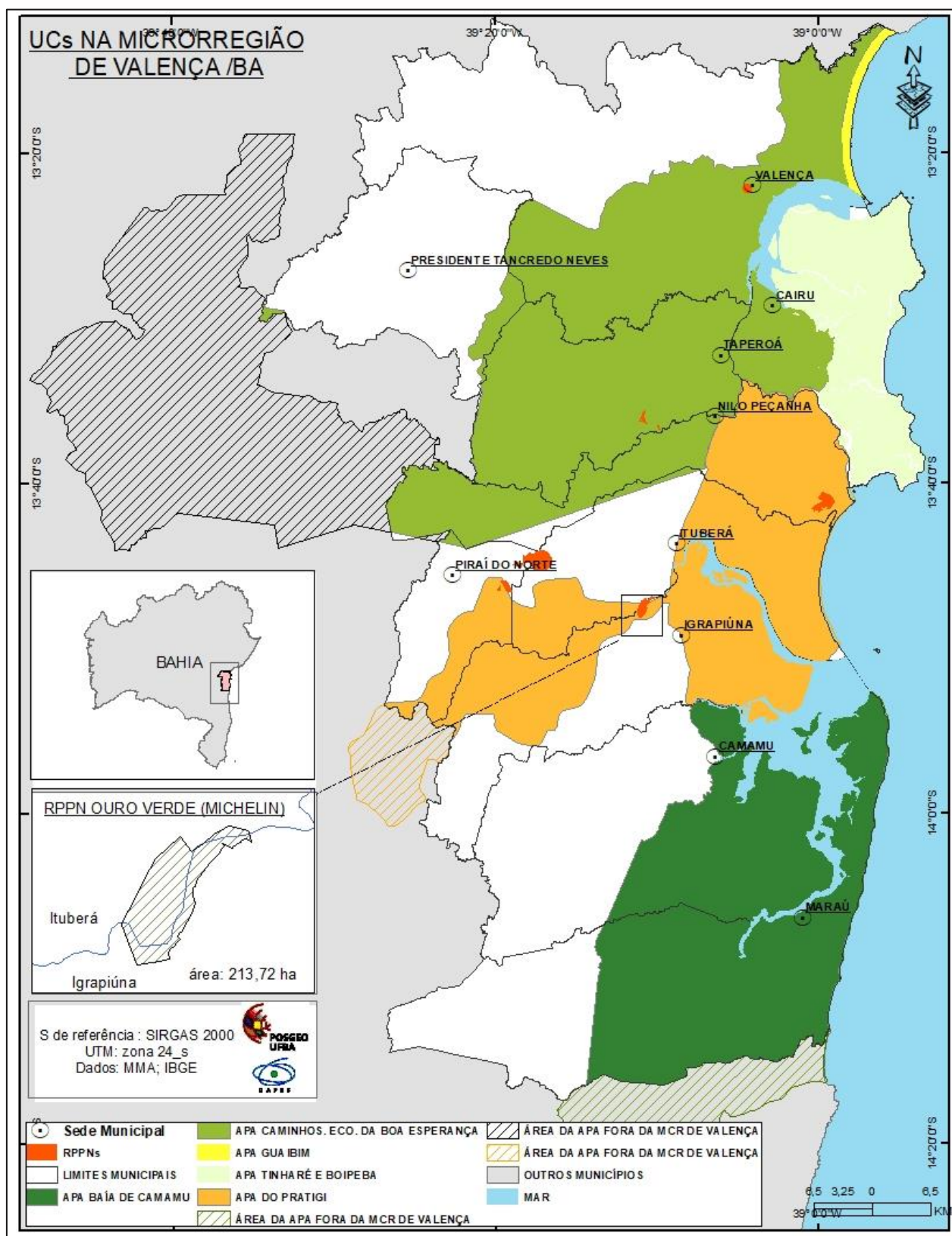
I - Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II - Conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral; [...]

V - Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais (BRASIL, 2000).

Dessa forma, ao apontarmos para a existência de UCs na região, há a expectativa de que essas representem, de algum modo, uma gestão territorial voltada para o uso sustentável nas relações sociedade-natureza. No entanto, as nuances regionais dessas UCs demonstram que são, efetivamente, pouco territorializadas, especialmente no que se refere aos seus objetivos finalísticos enquanto áreas protegidas e seus instrumentos de gestão. Isso é evidente, sobretudo, no caso das APAs, como podemos observar na Figura 5, que abrangem uma vasta área territorial na microrregião. Algumas delas, como os Caminhos Ecológicos de Boa Esperança, Pratigi e Baía de Camamu, chegam a ultrapassar os limites microrregionais.

Figura 5- Mapa de Unidades de Conservação na microrregião de Valença



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A efetivação dessas áreas como verdadeiras UCs é uma questão de grande complexidade, especialmente no que concerne às APAs, que abrangem áreas extensas, como podemos observar no quadro 2. A região de Valença conta com 5 APAs, sendo estas: APA Guaibim, criada em 1992, com 2.079 hectares; APA Tinharé-Boipeba, também em 1992, com 31.071 hectares; APA do Pratigi em 1998, com 93.445 hectares; APA Baía de Camamu em 2002, com 118.000 hectares; e a maior delas, a APA Caminhos Ecológicos de Boa Esperança, criada em 2003, com 230.296,39 hectares. Dessa forma, constatamos que são UCs de grandes proporções territoriais, sendo que a criação da última delas já ocorreu há mais de vinte anos.

No entanto, ainda existem casos como a UC Baía de Camamu, que mesmo após 20 anos de criação ainda não possui plano de manejo. Isso incorre, numa dinâmica, onde embora as Ucs estejam criadas, não se consolidam territorialmente no que lhes é finalístico. De modo, que ainda que essa seja uma modalidade territorialmente mais permissiva de UC, existem objetivos a serem observados, conforme consta no SNUC:

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e **tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.** (BRASIL, 2000, grifos do autor).

O ato administrativo de criação de UCs é a materialização de intencionalidades que, muitas vezes, ocorre de maneira unilateral ou em benefícios primordiais de outros interesses. Vallejo (2017) lembra que, entre os desafios para a consolidação territorial das UCs, decorre justamente do modo como essas são instituídas. Após o ato administrativo de criação, torna-se necessário um amplo trabalho no sentido de manutenção e consolidação, conforme previsto no tipo e categoria ao qual a UC se enquadra no SNUC.

Quadro 2– Áreas de proteção ambiental na microrregião de Valença, BA

UCs	Município(s)	Uso	Gestão	Criação	Área (ha)	Conselho gestor	Plano de manejo
APA Baía de Camamu	Camamu, Maraú e Itacaré	Sustentável	Governo Estadual	Decreto Estadual nº 8.175 de 27 de fevereiro de 2002	118.000	sim	Não possui
APA Caminhos ecológicos de Boa Esperança	Ubaíra, Jiquiriçá, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Nilo Peçanha, Taperoá, Cairu e Valença	Sustentável	Governo Estadual	Decreto n. 8.552, de 05/06/2003	230.296	sim	Não possui
APA do Pratigi	Igrapiúna, Ibirapitanga, Ituberá, Nilo Peçanha e Piraí do Norte	Sustentável	Governo Estadual*** Cogestão com F. Odebrecht /PDCIS	Decreto Estadual nº 7.272 de 02 de abril de 1998	93.445	Sim	Resolução nº 3606 de 28 de abril de 2006
APA Tinharé/Boipeba	Cairu	Sustentável	Governo Estadual	Decreto 1240 de 05/06/1992	31.071	Sim	Resolução n.º 1.692 de 19 de junho de 1998
APA Guaibim	Valença	Sustentável	Governo Estadual	Decreto 1164 de 11/05/1992	2.079	Sim	Resolução nº 759 de 18 de maio de 1993

Fonte: Inema, 2023.

Nesse sentido, embora criadas, a efetividade de tais unidades depende invariavelmente das bases territoriais, especialmente no que concerne às de uso sustentável, como é o caso das APAs. Nesse contexto, a ingerência nessas unidades combina, conforme descrito por Vallejo (2002), de maneira específica para o contexto brasileiro, no qual se massificam como instrumento que almeja a conservação e/ou preservação ambiental, mas, no entanto:

atuação dos governos, como acontece no Brasil, tem promovido a criação das unidades de conservação, mas não se pode dizer o mesmo em relação ao gerenciamento. Por isso, as unidades de conservação no Brasil têm sido caracterizadas por certos autores como “ficções jurídicas” “e “parques de papel” Vallejo (2002, p.58)

A dificuldade de territorialização das UCs combina-se ainda com outros fatores estruturantes, especialmente no que diz respeito à gestão dessas unidades. É notório destacar a fiscalização como um grande gargalo nas três esferas federativas. Desse modo, as APAs são ainda mais complexas, considerando seu caráter de grande amplitude espacial. Isso se soma à sua característica de implementação, que, entre outras especificidades, não as obriga a converter a área em terras públicas (BRASIL, 2000). Assim, como observado no caso da região de Valença, que é em grande parte recoberta por APAs, essas não necessariamente se convertem na efetividade categórica das UCs, e tampouco apresentam consolidação territorial como tal.

As APAs, portanto, se mostram pouco efetivas. No entanto, uma exceção ocorre no contexto do processo de apropriação para fins corporativos, que as utiliza para consolidar seu discurso de governança pela sustentabilidade. Isso é evidente na APA do Pratigi, que abrange parcelas consideráveis dos municípios de Igrapiúna, Ibirapitanga, Ituberá, Nilo Peçanha e Piraí do Norte. Essa região é o principal foco do projeto de governança desenvolvido pela Fundação Odebrecht, conhecido como Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade do Mosaico de Áreas de Proteção Ambiental do Baixo Sul da Bahia – PDCIS.

De acordo com Porto (2016), o PDCIS consiste no principal programa da Fundação Odebrecht na região, servindo como instância organizativa para diversos programas, os quais englobam atividades agrícolas, educacionais, entre outras práticas transversais dentro do programa de governança. Assim, a APA do Pratigi destaca-se notoriamente no que diz respeito à sua territorialização. No entanto, os aparatos nos quais essa territorialização se viabiliza integram-se ao projeto de governança liderado pelo setor

privado, historicamente monopolista na dinâmica regional (PORTO, 2016; LIMA, 2017; SILVA, 2019).

Da mesma forma, outras empresas se inserem na região buscando a apropriação da terra e território camponês, subvertendo o discurso conservacionista corporativo dessas empresas. Um exemplo disso é a RPPN Ouro Verde (Figura 6), propriedade da Plantações Michelin da Bahia - PMB. Assim como as APAs, as RPPNs são uma modalidade de UC nas previsões do SNUC, porém, são de domínio eminentemente privado. Dessa forma, a PMB mantém a RPPN localizada no limite entre os municípios de Igrapiúna e Ituberá, que inclui em seu interior um importante atrativo turístico da região, a Cachoeira de Pancada Grande. Vale ressaltar que essa área também é sobreposta pela APA do Pratigi.

Figura6– Placas afixadas na RPPN Ouro verde, entre os municípios de Igrapiúna e Ituberá



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

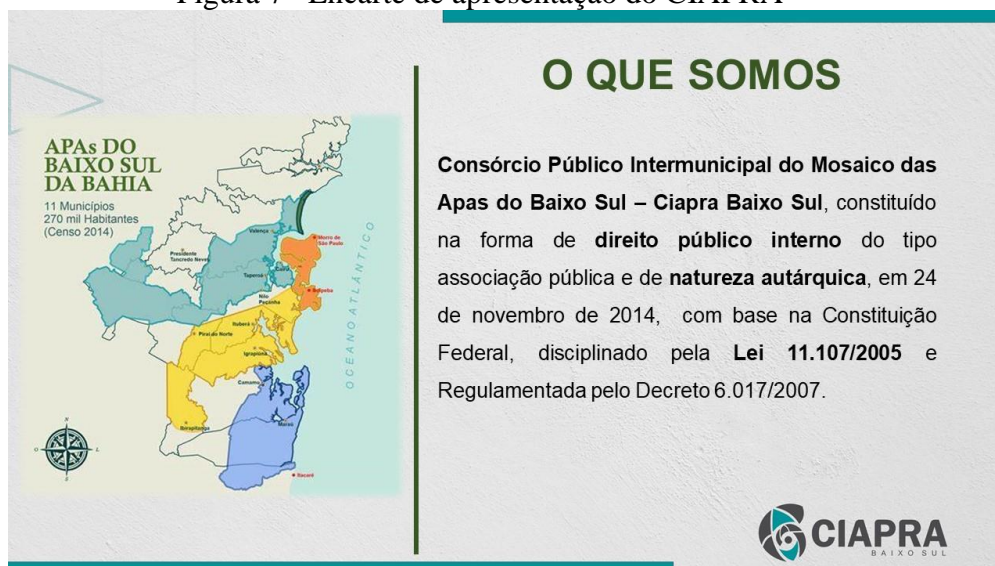
Tendo em vista o contexto regional em que as APAs apresentam um caráter pouco territorializante em suas finalidades e na apresentação de instrumentos que disciplinem a ocupação dessas áreas no sentido de efetivar o que o SNUC prevê para essa categoria, é relevante observar a atual conjuntura de governança territorial na região. Nesse sentido, deparamo-nos com um ativo consórcio intermunicipal de prefeitos, o Consórcio Intermunicipal do Mosaico das APAs do Baixo Sul – CIAPRA.

O CIAPRA é um consórcio criado em 2008 e, até 2014, envolvia apenas os municípios inseridos na APA do Pratigi (Ibirapitanga, Piraí do Norte, Ituberá, Igrapiúna e Nilo Peçanha). No entanto, a partir de 2014, o consórcio manteve sua sigla e ampliou sua atuação, passando a agregar municípios do entorno no território Baixo Sul. Atualmente, o CIAPRA conta com os municípios de Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá,

Teolândia, Wenceslau Guimarães e Valença. Conforme Porto (2016), antes da institucionalização dos municípios no CIAPRA, que se expandiu a partir de 2014, os municípios da região estiveram institucionalizados em outro consórcio de prefeituras que se encerrou, a Associação dos Municípios do Baixo Sul – AMUBS.

Desse modo, entre o fim da AMUBS, que por sua vez, segundo Porto (2016), também possuía estreitas relações com a Fundação Odebrecht, e a expansão do CIAPRA, a região contava apenas com o consórcio de prefeitos criado em 2008 e restrito aos municípios da APA do Pratigi. Assim, verifica-se que, apesar da pouca efetivação das APAs em suas funções de conservação, essas estão posicionadas como pilar discursivo para a governança da região. Tanto no âmbito privado, por meio da Fundação Odebrecht, que segundo Porto (2016) e Lima (2017) tem a APA do Pratigi como lócus principal, mas atua em toda a região por meio do PDCIS, quanto em âmbito público, por meio do CIAPRA, que inicialmente nasce congregando apenas os municípios da APA do Pratigi, mas posteriormente passa a abranger todo o mosaico de APAs na região, como podemos observar nas informações constantes na Figura 7.

Figura 7– Encarte de apresentação do CIAPRA



Fonte: site institucional Ciapra, 2023.

Posto isso, verifica-se que no espectro da governança, o debate é eminentemente territorial, no qual a região de Valença aparece como o Território Baixo Sul da Bahia. A "invenção" institucional do território Baixo Sul ocorreu no bojo das mudanças paradigmáticas no desenvolvimento rural brasileiro com o MDA a partir de 2003, quando os contornos passaram a ser eminentemente territoriais (FAVARETO; EMPINOTTI, 2021).

A partir de 2003, o MDA, por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais - PRONAT, passou a planejar o desenvolvimento rural a partir da hegemonização de características, promovendo assim novos arranjos regionais para dar fluidez ao novo contexto programático. Favareto e Empinotti (2021) detalham que esse foi um momento de virada importante para o planejamento de áreas rurais no Brasil, proporcionando uma amplitude para uma nova ruralidade e com perspectivas de execução da política nacional em âmbito territorial.

Nesse viés, no desenho inicial do MDA, o que hoje temos como o Território Baixo Sul iria compor o território Litoral Sul. No entanto, esse entendimento foi retificado a partir das deliberações dos representantes do território nas plenárias iniciais do programa, onde foram pontuadas questões destoantes. Assim, apesar das similitudes, as duas regiões possuem nuances de formação particulares, especialmente no contexto rural (PORTO, 2016; CODETER, 2018).

Com o empenho de organizações sindicais, movimentos sociais e ONGs, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Baixo Sul da Bahia - CODETER, esteve entre os primeiros homologados para atender o novo desenho organizacional demandado pelo PRONAT. Esse modelo se consolidou e acabou por se caracterizar como um paradigma, no qual o estado da Bahia passou a regionalizar sua política. A partir de 2007 e nos planos plurianuais a partir de 2008-2011, o Território de Identidade foi instituído como a regionalização para o planejamento estadual (BAHIA, 2007). Com a Lei 13.214/2014, o estado da Bahia consolidou a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, nesse modelo derivado do MDA, e instituiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER, que congrega os CODETER e possui caráter consultivo e de assessoramento ao Executivo estadual (BAHIA, 2014).

Desse modo, o CODETER se materializa tanto para o contexto do Baixo Sul como para outros diversos, sendo uma instância importante para o planejamento de políticas territoriais em seus mais amplos aspectos. A estrutura do CODETER é composta por uma certa heterogeneidade de agentes sociais, divididos em dois grandes grupos: sociedade civil e poder público.

Por outro lado, o CIAPRA é intrinsecamente gestado por uma diretoria geral e prefeitos com poder de deliberação mediante assembleia, contando também com câmaras técnicas temáticas compostas pelos secretários municipais das respectivas pastas, ou seja, apenas agentes diretamente ligados à administração pública. Assim, embora coexistam no território e haja interseções e intercâmbios de agentes que compõem as organicidades,

a dinâmica dessas duas institucionalidades se apresenta com diferentes prioridades no que concerne à política territorial.

4.3 População e dinâmica do espaço rural regional

Ao analisarmos a dinâmica populacional na microrregião de Valença (Tabela 1), deparamo-nos com uma região composta por pequenos municípios que tradicionalmente possuem uma grande proporção de população rural. Valença é o município que mais se destaca em termos de dinamismo populacional na região, conferindo-lhe um lugar privilegiado em relação às funções e à capacidade de polarização na rede urbana regional. No entanto, é importante ressaltar que se trata de um município com grande extensão territorial rural. Em 2010, além de Valença, apenas Cairu, um município arquipélago fortemente consolidado no cenário turístico, e o município de Ituberá apresentaram predominância populacional urbana. Isso, além de evidenciar a importância do espaço agrário na região em questão, torna ainda mais crucial a proposta desta pesquisa de investigar os nexos e nuances que se constituem enquanto cruciais para que esse contingente populacional se reproduz nessa região.

Tabela 1 - Dinâmica populacional por situação do domicílio na microrregião de Valença 1970 - 1980 – 1991 – 2000 – 2010 – 2022³

Município	Situação do domicílio	Ano					
		1970	1980	1991	2000	2010	2022 ⁴
Cairu	Total	9.144	11.048	15.217	11.410	15.374	17.761
	Urbana	5.617	5.649	5.597	6.981	8.147	...
	Rural	3.527	5.399	9.620	4.429	7.227	...
Camamu	Total	25.502	36.160	32.850	33.661	35.180	30.469
	Urbana	5.342	6.818	8.125	12.107	15.618	...
	Rural	20.160	29.342	24.725	21.554	19.562	...
Igrapiúna	Total	12.695	14.960	13.343	13.151
	Urbana	966	2.377	4.275	...
	Rural	11.729	12.583	9.068	...
Ituberá	Total	15.933	27.594	20.553	24.133	26.591	21.902
	Urbana	5.956	9.560	11.806	15.910	19.252	...
	Rural	9.977	18.034	8.747	8.223	7.339	...

(Continua)

³ Os municípios de Igrapiúna, Piraí do Norte e Presidente Tancredo Neves foram emancipados no ano de 1989, assim, passaram a constar como municípios a partir do censo seguinte de 1991.

⁴ Até a consolidação dos dados desta pesquisa, as informações com desagregação quanto ao tipo de espacialidade rural ou urbana do censo demográfico de 2022 não foram publicadas. Dessa forma, constam na tabela apenas os valores absolutos por município na microrregião.

(Continuação)

Município	Situação do domicílio	Ano					
		1970	1980	1991	2000	2010	2022
Marauá	Total	11.875	14.298	17.496	18.366	19.101	24.527
	Urbana	2.237	2.065	2.651	2.849	3.561	...
	Rural	9.638	12.233	14.845	15.517	15.540	...
N. Peçanha	Total	6.878	7.627	12.290	11.213	12.530	12.063
	Urbana	1.319	1.199	1.980	2.495	3.105	...
	Rural	5.559	6.428	10.310	8.718	9.425	...
P.do Norte	Total	13.759	10.425	9.799	10.974
	Urbana	1.848	2.787	3.689	...
	Rural	11.911	7.638	6.110	...
P.T. Neves	Total	18.535	19.404	23.846	27.734
	Urbana	2.136	6.221	9.569	...
	Rural	16.399	13.183	14.277	...
Taperoá	Total	8.758	12.132	17.046	15.933	18.748	18.044
	Urbana	3.889	4.551	7.308	7.523	8.725	...
	Rural	4.869	7.581	9.738	8.410	10.023	...
Valença	Total	48.038	66.277	66.931	77.509	88.673	85.655
	Urbana	21.321	31.799	43.699	55.884	64.368	...
	Rural	26.717	34.478	23.232	21.625	24.305	...

Fonte: IBGE: Censos demográficos.

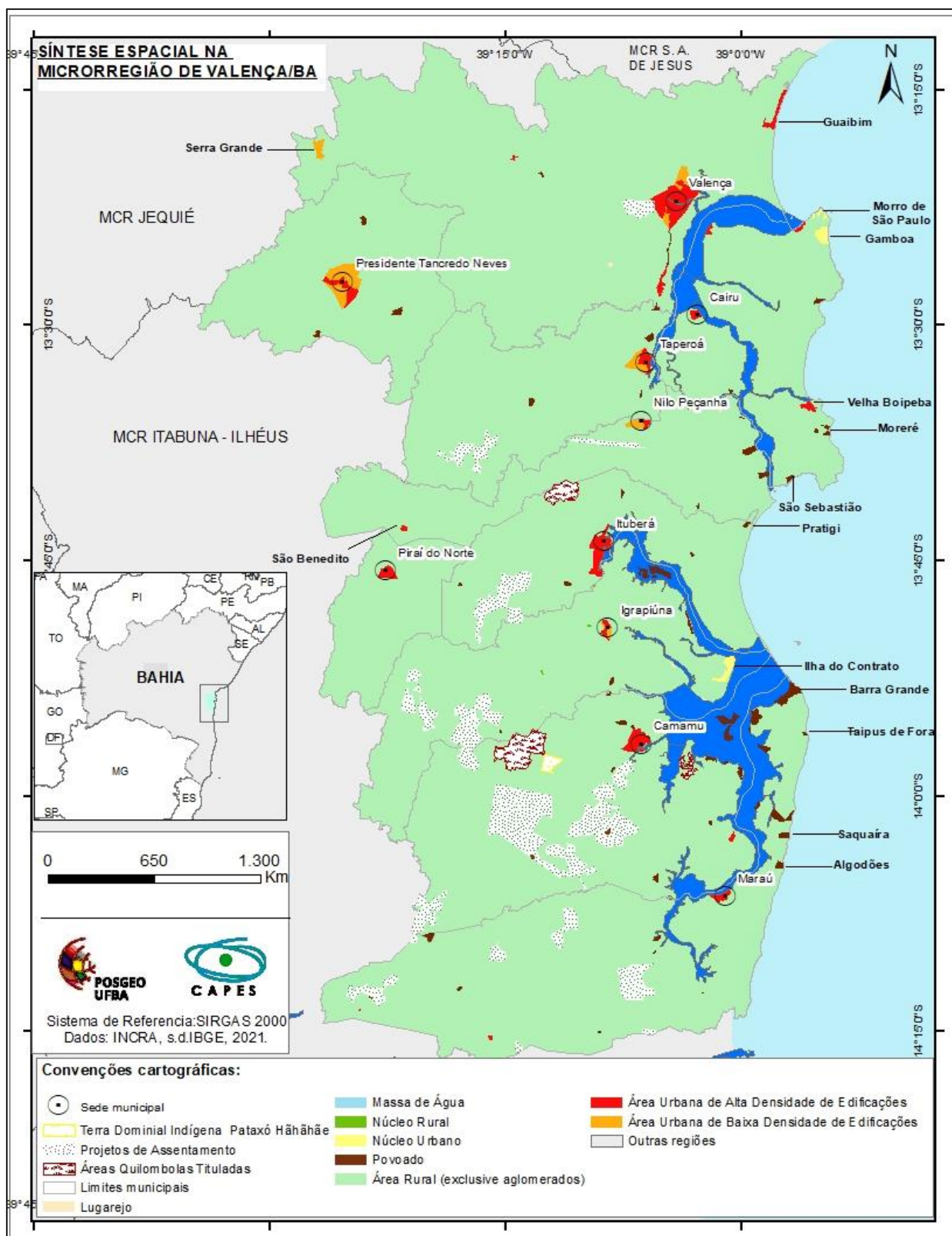
O dinamismo regional baseado na ruralidade se torna ainda mais evidente quando realizamos uma análise exploratória dos fatores que contribuem para a configuração da região de Valença como um todo. Ao examinarmos uma síntese espacial da microrregião de Valença (Figura 8), fica espacialmente evidente que a ruralidade prevalece no espaço regional. No entanto, também se destaca a complexidade dos processos e agentes que moldam a dinâmica socioespacial no contexto agrário. É notável a presença de comunidades remanescentes de quilombos, embora haja uma discrepância entre o número de comunidades quilombolas certificados e aquelas registradas nos dados geoinformacionais do acervo fundiário do INCRA, decorrente da demora nos trâmites administrativos de regularização fundiária. E de certo modo, também em função dos objetivos de acionamento do Estado pelo campesinato negro, que passa a usufruir dos retardatários direitos territoriais quilombolas, mas que nem sempre pleiteia a titulação comunitária.

Além disso, no mapeamento síntese da região, é possível identificar a existência de um território de povos originários, a Terra Indígena Nova Vida (Fazenda Bahiana) no município de Camamu com uma área de 304 hectares. Souza (2019), informa que essa

área foi adquirida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, com o objetivo de reassentar um grupo e resolver conflitos. Tradicionalmente os Pataxó Hã-hã-hãe não estavam localizados nas imediações de Camamu, essa aldeia é fruto de um processo histórico que tem como marco a criação da Reserva Caramuru-Paraguaçu e de conflitos internos que se desdobraram a partir dessa, de modo que a solução dada pela Funai, foi de alocar um grupo de divergentes nessa área em Camamu (SOUZA, 2019)⁵.

⁵ De acordo com Souza (2019, p,9) “Existem famílias Pataxó Hãhãhãe em aldeias de outros municípios e estados, desvinculadas da reserva. Como é o caso da aldeia Nova Vida, em Camamu, baixo-sul da Bahia, e Aldeia Renascer, em Teixeira de Freitas, extremo-sul da Bahia. Uma localidade chamada Jaqueira, em Nova Canaã, mas lá não é considerado aldeia. Duas áreas recém ocupadas na região metropolitana de Belo Horizonte, uma próxima a Esmeralda e outra a Betim, e finalmente uma aldeia em Parati, no Rio de Janeiro”.

Figura 8: Mapa síntese do panorama espacial na microrregião de Valença, BA



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A ruralidade está posta enquanto caractere espacial de domínio em diversos aspectos, assim, fica também expressa quando nos deparamos com o cenário da educação básica na região (tabela 2), dentre o total de 586 escolas das diferentes etapas da educação básica, temos 427, localizadas na área rural da região, ao passo que se tem 159 em áreas urbanas no conjunto regional.

Tabela 2 - Distribuição das escolas da educação básica na microrregião de Valença - 2022

Município	Total municipal	Total Urbana	Urbana				Total Rural	Rural		
			Federal	Estadual	Municipal	Privada		Estadual	Municipal	Privada
Cairu	27	7	--	1	5	1	20	--	20	--
Camamu	84	18	--	1	14	3	66	--	65	1
Igrapiúna	42	6	--	1	4	1	36	--	35	1*
Ituberá	39	24	--	1	19	4	15	--	15	--
Maraú	58	5	--	1	3	1	53	2	49	2
Peçanha	38	6	--	1	4	1	32	--	31	1*
P.do Norte	34	6	--	1	4	1	28	--	28	--
P.T. Neves	49	15	--	1	12	2	34	--	33	1*
Taperoá	53	13	--	1	11	1	40	--	40	--
Valença	162	59	2	4	38	15	103	3	99	1
MRC de Valença	586	159	2	13	114	30	427	5	415	7

FONTE: INEP, Censo da Educação Básica, 2022. Elaborado pelo autor (2023).

* Casas Familiares Rurais- CFRs⁶

Nesse sentido, temos também, no conjunto desses dados, a expressão da multiplicidade de agentes que constituem a região. Ao adentrarmos nas especificidades do contexto no qual se insere, verifica-se uma heterogeneidade das escolas inseridas no espaço agrário da região. Conforme descrito na tabela 3, há a existência de 13 escolas em áreas de reforma agrária, uma escola indígena que se insere no contexto da supracitada terra dominial indígena em Camamu, além de 68 em áreas remanescentes de quilombos.

⁶ As únicas escolas categorizadas como privadas no contexto espacial rural nos municípios de Igrapiúna, Nilo Peçanha e Presidente Tancredo Neves correspondem a: Casa Familiar Rural de Igrapiúna; Casa Familiar Agroflorestal em Nilo Peçanha; Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves. Elas oferecem, respectivamente, um curso do ensino médio integrado ao técnico em Agronegócio, Agroflorestas e Agropecuária. Embora classificadas como privadas, essas instituições são juridicamente classificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs. Dessa maneira, essas instituições têm origem no projeto de governança da Fundação Odebrecht e captam recursos tanto de fundos públicos quanto de organizações empresariais privadas. Seu público-alvo são os filhos de agricultores da região, e em seu programa consta a formação desses indivíduos como promotores e multiplicadores de algumas cadeias produtivas regionais.

O destaque nesse aspecto fica com o município de Maraú, que contabiliza 18 escolas em áreas remanescentes de quilombos. Esse fato se justifica pelo município de Maraú possuir a certificação de comunidade quilombola em sua sede municipal, o que explica o quantitativo expressivo em relação aos demais municípios em função de sua sede, e, portanto, a cidade de Maraú ser certificada enquanto comunidade quilombola pela FCP.


Tabela 3-Escolas em áreas diferenciadas - 2022

Município	Área de assentamento	Terra indígena	Área remanescente de quilombos
Cairu	-	--	10
Camamu	3	1	8
Igrapiúna	3	--	2
Ituberá	2	--	5
Maraú	2	--	18
N. Peçanha	1	--	2
P.do Norte	--	--	--
P.T.Neves	--	--	1
Taperoá	2	--	5
Valença	--	--	17
MRC de Valença	13	1	68

FONTE: INEP, Censo da Educação Básica, 2022. Elaborado pelo autor (2023).

As características de forte ruralidade alicerçadas em policultivos ficam também evidentes ao analisarmos a dimensão simbólica, político-institucional e econômica presente na heráldica dos municípios na região (Figura 9). Sobre o caráter geográfico destas representações, Théry (2013) faz saber que essas se apresentam enquanto uma importante ferramenta para leitura das identidades territoriais, uma vez que a escolha dos elementos não se dá ao acaso, mas se constituem como uma leitura dos autores do que compreendem como estruturante e/ou mais característico no território representado. Assim, no que concerne à microrregião de Valença temos no conjunto dos municípios grande parte daquilo que há de mais marcante em seus territórios marcados pela ruralidade e alicerçada em diferentes gêneros agroalimentares.

Figura 9: Representações agropecuárias na heráldica dos municípios na área de estudo

Cairu	Camamu	Igrapiúna	Ituberá	Marauá
				
Pescado e Palmeiras	Cacau, Madeira, Dendê, Cana de açúcar e Seringueira .	Cacau, Cravo-da-índia, Seringueira, Dendê e Piaçava.	Seringueira, Dendê [...]	Cacau e palmeiras.
Nilo Peçanha	Pirai do Norte	Presidente Tancredo Neves	Taperoá	Valença
				
Cacau, Dendê e Piaçava.	Cravo-da-índia, Cacau, pecuária [...]	Cravo-da-índia, Pecuária, Cacau, Banana e Mandioca.	Dendê e Cravo-da-índia.	Dendê, cravo-da-índia, Cacau e Mandioca

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

4.4 O agrário em debate: expressões e tecituras do rural e a atualidade pensamento geográfico

Ao nos determos no debate sobre a complexidade espacial rural, algumas leituras que contribuem para a discussão sobre a estruturação do espaço agrário estão centralizadas na perspectiva do rural como uma parte subordinada ao urbano (KUMMER, 2021). Outras abordagens são operacionalizadas a partir da materialidade agrícola e/ou produtivista (FAVARETO; EMPINOTTI, 2021; KUMMER, 2021).

A compreensão pragmática dessas duas dimensões espaciais se torna ainda mais complexa quando consideramos o atual contexto espaço-temporal, juntamente com todo o conjunto técnico-científico e de informações que impulsiona a produção de conteúdo, formas e interações sociais cada vez mais globalizadas. Essas estão interligadas a sistemas de objetos e ações que se articulam em diferentes escalas. No contexto do espaço agrário, essas dinâmicas ocorrem de maneira diversificada e, em muitos casos, estão associadas a um alto grau de especialização, o que leva à formação de regiões sob uma lógica produtiva que articula a produção do espaço territorial (PEIXINHO et al, 2003; ELIAS, 2006; 2012; SANTOS, 2021).

Nessas regiões desenvolvidas sob a égide da especialização produtiva agrícola, observa-se a fragmentação territorial como um reflexo da intensificação capitalista no espaço agrário. Apesar do foco na produção agrícola, isso acaba por resultar na criação de cidades e regiões onde o predomínio demográfico se destaca, notavelmente, como urbano. Dessa forma, o território utilizado pela grande agricultura capitalista carrega consigo a urbanização como uma de suas características. Apesar da atividade produtiva se concentrar principalmente em áreas rurais, é no ambiente urbano que, predominantemente, o grande impulso e a verticalidade na criação de uma atmosfera adequada aos objetivos de uso do território são observados.

De maneira geral, os debates atuais nos estudos agrários que abordam os clusters, ou como propõe Elias (2011), as Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs), fronteiras ou regiões do agronegócio com sua agricultura altamente especializada e fortemente conectada com a globalização do mercado, estão bem estabelecidos na produção científica. Isso é natural devido às suas dimensões, à tradição de estudos e à amplitude que se estende consideravelmente nas esferas ambiental e geopolítica. No entanto, a complexidade dos atores sociais vai muito além da agricultura altamente capitalizada, e essa diversidade confere importantes nuances contrárias à hegemonia e também fundamentais no contexto do espaço rural, que se configuram como elementos de reprodução em diferentes contextos do espaço agrário brasileiro, refletindo sua diversidade na formação socioespacial (SANTOS, 1978; PRADO JUNIOR, 1979). Assim, temos uma ampla variedade de formas de uso e sociabilidade da terra e que dão tom a formação das características regionais.

Para efeitos desta análise, ancoramos atenção nos estudos agrários e expande-se para além das fronteiras do agronegócio concentrado, direcionando-se para regiões com alta proporção populacional rural, como é o caso da região de Valença. Essa área carrega características históricas que convergem para uma especialização marcada por diversas nuances, resultando em uma forte presença de policultura. É importante ressaltar que a predominância da policultura é um elemento fundamental nessa configuração regional, mas não exclui a existência de empreendimentos do agronegócio com sua lógica expropriadora, como evidenciado em estudos de Tanan (2017) sobre o agronegócio da borracha, Silva (2016) sobre conflitos e expropriação por grupos empresariais. Isso também se aplica à zona costeira da região, onde a questão agrária se manifesta de forma

indissociável, especialmente com o turismo predatório sobre territorialidades tradicionais, como apontado por Porto (2019).

Ao buscarmos compreender o panorama regional de Valença, é crucial entender os sujeitos que emergem como agentes socioterritoriais ativos na produção e reprodução das características dessa região profundamente rural, em particular, o campesinato resiliente nesse contexto. Nesse sentido, destacam-se proposições clássicas, como as de Kautsky (1980). A leitura de Kautsky sobre a questão agrária oferece contribuições significativas para o estudo do campesinato sob a perspectiva do marxismo clássico. Sua tese central se estrutura na ideia de que os camponeses, assim como suas unidades e modos de produção, eram sensíveis à penetração do capital. Segundo essa perspectiva, à medida que o processo avança no campo, a tendência é a fragmentação e a sujeição ao capital urbano (KAUTSKY, 1980; PAULINO, 1997).

Essa perspectiva enfatiza que não havia alternativa para a agricultura camponesa nos moldes anteriores à dominação do sistema capitalista. Ela aponta como único caminho para a transformação do sistema agrário e como alternativa para os camponeses as grandes unidades de produção. Esse caminho visava eliminar as ameaças representadas pela propriedade privada da terra e, assim, suprimir as relações capitalistas no campo (PAULINO, 1997; CARNEIRO, 2009). Além disso, há a visão do campesinato enquanto classe intermediária entre a burguesia e o proletariado, ainda assim constituindo-se como uma categoria altamente influenciada em suas aspirações coletivas pelo contexto geográfico (GUIMARÃES; ALVES, 2014). Essa perspectiva considera que as aspirações e demandas do campesinato são moldadas pelas condições específicas de sua localização geográfica.

Na contemporaneidade, é crucial explorar os contextos regionais que, por diversas razões, se distanciam da lógica concentrada e intensiva de produção no espaço agrário. Nesse sentido, nos voltamos para as questões levantadas por Santos (2021), que nos convida a refletir em nosso contexto de pesquisa sobre a posição da unidade de produção camponesa em meio ao avanço e à internacionalização da economia capitalista.

Santos (2021), em sua análise, para o contexto de generalização do fenômeno da globalização, faz refletir sobre tal questão em nosso âmbito de estudo, de maneira ascende a questão sobre como as unidades de produção camponesa se posicionam e resistem diante das dinâmicas de avanço do sistema capitalista em sua dimensão globalizada. Esse olhar busca compreender como essas unidades se adaptam, resistem ou reconfiguram suas práticas e estratégias diante das forças que impulsionam a globalização do mercado,

especialmente no contexto agrário. Abrindo assim, uma lacuna para o debate e reflexão sobre a resiliência e a capacidade de adaptação dessas unidades dentro de um contexto cada vez mais globalitário e interconectado. Tendo em vista que:

Intensificam-se as trocas, as relações entre diferentes áreas do Globo tornam-se mais intensas e assumem diversos papéis, não só econômicos, mas também políticos, culturais etc. Qualquer parte do Globo ganha nova conotação, tornando-se cada vez mais aberta, mais vulnerável às influências exógenas. As crescentes relações com áreas cada vez mais distantes, suprimem as veleidades de autonomia. Não há, pois, como considerar a região como autônoma (SANTOS, 2021, p.52).

Nesse sentido, as proposições de Alexander Chayanov desempenham um papel significativo na compreensão e avanço do estudo do campesinato. Chayanov ofereceu uma interpretação mais abrangente das unidades de produção camponesa, distinguindo claramente essas das unidades capitalistas. Ele adotou uma leitura mais complexa da inserção desses sistemas na economia, destacando que a prioridade das unidades camponesas é a de suprir as necessidades familiares (PONTES, 2005).

As ideias de Chayanov são cruciais para avançar a compreensão do campesinato, pois colocam ênfase na capacidade das unidades de produção camponesas. Ao organizar esses sujeitos em torno das necessidades familiares e do modo de vida específico, Chayanov destaca a resiliência e a capacidade de reprodução desse modo de produção (GERARDI; SALAMONI, 1994; GUIMARÃES; ALVES, 2014). Sua abordagem oferece uma visão mais holística do campesinato, considerando não apenas sua produção econômica, mas também sua organização social e as prioridades familiares, o que contribui para uma compreensão mais completa do papel dessas unidades no contexto agrário.

A partir das supracitadas questões dos estudos agrários, ao afunilarmos a discussão para o âmbito da ciência geográfica, existem diversos pontos a serem observados. De acordo com Vinha e Fernandes (2019, p.167), existem inclusive os que dividem a geografia agrária brasileira nas seguintes fases “1) estudos rurais de diferenciação de áreas; 2) estudos classificatórios do espaço rural com base em modelos estatísticos-matemáticos e 3) estudos de desenvolvimento rural”. Um importante ponto a ser tratado são alguns aspectos cronológicos do pensamento da Geografia agrária brasileira, que não fugindo a macro realidade da ciência em questão, desde os seus primórdios de estruturação no Brasil carrega referenciais europeus, sobretudo francófonos; passando por momentos de influência neopositivistas na década de 1970 até que chegássemos à virada promovida pelo pensamento crítico da década de 1980 (VINHA; FERNANDES, 2019).

A realidade e complexidade do espaço agrário brasileiro torna imperativo que a Geografia agrária aqui produzida esteja longe de ser um campo hegemônico (VINHA; FERNANDES, 2019). Isso é um aspecto importante, pois este campo de estudo é de uma imensidão proporcional às questões agrárias deste país, que a séculos reproduz nas espacialidades rurais as mesmas políticas de expropriação e violência.

Nesse sentido, ao retomarmos o contexto agrário da região de Valença nos deparamos com questões estruturantes da maneira desigual como se desenvolvem as relações de poder no campo brasileiro, onde regionalmente constatamos os seguintes registros:

As histórias de expropriação de terras, de como pessoas da região e forasteiros constituíram suas fazendas a partir da grilagem, estão presentes na memória social da região, sobretudo entre homens e mulheres do universo rural. Essas memórias referem-se a processos de expropriação e violência e vivem em constante embate com aquelas que buscam representar os agentes que protagonizaram a expulsão de posseiros e roceiros de suas terras como legítimos "homens de bem" e responsáveis pelo desenvolvimento da região em uma determinada época (SILVA, 2019, p.16).

As práticas de expropriação e violência constatadas por Silva (2019) na região, não destoam do que temos amplamente disseminado no espaço agrário brasileiro, onde por muitas vezes a violência ainda é a práxis pela qual determinados grupos tomam para si o que há de mais profícuo e fundamental para os que habitam o espaço rural e ocupam este enquanto *lócus* fundamental para reprodução da vida (GERMANI, 2006). Assim, as nuances raciais não deixam de estar presentes, nesta região de um campesinato notadamente composto por negros com sistemas de produção policultor e resilientes a dinâmica do sistema hegemônico.

Temos no conjunto regional algumas amostras do quanto entranhada numa lógica racista estão as práticas do Estado no que se refere ao acesso à terra e o quanto essas relações desde então se desenvolvem com estreitos laços com setores empresariais que lançam suas intencionalidades sobre o espaço agrário. Silva (2019), aponta para atuação empresarial no processo de expropriação que, via de regra, tinha como vítimas diretas da expropriação o campesinato negro da região, que no bojo das características de ocupação, que por vezes exercia a posse e territorialidade das terras a margem das garantias do sistema burocrático. Nesse contexto, temos um fato curioso no âmbito dos movimentos da propriedade da terra na região, com uma ação estatal um tanto quanto contraditória em suas intencionalidades, pois procedeu da seguinte maneira ao destinar terras para política de colonização:

Em 20 de outubro de 1953, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, assinava o Decreto nº 34.293, que criava o Núcleo Colonial de Ituberá. As terras eram constituídas por cinco mil hectares de terras doadas à União pela Prefeitura Municipal de Ituberá e pela S.A. Ituberá Comércio e Indústria. A Sociedade Anônima Ituberá Comércio e Indústria (SAICI), foi instalada em Ituberá, enquanto empresa madeireira do grupo Odebrecht, em 1950, sendo responsável pela intensa retirada de madeira na região, inclusive nas áreas da atual Colônia e terras devolutas vizinhas, onde árvores centenárias [...] eram serradas e vendidas (JESUS, 2015, p.73).

A criação do núcleo colonial e sua destinação ao público alóctone são especialmente inquietantes quando observamos, conforme Silva (2016; 2018), que para as terras caírem sob domínio empresarial, não faltaram mecanismos ilegais e expropriatórios, incluindo grilagem e ações diretas de jagunçagem. Ao retornarem ao domínio público, a ponta dessa complexa cadeia de propriedade fundiária se torna evidente no texto do parágrafo único do referido decreto, o qual contém a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o Núcleo Colonial de Ituberá em terra situadas no Município do mesmo nome, Estado da Bahia.

Parágrafo único. **As terras mencionadas neste artigo são constituídas por cinco mil hectares de terras doadas à União pela Prefeitura Municipal de Ituberá e S. A. Ituberá Comércio e Indústria** (BRASIL, 1953, p. 18.165 grifos do autor).

Inicialmente, o intuito da União para a supracitada propriedade era de destinação aos grupos assolados pela seca no interior do Nordeste, no entanto:

a entrada dos nipônicos em Ituberá foi ocasionada pela busca de uma resposta à insatisfação daqueles imigrantes que avaliaram como improdutivo e, conseqüentemente, como impedimento ao seu projeto de bem-aventurança na Bahia, as terras recebidas em Una. Funcionou, pois, como uma estratégia emergencial dos órgãos competentes, talvez para não macular os acordos de imigração, já que evitavam a dissidência desses imigrantes e, por conseguinte, uma repercussão negativa da atuação dos órgãos competentes brasileiros junto ao Consulado Japonês. Contudo, o que nos chamou atenção foi o fato do Núcleo, mesmo contando com o assentamento de uma maioria de brasileiros, [...] figurar no imaginário local e dos próprios imigrantes como “Colônia japonesa”, levando-nos a entendê-lo como resultado do processo de enfrentamento e diálogo entre os migrantes sertanejos e os japoneses, no qual a presença nipônica, valorizada pela sua capacidade laborial e inventiva, teria ocasionado tal identificação (JESUS, 2015.p. 19).

A política de colonização é, sem dúvidas, importante, tanto no que diz respeito ao alocamento das famílias atingidas pela seca quanto à função humanitária no contexto japonês após a Segunda Guerra, quando o país enfrentava uma devastação e a imigração⁷

⁷ A escolha do Brasil como destino possível para contingentes migratórios nipônicos é, sobretudo, fruto da histórica relação entre os dois países. Já no século XIX, eles assinaram o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. No entanto, o primeiro fluxo migratório ocorreu no século XX, no contexto mais amplo da

para o Brasil se apresentava como uma alternativa para uma nação que sofreu alguns dos mais severos ataques. Apesar da justificativa de uma ação humanitária que embasou o governo brasileiro a oferecer refúgio aos japoneses no pós-Segunda Guerra, é curioso imaginar que terras que outrora saíram do domínio campesinato negro por meio das formas mais injustas e violentas, retornem ao controle do Estado. Esse decide priorizar o uso desse patrimônio para uma política de colonização para um público alóctone a região. Isso em detrimento daqueles que originalmente tinham laços desassistidos e foram injustiçados na materialidade que assegurava suas condições de reprodução da vida.

Desse modo, é importante destacar que, apesar de estarmos tratando de uma política adotada na década de 1950, essa decisão do Estado em destinar terras para grupos estrangeiros, considerados dotados de capacidade superior de inovação no campo, em detrimento da reparação àqueles que tiveram suas propriedades retiradas de seu domínio, reflete mais um aspecto do viés racializado na garantia do acesso à propriedade territorial rural para poucos, privilegiando determinados grupos. Isso é delineado pelas estruturas institucionais alicerçadas no racismo presentes nos espaços burocráticos de decisão, os quais se utilizam do filtro racial considerados mais adequados para o exercício da posse territorial rural (GERMANI, 2006; MARTINS, 2018; SILVA, 2021).

Assim, na história agrária regional, encontramos os mecanismos históricos de segregação do direito do povo negro à terra, mesmo após a abolição da escravidão. Martins (2018) destaca que em nossa formação socioterritorial fomos marcados por múltiplas injustiças. Dentre elas, destaca-se que a liberdade da escravidão resultou em uma série de instituições que mantiveram a privação da terra, impossibilitando e criminalizando que os libertos obtivessem qualquer possibilidade de acesso à terra, tendo o Estado brasileiro adotado o seguinte *modus operandi*:

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. (MARTINS, 2018, p.3).

opção do Estado brasileiro pelo branqueamento e por uma suposta "modernização" do campo brasileiro. Em 1908, aportou em Santos-SP a primeira leva de imigrantes a bordo do Navio Kasato Maru, impulsionada pelos interesses combinados do Estado brasileiro e do Japônês, que naquele momento enfrentava tensões sociodemográficas. Essa primeira leva concentrou-se na destinação dos nipônicos para as fazendas do interior paulista e paranaense e seguiu por alguns anos. No entanto, esse fluxo foi interrompido pelo antagonismo entre Brasil e Japão nos blocos geopolíticos da Segunda Grande Guerra. Portanto, as colônias criadas na década de 1950 representam uma segunda leva migratória, após o fim da Segunda Guerra.

Ainda assim, quando esses grupos raciais sistematicamente segregados do acesso à terra por alguma via conseguiram o usufruto de alguma área, geralmente por meio de aquilombamentos e ocupação de terras devolutas, o capital não hesitava em expropriar e usurpar essas terras se estas fossem de seu interesse (MARTINS, 2018).

4.5 A (re) existência da agricultura familiar camponesa

Falar do século XXI, e principalmente das dinâmicas socioproductivas e dos agentes que têm no seu trabalho a lógica que conduz suas vidas no estágio atual da penetração do capital, é um exercício que requer um olhar atento aos mecanismos. Mesmo que no dia a dia esses indivíduos pouco se preocupem com a categoria de análise social à qual estão constituindo, a necessidade de reproduzir suas vidas e sociabilidades diante do sistema nos permite perceber uma resistência que se fundamenta na necessidade de existência desses.

Dessa forma, ao nos aprofundarmos na reprodução de uma classe que em muitos momentos foi vista enquanto em vias de extinção diante da penetração do capital, especialmente no contexto de injustiça agrária brasileira, deparamo-nos com sistemas sólidos que resistem a uma penetração mais densa do capital. Cabe-nos, então, o exercício de compreender as estratégias que garantem essa reprodução. Ao falarmos do campesinato brasileiro, é válido apropriarmos-nos do conceito identificado por Mendonça (2010) como (Re) existência camponesa, um processo articulado para a reprodução dessa classe. Esse processo é crucial para a existência dessa, especialmente no atual estágio de mundialização da agricultura, do capital, seus sistemas técnicos e sua opressão. De modo que:

As transformações no campo, a partir da implementação dos novos sistemas técnicos e tecnológicos, alterou os modos de vida dos trabalhadores/camponeses, mas também trouxe (Re)Existências. Compreendemos (Re)Existência, como a associação da defesa da terra de trabalho às novas ações políticas (protestos, marchas, fechamento de rodovias, ocupação de prédios públicos etc) fortalecidas pelas práticas socioculturais. Esse processo possibilitou aos trabalhadores/camponeses a constituição de várias (Re)Existências, seja nas práticas pedagógicas e/ou socioculturais, seja na ação política na luta contra a desterritorialização, na luta pelo acesso à terra e na luta pela reforma agrária, na luta pela água e contra as barragens, configurando a defesa dos territórios da vida. Embora diversas ações dessa natureza tenham ocorrido ao longo da história, há que considerar que, com a modernização capitalista no campo, os constructos políticos e ideológicos foram fortalecidos, pois afirmavam a necessidade de aceitar o moderno e, para isso, era preciso desenraizar-se (MENDONÇA, 2010, p. 196).

Mendonça (2010), nos traz para atualidade e realidade empírica das estratégias no sentido da garantia dos modos de vida e todos os sistemas necessários para que esta ocorra

no contexto de classe camponesa, desse modo, ao tratarmos o espaço agrário em sua sistemática estrutural, e de pronto situarmos o acirramento do sistema capitalista, neste momento carregado pela globalização que coloca os territórios frente a uma totalidade sistêmica, ainda que distante ou destoante dos espaços mais concentrados, tem um lugar que resulta em desenvolvimento desigual. Assim quando nos atemos a agricultura, temos diferentes dimensões e inserções na sistemática globalmente hegemônica.

É desse modo que temos a agricultura camponesa, para efeitos de uma institucionalização diante da burocracia estatal, sendo administrativamente inserida no emaranhado da agricultura familiar, categoria que surge envolta em muitas discussões, mas que na atualidade se constitui enquanto entendimento institucional do Estado para com a agricultura camponesa.

Nesse sentido, tem-se articulações que estão para muito além do limiar clássico de qualquer que seja a perceptiva descritiva, sobretudo ao nos voltarmos as territorialidades rurais e suas atividades no setor primário da economia. É nessa toada que ao nos aproximarmos da práxis produtivas e de sociabilidade entre agricultores seus pares e conjunto familiar com o mercado temos relações variadas, no entanto, ao se fazer o exercício analítico, temos um conjunto de sujeitos que operam a margem dos sistemas de produção, custeio agrícola e mercado da grande agricultura capitalista.

De maneira que uma produção nesses moldes naturalmente carrega alguns subterfúgios para sua condução, mas muito distante de uma hegemonia dentre esses que operam a margem da grande agricultura capitalista. É assim que temos no campo relações variadas, desde as que se fazem a partir dos mutirões comunitários, as de condução parental familiar dentre outros arranjos diversos dentro do universo ético político e cultural do trabalho camponês (MEDEIROS, 2008). Nesse sentido, cabe um olhar no que, por exemplo aponta Gomes (2015), sobre a multiplicidade do campesinato no contexto quilombola

Mas tipologias não podem ser vistas como camisas de força, já que os vários tipos de quilombos eram transformados e ao mesmo tempo transformavam as paisagens onde se estabeleciam. Em determinados períodos e locais, as formas de se aquilombar adquiriam novos significados. Coexistiram quilombos que procuravam constituir comunidades independentes com atividades camponesas integradas à economia local. Havia ainda os caracterizados pelo protesto reivindicatório dos escravos para com seus senhores. Sem falar dos pequenos grupos de quilombolas que se dedicavam aos assaltos às fazendas próximas. Embora diferentes, podiam possuir significados semelhantes tanto para os quilombolas como para os que permaneciam nas senzalas. Aqueles mais antigos e populosos tinham se reproduzido ao longo do tempo, possuindo uma economia estável. Além dos cultivos para sua subsistência, produziam excedentes, os quais negociavam, e mantinham trocas mercantis com vendedores locais. Acabavam sendo reconhecidos como roceiros, já que iam frequentemente aos povoados

circunvizinhos comercializar, comprar pólvora e munição, e alguns deles até trabalhavam eventualmente para fazendeiros locais em troca de proteção, dinheiro e mantimentos. Suas comunidades se situavam em terras de fronteiras econômicas de ocupação. Eram protegidos pela geografia de uma dada região — entre rios, montanhas e florestas — e também por um sistema de defesa com paliçadas e estrepes. (GOMES, 2015, p.38).

Então, podemos estabelecer que agricultura camponesa comporta como unidade o ideal de uma classe que se relaciona com a terra por meio do trabalho reprodução da vida em suas nuances culturais e sociológicas, tendo a comunidade e família como aportes crucias para reprodução da classe em seus moldes e posicionamento diante da circulação geral e hegemônica do capital. Outrossim, os sujeitos sociais que compõem essa categoria não são hegemônicos. Temos aglutinados nessa classe que se reproduz no setor primário da economia, sem-terra, posseiros, quilombolas, povos originários, pescadores que estão no limiar da pluriatividade e indissociabilidade com a questão agrária na vida que se reproduz em terra firme, dentre tantos outros grupos societários de relação com a terra.

Posto isso, nos deparamos com a atualidade do debate e a realidade empírica na região de Valença, em que temos a miscelânea de sujeitos da classe camponesa, no entanto quando nos referimos a institucionalização desse conjunto temos a unificação institucional enquanto agricultura familiar.

Nesse sentido, é preciso pontuar que ao longo das últimas décadas tivemos o fortalecimento dos debates acerca da pertinência categórica e interações entre agricultura familiar e a camponesa, no caso da primeira destaca-se pela pluralidade de agentes, pois ainda que tenha bases na produção familiar, pode estar perfeitamente integrada a conjuntos de agricultura capitalista. Do outro lado, temos a agricultura camponesa, consolidada na teoria social enquanto classe, nessa como um processo de territorialização interagindo com os aspectos clássicos da questão agrária e de maior simbiose com movimentos socioterritoriais que pautam luta pela terra, território e agroecologia (MARQUES, 2008; WANDERLEY, 2014; SILVA, 2019).

A polarização entre as supracitadas categorias carrega questões que merecem especial atenção para o debate. Cada vez mais, a agricultura familiar tem servido enquanto instrumento de acesso às políticas públicas, assim temos no conglomerado dos atores que para efeitos do Estado, assim se declaram, uma grande miscelânea de agentes, dentre os quais estão os de modo de produção camponesa. Ainda que os dados do IBGE sejam segmentados enquanto agricultura familiar, o conjunto de características de formação do espaço agrário.

Desse modo, ainda que os aparatos institucionais visem à homogeneização de diferentes grupos sociais do espaço agrário na categoria da agricultura familiar, na realidade, observamos diferentes conjunturas, sobretudo no contexto geográfico brasileiro. Nele, encontramos variações no modo de produção, desde as grandes regiões até contextos de menor escala, com a produção de empreendimentos e regiões artificialmente criadas para favorecer o grande capital agrário. A partir dessas variações, há uma inserção camponesa que pode ocorrer por meio do trabalho na agricultura capitalista, ou ainda pela sujeição e integração da propriedade camponesa aos monopólios de mercado da agricultura capitalista em uma dinâmica de sujeição pela resistência. Esse processo pode ou não demandar a transferência da propriedade, visto que na atualidade, observa-se um processo cada vez mais complexo e sofisticado.

Nesse contexto, a exploração do trabalho deixa de ocorrer somente por meio de contratos de trabalho direto, passando a se dar também pela inserção do modelo capitalista na propriedade camponesa, que se torna uma engrenagem para a maximização dos lucros, sem, no entanto, estabelecer vínculos de trabalho diretos, contratos de arrendamento, expropriação ou compra da terra.

Tais delineamentos categóricos são necessários, pois nesses cenários mais generalizados temos uma grande amplitude e significados de ambas as categorias. Tendo em vista que em se tratando de uma escala regional, é natural que tenhamos modos que se contrapõem ao dinamismo do campesinato, .no entanto, estas estão no bojo das estratégias que atualizam a materialidade dessa classe, e a situa no século XXI .Assim, não podemos perder de vista o que temos enquanto totalidade no processo de formação do espaço agrário brasileiro, que temos diversas questões imbricadas que convergem para práxis de produção do espaço baseadas em violência e expropriação (FELICIANO, 2016). Assim, cabe ainda delinear as seguintes nuances do debate agrário entorno dessa questão:

Na década de 80, no campo das pesquisas da questão agrária continuava forte a posição dos que defendiam que o campesinato iria acabar, que não tinha futuro. A proletarização era um processo iminente. Havia os que defendiam a sua existência no processo desigual e contraditório do modo de produção capitalista. A única saída para esses sujeitos, quer como camponeses ou como assalariados, era a luta contra o capital, numa perspectiva revolucionária de transformação da sociedade. Neste limiar de novo século e de milênio, essa contestação permanece. Essas teses continuam atuais, e vários estudos são realizados a partir desses referenciais. O que há de novo e que, desde o início da década de 90, surgiu outra leitura desse processo em que se defende a integração ao capital. Essa é a tese da agricultura familiar: Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas - evidente - não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital. Nesta tese, o Estado ter um papel determinante na elaboração das políticas que

garantam a diminuição das desigualdades geradas pelo processo de diferenciação. Nos países em que o Estado cumpre esse papel, com políticas de controle fundiário, crédito e subsídios para os camponeses, como, por exemplo, na Europa, o processo de expropriação é menos intenso. Todavia, no Brasil, em que o Estado e o Congresso são controlados pelos interesses do empresariado e dos ruralistas, são raríssimas as políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento da agricultura camponesa. E, quando são criadas, e por causa das lutas dos trabalhadores. Basta observar as políticas do Ministério da Agricultura, voltadas exclusivamente para a agricultura capitalista. Esse fato é tão evidente que as atuais políticas para a chamada agricultura familiar são desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. (FERNANDES, 2001, p. 32-33).

As dualidades estão no cerne das discussões do espaço agrário, estando, inclusive, como já apontava Fernandes (2001), materializadas na sua institucionalização, como ocorre no âmbito federal com o agronegócio institucionalizado nas estruturas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Entretanto, no governo que se iniciou em 2023, houve a perda do título do abastecimento pelo MAPA devido à transferência da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para as estruturas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), este último podendo ser entendido como um escaninho ministerial das políticas da agricultura camponesa.

As dualidades ideológicas tornam-se muito evidentes quando nos atentamos às atribuições institucionais dessas repartições, conforme observado no quadro 3. O MAPA, nitidamente, alinha-se a uma celeuma de políticas voltadas para o mercado e ao agronegócio, enquanto o novo MDA, neste governo, passa a abrigar em seu título a institucionalidade da agricultura familiar, reunindo aspectos variados com a absorção das estruturas do INCRA e CONAB, assumindo assim atribuições eminentemente para além dos aspectos produtivos, tendo um viés socioterritorial.

Quadro 3 - Atribuições dos ministérios agrários no governo federal - 2023

Ministério		Atribuições
GOVERNO FEDERAL	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	<p>O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.</p> <p>Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.</p>
	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), órgão da administração pública federal direta, criado pelo Decreto Nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023, tem como área de competência os seguintes assuntos: reforma agrária e regularização fundiária em áreas rurais da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas; o desenvolvimento rural sustentável voltado à agricultura familiar, aos quilombolas e a outros povos e comunidades tradicionais; sistemas locais de abastecimento alimentar, compras públicas de produtos e alimentos da agricultura familiar; comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos; estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuário; biodiversidade, conservação, proteção e uso de patrimônio genético de interesse da agricultura familiar; e outros.</p>

Fonte: Sites institucionais MAPA e MDA, 2023.

Em âmbito estadual nas estruturas governamentais da Bahia (quadro 4), ocorre muito similar ao governo federal. Tem-se a secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), como concatenadora dos interesses do agronegócio na

administração estadual, enquanto a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), é a interface da gestão com a agricultura camponesa, povos tradicionais e seus direitos territoriais

Quadro 4- Atribuições das secretarias de estado agrárias no governo da Bahia- 2023

Secretarias		Atribuições
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI)	Formular e executar a Política de Desenvolvimento da Agropecuária, Cooperativismo e Irrigação, bem como promover e executar ações de defesa sanitária animal e vegetal, o controle e a inspeção de produtos de origem agropecuária
	Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)	Formular, articular e executar políticas, programas, projetos e ações voltadas para a reforma agrária e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, nela incluídos os meeiros, parceiros, quilombolas, populações indígenas, assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais, fundo de fechos de pastos, pescadores, marisqueiros, ribeirinhos, dentre outros, tendo como princípios norteadores a agroecologia, rede solidária de produção e comercialização, desenvolvimento sustentável, gestão e controle social das políticas públicas.

Fonte: Sites institucionais SEAGRI e SDR, 2023.

Posto isso, constatamos que a atualidade do processo apresenta para uma hegemonização em duas categorias, separando e garantindo ainda que, dentro de governos progressistas, os modos de produção e agentes antagônicos na produção do espaço agrário em diferentes institucionalidades. Assim, temos claramente diferenciações entre a institucionalidade do agronegócio e a da ampla frente que se reúne na agricultura familiar.

É comum que nos debates acerca das perspectivas produtivas do espaço agrário, sempre estejam em discussão o modo de produção. Neste sentido, as perspectivas defendidas pelo agronegócio convergem para uma agricultura baseada em monocultura com amplo suporte de aparatos de técnicas de produção envolvendo maquinários, recursos agroquímicos e humanos especializados, tudo isso baseada numa estreita relação

com o mercado e também institucionalidades públicas de onde advém financiamentos e custos para o setor.

O universo da agricultura familiar é uma categoria mais heterogênea, tanto em modo de produção quanto nos agentes que a constituem na organização da produção, estruturação do trabalho familiar e relacionamento com o mercado. O conjunto desses fatores converge para reafirmação da assertiva de que todo campesinato possui uma produção e organicidade baseada na estrutura familiar, no entanto, nem todo modelo familiar de produção pode ser categorizado enquanto agricultura camponesa (SILVA,2019; VILAS BOAS, 2022). Assim, cabe contextualizar que:

No Brasil, a referência ao campesinato assume dupla conotação. Por um lado, o campesinato corresponderia, para muitos, às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispondo de poucos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificado à incivilidade e ao atraso econômico e social. Neste sentido, ele se distinguiria da agricultura familiar, a qual, apesar de ter também condições de produção restrita, estaria mais integrada às cidades e aos mercados. Por outro lado, a palavra “camponês” carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como “subversivo” pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985. A busca de uma expressão politicamente mais “neutra” levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda” que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo (WANDERLEY, 2014, p.30).

Desta maneira, temos na agricultura familiar enquanto mecanismo institucionalizado com aglutinação de diferentes arranjos. Dentre estes, os camponeses que historicamente possuem relações mais precárias com a cidade e até mesmo com o mercado, questões estas apaziguadas quando passam a integrar o conjunto heterogêneo da agricultura familiar que também é a identidade pela qual acessam as políticas públicas (SILVA,2019; WANDERLEY, 2014).

Assim, tendo em vista que o modelo de produção no espaço agrário brasileiro é palco de disputas, cabe aqui também ressaltar a importância desta alternativa, a existência de políticas públicas para modelos menos capitalizados abre novos horizontes do ponto de vista político e institucional (WANDERLEY, 2014). Tendo em vista que o conjunto que hoje denominamos como agricultura familiar já foi um setor subestimado pelos que defendem os modelos alicerçados na grande produção, latifúndio e comoditização do espaço agrário brasileiro. Isso sob discursos infundados de descrédito a agricultura familiar, à qual associam a imagem de inviabilidade e insuficiência produtiva, ao tempo que constroem um imaginário baseado em mitos de que o agronegócio é uma peça central

nas funções econômicas e de seguridade social por meio dos empregos gerados (ELIAS, 2021).

No âmbito legal, um dos mais importantes fatos para o setor foi a homologação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, por meio da Lei 11.326/2006, também conhecida como Lei da Agricultura Familiar. Esta se constitui como um importante instrumento do ponto de vista legal, tendo em vista que regulamenta, caracteriza e apresenta instrumentos fundamentais para o fomento desta categoria que em conjunto com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – (PRONAF) criado e implementado entre os anos de 1995/1996, significam duas das mais importantes rupturas do ponto de vista político das históricas exclusividades de relações de financiamento do Estado de maneira unilateral com o agronegócio. Outrossim, dentre suas previsões a lei estabelece que:

[...] Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4(quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; [...] IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família [...] (BRASIL, 2006).

Apesar do notório retardo para um instrumento legal de tal natureza, o reconhecimento da agricultura familiar como segmento produtivo digno de investimentos e planejamento institucionais do Estado para o desenvolvimento de suas atividades produtivas é um inegável avanço, tendo como norte novos referenciais no sentido de assegurar e garantir condições de reprodução dos diferentes sistemas que compõem o espaço agrário brasileiro em sua ampla diversidade.

5 A REGIÃO DE VALENÇA E O NEXO ESTRUTURAL FUNDIÁRIO CONCENTRADO: CONTEXTOS, NUANCES E INTERSEÇÕES

Dada as características que delineiam o processo de ocupação na região de Valença, se faz preciso uma análise acerca de uma questão crucial para entendermos os aspectos da dinâmica do espaço agrário regional, que é o *status* de distribuição de terras nesta região. Ao adentrarmos nas questões que envolvem o processo de formação socioespacial brasileira, é imprescindível que pontuemos os aspectos e mecanismos que impõem uma lógica de produção e reprodução do espaço agrário baseada na iniquidade das questões estruturais, sendo o acesso à terra um aspecto de grande centralidade

(MOREIRA, 2002; 2020). A arquitetura colonial e o arranjo pós-colonial, estabelecidos com a independência forjada em 1822, mas ainda alicerçada nos mesmos preceitos raciais, demoraram mais de seis décadas para colocar um fim definitivo na escravidão legitimada pelo aparato legal.

No entanto, no bojo das nuances que precederam o insustentável manutenção do fluxo de entrada de novos escravizados africanos no Brasil, efetivado por meio da Lei Eusébio de Queirós em 1850, e dois meses depois, surge a primeira lei de terras, impossibilitando o acesso à terra daqueles que nela trabalhavam, privando-os da posse sobre si próprios e, ainda mais, do que havia de mais providencial no contexto ultraprimitivo da economia brasileira (MOREIRA, 2020; MARTINS, 2018; AMORIM,; TÁRREGA, 2019).

Desse modo, no intuito de realizar uma análise estrutural no que se refere à concentração de terras, temos como importante ferramenta os censos agropecuários, realizados pela primeira vez em 1920 até sua edição mais recente em 2017 (MITIDIERO JÚNIOR, 2022). Nesse sentido, para aferir a concentração fundiária no panorama regional de Valença a partir dos levantamentos dos censos agropecuários, contamos com o Índice de Gini, que possui diferentes faixas de concentração (Quadro 5), que quanto mais próximo de zero, menor a concentração, e quanto mais próximo de 1, maior a concentração (CÂMARA, 1949).

Quadro 5: Faixas de concentração de acordo com o índice de Gini

Faixa	Classificação
0,000 a 0,100	Concentração Nula
0,101 a 0,250	Concentração de Nula a Fraca
0,251 a 0,500	Concentração de Fraca a Média
0,501 a 0,700	Concentração de Média a Forte
0,701 a 0,900	Concentração de Forte a Muito Forte
0,901 a 1,000	Concentração de Muito Forte a Absoluta

Fonte: Câmara, 1949.

Quando analisamos o Índice de Gini da estrutura fundiária dos municípios na região de Valença (tabela 4), constatamos algumas das características marcantes do modelo sobre o qual se fundamenta e evolui o modelo socioeconômico baseado na grande propriedade para poucos, de maneira que ao longo dessa considerável série histórica que atravessa momentos e transformações de âmbito político, econômico, social, inclusive com incremento da reforma agrária conservadora, que conseguimos implementar a

partir do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA, de 1985 e seus sucessores, estrutura permanece com tendências de concentração.

Tabela 4 - Evolução do Índice de Gini na região de Valença 1920- 2017

Municípios	Ano										
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006	2017
Cairu	0,938	0,764	0,875	0,780	0,801	0,853	0,748	0,879	0,804	0,887	0,696
Camamu	0,966	0,504	0,633	0,697	0,788	0,766	0,764	0,767	0,734	0,813	0,703
Igrapiúna	-	-	-	-	-	-	-	-	0,748	0,835	0,785
Ituberá			0,603	0,797	0,662	0,673	0,628	0,623	0,801	0,774	0,721
Maraú	0,982	0,49	0,692	0,68	0,604	0,677	0,765	0,752	0,759	0,755	0,744
N. Peçanha	0,926	0,319	0,687	0,695	0,696	0,686	0,662	0,706	0,687	0,716	0,711
P.do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	0,656	0,65	0,693
P. T. Neves	-	-	-	-	-	-	-	-	0,702	0,753	0,708
Taperoá	0,672	0,497	0,698	0,549	0,524	0,586	0,582	0,613	0,708	0,698	0,66
Valença	0,989	0,415	0,629	0,529	0,618	0,600	0,622	0,669	0,733	0,745	0,735

Dados: Geografar, 2020.

A amplitude temporal dos dados nos leva para a necessidade analítica de algumas nuances com estreita relação na estruturação do que temos enquanto panorama cristalizado nos índices. O censo de 1920 realizado pela então Diretoria Geral de Estatística⁸, aponta para uma situação ainda pouco desvencilhada do modelo basilar de exploração colonial. Esse foi sem dúvidas, um importante marco para a gestão territorial brasileira, pois foi o primeiro recenseamento do gênero. Neste foram recenseados aproximadamente 648 mil estabelecimentos agropecuários no território brasileiro, ao passo que no mais recente de 2017, foram recenseados mais de 5 milhões de estabelecimentos. Importante observar que nesse primeiro censo, a região de Valença, quase que em absoluto, estava com os municípios na faixa de concentração de muito forte a absoluta, sendo a única exceção o município de Taperoá.

Nos dados referentes ao ano de 1940, o primeiro conduzido sob comando do Instituto Nacional de Estatística, que posteriormente se tornou o IBGE, como pontua Mitidiero Júnior (2022), ao delinear os meandros históricos dos censos agropecuários, no qual se faz necessário nos situarmos do seguinte contexto institucional e político dos levantamentos, em compasso com a Geografia brasileira:

A série histórica de realização e publicação dos Censos Agropecuários é a seguinte: 1920 – 1940 – 1950 – 1960 – 1970 – 1975 – 1980 – 1985 – 1995/96 – 2006 – 2017. Em 1920, o Censo agrícola foi realizado junto com a contagem populacional (“Censo da População”); em 1930, não ocorreu o Censo devido a

⁸ A Diretoria Geral de Estatística pelo Decreto no 4.676, de 14 de janeiro de 1871

convulsão política nacional com a Revolução de 30. No ano de 1940 foi realizado o primeiro Censo sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado em 1934 como Instituto Nacional de Estatística, ganhando a sigla IBGE em 1938. Depois da fundação do IBGE, os Censos de 1940 a 2017 foram realizados por incumbência desse instituto. É importante mencionar que o IBGE nasceu em um momento de institucionalização da Geografia brasileira. Nos anos iniciais, a história do instituto caminhou *pari passu* com o desenvolvimento dessa disciplina acadêmica e científica. O primeiro Departamento de Geografia surgiu no mesmo ano de fundação do IBGE, em 1934, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Também, no mesmo ano, foi fundada a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e, logo em seguida, em 1935, foi criado o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse período de sistematização e institucionalização da Geografia científica, o Brasil era um país rural, o que naturalmente fez com que as temáticas de pesquisa rural tivessem significativa importância no nascimento do instituto e de departamentos de Geografia (MITIDIERO JÚNIOR, 2022, p.30).

Dado o exposto, verificamos no censo 1940, um cenário geral curioso, onde verifica-se no conjunto dos dados, o momento onde o movimento geral da concentração fundiária na região demonstra uma brusca redução na mensuração de concentração, quando dos 6 municípios existentes naquele momento, apenas Cairu constava na faixa de concentração forte a muito forte. Já Camamu, Marau, Nilo Peçanha Taperoá e Valença estavam na faixa de concentração média a forte. A redução na concentração nesse período chama bastante atenção, já que nos seguintes até é possível verificarmos alguns movimentos sutis, mas nenhum nessa proporção. A redução na concentração verificada neste período, pode ser associada a alguns fatores de ordem técnica, contexto espacial rural regional e mais globalizados fatores em função da crise de 1929. O primeiro deles é a mudança conceitual no que o instituto compreendia como estabelecimento agropecuário, pois:

No Censo 1920 o conceito foi claramente mais restrito, não se considerando os pequenos sítios da zona rural, desde que a respectiva produção se destinasse ao consumo doméstico ou fosse de pequeno valor [...]. Foram excluídas as propriedades rurais cuja produção não atingiu a CR\$ 500,002 (HOFFMANN, 2014, p.112).

Assim, no censo de 1940, a definição de estabelecimento agropecuário foi muito mais abrangente, sem limitação de área ou valor da produção. Essa definição englobou a totalidade das áreas destinadas a atividades relacionadas à exploração direta do solo. Portanto, esse conceito mais amplo levou a algumas interpretações inadequadas que não consideraram a abrangência conceitual do que foi recenseado como estabelecimento agropecuário em 1940 de maneira mais ampla (HOFFMANN, 2014).

Outro fator que contribui para os resultados verificados na região está mais relacionado à dinâmica específica do sul da Bahia. Isso se deve à inserção da região de

Valença na macrodinâmica mesorregional de especialização na produção cacaueteira.

Nesse contexto, Freitas (2009) aponta que:

O Censo Agrícola de 1940 refletiu o processo de interiorização da lavoura cacaueteira com o significativo aumento do número de estabelecimentos agropecuários, dada a intensificação da apropriação arbitrária das terras devolutas e conflitos fundiários decorrentes da dominialidade ilegal da terra. Também vale ressaltar que a Crise Mundial de 1929 repercutiu diretamente na escala local – dado o caráter monocultor agroexportador de sua economia – favorecendo o enfraquecimento conjuntural da oligarquia rural com os elevados índices de endividamento (FREITAS, 2009, p.130).

Na década de 1950, temos um período especialmente agitado em termos de acontecimentos no espaço agrário, no cenário geral e também no regional. Nesse período, a região contava com 7 municípios, desses 6 estavam na faixa do índice de gini de concentração média a forte, e apenas Cairu na faixa de concentração forte a muito forte. Nessa época tivemos a combinação de diversos fatores com influência na produção do espaço agrário regional. A região experimentava a pujança da economia cacaueteira, em um momento de retomada, pois até 1945, em função da segunda Guerra, muitos mercados se fecharam em função do decréscimo no consumo mundial (TAFANI, 1980).

Nesse período, ocorreram algumas movimentações importantes no espaço agrário da região de Valença. Em termos fundiários a região assistia um processo expressivo de estabelecimento de empreendimentos do grupo Odebrecht, que de acordo com Silva (2018), se instalou na região através do empreendimento Sociedade Anônima Ituberá Comércio e Indústria (SAICI), este, em seu primeiro momento destinado a atividades madeireiras e posteriormente diversificou em diversos ramos, sobre esse processo Silva (2018,p.73), ainda destaca que, “Além dos empreendimentos que implantou, Odebrecht articulou para que outras empresas e investidores se instalassem na cidade.[...], os outros empreendimentos estavam todos vinculados à exploração de grandes extensões de terra”.

É nesse contexto, que temos nuances importantes para o que temos enquanto nexos estrutural fundiário na região, pois a articulação de Odebrecht, em função de sua influência política e econômica, que em muito influenciou em processos que ainda hoje se territorializam fundamentados na grande propriedade. Nesse sentido, Odebrecht em seu viés empreendedor, viabilizou a inserção de outros grupos empresariais na região em que encontrou campo fértil para as suas ações, assim, articulou a inserção regional das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo e da multinacional do setor de pneumáticos Firestone, como Santos (1958), quando analisava a dinâmica no município de Ituberá:

[...]Matarazzo & cia. Ali está construindo estabelecimentos, com o objetivo de aproveitar industrialmente o dendê (cuja produção municipal em 1954 foi de 12.885 quilos) e cujo azeite será exportado pelo porto local. A indústria oleífera.

de Matarazzo aproveitará, igualmente, a produção dos municípios vizinhos, também grandes produtores. Em 1952, o município produziu 48.850 quilos de azeite. No valor total de Cr\$ 488.500,00. Cogita-se, também, da instalação, pela mesma firma Matarazzo, de uma fábrica de papel e de caixas de papelão e a Firestone já tem demarcadas as terras, onde vai intensificar o plantio da borracha (SANTOS, 1958, P. 129-130).

O empreendimento da Matarazzo na região, não durou por muito tempo, no entanto a Firestone, que chegou no mesmo contexto se territorializou de maneira exitosa, imbuída da intencionalidade de ampliar a produção da matéria prima para seus produtos, o látex, a fabricante de pneus se instalaram numa área de aproximadamente 10 mil hectares entre os municípios de Ituberá e Igrapiúna (TANAN, 2017). Essa grande propriedade, que esteve envolta em diversas contestações e acusações de grilagem por parte da população local que se viu expropriada pelo empreendimento, mudou de titularidade por algumas vezes, sendo que Tanan (2017, p.62) aponta que após a inserção do agronegócio do látex na região capitaneado pela Firestone, a área passou pelas seguintes posses “a Firestone vende a Fazenda para a Companhia Brasileira de Borracha (CBB), e em 1983 a CBB repassa a fazenda para a indústria de pneus Michelin. A partir deste ano a fazenda fica conhecida como Plantações Michelin Bahia (PMB).”

Essa área na região se configura como de singular importância no desenvolvimento do agronegócio da heveicultura brasileira, pois esta, com fortes incentivos de diferentes institucionalidades do Estado brasileiro, acabou por se tornar uma irradiadora de tecnologias e experimentos agrícolas que visavam a modernização da atividade no Brasil. De maneira que ao elencar a importância desta para a heveicultura nacional, os autores destacam os seguintes aspectos:

Na Bahia, o projeto iniciou com a aquisição de uma fazenda de cerca de 9 mil hectares, anteriormente pertencente à Firestone, localizada em Igrapiúna, BA, denominada Fazenda Três Pancadas, devido à grande cachoeira existente no local. A fazenda foi compartimentalizada com destinação de 3 mil hectares para uma reserva natural de biodiversidade e mil hectares para pesquisas. Os 5 mil hectares restantes foram divididos em 12 propriedades médias de, aproximadamente, 400 ha cada e vendidas aos 12 funcionários mais graduados da empresa com financiamento do Banco do Nordeste. Contando com excelente infraestrutura de estradas, alto nível educacional dos proprietários, mão de obra qualificada para exploração, facilidade de escoamento da produção e acordo de compra da borracha, essa mudança de proprietário deu certo e poucas seriam as chances de dar errado (GONÇALVES; CARDOSO; CABRAL JUNIOR, p.46).

É curioso verificar o contexto de surgimento desses grandes empreendimentos no espaço agrário regional, chama ainda mais atenção o investimento dispensado pelo poder público nesses empreendimentos de idoneidade fundiária questionável (TANAN, 2017; SILVA, 2016; 2018). Existem outros casos de grandes empreendimentos nesse contexto

na região, sobre os quais se faz preciso pontuar que estes se fortalecem ainda mais com o direcionamento orquestrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) surgida no final da década de 1950, pois a partir da política de desenvolvimentismo adotada com a criação do órgão, muitos foram os investimentos direcionados para grandes projetos com viés agroindustrial, tornando o espaço agrário, um campo fértil para investimento de grandes grupos, sem que fosse resolvido, o que ainda hoje urge como mais crucial, a posse da terra. Desse modo, observa-se na região que a política desenvolvimentista se territorializou e culminou em benefícios para instalação e fortalecimento de alguns empreendimentos do setor agrícola, tal como pontua Lima (2015):

Apesar das poucas informações existentes sobre os períodos de instalação das empresas agrícolas no território Baixo Sul, encontramos ainda em funcionamento antigas empresas, tais como: Odebrecht, Cultrosa e Michelin; enquanto outras como Brahma (atual Ambev), Cepel, Tagril foram transformadas em assentamentos rurais (LIMA, 2015, P.39).

No censo da década de 1960, a região ainda contava com um total de 7 municípios, dos quais 5 se enquadravam na faixa de concentração de média a forte. Cairu permaneceu na faixa de concentração de forte a muito forte, enquanto Ituberá avançou para a categoria de forte a muito forte, ocupando, nesse período, o mais alto nível entre os municípios da área de estudo. Isso demonstra o efeito dos processos mencionados na década anterior, visto que a década de 1950 foi marcada por uma forte investida dos empreendimentos baseados na grande propriedade, liderados por empresas como a Odebrecht e outros grupos que chegaram impulsionados pela política desenvolvimentista promovida pela SUDENE.

Esse censo trouxe consigo uma série de desafios, especialmente no que se refere às questões operacionais relacionadas. No entanto, foi o primeiro censo a utilizar um computador (FLORIDO, 2005). A coleta de dados teve início em setembro de 1960, foi interrompida e só retomou em março de 1961, sendo concluída em julho do mesmo ano. Os dados desse censo só foram divulgados de forma definitiva em 1970, muito próximo do início dos trabalhos para o próximo censo (FLORIDO, 2005).

Este censo se constituiu enquanto importante alicerce para a consolidação do que ganharia destaque nas décadas seguintes, uma vez que incorporou aspectos que serviram de base para os processos de inserção da Revolução Verde no espaço agrário brasileiro, como contextualizado no trecho a seguir:

A partir do Censo Agropecuário 1950, a política agrícola, tal como se conhece, foi sendo incorporada, com informações sobre serviços financeiros, assistência técnica e extensão rural (Ater), atuação dos governos na esfera da comercialização e políticas de preços. A crescente importância adquirida pelo planejamento no período após Segunda Guerra Mundial elevou a importância de aspectos diretamente ligados à produção, em particular os custos, as técnicas e o uso de insumos e mão de obra. Informações relacionadas a esses temas seriam utilizadas para a formulação de políticas de comercialização e preços que se difundiriam a partir de meados da década de 1950 e mais amplamente nos anos 1960 e 1970 (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2020, p. 261).

Nas décadas de 1970 e 1980, houve uma quebra na periodicidade decenal dos censos, passando a serem realizados a cada 5 anos. Isso ocorreu no contexto do estabelecimento da política desenvolvimentista e do nacionalismo promovido pelo regime autoritário que assumiu o poder após o golpe de 1964 (MITIDIERO JÚNIOR, 2022). Esse período coincidiu com um importante momento, já que desde a década de 1950 estava gradualmente se aproximando a Revolução Verde, que desempenhou um papel fundamental na disseminação de ideias e técnicas globalmente, contribuindo para a capitalização do espaço agrário. Nesse sentido, o Brasil se mostrou um terreno fértil diante do desenvolvimentismo promovido pelo regime militar.

Ao analisarmos os dados sobre a estrutura fundiária nesse período, observamos que em 1970 Cairu voltou a apresentar a maior concentração, agora na faixa de forte a muito forte, o que também era o caso do município de Camamu. Enquanto isso, os outros municípios se situavam na faixa de concentração média a forte. O censo de 1975 não revelou grandes mudanças em relação ao anterior, com Cairu e Camamu permanecendo na faixa de forte a muito forte, e os outros 5 municípios mantendo-se na faixa de concentração média a forte.

No primeiro censo da década de 1980, a região passou a contar com 3 municípios na categoria de forte a muito forte, com Maraú agora apresentando a maior concentração, seguido por Camamu e Cairu, enquanto os demais permaneceram na faixa de média a forte. Em 1985, o índice de Gini na região evoluiu para uma maior concentração, com 4 municípios na faixa de concentração forte a muito forte, sendo eles Cairu, Camamu, Maraú e Nilo Peçanha, enquanto os demais permaneceram na faixa de média a forte.

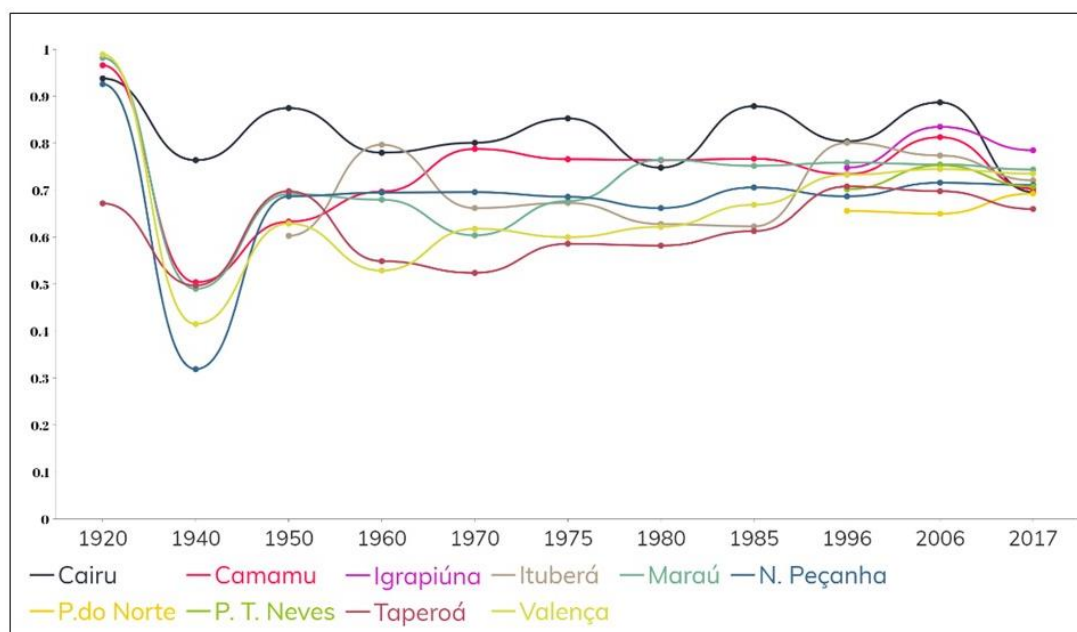
Em 1996, censo que mais uma vez quebrou o período decenal e que foi realizado sob forte pressão, a região passa a contar com os 10 municípios que atualmente constituem a região, destes 8 encontravam-se na faixa de concentração forte a muito forte, sendo as duas únicas exceções na faixa de média a forte, os municípios de Nilo Peçanha e Piraí do Norte. Nesse contexto, notamos uma tendência de fortalecimento da

concentração fundiária na região. Mesmo após a crise cacauceira que se estabeleceu em toda a mesorregião desde o final da década de 1980.

O índice de Gini, referente ao ano de 2006, revela o quanto resiliente são as estruturas e mecanismos de concentração de terra. Neste período, 8 dos 10 municípios da região estavam na faixa de concentração de forte a muito forte, sendo as únicas duas exceções as estruturas dos municípios de Piraí do Norte e Taperoá.

Ao observarmos, o índice de Gini com base nos dados do censo agropecuário mais recente, de 2017, constatamos quase todos os municípios se encontravam na faixa de concentração considerada forte a muito forte. Nesse grupo, estão incluídos 7 dos 10 municípios da região, enquanto os outros três situam-se na faixa de concentração fundiária média a forte, o que ocorre em Cairu, Piraí do Norte e Taperoá. Desse modo, temos enquanto dinâmica ao longo desse período 1920-2017 (Figura 10), uma resistência e estabilidade na concentração de terras.

Figura 10- Dinâmica do índice de Gini na microrregião de Valença 1920-2017



Fonte: Dados Geografar, elaborado pelo autor 2023.

5.1 Reforma agrária, luta e acesso à terra na região de Valença/BA

Dado o exposto, que revela uma estrutura fundiária com tendência de concentração, ao analisarmos a inserção da região de Valença no que está estabelecido enquanto política de acesso à terra, por meio das conservadoras políticas públicas de reforma agrária que ganharam formato sistêmico a partir do Primeiro Plano Nacional de

Reforma Agrária – PNRA, o qual previa a garantia do acesso e direcionamentos ainda no âmbito do Estatuto da Terra de 1964, nesse sentido o I PNRA estipulou como meta o assentamento de 1.400.000 famílias (um milhão e quatrocentas mil famílias), alicerçado no princípio da função social da terra, que ainda hoje figura como elemento central no modelo adotado pelo Estado brasileiro, desde o Estatuto da Terra, passando pelo I PNRA, ratificado na Constituição de 1988 e que fundamentam o *modus operandi*, alavancadores na desapropriação de latifúndios improdutivos para a reforma agrária, como ainda consta no II PNRA, com pautas mais abrangentes elaborado em 2003 (BRASIL, 1964; 1985, 1988, 2003).

O primeiro PNRA que se constitui enquanto importante marco da retomada da condução civil do Estado brasileiro, sobretudo por propor uma política de Estado, que de alguma maneira estava experimentando interlocução entre os movimentos de luta pela terra no entanto, sob forte presença e pressão de setores ligados ao grande capital agrário, ao tocar o sensível ponto de uma urgente reforma nas estruturas de posse da propriedade rural no Brasil, optou-se por uma conservadora e conciliadora, e que de certo modo retroalimentadora das estruturas de dominação com a previsão de indenização aos latifundiários em posse de propriedades improdutivas e sem função social (GIRARDI; FERNANDES, 2008).

No caso da região em questão, temos distribuído ao longo da região 23 projetos de assentamento com capacidade para 1.333 famílias em 21 mil hectares, instituídos pelo governo federal (quadro 6).

Quadro 6 -Projetos de reforma agrária na microregião de Valença

Município	P. de Assentamento	Capacidade	Área (ha)	Criação	Fase	Vínculo
Camamu	Camamu ⁹	300	4.497,00	1981	5	STTR
Camamu	Mariana	28	648,2426	1993	3	MST
Camamu	Zumbi dos Palmares	50	1.244,60	1997	3	STTR
Camamu	Dandara dos Palmares	70	1.452,24	1998	3	STTR
Camamu	Limoeiro	55	1.303,46	1999	3	MST
Camamu	Paulo Jacson	90	891,45	1999	5	STTR
Camamu	Paulo Freire	25	353,98	2001	4	STTR
Camamu	Ernesto Che Guevara	19	391,24	2004	4	STTR
Camamu	Argemiro M. de Oliveira	24	394,27	2004	4	MST
Camamu	Antônio Conselheiro III	35	337,93	2004	3	MST
Igrapiúna	Fazenda Bom Jesus	35	351,0492	2005	3	MST
Igrapiúna	Mata Do Sossego	82	1567,6799	1997	3	STTR
Igrapiúna	Mirante	40	722,2000	1998	6	MST
Ituberá	Margarida Alves	30	522,2500	1998	5	MST
Ituberá	Lucas Dantas	50	701,7800	1998	3	MST
Ituberá	Josenei	61	825,6876	1998	3	MST
Maraú	Santa Maria	60	1.407,9215	1986	7	STTR
Maraú	Liberdade	57	725,5000	2001	3	STTR
Maraú	Luzitânia	30	278,6732	2008	3	STTR
Maraú	Maçaranduba N. Esperança	38	586,6398	2013	3	STTR
N. Peçanha	Fazenda São Joao	30	414,8680	2004	3	MST
Taperoá	17 De abril	80	999,2370	1997	3	STTR
Valença	Santa Luzia	44	386,3000	1996	5	STTR
Total	23	1.333	21.004,20	---	---	---

Dados: Acervo Fundiário, INCRA, 2023; Porto (2016).

Ainda que notadamente insuficiente para reparação equitativa da trajetória regional que combina as heranças coloniais com nuances posteriores de expropriação e territorialização de grupos empresariais, a conquista desses projetos de assentamento e destinação dessas áreas as famílias sem-terra, é resultante da hercúlea luta de movimentos populares pelo acesso à terra. Desse modo, tem-se no conjunto regional uma marcante atuação dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais- STTR e do Movimento

⁹ Projeto de assentamento anterior ao I PNRA. Criado na categoria de assentamento Rápido (PAR), que consiste na regularização do uso para posseiros em terras devolutas. Lima (2015) ainda informa que na atualidade a área do projeto se dinamizou em termos da dinâmica de ocupação de maneira que com o avançar dos anos os 4.497 hectares do projeto, agrega na atualidade diversos povoados e ocupações rurais embora, conste dentre os projetos de assentamento no acervo fundiário do INCRA.

dos Trabalhadores Sem-terra- MST no tocante as questões organizativas de luta pela terra, reforma agrária e políticas de sustentação quanto em âmbito produtivo quanto no social.

No contexto regional, os STTRs encampam juntamente com o MST, o papel de agente ativo que faz girar as engrenagens da reforma agrária, de modo que dentre os 23 projetos de assentamento existentes na região. Porto (2016), identificou na região de Valença que 13 são vinculados ao STTR de seus diferentes contextos municipais, ao passo que 8 são organicamente vinculados ao MST (PORTO, 2016).

Diante dessas duas formas de organização dos trabalhadores rurais, é preciso que contextualizemos a dinâmica dessas organizações. A sindicalização dos trabalhadores rurais no Brasil, tendo em vista que esta ocorre em conjunto com importantes momentos da política agrária e agrícola. A década de 1950 reservou ao espaço agrário brasileiro uma efervescência no que diz respeito à organização das lutas camponesas. Nesse período, destaca-se a organização dos que reivindicavam de maneira mais enérgica e organizada uma reforma agrária, por meio das Ligas Camponesas, movimento de luta pela reforma agrária inicialmente gestado em Pernambuco e que mais tarde ganhou projeção ao se territorializar em outras unidades da federação, como Paraíba, Rio de Janeiro e Goiás.

Apesar das ligas terem se fortalecido no contexto de liberalização política e populismo do governo Juscelino Kubitschek (1956 -1961), a chegada de João Goulart a presidência (1961-1964) em seu ímpeto programático progressista e reformista, mas ainda assim, conservadora tentou institucionalizar as Ligas, no entanto lideranças orgânicas das ligas em deliberação realizada no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em 1961, resistiram a entrada da organização no aparelho do Estado, garantindo para o movimento organicidade fora do foi proposto pelo governo, de maneira que neste evento, foi proferido o celebre trecho do discurso do principal líder do movimento Francisco Julião, quando conclamou que : “reforma agrária na lei ou na marra, com flores ou com sangue”(DEZEMONE, 2016).

Assim, apesar da tese de Julião ter vencido no que tange ao direcionamento das Ligas Camponesas, o cenário se altera a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural- ETR, que legalmente, equiparou os trabalhadores rurais aos dos outros contextos espaciais e dentre outras determinações, previa a criação de entidades sindicais com federação estaduais e uma confederação nacional congregando o conjunto dessas (MEDEIROS, 2001; DEZEMONE, 2016). De maneira que:

A regulamentação do sindicalismo rural pelo Estado brasileiro e a consequente criação e/ou transformação das entidades organizativas pré-existentes em sindicatos culminaram na constituição, no final de 1963, de uma Confederação

Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que unificava a enorme diversidade de segmentos no campo e centralizava as organizações sindicais até então existentes. O golpe militar de 1964, a prisão, desaparecimento ou exílio de várias lideranças, a intervenção sobre os sindicatos existentes não implicaram no desaparecimento da Contag (MEDEIROS, 2001, p. 108).

Então, sob a égide do ETR o número de sindicatos de trabalhadores rurais se multiplicou de maneira substancial, sendo que até o começo da década de 1960 eram contabilizados apenas cinco sindicatos rurais, ao passo que mais de quatrocentos foram criados apenas em 1963 (DEZEMONE, 2016). Ocorre que naquele momento histórico, os sindicatos eram grandes conglomerados de agentes sociais de diferentes vieses, tendo apenas em comum, o vínculo com a atividade agrícola ou pecuária, mas com diferentes configurações, de maneira que esta institucionalidade aglutinava meeiros, colonos, foreiros, moradores, posseiros, arrendatários, dentre outras relações de vínculo com o trabalho rural (MEDEIROS, 2001; DEZEMONE, 2016). Posto isso, cabe enfatizar a multiplicidade e heterogeneidade dos agentes envolvidos nesses sindicatos, de maneira que no contexto regional temos no caso do município de Camamu que teve sua fundação em 1967, como consta na logo da organização, na Figura 11.

Figura 11: Logo Sindicatos Dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Camamu-BA



Fonte: STTR-Camamu.

Onde no contexto de formação e organização deste, constata-se as seguintes nuances:

Embora a direção do STR, como o presidente, fosse composta por trabalhadores rurais, estes eram apoiados ou coagidos pelos interesses dos grandes proprietários da região. Assim, os entrevistados avaliaram (em diferentes níveis)

o STR e os dirigentes naquela ocasião como “pelegos” [...] De qualquer modo, alguns membros do STR atual consideram que o trabalho de base do sindicato em Camamu começou realmente a partir de 1979 [...] (LIMA, 2015, p.48).

Nesse sentido, temos o reflexo de processos advindos da heterogeneidade da sindicalização pautada no vínculo com a terra, mas muito distinta em termos principalmente no que concerne à posse. Assim, que no contexto brasileiro, torna-se insustentável a integração organizacional entre trabalhadores, minifundiários e despossuídos de terra em pautas com os agentes agrários detentores de grandes propriedades. A dissolução desta impossível “conciliação”, baseada na imposição patronal na entidade trabalhista se dá a partir da criação dos Sindicatos Rurais Patronais, estes passam a ser a agremiação sindical também verticalizada, atuando com base territorial municipal, estadual pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB e nacionalmente pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, estas que coadunam os interesses patronais da agricultura, de maneira que contextualizando para o âmbito regional temos como no caso do município de Camamu, o STTR(Figura 12 a) fundado em 1967, e o Sindicato Patronal (Figura 12 b), com sua base territorial no município fundada em 1976 (LIMA , 2015).

Figura 12: A- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais B- Sindicato Patronal Rural, Camamu, BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Ainda no contexto dos projetos de reforma agrária, há uma significativa presença de assentamentos vinculados ao MST na região de Valença. O MST possui na região marcos importantes no que concerne à sua territorialização no estado da Bahia, especialmente na sua expansão em direção ao Sul do estado. Com o intuito de auxiliar na organização camponesa, o MST chegou à região de Valença no seguinte contexto:

O Movimento foi para o Sul a fim de ajudar a resolver os problemas de um PA criado pelo Governo do Estado da Bahia chamado Rodotec¹⁰, em Camamu, organizado pelos STR's da região e que tinha muitos problemas. O MST partiu, mas já determinado a criar seus próprios PA's, afinal, em um assentamento antigo não seria tão simples a orientação pelas diretrizes do Movimento. Assim, em 1990, participantes do Movimento, ocuparam a Fazenda Mariana no município de Camamu, sendo em seguida despejados. O novo acampamento foi montado na estrada de Ibirapitanga até que a área fosse desapropriada. O proprietário entrou com uma Ação Cautelar questionando o fato de sua propriedade ser considerada latifúndio improdutivo. A questão tramitou ao Poder Judiciário que submeteu a fazenda a um novo laudo. Este parecer confirmou que a propriedade não vinha cumprindo a sua função social e por tal motivo foi desapropriada em 30 de março de 1988 para assentar 181 famílias. Esse PA deu início à espacialização do Movimento na sua regional Sul. No entanto, como o passar do tempo e com o acúmulo de novas conquistas, essa regional foi sub-dividida em duas: Sul e Baixo Sul. O PA Mariana ficou localizado, pelos critérios geográficos-organizativos do Movimento, na regional Baixo Sul (SANTOS, 2004, p. 102-103).

Então, o MST passa a integrar a dinâmica de agentes, de maneira a se somar a pauta pioneira dos STTR's na região, mas com sua estratégia organizativa própria no arcabouço desse movimento. Posto isso, e retomando a constatação do cenário fundiário concentrado, o movimento se coloca na atualidade como tensionador do latifúndio e injustiça agrária, como podemos observar na figura 13, ainda existem movimentações no sentido de ocupação e denúncia de existência de grandes áreas, que no sistema brasileiro é crucial, pois as ocupações acionam o Estado, haja visto que as estruturas governamentais são pouco ativas no sentido de uma auditoria pela justiça agrária, portanto, sem as ocupações que tensionam as estruturas, a reforma agrária se inviabiliza.

¹⁰ Quando os PAs Mirante e Mata do Sossego foram criados, o território do município de Igrapiúna ainda estava sob domínio do município de Camamu.

Figura 13 - Ocupação da fazenda Cultrosa por mulheres camponesas do MST em 2013, Camamu, BA



Fonte: <https://mst.org.br/2013/03/05/mulheres-sem-terra-ocupam-a-fazenda-cultrosa-em-camamu-na-bahia/>.

Para além da luta pelo acesso à terra, existe também a materialização das conquistas de ambas as organizações. Independentemente da vinculação organizativa dos projetos de reforma agrária, eles estão politicamente institucionalizados como agricultores familiares. Assim, lutam ombro a ombro pela organicidade interna dos assentamentos e pelo acesso às mais diversas políticas que se impõem como necessárias para a manutenção de uma produção com excedentes e a reprodução da vida nas áreas conquistadas.

Nesse sentido, cabe um olhar para o andamento das políticas de reforma agrária, por meio da portaria 80/2002, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, instituiu no processo de implementação dos assentamentos 7 etapas norteadoras para efetivação da política de reforma agrária para muito além da aquisição das terras e ocupação dos lotes, conforme exposto no quadro 7.

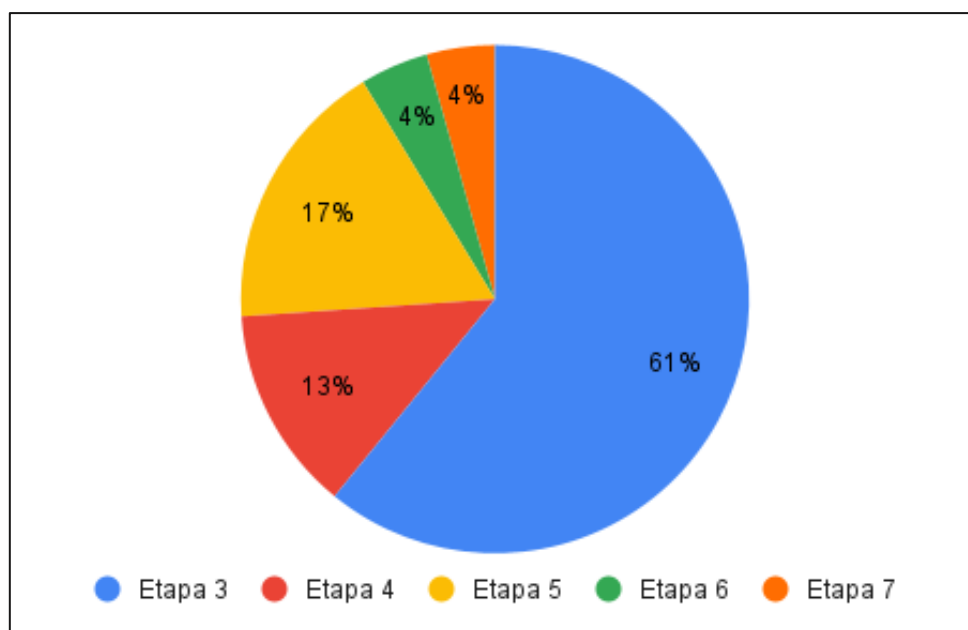
Quadro 7 - Etapas de implementação de projetos federais de reforma agrária

Etapa	Características
1- Pré-Projeto de Assentamento	Fase em que os imóveis já se encontram selecionados e decretados para a desapropriação, ou pré-selecionados para a aquisição pelos programas de crédito fundiário, sendo preparados sob os aspectos técnicos e jurídicos para receber as famílias classificadas como pré-assentados selecionados para projetos em elaboração
2- Assentamento em Criação	Aquele cuja clientela encontra-se já selecionada pelos programas de acesso à terra, aguardando a elaboração da Relação do Beneficiário-RB, para ser assentada em imóvel já devidamente identificado, em vias de desapropriação, arrecadação ou aquisição, cujos cadastros estejam disponíveis nos bancos de dados de identificação do INCRA (SIPRA); BT (SIBT) PCPR(SICPR)
.3 - Assentamento Criado	Imóvel já sob o domínio ou posse do INCRA, na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação das mesmas, com a assinatura de respectivos contratos de assentamento
4 - Assentamento em Instalação	Projeto criado, cujos beneficiários encontram-se em instalação no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, de natureza obrigatoriamente participativa, com a concessão dos créditos de apoio à instalação
.5 - Assentamento em Estruturação	Aquele em que se inicia a fase de implantação de infraestrutura básica: abastecimento de água; eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradia
6 - Assentamento em Consolidação	Aquele cujos beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infra-estrutura básica, e acesso ao PRONAF-A, estando em fase de titulação definitiva, cujas famílias já possuem condições sócio-econômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF
7- Assentamento Consolidado	Aquele que tenha mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade, estando em fase de transferência de áreas ou imóveis remanescentes, ao Município ou Estado (Núcleos urbanos, etc.).

Fonte: MDA, portaria nº 80, de 24 de abril de 2002.

Analisando o panorama regional dos 23 PAs no acervo fundiário do INCRA com base na portaria nº 80, de 24 de abril de 2002 do MDA (Figura 14), verificamos que 61% consta na etapa 3, que corresponde ao assentamento criado e com a dominialidade do INCRA, desta maneira, verifica-se que apesar da estagnação das famílias nos projetos, ainda existe um caminho a ser percorrido para plena concretização das políticas.

Figura 14: Etapas dos projetos de assentamento na microrregião de Valença



Fonte: Acervo fundiário INCRA ,2023. Elaborado pelo autor, 2023.

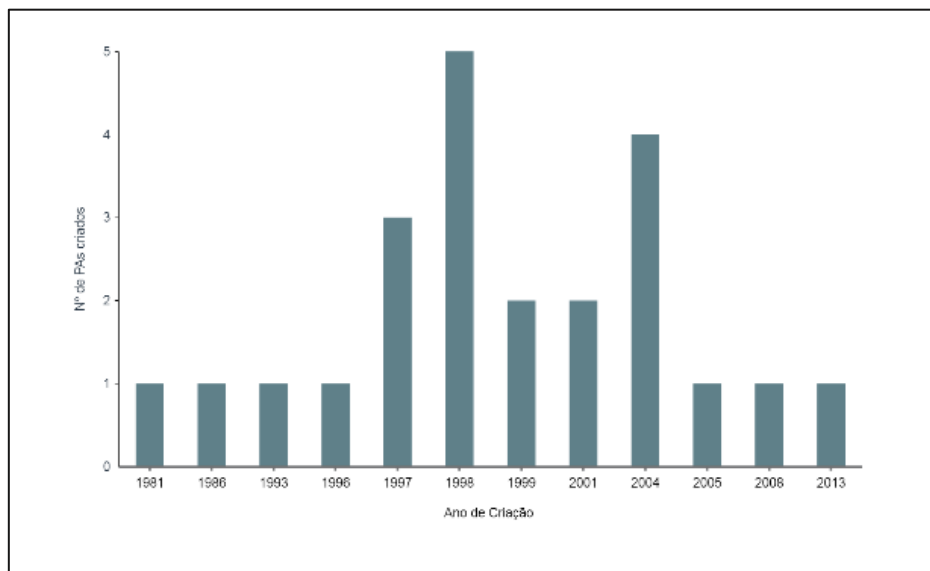
Assim, verificamos que a luta por uma reforma agrária não se esgota no acesso à terra, e assim a necessidade e importância de permanência dos assentados na organicidade desses movimentos, que contexto regional ocorre através do vínculo com os STTR e MST, tendo em vista que:

Após a conquista da terra, os sem-terra precisam assumir um conjunto de lutas específicas, como por exemplo: crédito agrícola, estradas, energia elétrica, preço mínimo, etc., que são lutas que interessam diretamente àquela comunidade. Ora, esse caráter foi incorporado por causa da própria lógica de desenvolvimento do Movimento. A conquista da terra não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. Os sem-terra foram aprendendo na caminhada que quem só luta pela terra tem na própria terra o seu fim. Perder o vínculo com a organização dos trabalhadores & cair no isolamento. É justamente a organização que abre caminho para o avanço da luta. Somente por meio de um forte movimento, os sem-terra transformarão a luta pela terra em luta pela reforma agrária. O caráter popular e o componente corporativo dimensionaram o MST, qualificando a luta e dando um passo importante na construção da história da organização camponesa (FERNANDES, 2000, p. 85).

Ainda assim, a aquisição de novas áreas para destinação a essas políticas ainda se coloca enquanto necessidade inerente, pois ao analisarmos o histórico de criação de PAs

na região figura 15, verificamos uma estagnação na criação de novos projetos, haja visto que o último deles foi criado em 2013, que corresponde ao PA Maçaranduba Nova Esperança, com 586 hectares e capacidade para 38 famílias no município de Maraú.

Figura 15- Ano de criação dos projetos de assentamento na microrregião de Valença



Fonte: Acervo fundiário INCRA, 2023. Elaborado pelo autor, 2023.

A atualidade coloca o desafio de retomar as discussões e ações reparadoras da histórica estrutura fundiária concentrada brasileira, que, no contexto regional, ao analisarmos um panorama obtido através de informações mais atualizadas, como o Censo Agropecuário de 2017, como observamos na Tabela 5 que 90% dos estabelecimentos recenseados na região de Valença estão na faixa de 0 a menos de 20 hectares, sendo que, dentro dessa proporção, 77,87% possuem área menor que 10 hectares. Contexto que implica na forte presença de minifúndios.

Tabela 5 - Estabelecimentos agropecuários por grupo de área na microrregião de Valença

Grupo de área total (ha)	Nº de estabelecimentos	%
Mais de 0 a menos de 10 ha	19.217	77,87%
De 10 a menos de 20 ha	3.089	12,52%
De 20 a menos de 50 ha	1.467	5,94%
De 50 a menos de 100 ha	484	1,96%
De 100 a menos de 200 ha	232	0,94%
De 200 a menos de 500 ha	140	0,57%
De 500 a menos de 1.000 ha	36	0,15%
De 1.000 a menos de 2.500 ha	9	0,04%
De 2.500 a menos de 10.000 ha	3	0,01%
Total	24.677	100,00%

Fonte: IBGE, censo agropecuário, 2017.

Os dados são extremamente alarmantes, ainda mais quando tomamos como referência o módulo fiscal, que é a unidade fundiária com a qual a legislação estima enquanto viável para as atividades do setor agropecuário, o módulo fiscal é definido a nível municipal, de maneira que na região de Valença predomina o módulo fiscal com 20 hectares, sendo a única exceção o município de Cairu (tabela 6), que por suas características geográficas de município arquipélago possui o módulo fiscal de 40 hectares. Assim, ao relacionarmos os dados da tabela 5 com o da 6, verificamos que 90% das propriedades na microrregião têm menos de um módulo fiscal de 20 hectares, que predomina na microrregião.

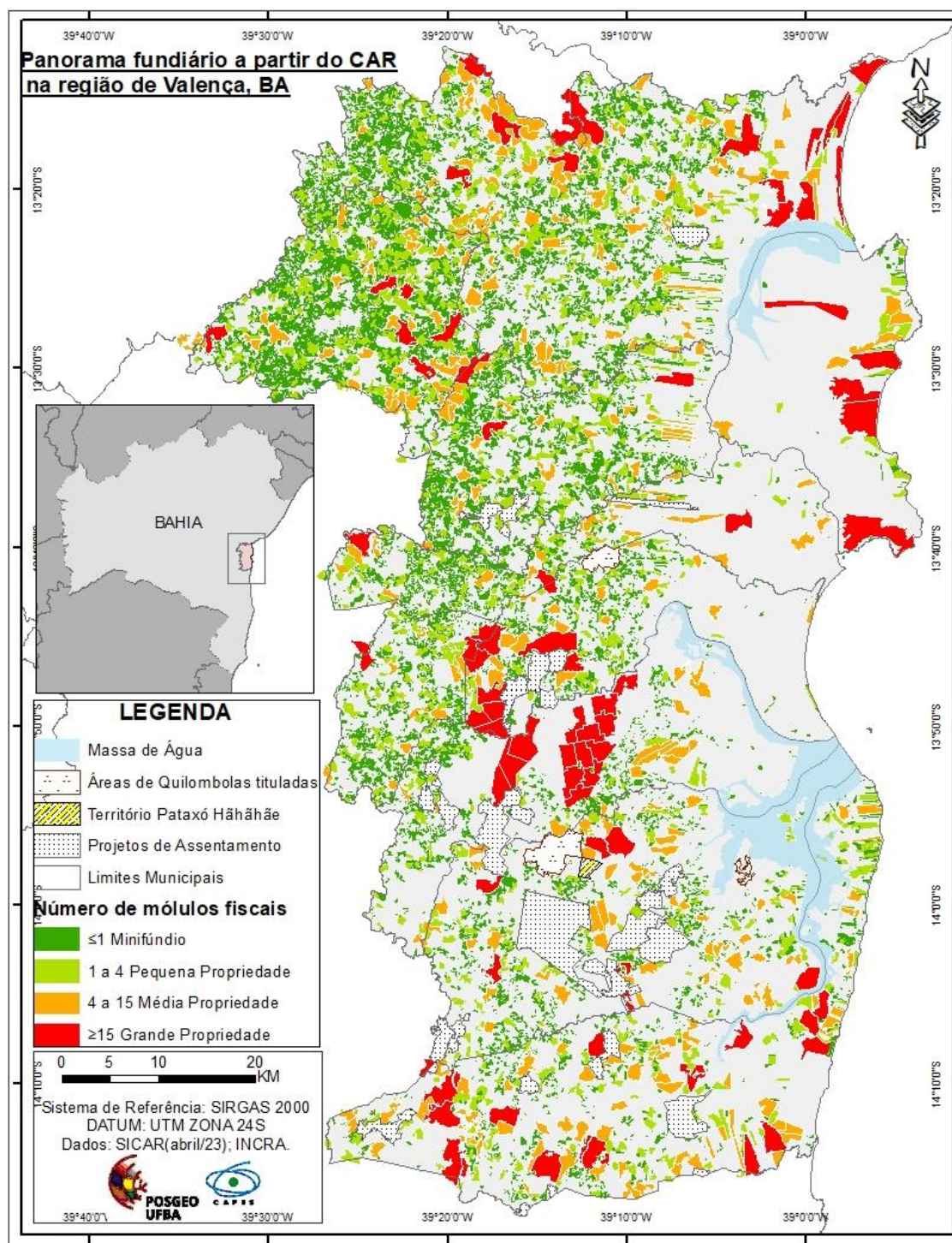
Tabela 6 - Módulo fiscal nos municípios da microrregião de Valença

Município	Módulo fiscal (ha)
Cairu	40
Camamu	20
Igrapiúna	20
Ituberá	20
Maraú	20
N. Peçanha	20
P. do Norte	20
P.T. Neves	20
Taperoá	20
Valença	20

Fonte: INCRA, 2023.

Ao analisar o panorama regional das propriedades rurais a partir dos vetores das propriedades lançadas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) figura 16, temos uma dimensão espacial da estratificação fundiária na região. Cabe salientar que o CAR não é um registro com finalidade ou validade fundiária, pois este advém das determinações da Lei 12.651/2012, o novo Código Florestal. Dessa forma, neste ficou determinado que, para fins de regularização ambiental rural, a inserção autodeclarada dos proprietários referentes aos aspectos de uso e conservação das propriedades rurais. Assim, embora não tenha idoneidade fundiária muitas das previsões do CAR estão atreladas ao módulo fiscal como unidade para o enquadramento das propriedades no cadastro e, portanto, à verificação dos índices destinados à conservação que deriva do enquadramento da propriedade, regulamentado pela legislação através dos módulos fiscais.

Figura 16- Mapa do panorama fundiário a partir de dados lançados no CAR¹¹



Fonte: Serviço florestal brasileiro, organizado pelo autor, 2023.

¹¹ Na Bahia, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) sofre algumas adaptações, sendo estadualmente denominado Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR). Embora não tenha uma finalidade oficialmente fundiária, o CEFIR, por ser autodeclaratório, possibilita aos proprietários rurais registrar informações sobre suas terras, contribuindo para a identificação de passivos ambientais. Desse modo, a eficácia do sistema depende da qualidade das informações fornecidas, assim como da perícia técnica de quem insere as informações vetoriais no sistema.

5.2 A face quilombola enquanto dinâmica atualizante da questão agrária

O aspecto racial como um fator determinante no acesso à terra é uma das características marcantes que moldam as estruturas consolidadas no espaço agrário brasileiro. Nesse sentido, ao longo do desenvolvimento socioeconômico e territorial do Brasil, observamos a inserção de escravizados de origem africana como a força motriz das fazendas, plantações e atividades mineradoras, em condições que ignoravam sua humanidade.

Esse processo naturalmente esteve acompanhado de resistência ao sistema que os desumanizava, tratando-os apenas como mão de obra. Assim, entre as táticas de resistência a esse cruel sistema, estava a fuga, seguida pela formação de grupos para preservar suas vidas longe das imposições do sistema escravista, que, por meio de seu aparato legal, legitimava a escravidão de pessoas negras em benefício do sistema social e econômico. Dentro desses grupos que operavam à margem do sistema, desenvolveu-se um modo próprio de se organizar, conhecido como quilombamento. Estes quilombos representaram a mais profícua experiência de vida em liberdade no contexto pré-abolição, constituindo-se como espaços onde se construía um sistema próprio de organização e convivência.

Apesar da significativa presença da comunidade afro-brasileira, que se organizou através dos quilombos como uma estratégia frente ao regime escravagista, o Estado, seguindo seus princípios raciais fundadores, optou, por momento antes da formalização do fim da escravidão, pela restrição do acesso à terra (ANJOS, 1999, 2003; MARTINS, 2018; SILVA, 2021). Isso foi feito de modo a impedir o acesso ao recurso mais básico para a inserção nas relações de troca que garantiriam alguma estabilidade. Da mesma forma, na transição da mão de obra escrava para a livre, o Estado priorizou a inserção de grupos migrantes como trabalhadores e colonos. Nesse contexto, as ações em prol do branqueamento do campo brasileiro se consolidaram com a promulgação do Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, o qual estabeleceu as seguintes diretrizes:

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, **exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos** de accordo com as condições que forem então estipuladas. [...]

Art. 5º Sómente terão passagem integral ou reduzida, por conta do Governo Federal:

1º **As famílias de agricultores**, limitados aos respectivos chefes, ou aos seus ascendentes os indivíduos maiores de 50 annos;

2º Os varões solteiros maiores de 18 annos e menores de 50, **uma vez que sejam trabalhadores agricolas**; [...]

Art. 9º Nenhum immigrante terá o auxilio do art. 5º, sem que declare expressamente qual o destino que pretende tomar chegando á Republica; e se achem certos, os que se destinarem ao serviço agricola, que do Governo sómente poderão reclamar o transporte para o ponto de seu destino e a respectiva collocação em algum nucleo colonial á sua escolha, no qual terão os auxilios e favores de que allí gozam todos os immigrantes na fórma deste decreto.

Art. 11. Os proprietarios agricolas, assim como os bancos, companhias ou particulares proprietarios de nucleos, que desejarem receber immigrantes, deverão apresentar á Inspectoria Geral das Terras e Colonisação o respectivo pedido, declarando o numero de individuos ou de familias que desejarem, a respectiva nacionalidade, e bem assim as vantagens que lhes offerecem, conforme a especie do serviço que for indicada.

Art. 20. **Todo o proprietario territorial, que desejar collocar immigrantes europeus em sua propriedade, tem direito aos favores constantes deste decreto, desde que sejam preenchidas as condições aqui estipuladas.** (BRASIL, 1890, grifos do autor).

Dessa forma, o Brasil reafirma, por meio dessa, a exclusão de negros e povos originários da posse de terra, seguindo uma tradição legal que remonta à primeira Lei de Terras do Império, promulgada em 1850, apenas dois meses antes da Lei Eusébio de Queirós, que encerrou a legalidade do tráfico transatlântico de escravos. Com a abolição ocorrida em 13 de maio de 1888, a promulgação desse decreto regulamentando a imigração dois anos após o fim da escravidão e um ano após a proclamação da República em 1889, seguiu a orientação racista do Estado brasileiro. Essa regulamentação foi um meio de subsidiar e direcionar a imigração, com base na urgência de "branquear" a recém-criada república, mantendo-se alinhado ao viés racista do governo e reforçando a ideia de dar suporte à imigração de europeus como forma de "clarear" a população do país.

Posto isso, a dinâmica de aquilombamento se reforça enquanto refúgio para os ainda que libertos não tinham qualquer previsão ou benquerença do Estado. De tal maneira, que restava a esses o refúgio nas terras que isoladas e que não eram de interesse ou urgência de exploração econômica. Assim, a posse quilombola se funda de maneira ilícita as normativas, uma vez que, as terras por esses ocupadas se viabilizavam a partir do isolamento e não reclame de qualquer que tivesse interesse e fosse do perfil racial benquisto pelo Estado.

No entanto, o avanço civilizatório, conquistado por meio de intensas lutas e sacrifícios dos movimentos que conseguiram retirar o racismo da legalidade, dá origem a

novas questões. Apesar do fim da legalidade do racismo, o seu *modus operandi* ainda persiste nas estruturas do Estado e nas elites sociais brasileiras, especialmente naquelas que se apoiam na grande propriedade agrária. Isso resulta em um considerável atraso em ações reparatórias no que diz respeito ao povo afro-brasileiro, tanto no contexto geral quanto no âmbito de garantias territoriais rural e urbanas.

Quando analisamos o contexto dos grupos provenientes dos quilombos, que não tinham outra opção senão se agrupar em áreas isoladas ou sem interesse para os empreendimentos do Estado e da elite, percebemos um quadro de esquecimento. Enquanto os direitos dos povos originários foram reconhecidos perante o Estado desde a constituição de 1934, os direitos dos remanescentes de quilombos foram legalmente estabelecidos apenas na Constituição Federal mais recente, a de 1988. Isso, por sua vez, resulta em um claro atraso em relação a essa questão, o qual se desdobra nos seguintes aspectos:

O esquecimento das comunidades remanescentes de antigos quilombos - sítios geográficos onde se agrupavam povos negros que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres - é uma das principais questões relacionadas à cultura afro-brasileira que continua merecendo reflexão, carecendo de investigação e conhecimento. A história brasileira tem se referido aos quilombos sempre no passado, como se estes não fizessem mais parte da vida do país. Não podemos perder de vista, porém, que este aparente desaparecimento das populações negras - principalmente dos livros didáticos - faz parte da estratégia do branqueamento da população brasileira. As comunidades remanescentes de antigos quilombos emergem nesse momento histórico, apresentando uma visibilidade no movimento do campesinato brasileiro e revelando que não foram poucos os sítios quilombos formados durante a escravidão. Dentre os pontos estruturais que permeiam a situação dos descendentes dos antigos quilombos no Brasil, destaca-se a carência de informações sistematizadas referentes à distribuição destas comunidades no território. As estimativas são inconsistentes, divergentes e são recentes as pesquisas direcionadas para investigar a questão com esta abordagem geográfica. (ANJOS, 2003, p.53).

Nesse sentido, a inclusão dos direitos territoriais dos remanescentes de quilombos na Constituição representa um marco significativo. A partir dessa surge a oportunidade de reconhecimento de atores territoriais que reivindicam políticas de reconhecimento e reparação. Estes agentes não são estranhos ao cenário, mas se alinham aos demais reivindicantes que contestam a forma injusta da fundação do Estado Brasileiro.

A autoidentificação como quilombola passa a ser um fenômeno cada vez mais frequente entre os históricos reivindicantes de direitos territoriais no Brasil, unindo-se aos povos originários, camponeses sem terras, comunidades extrativistas marítimas e florestais, e outras. A partir da previsão constitucional e dos desdobramentos

subsequentes referentes às instituições encarregadas do tratamento direto dessa questão, as primeiras comunidades quilombolas na região de Valença foram oficialmente reconhecidas a partir de 2005. Atualmente, esse número expandiu-se para 48 comunidades distribuídas pelos municípios da região, conforme indicado no quadro 8.

Quadro 8: Comunidades quilombolas certificadas pela FCP na microrregião de Valença

N	MUNÍCIPIO	COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	DATA DA PORTARIA NO DOU	Nº PROCESSO INCRA
1	Cairu	Vila Monte Alegre	01420.000204/2006-66	12/05/2006	54170.003876/2006-89
2	Cairu	Torrinhas	01420.002938/2006-80	13/12/2006	54160.003142/2009-61
3	Cairu	Cajazeiras, Prata e Rua De Fogo	01420.003234/2006-24	07/02/2007	----
4	Cairu	Galeão	01420.003459/2006-81	13/03/2007	----
5	Cairu	Batateira	01420.003055/2009-30	06/07/2010	54160.003873/2010-41
6	Cairu	Garapuá	01420.101175/2020-15	16/09/2020	54000.119107/2020-10
7	Cairu	Moreré	01420.101340/2023-73	18/08/2023	----
8	Cairu	Boipeba	01420.101603/2023-44	20/09/2023	----
9	Camamu	Porto do Campo	01420.001406/2007-14	05/03/2008	54160.003304/2011-86
10	Camamu	Pedra Rasa	01420.001405/2007-61	05/03/2008	54160.000677/2012-86
11	Camamu	Garcia	01420.001407/2007-51	05/03/2008	----
12	Camamu	Barroso	01420.001412/2007-63	05/03/2008	54160.003872/2010-04
13	Camamu	Jetimana	01420.001413/2007-16	05/03/2008	54160.000301/2012-71
14	Camamu	Acaraí	01420.001402/2007-28	05/03/2008	----
15	Camamu	Pratigi	01420.001404/2007-17	05/03/2008	----
16	Camamu	Tapuia	01420.001411/2007-19	05/03/2008	54160.000678/2012-21
17	Camamu	Ronco	01420.001410/2007-74	05/03/2008	54160.000297/2011-61
18	Camamu	Pimenteira	01420.001408/2007-03	10/04/2008	----
19	Igrapiúna	Laranjeiras	01420.000439/2006-58	12/05/2006	54160.000676/2012-31
20	Igrapiúna	Sapucaia	01420.005193/2011-78	17/06/2011	54160.000679/2012-75
21	Igrapiúna	Amba	01420.000728/2014-67	02/02/2015	----
22	Igrapiúna	Pedra Branca, Vargido e Forte	01420.102218/2018-57	28/12/2018	----
23	Ituberá	Lagoa Santa	01420.000743/2005-14	08/06/2005	54160.001700/2008-73
24	Ituberá	Ingazeira	01420.001078/2005-86	08/06/2005	54130.004882/2005-49
25	Ituberá	São João de Santa Bárbara	01420.000740/2006-61	12/05/2006	54160.000454/2015-61
26	Ituberá	Brejo Grande e Curral da Pedra	01420.000745/2006-94	07/06/2006	----
27	Ituberá	Cágados	01420.000743/2006-03	13/03/2007	54160.002661/2014-70
28	Maraú	Empata Viagem	01420.002607/2005-69	20/01/2006	-----
29	Maraú	São Raimundo	01420.002950/2005-11	12/05/2006	54160.001071/2010-04
30	Maraú	Terra Verde e Minério	01420.002955/2005-36	12/05/2006	----
31	Maraú	Maraú	01420.000137/2006-80	12/05/2006	-----
32	Maraú	Barro Vermelho	01420.002556/2006-56	13/12/2006	-----
33	Maraú	Quitungo	01420.003458/2006-36	13/03/2007	54160.001070/2010-51
34	Nilo Peçanha	Boitaraca	01420.000352/2005-08	19/04/2005	54160.001733/2008-13

(continua)

N	MUNÍCIPIO	COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	DATA DA PORTARIA NO DOU	Nº PROCESSO INCRA
35	Nilo Peçanha	Jatimane	01420.000353/2005-44	19/04/2005	54160.002658/2008-16
36	Pres. T.Neves	Alto Alegre	01420.001416/2007-41	05/03/2008	54160.002590/2014-13
37	Pres. T.neves	Pau da Letra	01420.001396/2007-17	05/03/2008	----
38	Taperoá	Miguel Chico	01420.001393/2007-75	05/03/2008	----
39	Taperoá	Lanmego	01420.001394/2007-10	05/03/2008	----
40	Taperoá	Graciosa	01420.000283/2008-77	05/03/2008	54160.003934/2014-01
41	Taperoá	Pedra Branca do Riacho do Ouro	01420.012533/2012-06	24/05/2013	----
42	Valença	Novo Horizonte I	01420.001415/2007-05	05/03/2008	-----
43	Valença	Sarapuí	01420.001623/2007-04	05/03/2008	-----
44	Valença	Vila Velha do Jequiriçá	01420.000596/2009-14	05/05/2009	-----
45	Valença	Arueira	01420.000597/2009-51	05/05/2009	-----
46	Valença	Buraco Azul	01420.000599/2009-40	05/05/2009	-----
47	Valença	Jaqueira	01420.000598/2009-03	05/05/2009	-----
48	Valença	Candimba e Rio Vermelho	01420.005805/2014-75	02/02/2015	-----

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2023

Como também se pode observar no quadro 8, apenas 26 das 48 comunidades com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, que é o documento inicial composto por estudos antropológicos que subsidiam a confirmação ou não da comunidade enquanto quilombola, possuem processo aberto no INCRA. Tal contexto pode ser compreendido por diferentes vieses, dentre os quais podemos destacar a situação sobre a qual muitas das comunidades foram articuladas para solicitarem o reconhecimento, de modo que:

A AMUBS, interessada nos repasses adicionais do governo federal para os municípios onde estivessem localizadas comunidades quilombolas, promoveu uma campanha massiva para identificação e certificação dos quilombolas, o que aconteceu de maneira abrupta e nada participativa, acarretando inclusive em efeitos negativos e, em alguns casos, até mesmo na rejeição à ideia de “ser quilombola”. Muitas comunidades receberam visitas de representantes da AMUBS (e também da Fundação Odebrecht) que organizaram reuniões e apresentaram o “projeto quilombola”, com promessas de melhorias nas áreas de educação, saúde e na organização produtiva. Conduziram um processo rápido de adequação estatutária das associações existentes (ou fundaram novas associações) para a incorporação da identidade quilombola e formalizaram na Fundação Cultural Palmares o registro dessas comunidades. Decorridos quase dez anos desse processo inicial, nenhuma comunidade certificada acessou os recursos que a elas deveriam ser destinados pelas prefeituras. Pior que isso, em vários casos formou-se uma enorme desconfiança e até um sentimento de rejeição em relação à identidade quilombola, diante das expectativas frustradas e dos compromissos não cumpridos. Atualmente, algumas organizações vêm trabalhando na reconstrução da questão quilombola no Baixo Sul. Mesmo com enfoques e perspectivas diferentes, cabe destaque para o importante trabalho desenvolvido pelo Conselho Quilombola (ligado à CONAQ), pelo SASOP e por Koinonia, entidades não governamentais que vêm desenvolvendo ações nas

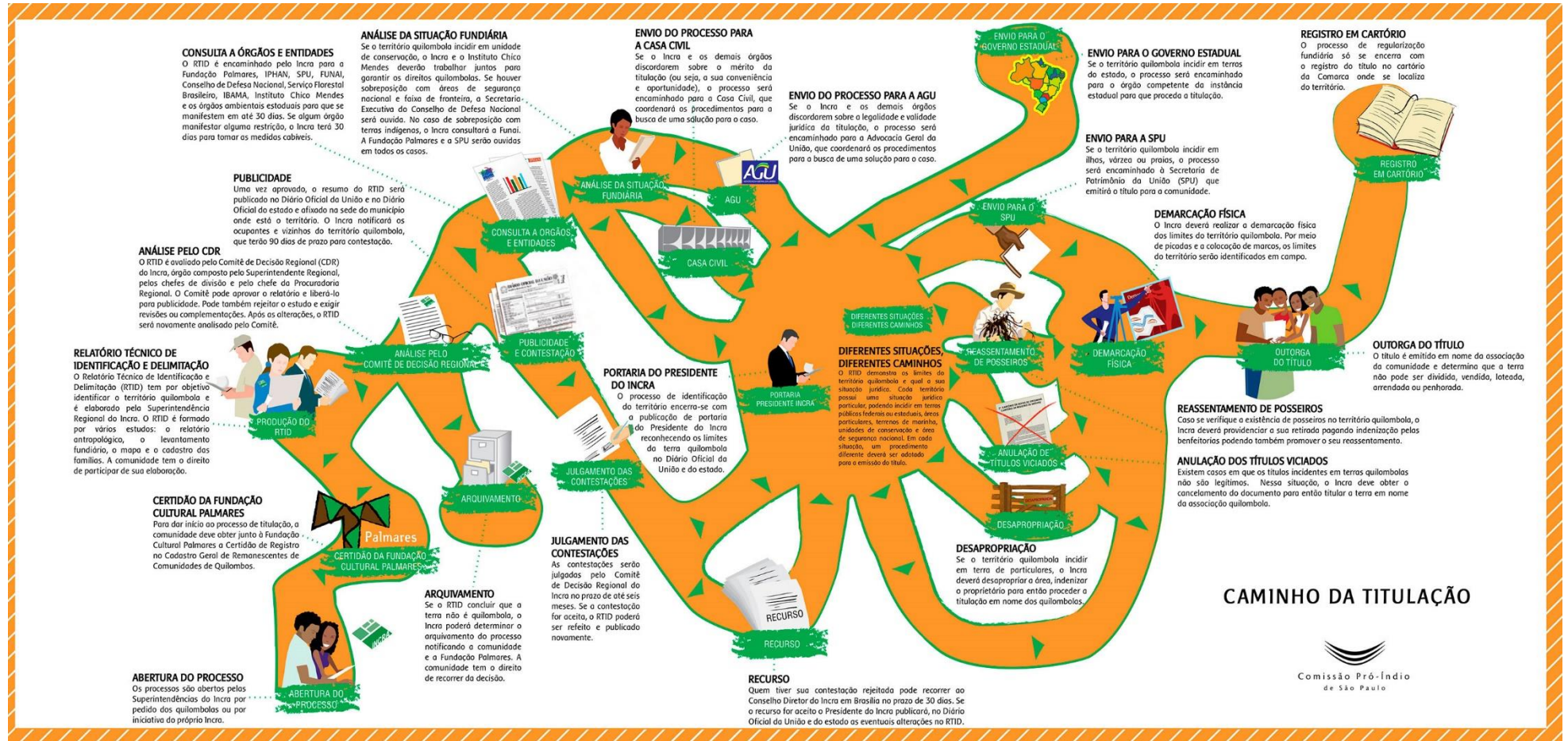
comunidades certificadas com o objetivo de trabalhar de maneira mais dialogada e participativa a ideia de ser quilombola (PORTO, 2016, p.68).

Desse modo, muitas das comunidades fizeram o acionamento de maneira a atender expectativas verticais da associação de municípios e da Fundação Odebrecht, de modo que havia a expectativa de que o reconhecimento implicasse no aumento de receitas naquela conjuntura. No entanto, o processo, pouco dialogado com as comunidades e muitas vezes orientado por interesses mais alóctones do que autóctones, converge para um processo de desmobilização e negação da identidade.

Tal questão é especialmente complexa, sobretudo por se tratar do intento de mobilização de um campesinato já detentor de alguma titularidade fundiária, de modo que podemos compreender tais sujeitos enquanto campesinato negro e minifundiário. Dessa forma, são vítimas da maneira como se funda o direito à propriedade no Brasil, restando-lhes as frações mínimas conquistadas a muito custo. Mesmo assim, nesses casos, o reconhecimento quilombola é acionado sem o elemento mobilizante da terra. No caso do campesinato negro minifundiário, o ímpeto é pelo acesso às políticas públicas.

Nos casos em que o acesso à terra ou a defesa do território é o elemento mobilizante, as comunidades esbarram em outro aspecto que se reflete diretamente no ritmo de titulação das terras e delimitação do território, como mencionado anteriormente. No caso do campesinato negro e detentor de pequenas propriedades, esse não é uma urgência, pois de alguma forma já possuem a titularidade, ainda que de um minifúndio. No entanto, quando o acionamento se dá em função do acesso à terra ou defesa do território diante de megaempreendimentos, depara-se com ampla burocracia e emaranhado de procedimentos (Figura 17), de modo que a efetiva demarcação física do território, titulação e registro em cartório se constituem nas últimas etapas. É um árduo caminho, mas para comunidades em que o acionamento se dá pelo acesso à terra e defesa do território, é uma luta pelo próprio direito à reprodução territorial.

Figura 17 - Trâmites processuais para titulação de territórios quilombolas no Brasil



Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2016.

Na microrregião em questão, composta por 48 comunidades reconhecidas pela FCP, apenas 5 concluíram o processo de titulação de suas terras, conforme indicado no quadro 9. Esta situação reflete um desafio mais amplo, onde o Estado brasileiro mostra-se ainda lento no avanço das garantias territoriais das comunidades quilombolas. Em grande parte, o processo estagna logo após o reconhecimento emitido pela FCP, deixando as comunidades diante das características intrínsecas à posse e à estrutura fundiária brasileira. A titulação representa a segurança da posse de terras que historicamente foram habitadas, mas frequentemente invisíveis perante as instituições.

Observa-se que, na perspectiva microrregional, apenas 5 das 48 comunidades auto reconhecidas, certificadas por meio de estudos e portarias da FCP, possuem títulos fundiários delimitando os territórios quilombolas. Esses títulos, até o momento emitidos, abrangem 451 famílias, totalizando 5.507 hectares. A expedição desses títulos foi realizada pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA e pelo INCRA.

Ao analisar a relação dessas poucas comunidades com delimitação efetivada, temos a dimensão da questão, sobretudo ao relacionarmos a média de hectares por família em cada titulação. Dessa forma, constatamos que a média geral é de 12,21 hectares, portanto, inferior a um módulo fiscal, com a única exceção sendo o território Jetimana, que possui uma média de 26,01 hectares por família. Assim, mesmo reconhecidas e delimitadas, essas propriedades evidenciam a questão central questão agrária: a concentração de terras e a condução regional do espaço agrário com uma dinâmica de minifúndios.

Quadro 9 -Títulos expedidos às comunidades quilombolas na microrregião de Valença

Município	Território	Nº de Famílias	Órgão Expedidor	Área do Título (ha)	Data	μ por família (ha)
Camamu	Tapuia	193	CDA	2.425,8297	31/01/2018	12,57
	Porto do campo	48	INCRA	220,9336	26/03/2015	4,60
	Jetimana	61	INCRA	1586,8522	25/09/2015	26,01
Ituberá	Lagoa Santa	39	INCRA	653,1221	26/02/2016	16,75
Nilo Peçanha	Boitaraca	110	CDA	621,0781	12/12/2014	5,65
Total	-	451	-	5.507,8157	-	12,21

Fonte: Acervo fundiário INCRA, 2023.). Elaborado pelo autor, 2023.

Essa delicada questão apresenta nuances peculiares, pois está inserida no contexto amplo da política e da estrutura fundiária brasileira. Nesse sentido, as análises de Feliciano (2020) destacam as perspectivas do Estado, desde os tempos imperiais, quando adotou sua primeira Lei de Terras em 1850:

O Estado imperial, ao formular a lei de Terras de 1850, visava, além de outros fatores, uma tentativa de intervenção do poder público de retomar as terras de seu domínio que estavam começando ser “perdidas” pela ocupação “indisciplinada”, sob a iniciativa privada. O interesse era em criar um ordenamento jurídico da propriedade da terra que estivesse sob seu controle. Com isso, a questão da terra é transformada em mercadoria e, concomitantemente, propriedade privada da terra entrou para as normas de controle que o poder vigente elaborou para sua manutenção. (FELICIANO, 2020, P.84-85).

Dessa forma, observamos ao longo dos processos históricos uma modernização nos instrumentos de posse da terra, onde a ênfase passou a ser dada à valorização da propriedade através da aquisição de títulos fundiários por meio de transações financeiras, em detrimento da posse e domínio estabelecidos tradicionalmente. Esse contexto posterior à abolição direcionou os negros para uma posse que se estabeleceu em terras não reivindicadas por esse sistema.

Dessa maneira, a posse da terra pelos negros se concretiza sem o respaldo oficial do Estado. Quando trazemos essa questão para a atualidade, surgem desdobramentos complexos, principalmente devido à dificuldade em reivindicar a posse territorial por meio do reconhecimento como comunidade quilombola. A falta de titulação fundiária específica nem sempre implica na ausência de posse territorial, pois, devido à tardia personalidade quilombola na legislação brasileira, a ocupação da terra pelos quilombolas ocorreu através de outros mecanismos. Essas comunidades se estabeleceram em áreas à margem do interesse e da visibilidade, ocupando terras devolutas. Desse modo, individualmente, alguns membros conquistaram a titulação individual das terras e, posteriormente, reivindicaram o reconhecimento coletivo como comunidade quilombola para sua defesa e/ou acesso as políticas públicas.

Essa questão é mais um exemplo do quanto o trato da questão agrária brasileira está descompassada. Há uma notável lentidão no tratamento da histórica concentração e estagnação na reforma agrária, que se manteve de forma conservadora após os diferentes PNRA desde a redemocratização.

Especialmente no que se refere à terra para as comunidades quilombolas, nota-se que apenas a partir da Constituição Federal de 1988, na disposição transitória do artigo

68, previu-se que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (BRASIL,1988). No entanto, mesmo com essa previsão no artigo, o início efetivo¹² das ações nesse sentido foi retardado.

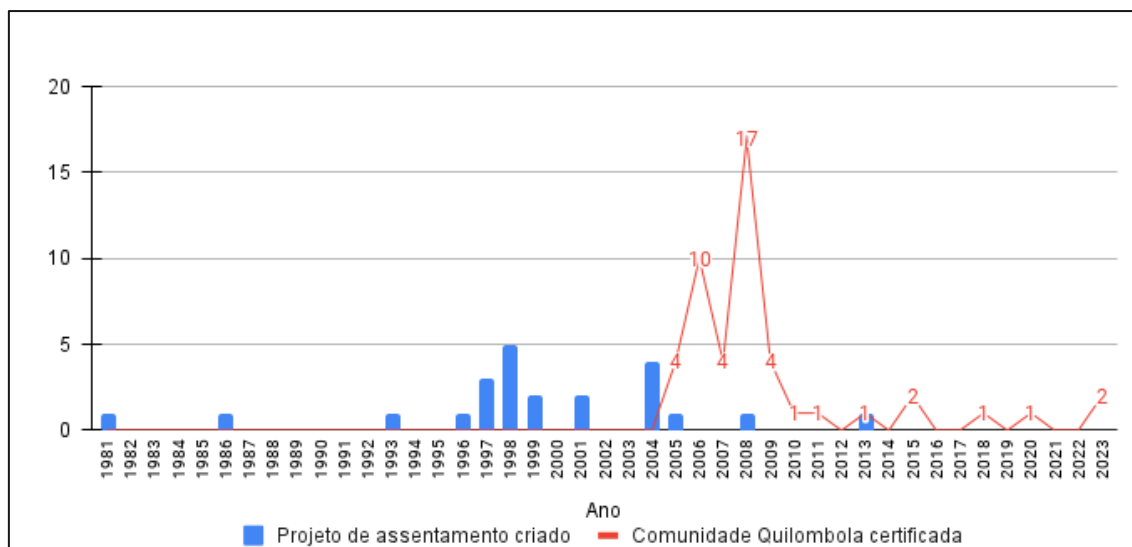
De mesmo modo, temos ações dos entes federados na tratativa da questão, como ocorre no caso da Bahia, que somente em 2018, elaborou em ato conjunto entre a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial -SEPROMI, uma instrução normativa para regularização fundiária de terras públicas, estaduais, rurais e devolutas¹³.

Dessa forma, temos o que se materializa na região de Valença, conforme o gráfico da Figura 18. Ao considerar o período de 1981, quando foi criado o primeiro PA na região, até 2023, temos um total de 23 projetos criados. O ano de 1998 foi o ápice, com a criação de 5 projetos. No entanto, se analisarmos os últimos 10 anos (2013-2023), verifica-se que houve apenas um projeto criado, correspondente ao PA Maçaranduba-Nova Esperança, no município de Maraú. Quando nos concentramos no reconhecimento de comunidades quilombolas, temos um universo de 48 comunidades, desde o primeiro ano com registro (2005) até 2023, com um pico em 2008, quando foram reconhecidas 17 comunidades na região. Da mesma forma, ao fazer um recorte para os últimos 10 anos (2013-2023), houve o reconhecimento de 7 comunidades.

¹² O Decreto número 4.887/2003 trata da regulamentação para a identificação de territórios quilombolas, enquanto o Decreto número 4.993/2003 estabelece as competências para demarcar essas áreas. Além disso, a Instrução Normativa Incri número 16/2004 regulamenta os procedimentos relativos à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas.

¹³ INSTRUÇÃO NORMATIVA SDR/SEPROMI Nº 01/2018. Dispõe sobre o procedimento de regularização fundiária de terras públicas, estaduais, rurais e devolutas ocupadas tradicionalmente por comunidades remanescentes de quilombos do Estado da Bahia. (ANEXO A)

Figura 18 - Panorama de criação de assentamentos e certificação de comunidades quilombolas na microrregião de Valença 1981-2023



Fonte: Acervo fundiário INCRA, FCP (2023). Elaborado pelo autor, 2023.

Diante do exposto, é possível compreender a dinâmica sob diferentes aspectos, dentre os quais se destacam os elementos apontados por Alentejano (2022), considerando a conjuntura política nacional e a agenda de contrarreforma que se intensificou após 2016 acompanhada pela violência e abandono dos governos em suas agendas programáticas de preferência ao grande agronegócio e latifúndio (ALENTEJANO, 2022). Os dados apresentados podem também serem interpretados à luz da atuação da classe camponesa em suas interações com o Estado no que diz respeito à questão agrária. É importante ressaltar que, no modelo conservador estabelecido na política de reforma agrária, o Estado é acionado a partir da ocupação dos latifúndios pelos camponeses, através de suas diversas formas e movimentos socioterritoriais.

No contexto quilombola, mesmo quando os camponeses possuem o título de propriedade individual ou posse tradicionalmente estabelecida em terras devolutas, buscam o reconhecimento legítimo não apenas para acessar políticas públicas, que só recentemente começam a ser disponibilizadas, mas também como um instrumento de defesa diante das dinâmicas que afetam as comunidades.

As comunidades enfrentam situações de vulnerabilidade, especialmente quando estão em terras tradicionalmente ocupadas, mas sem o título legal. Isso as expõe a empreendimentos e grileiros que, ao identificar potencial nessas terras ocupadas sem a

titularidade legal, recorrem a práticas antigas, como a grilagem, como forma de expulsar essas comunidades.

Uma situação que exemplifica bem essa dinâmica ocorre em Cairu, onde as comunidades tradicionalmente estabelecidas enfrentam empreendimentos que promovem a massificação do turismo predatório na zona costeira da região. Malta e Barcelos (2020) destacam as nuances entre as estratégias do campesinato negro em Cairu e as articulações para desterritorializar as comunidades que ocupam áreas que eram isoladas, mas agora estão no centro das atenções no setor turístico.

É nesse contexto que ocorre a oficialização do reconhecimento das últimas comunidades quilombolas na região, Moreré, com portaria de reconhecimento publicada em 18 de agosto de 2023, e Boipeba, com portaria de reconhecimento publicada em 20 de setembro de 2023. Isso acontece após um processo gradual de expansão do capital turístico, combinado com a intenção de desterritorialização das comunidades, como apontado por Wanderley (2021), através de estratégias de grilagem por grupos empresariais que se apossaram de terras de domínio público. Assim, a destinação privada surge legalmente como uma das últimas possíveis, sendo encaminhada para efetivação mediante a designação de grandes áreas fundamentais para a reprodução da comunidade em favor de megaempreendimentos turísticos (PORTO, 2019; MALTA; BARCELOS, 2020; WANDERLEY, 2021).

Desse modo, a face quilombola se apresenta como um importante elemento atualizador do campesinato negro, sendo crucial como um mecanismo para acionar o Estado. Historicamente, o Estado tem sido omissivo, quando não desfavorável, diante da questão agrária.

6 A INSERSÃO DA MICRORREGIÃO DE VALENÇA NO NEXO MESORREGIONAL CACAUEIRO

Ao tratar de qualquer dinâmica que perpassa por uma reflexão acerca da formação econômica e territorial da mesorregião Sul da Bahia, é quase obrigatório dedicar um tópico à abordagem da economia cacaueteira, que por muito tempo foi o pilar econômico desta região, também conhecida como a região cacaueteira.

A dinâmica estabelecida a partir da pujança econômica da lavoura cacaueteira, que se expandiu com vigor pelas antigas capitâneas de São Jorge dos Ilhéus e Porto Seguro, tornou-se a principal força motriz da economia mesorregional e de grande importância na

contexto baiano. Ao longo de mais de dois séculos, atravessando diferentes estágios e crises em sua estrutura, a economia cacauera demonstrou uma força exponencial na produção do espaço regional (SANTOS, 1957; CHIAPETTI, 2009; ROCHA, 2014; NEVES, 2018).

A cultura do cacau foi introduzida na região sul da Bahia por volta do final do século XVIII, juntamente com outras culturas como café e algodão (ROCHA, 2014). Inicialmente, havia um predomínio da cana-de-açúcar como atividade econômica, em moldes monoculturais. Apesar da adaptação do cacau às condições edafoclimáticas regionais, somente mais tarde essa cultura ganhou força e expressividade na economia não apenas local, mas também de escala econômica baiana e brasileira, especialmente a partir do século XX (FREITAS, 2009; DIAS, 2011; ROCHA, 2014).

A partir do momento em que o cacau se tornou uma atividade de importância econômica, a lógica de apropriação e reprodução do espaço regional passou a estar intrinsecamente ligada a essa cultura. Essa dinâmica remete a um contexto comum a outras regiões brasileiras que receberam atividades agrícolas voltadas para a exportação sob o comando das elites locais, que no contexto das áreas de agricultura concentrada do Nordeste, carrega fortes nuances coronelistas. Assim, o cacau se consolidou como um elemento definidor da inserção na região sul da Bahia, sob a égide das relações que colocam o Brasil e outros países marcados pela dinâmica colonizadora na posição de agroexportador na Divisão Internacional do Trabalho - DIT.

Apesar da existência do cacau no período anterior ao século XX, sua presença no espaço agrário regional ainda carecia de forças capazes de articular a produção de uma região ou de gerar fluidez para um mercado global naquela conjuntura. Assim, não consolidava os proprietários fundiários com recursos econômicos ou atraía investidores externos para explorar a atividade. Dessa maneira, o século XX se tornou um ponto de virada para o avanço econômico e político do cacau na região, impulsionando o seguinte processo:

A partir do século XX, a cacauicultura se consolida como uma monocultura agroexportadora – commodity –, definindo a inserção produtiva do Território Litoral Sul da Bahia na DIT. Este processo de internacionalização da produção repercutiu diretamente na estrutura da propriedade da terra e nas relações sociais de produção, traduzindo-se na expropriação camponesa e na exploração dos trabalhadores rurais, com repercussões espaciais tanto no campo como na cidade (FREITAS, 2009, p.108).

Também nesse sentido, Afonso (1991) destaca que ainda no fim do século XIX, com a assimilação regional do cacau como atividade econômica, iniciaram-se práticas

fraudulentas para obtenção de terras destinadas à lavoura pelas elites regionais. Essas práticas, de certo modo, prepararam o terreno para todo o processo que se desenvolveria com a exploração dessa cultura. Seu percurso de consolidação e capitalização foi instrumentalizado pelos seguintes procedimentos:

A partir do final do século XIX iniciou-se o processo de reconcentração da propriedade da terra, constituem-se grandes fazendas de cacau com a expropriação de inúmeros pequenos e médios produtores. Conflitos, litígios, subversão, pilhagem e toda ordem de fraudes precederam esta incorporação, promovida pela emergente burguesia comercial agroexportadora com a conivência do Estado. Os métodos adotados tomaram as formas mais variadas, desde a instituição do coronelismo, que se utilizava das prerrogativas que o posto lhe oferecia para impor a sua dominação sobre as populações subalternas, pois tinha a seu serviço além da milícia legalmente constituída, um grupo de jagunços que se incumbia da segurança do coronel e efetivavam as tocaias para a eliminação dos ocupantes que se opunham e/ou reagiam à expulsão. Recorria-se também ao expediente do "caxixe", que consistia na legalização fraudulenta de grandes áreas de terra, falsificando medições, corrompendo autoridades cartoriais e advogados. Os pequenos produtores localizados no perímetro "caxixado" eram sumariamente expulsos pelos jagunços. A indenização das benfeitorias (culturas, casas, etc.) ficava a critério da classe dominante (comerciantes e grandes produtores). A venda antecipada das safras (venda na flor) e o atrelamento ao capital usuário propiciaram significativo aumento dos domínios de comerciantes e grandes fazendeiros, pois se tratavam de relações danosas ao pequeno produtor, na medida em que desestruturavam economicamente a unidade produtiva, levando-a a um estado de insolvência, que impunha a entrega da mesma ao credor como forma de honrar os compromissos assumidos(AFONSO, 1991, p. 55-56).

A partir de então, temos a constituição do cacau como agente-chave na configuração econômica e territorial de todo o Sul da Bahia. Esse processo, desde sua origem, foi marcado pela expropriação e exploração de terras, territórios e trabalhadores em nome de uma atividade que, desde seu início enquanto *commodity*, caracterizou-se pela submissão de muitos aos poucos que detinham poder e concentravam terras (AFONSO, 1991). No contexto cacauero, a figura do coronel emergiu como personificação das injustiças agrárias, exercendo o comando da cadeia produtiva e detendo grande parte do poder político e econômico na sistemática mesorregional (RANGEL; TONELLA, 2013).

Nesse sentido, a cultura do cacau liderou em escala mesorregional um modelo econômico baseado na monocultura extensiva, na concentração de terras, poder e exploração do trabalho por uma elite regional pouco ou nada comprometida com o desenvolvimento que não fosse o seu. Esse modelo socioeconômico do cacau no sul da Bahia persistiu desde o seu surgimento como cultura voltada para exportação até seu período áureo, resistindo inclusive a episódios econômicos decorrentes de sua precificação ligada ao mercado internacional, como ocorreu na crise de 1929, e as crises

produtivas, como ocorreu na década de 1950 (FREITAS, 2009; ROCHA, 2014; NEVES, 2018; TREVIZAN, 2019).

Nesse contexto, o governo federal criou em 1957, a Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, inicialmente para fazer aportes financeiros, negociações e lidar com a crise de produtividade da época. Porém, essa comissão acabou perdurando até os dias atuais e, em períodos mais dinâmicos da atividade cacaueira, funcionou como uma espécie de agência de desenvolvimento regional, na qual pautava o cacau, tendo em vista seu caráter aglutinador das forças coronelistas que dominavam a região cacaueira (RANGEL; TONELLA, 2013; ROCHA, 2014). De acordo com Garcez (1981), a criação da instituição se deu com as seguintes nuances:

O Decreto Federal de nº 987 de 20 de janeiro de 1957 institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural de Lavoura Cacaueira e cria, paralelamente, o “Fundo Econômico da Lavoura Cacaueira dotado de um milhão de cruzeiros para oferecer o suporte financeiro correspondente à aplicação do Plano. Recursos esses integrados ao “Fundo para a Modernização e Recuperação da Agricultura Nacional proveniente este dos ágios gerados pela exportação de produtos de agrários. Estava criada a CEPLAC que, através de um programa de assistência à lavoura, iria trazer de volta uma parte das divisas produzidas pelo cacau e até então retidas para o custeio das importações nacionais (GARCEZ, 1981, p.112).

No final da década de 1920, o cacau já detinha grande importância econômica e, conseqüentemente, ganhou amplitude no espaço agrário regional, figurando como o principal produto de exportação da Bahia e o terceiro na pauta das exportações brasileiras. No fim dessa década, o cacau enfrentou uma crise devido à baixa na demanda de exportação ocasionada pela crise do capital de 1929 (FREITAS, 2009; ROCHA, 2014; AGUIAR; PIRES, 2019).

Superado esse episódio, o cacau continuou a ter substancial importância para a economia baiana, tornando-se um agente importante também para o provimento de infraestruturas. Tais infraestruturas foram articuladas a partir da criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB), um órgão estadual criado em 1931 em resposta à crise mencionada no final da década anterior. Dessa forma, o ICB esteve centrado principalmente em facilitar o escoamento da produção cacaueira (GARCEZ, 1982).

A consolidação da economia cacaueira no sul da Bahia tornou-se então alvo de estudos e conjecturas devido às especificidades verificadas na concentração e na produção do espaço regional. Nesse sentido, importantes contribuições foram dadas pelo geógrafo Milton Santos durante a década de 1950, período em que esteve na região e

conduziu alguns dos estudos seminais para a Geografia Regional e o entendimento espacializado da economia cacaueteira e sua circulação.

Nesse viés, podemos compreender a dinâmica ao adentrarmos nos escritos de Santos (1957), quando descreveu o processo que estava em pleno curso e o qual o instigou a realizar pesquisas para compreender a região que se desenvolvia sob a égide da economia cacaueteira, como argumenta no seguinte trecho:

Nasce, assim, abrangendo a zona cacaueteira e às suas custas, isto é, às custas das suas necessidades e dos seus capitais, uma verdadeira região, a região cacaueteira, cujos limites não são muito definidos, nem definitivos, mas cuja realidade se constata não apenas pelas linhas de transporte que se estabelecem, cada vez mais densas e profundas, mas pelas trocas comerciais e de toda natureza, cada dia mais. (SANTOS, 1957, p. 15)

As proposições e estudos de Santos (1957) são importantes registros desse período de efervescência compreendido nas décadas de 1950 e 1960, quando foi criada a resposta institucional da CEPLAC, que se tornou um órgão significativo tanto em termos econômicos quanto políticos para o cacau. Além do cacau, a CEPLAC estabeleceu-se como um órgão relevante para pesquisa agrônômica, extensão rural e também educação agrícola, por meio das Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC - EMARCs. Essas escolas evidenciam a extensão da atividade cacaueteira na Bahia e a influência institucional da CEPLAC, oferecendo formação técnica de nível médio com ênfase agropecuária nos municípios de Uruçuca, Itapetinga, Teixeira de Freitas e Valença. Elas reuniam, em seu corpo discente, jovens de toda a hinterlândia cacaueteira.

Assim, as EMARCs representaram um ponto crucial na atuação institucional da CEPLAC, capacitando recursos humanos para a modernização da lavoura cacaueteira e a experimentação de culturas em uma ampla mesorregião, desde Valença até Teixeira de Freitas, e com ênfase pecuária em Itapetinga. Dessa forma, dentro dos limites da região cacaueteira, as EMARCs desempenharam um papel importante não apenas para o cacau, mas também para estudos agropecuários relacionados às diversas atividades econômicas presentes nos municípios da região.

Apesar de ao longo de sua trajetória ter vivenciado ciclicidade de crises, e de todo o arcabouço técnico-científico cacaueteiro que a CEPLAC estabeleceu na região o agravamento da vassoura de bruxa, registrado pela primeira vez no final da década de 1980 e que se alastrou em larga escala por toda a região cacaueteira da Bahia ao longo dos anos 1990 nas lavouras que eram envelhecidas e carentes de boas condições fitossanitárias (FREITAS, 2009). O que representou, um abalo sem precedentes na

economia cacaeira que viu a sua produção decair de 300 mil toneladas na safra 90/91 para pouco mais de 100 mil no período 2002/2003 (ROCHA, 2014).

A crise da vassoura de bruxa é um capítulo extenso da socioeconomia regional, de maneira que se prolongou e pode ser considerada uma nova conjuntura, na qual, no atual estágio, estratégias estão sendo delineadas para lidar com a mesma. Os primeiros momentos dessa significativa mudança nas perspectivas não foram fáceis e revelam o quão frágil pode ser um sistema urbano regional baseado numa economia primária de agroexportação, sustentada no regime de monocultura, e a partir disso, embasar toda a sua lógica de produção do espaço, com uma dinâmica de concentração econômica em vários aspectos dessa cadeia produtiva.

Essa crise culminou em uma série de processos socioespaciais devido à desestruturação da principal atividade econômica da região, deixando principalmente desalentados os trabalhadores rurais que atuavam nas fazendas e foram imediatamente dispensados. Desse modo, houve uma reorganização em todo o conjunto urbano regional, com o fortalecimento do êxodo rural em direção aos centros urbanos mais imediatos. Especificamente no espaço agrário, Trevizan (2019) destaca que esse processo, aliado à pressão social e aos avanços na legislação agrária naquele momento histórico, teve uma importância fundamental para o avanço da reforma agrária na região cacaeira, visto que o enfraquecimento das oligarquias favoreceu os movimentos de ocupação de propriedades que antes estavam na lógica do latifúndio por movimentos socioterritoriais (MELIANI, 2014; TREVIZAN, 2019).

Para os grandes proprietários, com o arrefecimento da produção e o avanço da crise, somado à pressão dos movimentos de luta pela terra, não restou outra alternativa senão a venda das terras para a implementação de políticas de reforma agrária (MELIANI, 2014; TREVIZAN, 2019). Esse encadeamento de eventos gerou especulações sobre a origem do fungo responsável pela praga que afetou drasticamente as lavouras de toda a região, interrompendo rapidamente o poder de uma longa era do coronelismo regional, estruturada pelo aporte econômico da lavoura cacaeira (RANGEL; TONELLA, 2013). Isso converge para o seguinte processo:

Na década de 90, aparentemente, há uma expansão inusitada do movimento social dos trabalhadores sem-terra no sul da Bahia, particularmente na tradicional região do cacau, coincidindo com a expansão da doença vassoura-de-bruxa (VB), *Crinipellis pernicioso*, que dizimou os cacauais, base da economia regional. A simultaneidade desses dois fenômenos, embora de natureza diversa - um social, outro de natureza biológica - gerou especulações sobre a possível relação entre ambos, e sobre a compreensão do movimento na região (TREVIZAN, 2019, p.82).

A crise produtiva desencadeada pela praga é um elemento crucial na reconfiguração do espaço agrário regional. Esse processo trouxe questões específicas para diferentes agentes e localidades. Por um lado, houve um declínio econômico para aqueles que detinham terras e poder, oriundos das bases históricas da estrutura de poder no sul da Bahia. Por outro lado, resultou em uma intensificação dos movimentos socioterritoriais, especialmente organizados pelo campesinato, que anteriormente estava submetido à lógica de produção do latifúndio cacauero. Esses movimentos se envolveram na luta pela terra e na promoção de direcionamentos para a diversificação regional.

Dessa forma, a cacauicultura se apresenta como um importante elemento na configuração do espaço agrário regional, merecendo uma análise especial. A intensificação da produção desta cultura, tratada como *commodity*, marcou um novo capítulo pós-colonial de expropriação de territórios, inaugurando um longo ciclo econômico e social com nuances socioterritoriais significativas na mesorregião (; FREITAS, 2009). Esse modelo de produção, liderado pelo poder coronelista, fortemente alicerçado no latifúndio e na expropriação, resultou no cacau assumindo uma importância substancial na economia da Bahia e do Brasil já na década de 1920, carregando consigo as marcas de um país fundado na concentração agrária e econômica.

Esta dinâmica foi objeto dos primeiros estudos realizados pelo geógrafo Milton Santos durante sua estadia na região Sul da Bahia ao longo da década de 1950, período em que ele identificou o seguinte processo:

Pode-se, também, falar da existência, na Bahia, de uma verdadeira região cacauera, isto é, uma área maior de que faz parte a zona cacauera, e que a ela está íntima e funcionalmente ligada. É um fenômeno muito comum aos países novos e que aqui se desenvolve sob as nossas vistas: a formação de uma região (SANTOS, 1957, p. 14).

O cacau, de certa forma, se configura como objeto chave de análise para compreender a totalidade do espaço agrário regional do Sul da Bahia, devido à sua influência e disseminação na região, estabelecendo conexões econômicas e sociais que se fundamentam em sua própria lógica. Entretanto, ao examinarmos as particularidades das microrregiões, notamos que, no contexto dos municípios da microrregião de Valença, existem distinções decorrentes deste evento que afetou o modelo produtivo baseado na monocultura; por isso, surgem lacunas que precisam ser preenchidas para elucidar a dinâmica nesse contexto microrregional. A relevância do cacau na dinâmica geográfica certamente ultrapassa o âmbito do espaço agrário, exercendo forte influência na configuração do espaço urbano e na formação de marcos geográficos estáveis, que geram

fluxos e impulsionam o dinamismo urbano regional. Nesse sentido, voltando ao contexto microrregional, podemos recorrer às análises pioneiras de Santos (1958) em uma pesquisa focada no município de Ituberá, que revela:

Ituberá se colocava assim à margem da circulação geral, ausente da exportação do grande produto de maior importância na economia municipal. Em 1952, por exemplo, enquanto saíam 44.434 sacos pela rodovia, apenas 1.422 o faziam pelo porto. No ano seguinte, o panorama ainda se tornou mais sombrio, porque exportando, por via marítima, somente 988 sacos de cacau, o caminhão transportava 69.607. Assim também aconteceu com todos os demais produtos regionais, exceto a estopa, a piaçava e o dendê, produzidos no litoral. Em 1954, até o mês de outubro, apenas 418 sacos de cacau procuravam saída pelo porto. (SANTOS, 1958, p.125).

A estranheza com a qual Santos (1958) se depara ao constatar a marginalidade do município de Ituberá perante a exportação do produto que era o maior sustentáculo da economia municipal (o cacau) nos remete novamente à notoriedade desse produto e sua importância econômica regional, inclusive na microrregião em questão. Além disso, traz constatações que se relacionam com a perspectiva desta pesquisa, como a existência de uma produção regional, destacando-se, neste caso, a predominância na zona litorânea, como ocorre com a piaçava e o dendê.

Apesar da unidade constituída pelos municípios da microrregião de Valença possuir algumas nuances singulares em um contexto de formação econômica e territorial, a cacauicultura representa um importante nexo estrutural do espaço agrário. Para delinear os processos que convergem para a dinâmica em escala microrregional, é crucial contemplar a totalidade dos fenômenos que contribuem para a formação desta. Nesse sentido, é necessário contextualizar a dinâmica mesorregional, enfatizando a importância da cultura do cacau na região. No espaço agrário da mesorregião sul da Bahia, e compreender a existência do cacau como elemento crucial na configuração territorial dessa espacialidade.

Assim, ao analisarmos a dinâmica espacial e produtiva do cacau na Bahia, com destaque para a mesorregião Sul da Bahia em intervalos de 5 anos, para que possamos abranger desde de antes da crise (que se alastrou a partir de 1989) até o ano de 2022 (Tabela 7), constata-se que dentre as 3 microrregiões, a de Ilhéus-Itabuna atravessa a crise, mas segue estável na liderança. Diversos são os pontos a serem levados em conta

nesse aspecto, dentre os quais a amplitude, pois a microrregião de Ilhéus-Itabuna¹⁴ possui 41 municípios, a de Porto Seguro¹⁵ possui 19 e a de Valença, 10. Nota-se também que no contexto da hinterlândia de Porto Seguro, que outrora aparecia à frente de Valença, declina na área colhida e produção, o que pode ser interpretado como reflexo da alteração na matriz econômica naquela microrregião, principalmente pelo avanço do eucalipto. Esse fato revela vários aspectos que marcam a presença da atividade cacaueteira na microrregião de Valença, marcada pela presença dos agricultores minifundiários.

Se, no conjunto das grandes propriedades, tem-se como resposta à crise a falência dos grandes proprietários, inviabilizando a produção e resultando na destinação de algumas dessas propriedades às conservadoras políticas de reforma agrária, como aponta Trevizan (2019), para indenizar pela posse fundiária e benfeitorias. Por outro lado, tínhamos um campesinato à margem do crédito, para quem não restava alternativa senão fazer frutificar suas pequenas propriedades.

Esses fatos ficam ainda mais evidentes nas colocações de Afonso (1991), quando ele delinea o processo de modernização da cacauicultura na década de 1970, capitaneado pela CEPLAC, com base no crédito para capitalização das grandes propriedades fundiárias, da seguinte maneira:

a partir dos anos 70 a modernização agropastoril sob a égide da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC, expande as diferentes formas de capital (financeiro, industrial e comercial) por todos os seus rincões. movimento do capital infunde à agropecuária a aparência de superação das adversidades a que está sujeita a produção animal e vegetal; a manutenção desta sensação passa a depender da crescente vinculação ao crédito, à tecnologia e à intermediação comercial, agentes que a subordinam à lógica do capital apropriando-se de parcela significativa do excedente gerado por esta. O elemento propulsor das transformações ocorridas foi. O crédito, direcionado basicamente para a burguesia agrária, que fazia parte do "bloco no poder" e como tal constituía a classe dominante. Situação que lhe confere a condição de co-participante do poder econômico, político e ideológico do Estado, permitindo-lhe influir na conduta do governo e inspirando pacotes econômicos para se locupletarem com os recursos sociais, como no caso específico dos abundantes subsídios creditícios abocanhados por estes. (AFONSO, 1991, p.18-19).

¹⁴ Composta pelos municípios de Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itagibá, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itamarí, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Jussari, Mascote, Nova Ibiá, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca e Wenceslau Guimarães

¹⁵ Composta pelos municípios de Alcobaça, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado Santa Cruz Cabralia, Teixeira de Freitas e Vereda.

Tabela 7 - Cacaucultura na Bahia: área colhida (ha) e quantidade produzida (t) de Cacau 1987 – 1992- 1997- 2002-2007-2012-2017-2022

Unidade Territorial	Ano															
	1987		1992		1997		2002		2007		2012		2017		2022	
	ha	t	ha	t	ha	t	ha	t	ha	t	ha	t	ha	t	ha	t
Cairu	10	6	-	-	5	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Camamu	5.180	3.004	6.070	2.732	5.608	2.243	5.200	936	7.484	1.590	14.500	5.365	12.000	2.400	12.400	2.827
Igrapiúna	2.200	990	1.382	553	3.228	623	2.376	1.354	3.500	1.295	6.260	1.805	6.400	1.773
Ituberá	4.250	2.465	4.070	1.832	2.865	1.146	4.944	569	1.652	766	6.700	2.412	4.600	1.523	4.700	1.518
Maraú	6.592	3.955	9.700	4.365	11.000	4.400	11.772	1.884	10.701	1.872	11.300	3.164	10.724	2.300	9.950	2.219
N. Peçanha	560	325	1.557	701	1.153	461	3.126	656	4.087	1.558	3.400	1.292	7.377	2.296	6.900	2.100
P.do Norte	3.020	1.359	1.728	691	2.176	457	2.062	758	2.600	975	6.414	2.296	6.600	2.079
P.T. Neves	1.476	664	1.056	422	3.154	662	2.955	1.180	3.800	1.444	7.822	2.898	8.400	1.200
Taperoá	733	315	986	443	2.154	862	1.425	278	2.760	735	2.400	888	2.400	726	2.700	780
Valença	1.340	777	5.670	2.551	2.698	1.079	3.758	789	3.240	1.501	4.800	1.776	7.836	2.545	8.200	2.447
MRC de Valença	8.665	10.847	34.749	15.637	29.649	11.859	38.783	6.854	37.317	11.314	53.000	18.611	65.433	18.789	66.250	16.943
MRC de Porto Seguro	48.435	19.684	42.954	16.595	42.499	16.499	39.170	14.262	33.769	9.720	35.274	14.270	17.920	4.749	16.068	5.037
MRC de Ilhéus Itabuna	388.396	193.481	456.944	204.854	485.829	173.141	342.092	70.339	376.244	88.607	371.007	102.856	280.764	65.564	273.080	68.739
Outras MRCs	110.678	45.878	73.838	26.462	67.892	23.977	67.746	18.750	67.842	24.302	88.141	23.695	58.030	17.144	121.037	19.029
Bahia	556.174	269.890	608.485	263.548	625.869	225.476	487.791	110.205	515.172	133.943	547.422	159.432	422.147	106.246	410.185	109.748

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal, 1987 – 1992- 1997- 2002-2007-2012-2017-2022.

Esses índices são especialmente curiosos e reveladores das nuances no nexo cacauero na microrregião de Valença ainda na atualidade do processo. Ao analisarmos o retrato recenseado em 2017 da espacialidade cacauera tabela 8 onde constam os municípios com o maior número de estabelecimentos produzindo cacau e suas respectivas microrregiões na Bahia, observamos que nos 20 maiores municípios em número de estabelecimentos produtores de cacau na Bahia, que os municípios da microrregião de Valença representam 28% dos estabelecimentos no estado. Inclusive, o município de Valença lidera o *ranking* estadual em estabelecimentos cacaueros. A microrregião se destaca com 9 dos 10 municípios produtores listados entre os 20 com maior número de estabelecimentos no estado, sendo a única exceção o município de Cairu em sua dinâmica zonal costeira.

Tabela 8 - Bahia – ranking dos municípios por número estabelecimentos produtores de cacau -2017

Município	Microrregião	Nº estabelecimentos	BA (%)
1 Valença	Valença	4.115	6,0%
2 P.T. Neves	Valença	3.471	5,0%
3 W. Guimarães	Ilhéus Itabuna	2.887	4,2%
4 Mutuípe	Jequié	2.705	3,9%
5 Ilhéus	Ilhéus Itabuna	2.598	3,8%
6 Camamu	Valença	2.426	3,5%
7 Itacaré	Ilhéus Itabuna	2.147	3,1%
8 Ubaíra	Jequié	2.012	2,9%
9 Piraí do Norte	Valença	1.992	2,9%
10 Jequiriçá	Jequié	1.898	2,7%
11 Maraú	Valença	1.847	2,7%
12 Ibirapitanga	Ilhéus Itabuna	1.807	2,6%
13 Teolândia	Ilhéus Itabuna	1.753	2,5%
14 Igrapiúna	Valença	1.706	2,5%
15 Laje	Jequié	1.687	2,4%
16 Nilo Peçanha	Valença	1.420	2,1%
17 Jequié	Jequié	1.418	2,1%
18 Una	Ilhéus Itabuna	1.377	2,0%
19 Ituberá	Valença	1.330	1,9%
20 Taperoá	Valença	1.312	1,9%
Total	MRC de Valença	19.619	28%
	Bahia	69.022	100%

Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 2017.

Seguindo com nossa análise do retrato regional cacauero no censo de 2017, na Tabela 9, apresentam-se os vinte maiores municípios em produção de cacau naquele censo. Observamos que o número de estabelecimentos cacaueros verificado na tabela

anterior não reflete diretamente seu volume de produção. Por exemplo, o município de Valença, apesar de liderar em número de estabelecimentos, ocupa apenas o décimo lugar em volume de produção. Assim, na produção cacaueteira da região de Valença, que equivale a pouco mais de 18% da produção estadual, notamos uma diferença significativa em relação à distribuição dos municípios que produzem cacau. Nesse rol, constatamos a presença de apenas 7 dos 9 municípios da microrregião no *ranking* da tabela 8, que diz respeito ao número de estabelecimentos produtores.

Podemos destacar algumas causalidades, dentre as principais, o diagnóstico prévio que apontava a prevalência de uma região com concentração fundiária. Dessa forma, o cacau encontra uma região com predomínio de pequenas propriedades, justificando o destaque regional de Valença em número de propriedades produtoras. Por outro lado, temos a gestão dessas propriedades por um campesinato que ainda não adotou totalmente os preceitos modernizantes do campo e que opera com preceitos policultores. Isso faz com que a produtividade dessas propriedades ainda represente um obstáculo para o produtor em minifúndios, que possui acesso dificultado às tecnologias para lidar com a vassoura de bruxa a forte limitação de terras.

Tabela 9 - Bahia – ranking da quantidade produzida de cacau por município -2017

Município	Microrregião	Quantidade produzida (t)	BA (%)
1 Ilhéus	Ilhéus Itabuna	6.606	7,7%
2 Ibirapitanga	Ilhéus Itabuna	3.310	3,9%
3 P.T. Neves	Valença	2.899	3,4%
4 Itacaré	Ilhéus Itabuna	2.750	3,2%
5 W. Guimarães	Ilhéus Itabuna	2.748	3,2%
6 Mutuípe	Jequié	2.739	3,2%
7 Gandu	Ilhéus Itabuna	2.681	3,1%
8 Uruçuca	Ilhéus Itabuna	2.665	3,1%
9 Una	Ilhéus Itabuna	2.574	3,0%
10 Valença	Valença	2.496	2,9%
11 Nilo Peçanha	Valença	2.294	2,7%
12 Pirai do Norte	Valença	2.240	2,6%
13 Nova Ibiá	Ilhéus Itabuna	2.190	2,6%
14 Barro Preto	Ilhéus Itabuna	2.076	2,4%
15 Teolândia	Ilhéus Itabuna	2.075	2,4%
16 Itajuípe	Ilhéus Itabuna	1.988	2,3%
17 Camamu	Valença	1.911	2,2%
18 Igrapiúna	Valença	1.849	2,2%
19 Ibirataia	Ilhéus Itabuna	1.818	2,1%
20 Maraú	Valença	1.794	2,1%
Total	MRC de Valença	15.483	18,2%
	Bahia	85.244	100%

Fonte: IBGE, Censos agropecuário, 2017.

Postas essas questões, verificamos que o cacau é um elemento crucial para a compreensão do espaço agrário na região de Valença, por diferentes motivos. Podemos destacar a dimensão histórica para a formação econômica e territorial da região de Valença e seu conjunto mesorregional sul-baiano, haja vista que no censo agropecuário mais recente, a região detém 28% das propriedades produtoras na Bahia. E, obviamente, também possui relevância econômica, pois é responsável por pouco mais de 18% da produção dessa cultura, que está em um processo de plena ascensão em sua dinâmica mercadológica.

A atividade está também impregnada no aspecto cultural da região, que através de suas práticas e sociabilidades, exerce sua civilidade alicerçada na cacauicultura. Um exemplo disso pode ser observado no município de Pirai do Norte, o menor município em termos populacionais do conjunto regional de Valença, nono na Bahia em número de estabelecimentos cacaeiros e décimo segundo em produção (IBGE, 2017). Neste município, podemos verificar uma atividade cultural que ocorre em praça pública (Figura 19), onde anualmente os produtores locais doam uma parte de sua produção de cacau para a paróquia local. Os rendimentos dos frutos são destinados a alguma benfeitoria considerada necessária. Os frutos são empilhados em via pública e, posteriormente, são primariamente processados em um torneio público que premia os de maior agilidade na atividade que é cotidiana no interior das lavouras cacaeiras.

Figura 19- Tradicional torneio da quebra do cacau em Pirai do Norte, BA



Fonte: Divulgação Paróquia de Santo Antônio- Pirai do Norte, 2023.

6.1 O sul da Bahia frente a crise cacaeira e os caminhos microrregionais de reestruturação

Com a crise cacaeira estabelecida no final da década de 1980, tem-se um abalo estrutural significativo em toda base econômica mesorregional. Dessa maneira, tem-se diferentes caminhos microrregionais no contexto da grande mesorregião sulbaiana. A microrregião Ilhéus- Itabuna, enquanto centro dinâmico urbano polarizadora de todo sul da Bahia, assiste um considerável incremento populacional urbano, sobretudo nas periferias urbanas, tal dinâmica não chega ser fato exclusivo dessa aglomeração urbana, ao passo que nos referimos a aceleração de um processo, o êxodo rural que se impõem enquanto realidade demográfica no contexto brasileiro, desse modo, tivemos uma aceleração desse processo em função da abrupta quebra do sistema econômico mantenedor de considerável parte das estruturas econômicas, causando assim uma aceleração na produção do espaço urbano periférico na aglomeração urbana Ilhéus-Itabuna, mas também nas cidades que se configuravam enquanto centro de zona na rede urbana regional.

Assim, para o conjunto das três microrregiões mais intrinsecamente conectadas a dinâmica cacaeira, tivemos diferentes respostas. Na microrregião Ilhéus- Itabuna, o Estado empenha-se numa solução industrial, tanto os municípios de Ilhéus quanto Itabuna, já dispunham de certo parque industrial, anteriormente a crise e funcionalmente atrelados a dinâmica cacaeira e as facilidades ali engendradas de escoação, seja a partir do modal rodoviário articulado a partir de Itabuna, ou Ilhéus em sua conexão externa através dos modais aeroportuários. De modo, que o histórico industrial cacaeiro se faz presente da seguinte maneira:

A Cargill S/A, grande corporação estadunidense atuante no mercado agrícola mundial, instalou sua planta moageira – a Cargill Cacau – no município de Ilhéus/BA, no ano de 1979. A Nestlé, multinacional de origem Suíça, foi inaugurada na cidade de Itabuna/BA também na mesma época, 1980. Por sua vez, a estadunidense Archer Daniels Midland Company (ADM) iniciou suas atividades em 1997, após adquirir a processadora de cacau Joanes S/A, empresa que já se situava no parque industrial de Ilhéus. Por fim, a Barry Callebaut S/A, multinacional de origem Suíça, após adquirir a Chadler S/A se instalou também em Ilhéus em 1999, onde desde então atua no beneficiamento de cacau e derivados (XAVIER, NASCIMENTO JR; CHIAPETTI, 2021, p.82).

O acirramento da crise fez então surgir um surto industrializante na aglomeração Ilhéus-Itabuna, tendo o governo do estado endossado essa perspectiva para novos rumos da economia regional, por meio do decreto nº 4.316 de 19 de junho de 1995, a partir do

qual criou-se o polo de Informática no município de Ilhéus mediante concessão de isenções fiscais (BAHIA, 1995).

De acordo com Moreira (2013), ocorre também em Ilhéus no âmbito desses intensos movimentos na busca por soluções para economia regional atrelado com um movimento nacional de valorização do turismo, a ascensão da atividade turística enquanto alternativa, nesse âmbito, que não chega a ser totalmente novo para essa região, mas que se valoriza diante das diversas tentativas de soluções para crise cacauífera, assim se somam as atividades os signos cacauíferos, da literatura e cultura principalmente irradiada a partir da literatura amadiana, de modo a promover algumas refuncionalizações em rugosidades cacauíferas, em nome do entretenimento aos que buscam a região como destino, isso obviamente não fica contido em Ilhéus nesse sentido o Estado também se mobiliza, a exemplo do asfaltamento do que idealizou como “Estrada Parque”, que tirou Itacaré do isolamento e a conectou a circulação geral da BA 001 em seu eixo sul¹⁶, se conectando com Ilhéus (MELIANI, 2011; MOREIRA, 2013).

Enquanto, isso, na microrregião de Porto Seguro, no extremo Sul do estado, a crise coincide com a massificação com um processo duplo, exploração turística da zona costeira da região, enquanto no interior, tem-se uma intensa exploração da terra por conglomerados agroindustriais do seguimento da celulose, promovendo assim, uma eucaliptização, como Amorim e Oliveira (2007, p.30) destacam o seguinte processo: “[...]dois vetores econômicos de polarização do Extremo Sul da Bahia: a celulose e o turismo. Realizando um corte longitudinal [...]verifica-se que a celulose polariza a economia do interior e o turismo o desenvolvimento do litoral”.

Assim, temos o fortalecimento de novas polaridades urbanas no contexto mesorregional, de modo que os fluxos passam também a convergir para as cidades, tanto envoltas na atividade turística, quanto as que estavam se articulando a partir da lógica agroindustrial de grande porte do papel e celulose. O despontar do dinamismo econômico da microrregião de Porto Seguro, torna-se por se configurar enquanto zona de atração, principalmente tendo em vista o cenário generalizado de crise cacauífera, como podemos constatar na análise do processo a partir do município de Camacan na microrregião de Ilhéus-Itabuna:

Com exceção de Teixeira de Freitas, os demais municípios que aparecem na tabela são litorâneos e têm no turismo importante atividade econômica. Tais

¹⁶ Em 2009, concluiu-se o trecho Camamu-Itacaré da BA001 com 48 km, também com o conceito de "estrada ecológica". Contando com investimentos de R\$ 87 milhões oriundos do Prodetur, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ministério do Turismo e Governo do Estado.

acréscimos populacionais são majoritariamente urbanos, ou seja, as pessoas que migraram foram atraídas em função das atividades produtivas formais e informais oferecidas nas cidades, ou porque possuíam algum membro da família ou amigo já instalado no lugar – esta informação apareceu em grande parte das falas dos nossos entrevistados em Camacan; para estes, muitos dos que emigraram de Camacan “seguiram o rastro” de alguém que foi antes, principalmente em direção às cidades litorâneas do Extremo-Sul da Bahia ou para o Estado do Espírito Santo. Em Porto Seguro, como corolário desse processo migratório, existe hoje um bairro chamado “Baianão” que é constituído predominantemente por emigrantes oriundos de Camacan, Pau Brasil, Arataca, Santa Luzia e outros municípios da “região cacauzeira”. As periferias de Porto Seguro foram ampliadas significativamente após a crise regional de 1989. Percebe-se que a crise da cacauicultura no sul da Bahia provocou profundas alterações na configuração urbanoregional do Litoral Sul do Estado da Bahia, e mesmo de outros estados da Federação. Redefiniu novas relações e novos conteúdos no espaço rural; alterou as articulações entre o rural e o urbano; exigiu novas leituras acerca de paradigmas regionais tradicionalmente estabelecidos – a região cacauzeira; obrigou os atores sociais envolvidos a rever os seus papéis e redimensionar suas ações com relação às atividades associadas à cultura do cacau; transformou radicalmente a paisagem urbana, não tanto pelos novos (e poucos) signos da modernidade que foram inseridos, mas principalmente pela exacerbação da pobreza urbana patente nos barracos e casebres expostos nas periferias das cidades “do cacau” às margens da BR-101. Estas periferias que estão se expandindo rapidamente sem que sejam tomadas providências pelos poderes públicos locais no sentido de orientar o uso do solo urbano e dotar esses novos bairros das condições mínimas de serviços e infraestrutura indispensáveis à vida (OLIVEIRA; TRINDADE; GRAMACHO, 2009, P. 159-160).

Tais constatações expõem os amplos processos experimentados pela região no pós crise, de modo que no cenário da microrregião de Porto Seguro, os caminhos são duplos, produzindo novas territorialidades econômicas na zona costeira e no interior e também na produção do urbano turístico e no urbano periférico. Isso coloca a região, diante da perversidade do capital que nessa conjuntura penetra de maneira ainda mais intensa, através dos megaempreendimentos turísticos e monopolização da terra pelos conglomerados da celulose, tudo isso se materializa na paisagem através dos amplos espetros de segregação no campo e na cidade.

Posto, isso, chegamos ao ponto crucial para esse cenário de respostas e rearticulações microrregionais com o estabelecimento da crise cacauzeira. Como resposta hegemônica no âmbito das três microrregiões da região sul da Bahia, se remedia a crise com o estabelecimento do turismo enquanto atividade econômica na zona costeira, dinâmica que interage com a conjuntura epocal de fortalecimento do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

No entanto, quando nos debruçamos sobre as ações efetivas na microrregião de Valença, no sentido de superação da crise, não obtemos ações tão claras, de modo que como vimos nas duas outras microrregiões, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro, tivemos claros revés estruturais, nas bases econômicas, com a primeira se consolidando e incrementando

as atividades industriais e turismo, enquanto a segunda tem um surto significativo do turismo na costa e um sistema agroindustrial do papel e celulose em seu interior. De modo que, enquanto as outras incrementaram atividades para além do setor primário da economia e que estabeleceram novas logicas de apropriação do espaço, na região de Valença não verificamos tal processo, ainda que o turismo esteja onipresente na costa mesorregional, as transformações mais vorazes da atividade ainda demoraram a se territorializar com ímpeto na região de Valença, se acelerando a partir das últimas duas décadas, mas que ainda assim, de maneira muito violenta e expropriadora, e pouco integradora, e por assim ser, se configura como pouco capaz de significar uma transformação significativa nas bases primarias da economia regional de Valença, uma vez que o processo se dá com a primazia de agentes alóctones a região.

Ainda assim, quando se territorializa na zona costeira da região de Valença, vem acompanhado de um processo violento de apropriação de territórios e embate com comunidades tradicionalmente estabelecidas, com especial destaque para o que ocorre com o município arquipélago de Cairu, onde o turismo se apresenta gerando conflitos a partir da intencionalidade de megaempreendimentos em terras de idoneidades fundiária sobre suspeição, como denunciado por Porto (2019), Malta e Barcelos (2020) e outros estudos que na atualidade vem se debruçando sobre a intensificação do turismo mediante penetração do grande capital em desfavor dos modos tradicionais de ocupação dessas áreas na região.

É assim que constatamos que no conjunto microrregional de Valença, as respostas a crise não se empenharam em mudanças estruturais, de modo que nesta região permaneceram os fundamentos de uma economia pautada no setor primário. Ocorre que com a deriva do cacau e necessidade que impunha ao campesinato garantia de recursos para reprodução da vida a partir da produção agrícola, se fortalecem as alternativas a partir da própria agricultura camponesa, que nesta conjuntura microrregional, já detinha algum acompanhamento da CEPLAC, de modo que Afonso (1991), aponta que desde os anos 1970, buscavam soluções para diversificação com culturas já presentes na região, mas a partir da impossibilidade edafoclimática de zonas que não eram tão propicias cultura do cacau, de maneira que na região de Valença já eram destacas culturas como dendê, piaçava, coco-da-bahia, cravo-da-índia, guaraná, pimenta-do-reino dentre outras (AFONSO, 1991).

Isso é crucial para compreendermos o nexu cacauero no agrário regional, pois demonstram o quanto que as ações se segmentavam – a partir do cacau- e só quando esse era inviável, se partiam para alternativas outras, então na região de Valença em sua dimensão costeira e interiorana as soluções perpassam por culturas que já estavam entranhadas no modelo policultor camponês, mas ainda assim esta estava submissa aos desígnios de uma instituição cacauera - a CEPLAC, de mesmo modo, após o estabelecimento da crise, e as tentativas de incrementação as iniciativas são a partir do cacau, de maneira que a atividade, apesar de sua franca crise não deixa de ocupar os discursos de importância, em contraponto a estruturação das culturas diversas , que experimentam um abandono institucional, sobretudo após o sucateamento da CEPLAC e desmonte da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), que eram as detentoras de expertise técnico-científica e de recursos humanos na assistência técnica para estes agroecossistemas de características e culturas agrícolas tão particulares.

De maneira similar ao que podemos observar com a tentativa de saída da crise econômica, por via do turismo. Ainda que estivessem empreendendo pela estruturação dessa atividade, o discurso cacauero e primarismo da economia não sai do palco político e institucional, como podemos observar no discurso do governador do estado, em matéria jornalística em ocasião de inauguração do último trecho da BA 001 em 2009, conectando os municípios de Camamu a Itacaré, rodovia essa construída institucionalmente e com captação de recursos turísticos, onde ao argumentar sobre a importância da obra são destacadas as seguintes questões:

[...] “Este é um grande passo para o fortalecimento do turismo na Bahia e para a qualidade de vida de sua população. A estrada foi um trabalho de parceria entre nós do MTur, o governo estadual e as prefeituras. Vamos continuar investindo em parcerias como essa para que possamos desenvolver o turismo sustentável em todo o País”, destacou o ministro do Turismo, Luiz Barretto, durante a inauguração da estrada. [...] A Estrada Ecológica Camamu-Itacaré será um importante impulso para o turismo da região Sul da Bahia. O trecho também será fundamental para impulsionar o desenvolvimento social para os moradores da região. [...] **Segundo o governador Wagner, a produção de cacau será uma das beneficiadas com a conclusão do trecho. “A estrada foi pensada para o turismo, mas ela também vai proporcionar uma integração de roteiros, algo importante para impulsionar a produção local, especialmente a de cacau.** É uma nova fase de desenvolvimento para o Sul da Bahia”, garantiu. (MINISTERIO DO TURISMO, 2009, *online*, grifo nosso).

É assim que constatamos a permanência dos ideários cacaueros nos seguimentos produtores do espaço regional, enquanto o que está para além disso ocupa um posicionamento tido como alternativo e secundário. No espaço agrário da região de Valença, isso repercute pelo abandono assistencial e de fomento para os agroecossistemas

policultores da agricultura camponesa em sua grande diversidade e especificidade para além do cacau, de maneira que temos para o arranjo regional de agricultura camponesa, a seguinte questão:

A falta de incentivos governamentais dificulta a produção e até mesmo a permanência no campo por parte dos produtores familiares. As políticas públicas devem ser ajustadas, objetivando direcionar mais financiamentos para que os pequenos produtores possam melhorar as técnicas de produção, a diversificação das atividades, podendo assim, obter mais renda e um desenvolvimento rural com a exploração da terra de forma mais sustentável (GUIMARÃES; ALVES, 2014, p. 216).

6.2 Cacau, chocolate e a nova divisão territorial do trabalho

Como verificado anteriormente, apesar de sua conjuntura de crise e franca decadência produtiva, as expectativas e discursos regionais permanecem fundamentados, tanto culturalmente quanto nos discursos governamentais, creditando protagonismo à cultura cacauzeira, embora essa não alcance os índices de produção e rendimentos anteriores à crise. Desse modo, a região caminha no sentido de uma convivência com a vassoura de bruxa, sendo necessário delinear o novo arranjo conjuntural do espaço agrário regional.

No entanto, a situação de convivência com a vassoura de bruxa enfrenta a presença de outros agentes que passam a acessar a terra a partir das conquistas da reforma agrária, decorrentes da bancarrota do latifúndio cacauzeiro. Isso se intensifica nas décadas de 1990 e 2000, como aponta Freitas (2018), ressaltando que em diferentes situações geográficas e, sobretudo, políticas, essa questão se torna evidente ao analisarmos os dados estatísticos de criação de assentamentos nos governos pós-redemocratização.

Assim, podemos compreender que após o estabelecimento da crise cacauzeira e suas transformações, houve a intensificação de assentamentos de reforma agrária ligados aos movimentos socioterritoriais e sindicais, os quais, conforme evidenciado por Freitas (2018), apresentam uma enorme heterogeneidade de siglas, mas são singulares na busca por justiça agrária nas terras do cacau. A partir da territorialização desses movimentos, podemos identificar a presença de três grupos de agentes que se reproduzem no espaço regional com diferentes concepções: os assentados, ligados aos movimentos de reforma agrária; os latifundiários resilientes, que continuam a tocar o discurso da dívida ou adaptam suas propriedades outrora exclusivamente cacauzeiras; e o campesinato minifundista, que, sem qualquer ligação orgânica com movimentos ou mesmo

cooperativismo e associativismo, estruturalmente ancora seu trabalho na produção cacaeira.

Por sua vez, cada um desses assume um posicionamento diante da realidade conjuntural estabelecida. Os latifundiários resilientes à crise passam a tentar estratégias de refuncionalização, como investir na pecuária ou no turismo, mas compartilham um discurso unificado sobre a infestação criminosa da vassoura de bruxa e o endividamento generalizado na cacauicultura. Sua influência política faz com que o discurso de uma 'região endividada' ecoe facilmente nos espaços de poder, como no Congresso Nacional. Um exemplo disso é evidenciado no discurso parlamentar proferido em 2010 pelo então senador Cesar Borges, alinhado com as demandas do discurso de endividamento 'regional'.

[...] vou mencionar as nossas conquistas, as conquistas para uma região produtora de cacau, que sofreu com as agruras da vassoura-de-bruxa, com o aumento do endividamento dos produtores, com a queda da produção, com o aumento do desemprego, da miséria e da violência, enfim, com a degradação social. Primeiro, foi conseguido um aumento nas tabelas de desconto para os produtores no âmbito do PAC do Cacau em todas as etapas do programa. Destaco que o desconto para renegociação das dívidas acima de R\$100 mil aumentou de 35% para 50% nas etapas 1 e 2, enquanto que o desconto para liquidação nessas mesmas etapas aumentou de 45% para 55%. Um segundo ponto aprovado permite aos agricultores com parcelas atrasadas de débitos com programa de securitização, o chamado Pesa, que possam quitá-las até o final do ano sem perder o bônus de adimplência de 5% e livre de multas. Um terceiro avanço foi que conseguimos ampliar o prazo até 30 de novembro para liquidação ou renegociação dos devedores que estão inscritos na Dívida Ativa da União ou na iminência dessa inscrição. Esse prazo também é válido para suspensão das execuções fiscais. Conforme a Associação dos Produtores de Cacau, é engano achar que as maiores dívidas são dos grandes produtores. Conforme matéria do próprio jornal *A Tarde*, em entrevista à Associação dos Produtores de Cacau, afirmou-se: “Aqueles que tomaram R\$70 mil de empréstimo ao Banco do Brasil na década de 90 têm hoje débitos em torno de R\$500 mil, em razão da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e juros de mais 8,5% ao ano. (BORGES, 2010, p. 31690-31691)

Tal discurso é um exemplo do quanto a elite agrária fez ecoar sua dívida, como que fosse de todo conjunto regional, mas também sobre o quanto eles conseguiram avanços na direção da amortização dessas dívidas. O que cai por terra, quando numa simples interpretação dos períodos áureos da produção de cacau, verificamos o acesso ao crédito não era uma realidade para todos, mas sim para aqueles que possuíam propriedades suficientemente capitalizadas para garantir tais montantes; portanto, acumulam dívidas aqueles que detinham propriedades cacaeiras.

Para além do espectro da dívida, esse grupo permanece fiel aos seus ideais produtivos de retomada da produção cacaeira, como nos seus tempos anteriores à crise.

Assim, busca-se apenas o retorno da produtividade e a continuidade no modelo de produção e comercialização das amêndoas em seu estado primário.

Nesse âmbito, têm-se operando em conjunto herdeiros dos latifúndios cacauzeiros e também empresas de origem alóctone ao Sul da Bahia que passam a se viabilizar a partir dos signos distintivos da IG. O ponto de diferença entre esses está no modelo de obtenção das amêndoas.

Os clássicos proprietários que retornam para a administração direta das propriedades, seguindo a lógica do primarismo, investem na tecnificação da produção, recapitalização dos latifúndios para comercializar a preços diferenciados e, em alguns casos, também com o incremento funcional das propriedades se atrelando a atividades turísticas com o nexos cacau-chocolate.

Ainda ocorre também nesse contexto das grandes propriedades a implementação de sistema, que se popularizou após a crise, o de parceria rural, sistema no qual o proprietário se exime das atividades diretas, colocando ao seu serviço trabalhadores rurais, tradicionalmente conhecidos como meeiros¹⁷, que por sua vez ficam encarregados de fazer produzir a lavoura sem vínculo de trabalho, e condicionados a contratos de entrega da metade do que é produzido aos proprietários.

Enquanto isso, as empresas de origem alóctone investem na produção própria, mas também na obtenção por meio da produção do campesinato desorganizado, que por sua vez passa a receber assistência técnica e orientações para padronização da produção nos moldes demandados pelas empresas

. Por outro lado, no grupo dos que obtiveram acesso à terra por meio da política de reforma agrária, deparam-se com um grande desafio. Eles adquirem a terra a partir da devastação deixada pelo latifúndio cacauzeiro. Entre os primeiros desafios, estava a busca por soluções para muitas dessas propriedades que passaram por processos de desmatamento severo do agroecossistema tradicional cacau-cabruca, além de tentativas frustradas de pecuarização¹⁸.

¹⁷ Maiores detalhes sobre o contexto do sistema parceria e vínculos de trabalho dos meeiros podem ser encontrados em: DANTAS, Emiliano. **Os meeiros do cacau do Sul da Bahia: trabalho, corpo e documentação**. 2014. 176 f. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Recife, 2014.

¹⁸ Sobre esse processo na região cacauzeira, Freitas (2018, p.109), faz saber que: “observa-se que os municípios que não possuem assentamentos criados (ou seja, Itapitanga, Floresta Azul, Itajú do Colônia, Jussari, Itapé e São José da Vitória) são também aqueles onde não se tem a consolidação da cacauicultura, tendo ocorrido o avanço da pecuária extensiva. Uma atividade que sempre foi desenvolvida de forma acessória à cacauicultura, em áreas impróprias ao cultivo do cacau, mas que também avançou sobre as áreas da cacauicultura no contexto de agravamento da crise regional, a partir da década de 1990.”

Uma vez assentados e plenamente estabelecidos nos lotes de reforma agrária, a lógica das antigas fazendas cacaeiras se altera. Nestes enclaves, novas dinâmicas produtivas e relações sociedade-natureza começam a se territorializar. Assim, ao avançar com a restauração ecológica dos PAs, em consonância com um modelo agroecológico que prioriza a segurança alimentar, desde os primeiros momentos gerando excedentes, de maneira que as áreas passam a interagir com as bandeiras dos movimentos socioterritoriais. É neste ponto que ocorre uma virada crucial: a visão dos movimentos em relação ao cacau, que resulta em uma nova divisão territorial do trabalho voltada para a produção de chocolate e derivados do cacau. Podemos verificar, dessa forma, a seguinte dinâmica:

Uma dinâmica territorial que em certa medida também agrega a produção do “chocolate artesanal” das famílias assentadas e de suas organizações representativas. Nesse contexto, identificou-se a experiência produtiva do MST, em especial do Assentamento Terra Vista, no município de Arataca, através da Cooperativa de Produção Agropecuária Construindo o Sul Ltda (COOPRASUL, criada no ano de 1994) e com o apoio do Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA) – com a marca do chocolate “Terra Vista”; e a experiência produtiva da FTL (base do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sul da Bahia), através da Cooperativa de Pequenos Produtores de Cacau, Mandioca e Banana do Centro da Região Cacacueira Ltda. (COOPERCENTROSUL, criada no ano 1999) e com o apoio da CEPLAC – com a marca do chocolate “Doce Terra” – como tendo sido as experiências precursoras da produção de chocolate artesanal em áreas de assentamentos de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia. Em tempos mais recentes, também, a experiência produtiva do CETA, em especial do Pré-assentamento Dois Riachões, no município de Ibirapitanga (na região do Baixo Sul, hoje denominada Território de Identidade Médio Rio de Contas), com o apoio da Rede de Agroecologia Povos da Mata (FREITAS, 2018, p. 199).

É assim que constatamos as divergências entre esses dois grupos. Enquanto o latifúndio faz o discurso girar entorno de sua crise produtiva e financeira, que é sobretudo fruto do modelo de capitalização das grandes propriedades, fazendo essa dívida do latifúndio ecoar como uma crise da região, e em suas conjecturas limitadas não há o menor esforço para superar a cultura agroexportadora, almejando apenas o retorno a ela, como há dois séculos. Por outro lado, os movimentos socioterritoriais, em consonância com suas bandeiras, materializam o que até pouco tempo era inimaginável: a produção de chocolate com origem regional.

Nesse sentido, a territorialização dessa nova lógica no espaço agrário regional, corrobora para uma substancial mudança na divisão territorial do trabalho, de maneira que ao nos aproximarmos dessa constatação se faz preciso pontuar que:

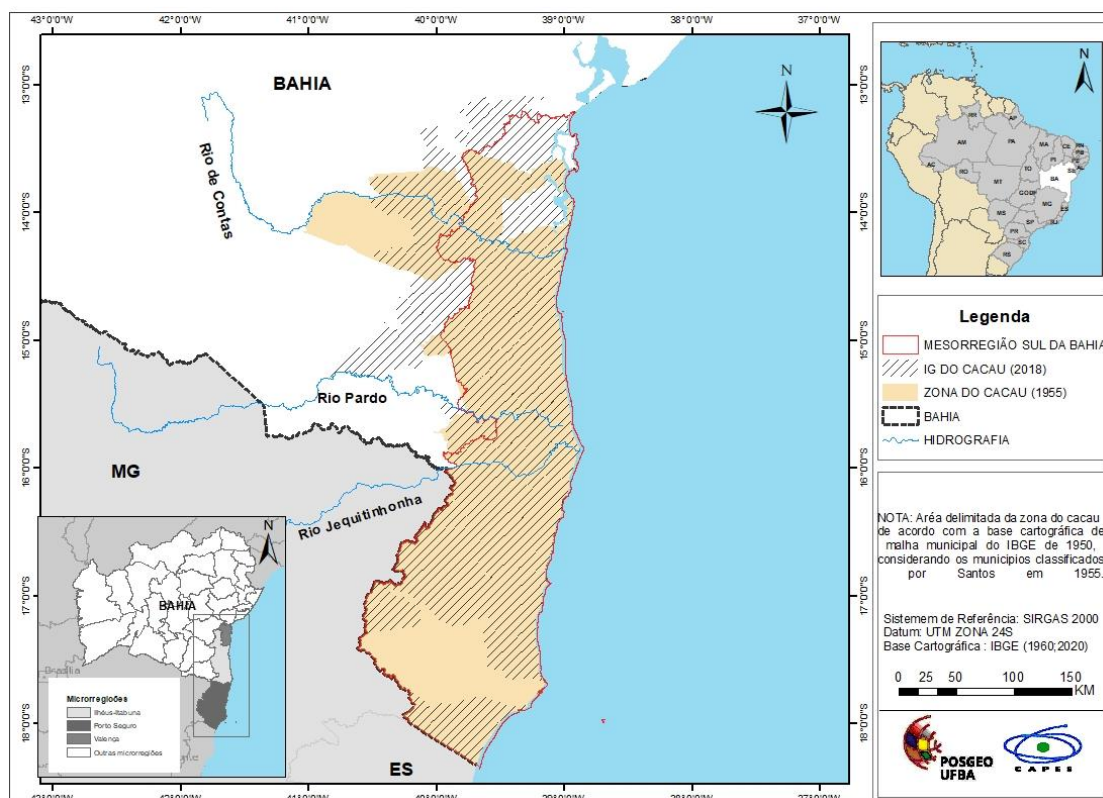
[...] A divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial. [...] É o que o mundo natural, mediante as trocas de energia entre os

seus elementos, conhece um movimento perpétuo, pelo qual sua identidade se renova enquanto se modificam os seus aspectos. [...] A um modo de diversificação sucede um outro modo de diversificação. É assim que a natureza faz -se outra, enquanto mudam os seus aspectos e ela própria muda como um todo. (SANTOS, 2006, p.84).

A partir dessa constatação e considerando também o conjunto de outras análises propostas pelo mesmo autor, em Santos (1957; 1959; 1978), que examina o histórico papel de posicionamento dos países subdesenvolvidos na divisão do trabalho e formação econômica e territorial baseada na agroexportação, a qual reverbera no espaço agrário através da produção de regiões especializadas em atividades econômicas conectadas ao mercado alóctone, mas detentor do comando produtivo. A partir disso, verificamos que no período antecedente à crise cacauêira, a lógica que imperava era a da agroexportação. No entanto, os contornos se modificam a partir da diversificação dos assentamentos, de maneira que, em uma lógica de convivência com a crise, opta-se por agregar valor à produção com a fabricação de derivados das amêndoas.

A inserção do nexo chocolateiro revigora as expectativas cristalizadas nas estruturas regionais embasadas na cacauicultura, de maneira que ressurgem a partir desse movimento antigos agentes, que no presente participam do processo de reinvenção da dinâmica regional, baseada na produção de cacau e chocolate, abrangendo grande parte da mesorregião sul, bem como a pretérita zona do cacau analisada por Santos em 1955 (Figura 20), que agora se redesenha a partir da lógica da Indicação Geográfica –(IG) que distingue a procedência dessa produção regional das demais .

Figura 20 – Mapa: Regionalizações da cacauicultura baiana



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Sob a égide do nexo produtivo cacau-chocolate os agentes de produção do espaço regional passam a se articular entorno da agregação de valor a produção regional, desse modo a partir da Associação Cacau Sul Bahia - ACSB, foi solicitada o registro da Indicação Geográfica Sul da Bahia ao Instituto Nacional da propriedade Industrial – (INPI), o que consolida a dinâmica que vinha se territorializando, abrangendo 83 municípios, que estão no contexto de produção histórica. A indicação de procedência é um tema especialmente complexo pelos processos contraditórios no cerne do sistema que rege o mercado, esse instrumento mercadológico de proteção vem se territorializando em diferentes contextos produtivos, no caso da IG em questão, a governança se dá através de agentes múltiplos que se articulam a partir da ACSB, que concatena desde produtores tradicionais, até os pequenos; redes agroecológicas e cooperativas associadas aos PAs.

Dessa maneira, com a territorialização do processo, observamos o que é ilustrado na figura 21. Apesar da origem regional comum, o cacau e o chocolate provêm de diferentes sujeitos sociais. Essa nova perspectiva revitalizou a atividade, gerando uma grande diversidade de produtores, desde os indivíduos herdeiros dos latifúndios, cooperativas, empresas tradicionais de mercado, associações e redes agroecológicas, entre outros arranjos diversos inseridos na dinâmica do cacau-chocolate sul-baiano.

Figura 21: Exemplos da produção de chocolate com origem na microrregião de Valença



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Por fim, em todo esse processo, cabe um olhar sobre o nosso último dos três grupos identificados aqui como produtores do espaço agrário regional no pós-crise: o campesinato desorganizado. Situados para além da organicidade dos movimentos socioterritoriais e áreas de reforma agrária, em uma conjuntura como esta que está em pleno curso, eles se configuram como o elo mais frágil no que diz respeito à retomada que a cultura do cacau vem empreendendo e a demanda geral crescente pelo produto no mercado global.

6.3 A região de Valença frente a reestruturação produtiva da cacauicultura baiana

Diante do cenário geral da cacauicultura, onde o Brasil oscila entre o 7º e 6º maior produtor mundial da *commodity*, porém insuficiente para atender à sua própria demanda interna; em um cenário nacional de baixa produtividade, no qual a Bahia já não se destaca isoladamente na produção, enquanto os índices dos estados na região amazônica, berço da cultura do cacau, começam a despistar (BRAINER, 2022); e um contexto estadual no qual a produção sul-baiana é valorizada pela indicação de procedência, criando signos de distinção mercadológica e, portanto, se diferenciando numa lógica particular para a

produção desses 83 municípios circunscritos na IG Temos, então, uma demanda geral pelo aumento da produção.

Nesse sentido, a região de Valença vem sendo assistida por um programa comandado pelo Consorcio Intermunicipal do Mosaico das APAS do Baixo Sul - CIAPRA. Esse consórcio, que engloba as 15 prefeituras do Território de Identidade – (TI) Baixo Sul, é gerido pelos prefeitos e conta com câmaras técnicas¹⁹ compostas pelos respectivos secretários municipais. Esse consórcio desenvolve um programa voltado para o restabelecimento produtivo da cacauicultura nos 15 municípios do TI Baixo Sul, e os prefeitos estão articulados a partir do CIAPRA. O programa para o cacau, denominado como 'Cacau Mais', prevê três etapas de execução, cada uma com um foco específico. Os objetivos podem ser observados no material de divulgação exposto em um dos seminários do programa, na figura 22.

Figura 22- Material de divulgação exposto em seminário promovido no âmbito do programa Cacau Mais



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

¹⁹ O consorcio conta atualmente com as câmaras técnicas de Agricultura, Educação, Saúde, Cultura, Turismo, Meio Ambiente E Gestão.

Nesse sentido, observa-se uma crescente demanda geral pelo produto primário e uma estratégia mesorregional da cacauicultura baiana, agregando valor à produção de chocolate através de uma IG que fronteiriza a produção dos 83 municípios. Assim, o mercado não tem alternativa senão investir na cacauicultura, seja por meio do desenvolvimento de tecnologias e pesquisas para a inserção da atividade em áreas antes inexploradas, como já ocorre no cerrado baiano por meio dos projetos de irrigação e outras áreas em caráter experimental (BRAINER, 2022).

Assim, o que observamos na região, por meio do programa Cacau Mais, é principalmente uma tendência à capitalização da agricultura, operada pelo viés monocultor. Ao analisarmos o que é evidenciado na figura 24, durante um dos seminários que compõem as ações dos municípios no programa, é notória a interação nesse direcionamento. Essa interação se baseia na heterogeneidade que é característica de diretrizes como a que está em curso, integrando no mesmo espaço de discussão sobre o restabelecimento da cacauicultura: o campesinato minifundiário, vendedores de maquinários e agroquímicos, conglomerados do segmento agroindustrial e instituições bancárias.

Figura 24- seminário do programa cacau mais em Camamu, BA-2023



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

7 O NEXO MICRORREGIONAL DO SISTEMA POLICULTURAL: NUANCES E ESPACIALIDADES DAS CULTURAS AGRÍCOLAS

Numa leitura estrutural acerca das características do espaço agrário na microrregião de Valença, tem-se uma especial atenção para o dinamismo do campesinato, que reproduz e articula suas propriedades com características minifundiárias através de policultivos. Algumas das culturas inseridas no contexto microrregional são, de todo modo, bastante características desse conjunto microrregional, enquanto outras possuem características mais espalhadas na conjuntura mesorregional, como ocorre com o cacau e outras que estão no bojo de demandas integrantes de circuitos de mundialização da agricultura, como ocorre com a borracha.

Desse modo, a somatória de elementos tanto de âmbito social quanto produtivo na região de Valença converge para uma interpretação de indissolubilidade e integração. Isso caracteriza a microrregião como um complexo sistema de agricultura, considerando que, em sua dimensão geral e histórica, a atividade agrícola se articula de maneira paralela à sedentarização humana da seguinte forma:

A agricultura tal qual se pode observar em um dado lugar e momento aparece em princípio como um objeto ecológico e econômico complexo, composto de um meio cultivado e de um conjunto de estabelecimentos agrícolas vizinhos, que entretêm e que exploram a fertilidade desse meio. Levando mais longe o olhar, pode-se observar que as formas de agricultura praticadas num dado momento variam de uma localidade a outra. [...]. Dito de outra forma, a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações. No entanto, apesar dessa diversidade, observa-se também que as formas locais de agricultura, praticadas numa região, numa época determinada, se parecem suficientemente para serem aproximadas e classificadas numa mesma categoria. Mas, se ampliarmos essas observações e as seguirmos por mais tempo, discerniremos então formas de agricultura muito diferentes que devem ser classificadas em outras categorias. Assim, pouco a pouco, descobrimos que as múltiplas formas de agricultura antigas identificáveis podem ser classificadas em um número finito de categorias, cada uma delas ocupando um lugar determinado no tempo e no espaço, da mesma maneira que classificamos outros objetos mutantes como os seres vivos, os solos, os povoamentos vegetais etc. As formas de agricultura observáveis aparecem assim, conforme dissemos, como objetos muito complexos, que podemos, todavia, analisar e conceber em termos de sistema. Ora, analisar e conceber um objeto complexo em termos de sistema, é, num primeiro momento, delimitá-lo, ou seja, traçar uma fronteira, virtual, entre esse objeto e o resto do mundo, e é considerá-lo como um todo, composto de subsistemas hierarquizados e interdependentes. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71-72).

Desse modo, o âmbito escalar microrregional de Valença nos apresenta o desafio da singularidade. No exercício de análise das práticas de produção e reprodução do espaço agrário, é crucial que estejamos fundamentados nos movimentos da totalidade. Surge o

desafio dos objetivos estabelecidos aqui; assim, a análise das singularidades se impõe como um imperativo diante de tudo que foi anteriormente discutido. O entendimento das culturas agrícolas dessa região como um sistema, que se desenvolve com diferentes agentes e intensidades de articulação com a conjuntura globalitária.

Assim, o processo de interpretação estrutural do espaço agrário, em sua dimensão cultural agrícola, colocasse enquanto desafiadora. E de tal forma, o olhar principalmente a partir do que está posto enquanto atividade econômica alicerçada na produção familiar camponesa e interagindo com as contradições próprias do sistema capitalista de produção, temos sistemas integrados de produção, que se materializa em seu âmbito propriamente espacial nas unidades de cultivo, ao qual denominamos enquanto um sistema policultor. Nesse sistema, observa-se a prática da integração, de modo que no contexto regional de Valença, há características diversas com culturas variadas. Isso, de certo modo, se especializa com a lógica anteriormente descrita da inserção regional de Valença na macrodinâmica cacauífera. Com exceção da dinâmica zonal costeira, que o converge para condições edafoclimáticas inviáveis nessa zona, onde regionalmente predomina a atividade agrícola da dendeicultura (WATKINS, 2020).

Por sua vez, o cacau, em sua dinâmica agrícola basilar de cultivo regional, apresenta diferentes sistemas (Figura 25). Tradicionalmente, a lavoura se estabeleceu na mesorregião sul da Bahia através do agroecossistema que ficou conhecido como cabucas, consistindo na Mata Atlântica raleada para criar um microclima favorável à cultura de origem amazônica (OLIVEIRA et al, 2011). No entanto, esse sistema coexiste com outros dois no contexto geral da produção cacauífera: o cultivo em sistema agroflorestal – SAF, que consiste na produção integrada com outras culturas; no contexto regional, ocorre principalmente em consórcio com a seringueira, proporcionando integração simbiótica e econômica no sistema.

Já o sistema de cultivo a pleno sol representa tentativas de tecnificação para aumento da produção. Nesse sistema, não há sombreamento perene, e a produção ocorre em um sistema aberto com maior densidade de plantas, tornando-se mais dependente de agroquímicos para manutenção e produtividade.

Figura 25-Sistemas de cultivo da lavoura cacaueteira



Fonte: Arquivos do autor.

7.1 O Sistema policultural na Região de Valença

Desse modo, podemos verificar na região um sistema com diferentes espacialidades. No âmbito do espaço interiorano da região e viável à cacauicultura, surgem culturas que se integram ao dinamismo cacaueteiro, seja no sentido de uma substituição dos extratos florestais da Cabruca, oriunda da mata nativa, por culturas com valor econômico no mercado. Isso também é acompanhado pelo processo da mesorregião que se intensificou nas últimas décadas do século XX, quando a atividade madeireira estava estabelecida como uma atividade econômica pujante, ao custo do desmatamento das áreas nativas.

Santos e Martins (2021) apontam que entre o final da década de 1940 e o ano de 1952, foram instaladas na microrregião extremo sul as duas primeiras firmas madeireiras de grande porte, inserindo novas práticas de apropriação e acelerando o processo de capitalização, violência e expropriação de terras dos povos originários naquela microrregião (SANTOS; MARTINS, 2018). De modo semelhante ao que ocorreu na microrregião de Valença, onde, de acordo com Silva (2018), a década de 1950 marcou também a chegada dos empreendimentos da firma Odebrecht à região, que, dentre suas

práticas expropriatórias, muito se valia da mão de obra do campesinato negro na atividade madeireira como mote de grilagem (SILVA, 2018). Atividade madeireira nos territórios do campesinato negro foi uma das diversas atividades exploradas pela empresa na região a partir dessa década (SANTOS, 1958; SILVA, 2018).

Nesse sentido, destaca-se a construção da BR 101 na década de 1970, que, ao recortar a região, passou a atuar como um fator promotor do desenvolvimento no âmbito do sistema capitalista. Isso resultou na intensificação de fluxos, dinâmica na qual se fortaleceu o desmatamento da floresta nativa. Esse período foi também marcado por debates de diversificação produtiva no seio da instituição que articulava o espaço mesorregional, a Ceplac. Assim, em estudos técnicos de diagnóstico socioeconômico desenvolvidos ao longo dessa década, com autoria da Ceplac e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), já ecoava a percepção técnica do quanto a especialização monocultural na produção primária do cacau comandava toda a dinâmica regional. Além disso, apontava-se a existência de atividades com importância econômica secundária, como banana, coco, madeira, dendê, piaçava, mandioca e seringa (CEPLAC; IICA, 1976).

Tais considerações indicam que, nesse momento, a necessidade de diversificação já estava presente como uma medida essencial para reverter a sensibilidade do sistema regional, que estava inteiramente vinculado à dinâmica cacauceira. Com base em sua expertise, a instituição empreendeu a seguinte ação:

Os anos 70 marcam também o direcionamento o par a diversificação agrícola, principalmente nos solos inadequados ao plantio do cacauceiro. Inicialmente e expande-se nos Tabuleiros de Valença centrada na seringueira, coco-da-baía, dendê, cravo-da-índia, guaraná, pouco depois os japoneses trouxeram a pimenta-do-reino e mais recentemente e introduziram-se e a baunilha, cardamomo, macadâmia, nóz-moscada, patchulie canela. (AFONSO, 1991, P.63).

Assim, observamos que, para o contexto da região de Valença, a diversificação teve seu ímpeto justamente devido à dinâmica da zona costeira, uma vez que esta inviabilizava a cacauicultura. No entanto, é importante salientar que a diversificação não representou totalmente uma inserção de novas culturas, visto que existem registros anteriores dessas. Portanto, essa ação significou o fortalecimento de culturas que, de algum modo, já faziam parte do repertório produtivo camponês na microrregião.

7.2 As dimensões horizontais e verticais e o acontecer solidário do sistema agrícola regional

Santos (2006) propõe a possibilidade de leitura do espaço, pautada em dois recortes, como posto no seguinte:

As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. (SANTOS, 2006, P.192).

Por sua vez, esses dois recortes atuam enquanto par dialético para leitura dos fenômenos que na sistemática espacial interagem para estruturação do mesmo. Então, ao nos debruçarmos na tentativa de uma leitura sobre a organização produtiva das unidades da agricultura familiar camponesa na região de Valença, enquanto sistema agrícola diversificado, surge como questão crucial a estrutura de correlações nessa interface entre o campesinato e o mercado. Isso se torna especialmente relevante diante da contemporaneidade marcada pelo fenômeno da globalização.

Dessa maneira, instrumentalizamos para o contexto regional em sua dimensão horizontal o acontecer solidário. Este se materializa como práticas necessárias para a produção agrícola nos moldes do sistema regional, assim como para a vida mediante os recursos necessários para a reprodução do campesinato. Assim, o acontecer solidário, nos termos de Santos (1996; 2006), não se trata da conotação ética ou emocional, mas sim das ações de âmbito social que se materializam como práticas de produção e reprodução socioespacial. De modo que Santos (1996) ainda aponta que:

Um subespaço é uma área contínua do acontecer homólogo ou complementar, do acontecer paralelo ou hierárquico. Em todos esses casos, trata-se de um acontecer solidário, que define um subespaço, região ou lugar. [...]. Trata-se de chamar a atenção para a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum. Numa região agrícola, esse acontecer solidário é homólogo. Nas relações entre a cidade e o campo, ele é complementar, como, também, nas relações interurbanas. (SANTOS, 1996. p.35).

Destarte, ao retomarmos a análise no âmbito das horizontalidades e verticalidades, torna-se crucial, para as relações espaciais horizontais, o acontecer solidário. Por outro lado, no modo vertical, temos implicitamente ao processo a hierarquia, que no cenário contemporâneo vem amplamente moldada pelos desígnios da divisão internacional do trabalho. No contexto brasileiro, de maneira predominante, observa-se um perfil ancorado no primarismo da economia. No âmbito de classe, essa hierarquia se desdobra com outra

característica própria do modelo vertical: o lugar dos que estão além da grande agricultura capitalista é o da sujeição ou desterritorialização, em uma dinâmica que se apresenta de maneira cruel para o campesinato.

Sendo assim, mesmo que para os subsistemas da microrregião de Valença seja possível a segmentação das culturas agrícolas, muito em razão da dinâmica de concentração agrícola que se evidencia na área em questão, tais segmentações são invocadas no sentido de uma leitura estrutural. Isso ocorre tendo em vista a predominância dinâmica do subsistema agrícola na microrregião. No entanto, é crucial para a compreensão dialética da totalidade desse fenômeno, e sobretudo a realidade de coexistência dessas diferentes culturas nas unidades de produção da agricultura camponesa, bem como no espaço regional.

7.2.1 Dimensões verticais do sistema regional

Ainda que a agricultura regional, em sua complexidade, seja conduzida pela categoria camponesa, é necessário considerar os fatores estruturantes regionais. Como mencionado anteriormente, esses fatores incluem um campesinato negro e minifundiário, bem como elementos de ordem geral, que abrangem o avanço do sistema capitalista em sua dinâmica de globalização. Dentro desse contexto, observamos as expressões de (re)existência da agricultura familiar camponesa, que se reproduz por meio da dinamização produtiva de suas unidades minifundistas.

Então, a classe camponesa interage também com culturas cuja inserção e dinâmica estão atreladas à modernização capitalista dos sistemas agrícolas. Isso gera uma interseção entre dinâmicas horizontais e verticais que caracterizam a região. Diante da vasta possibilidade que é característica do sistema agrário regional, podemos citar algumas culturas como exemplos desse dinamismo, como a seringueira e a produção de palmito pupunha.

7.2.1.1 O subsistema regional da Heveicultura

O subsistema da seringueira tomou forma como atividade econômica na região de Valença na década de 1950, quando a Firestone adquiriu 9.000 hectares do grupo Odebrecht para implantar a cultura na propriedade situada entre os municípios de Igrapiúna e Ituberá. Em 1982, a Firestone se desfez dessa propriedade por meio de venda para a Companhia Brasileira de Borracha (CBB), que operou a propriedade por apenas

dois anos antes de repassá-la para a Plantações Michelin da Bahia (PMB). Esse movimento ocorreu devido a um impedimento legal de transações fundiárias entre empresas estrangeiras, resultando na impossibilidade de venda direta da Firestone para a Michelin, que assumiu a propriedade em 1984 (GONÇALVES, 2014; TANAN, 2017). Para além da venda dos 9.000 hectares para a Firestone, Odebrecht, em sua recorrente atuação nas transações fundiárias da região, não apenas promoveu a entrada de outras empresas, mas também empreendeu no ramo seringalista por meio do empreendimento da agroindústria Agrícola Seringalista da Bahia S.A. – AGRISA. Essa empresa contava com uma propriedade de 4.820 hectares no município de Igrapiúna, que foi posteriormente transformada nas Fazendas Reunidas Vale da Juliana (GONÇALVES, 2014; LIMA, 2018).

Quando nos voltamos para o cenário atual da heveicultura na região de Valença, observamos a cultura em um cenário generalizado. Isso ocorre, em grande parte, devido à possibilidade de integração dessa cultura com o cacau nos Sistemas Agroflorestais (SAFs). Ao analisarmos o contexto de absorção da produção de borracha natural na região (quadro 10), verificamos que esse processo possui um caráter primordialmente empresarial.

As agroindústrias processadoras da borracha natural na região estão conectadas com a hierarquização das verticalidades. Mesmo que realizem o processamento do látex primário, essas agroindústrias produzem uma matéria-prima amplamente utilizada na indústria de pneumáticos, sendo destinada principalmente à planta fabril de pneumáticos da Michelin, localizada no Rio de Janeiro (LIMA, 2011).

Quadro 10 - Processadoras de borracha natural na microrregião de Valença,BA

Empresa	Fundação	Município	Area (ha)	Atividade
Agroindustrial Ituberá LTDA	1972	Ituberá	2.950	Processamento de borracha natural, produção e compra
Cultrosa/Latoy	1958	Camamu	2.685	Processamento de borracha natural, fabrico de brinquedos e produção de borracha e outras culturas regionais
Michelin	1956	Igrapiúna	9.000	Processamento de borracha natural, produção e compra

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023. Adaptado de Lima (2011).

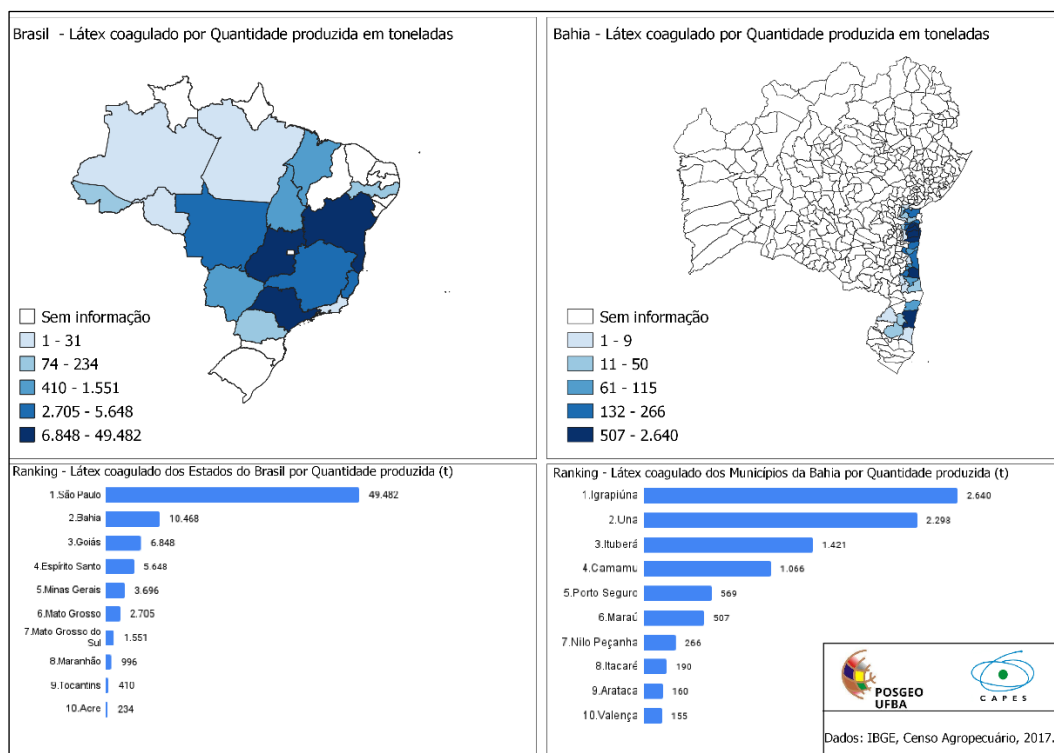
Posto isso, observamos o quanto essas empresas destoam do contexto geral da região. Primeiramente, pela proporção de seus empreendimentos, que, além da planta agroindustrial, vêm acompanhados de áreas de grande porte, destoando da dinâmica minifundista. Da mesma forma, ao analisar a dinâmica do circuito produtivo da borracha na região, Lima (2011) verifica o capitalismo agrário atuando em diferentes escalas. De modo que:

Segundo a empresa, como o coágulo comprado do agricultor têm 47% de água, após beneficiado esse volume se transforma em cerca de quatrocentas a quinhentas toneladas de borracha seca, ou GEB 1, por mês. Produção que é procurada pelas principais indústrias pneumáticas do país, Michelin, Pirelli, Goodyear, Bridgestone/Firestone, Continental e Vival. Mas, embora essas indústrias estejam homologadas para comprar o GEB 1 produzido pela Agroindustrial, as negociações têm ocorrido preferencialmente com a indústria de pneus Michelin do Rio de Janeiro e com a Pirelli. Pelo volume de borracha natural comprada e beneficiada e pelas negociações da produção pode-se deduzir que a Agroindustrial é uma empresa de porte menor que o da Michelin. E, ao contrário da Michelin, que atua em todo o circuito mundial em todas as fases de produção, a Agroindustrial Ituberá se limita apenas às regiões produtivas da Bahia, especialmente ao Baixo Sul. Na realidade, há um sistema de colaboração entre esses dois agentes, de forma que, eventualmente, a Agroindustrial disponibiliza sua usina para beneficiar parte da borracha natural da Michelin, cobrando apenas os custos operacionais e de mão-de-obra. (LIMA, 2011, p.87).

Da mesma forma, essas empresas se modernizam em termos do que tem se colocado enquanto movimento do sistema capitalista. Assim, o movimento da atualidade é de segregação das empresas com o vínculo de trabalho formal com os camponeses. No entanto, elas passam a empreender no sentido de dominação pela sujeição quando inserem sua lógica e produtos dentro da unidade camponesa. Isso ocorre numa conjuntura em que são as empresas que controlam os preços. O vínculo com o campesinato passa a ser fundamentalmente de compra da produção, cujo preço é controlado por elas próprias. Além disso, há a oferta de assistência técnica para a veiculação dos pacotes agroquímicos, visando a elevação da produção nas unidades camponesas.

Analisando os dados da produção de látex no Brasil e no recorte para o estado da Bahia com dados do Censo Agropecuário de 2017 (Figura 26), verifica-se que, em termos nacionais, é uma cultura que, apesar do berço amazônico, está comercialmente bastante disseminada pelo Brasil, especialmente em sua faixa tropical. O estado de São Paulo lidera a produção com 49.482 toneladas, enquanto a Bahia aparece como o segundo maior produtor nacional, com 10.468 toneladas (IBGE, 2017).

Figura 26- Cartogramas: distribuição da produção de Látex no Brasil e na Bahia-2017



Fonte: IBGE- Censo agropecuário, 2017. Organizado pelo autor, 2023.

Assim, quando nos atemos à espacialidade na produção nos municípios baianos, temos o cenário onde Igrapiúna lidera a produção estadual com 2.640 toneladas de látex, de modo que, de acordo com Tanan (2017), essa cultura é substancialmente significativa para o município, que tem sua história de emancipação política mais recente diretamente atrelada ao empreendimento da PMB no município.

7.2.1.2 O subsistema regional da pupunha

Assim como a borracha, a atividade agrícola de produção de pupunha, com destino à comercialização do palmito, possui um caráter vertical em relação à sua territorialização como componente da miscelânea de culturas presentes nas unidades de produção camponesas na região de Valença. Da mesma forma como ocorre com a seringueira, a pupunha se territorializa com feições agroindustriais.

Sobre a inserção da palmeira na região, Araújo et al (2011), apontam que:

A introdução da pupunheira na Bahia ocorreu em 1960, no município de Ituberá, com plantas trazidas do estado do Pará e se destinava a produzir frutos, que têm um alto valor nutritivo. Somente a partir da década de 1990 ocorreu a expansão dessa palmeira nos municípios de Una e Igrapiúna com a finalidade de

exploração do palmito [...]. Como forma de minimizar a crise da cacauicultura, no ano de 2001, o Governo do estado da Bahia assinou o Protocolo de Intenções da Cadeia Produtiva do Palmito. No Protocolo se previa a expansão do cultivo da pupunheira e a instalação de agroindústrias que passariam a se constituir em mercado para os produtores individuais. Essas ações contribuíram para alavancar o aumento da área cultivada no Estado. (ARAÚJO et al. 2011, p. 2).

Desse modo, temos nessa cultura mais uma mostra de como os direcionamentos do espaço agrário ocorrem a partir do cacau, e, no caso da diversificação, a partir da impossibilidade. No caso da pupunha, a cultura se territorializa na região de Valença em um contexto favorável, tendo em vista a demanda estabelecida a partir da inviabilização da exploração do palmito em modelo extrativista de outra palmeira presente na Mata Atlântica, a juçara, que, por suas características ecológicas e superexploração, entrou em risco de extinção (RIOS et al., 2019).

Em tal cenário, os empreendimentos da Odebrecht ressurgem no cenário da região. A área mencionada como primeiro plantio comercial da palmeira corresponde às Fazendas Reunidas Vale da Juliana, em Igrapiúna, anteriormente conhecidas como AGRISA. Desse modo, a atuação do grupo passa a operar na unidade com a perspectiva do promissor agronegócio da palmeira. Para tanto, não faltam esforços conjuntos entre o Estado e Odebrecht no sentido de estabelecer a cultura na região (PORTO, 2016).

O *modus operandi* desta é sobremodo sofisticado, mas baseado na capacidade do grupo empresarial em interagir com o Estado. Dessa forma, passam a ser operacionalizadas estratégias no sentido de viabilizar a cultura na região. Um dos importantes marcos nesse aspecto é a criação de uma biofábrica especializada na produção de plântulas de pupunha. Nessa ocasião, a fundação veicula notícia com o seguinte conteúdo:

Foi inaugurada no dia 9 de junho a Biofábrica de Plântulas de Pupunha, no município de Camamu, Baixo Sul da Bahia. Sua implantação permitirá o fornecimento de plântulas e mudas com garantia de qualidade para o cultivo de palmito.

O Governador da Bahia, Paulo Souto, esteve presente na inauguração e afirmou que a Biofábrica ajudará a expandir a produção de pupunha e outras culturas locais na região.

Com capacidade para germinação de 11 toneladas de sementes e produção de 2,6 milhões de plântulas, a Biofábrica foi construída com recursos da Seagri - Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia. O financiamento para implantação da estrutura física foi de R\$ 277 mil. Recursos utilizados para compra de sementes, insumos, germinação de plântulas, formação de mudas e coordenação de pessoal também foram aportados pela Seagri.

A Biofábrica integra a Cadeia Produtiva do Palmito, desenvolvida na região e liderada pela Coopalm - Cooperativa de Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia. A Coopalm reúne 172 unidades-família (cerca de 860 pessoas) envolvidas no plantio direto do palmito de pupunha. Atende cooperados dos municípios de Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Piraí do Norte, Ibirapitanga e Camamu. (FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT, 2006, Online).

Assim, a cultura, com sua inserção gestada no âmbito da filosofia empresarial da Odebrecht, se territorializa com amplo amparo da instância pública. Para tanto, é operacionalizada, por meio público, a biofábrica de plântulas (Figura 27) que fica situada entre os municípios de Camamu e Igrapiúna, proporcionando um aparato técnico-científico à produção regional.

Figura 27- Biofábrica de plântulas de pupunha – localizada entre os municípios de Camamu e Igrapiúna-2023



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

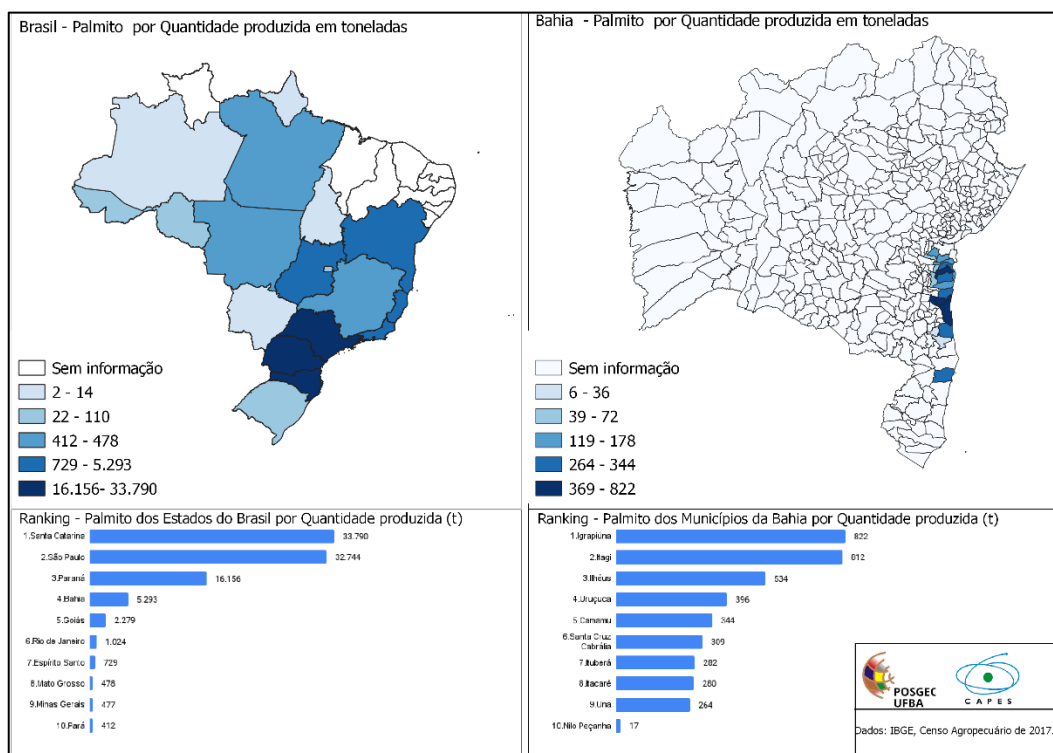
Para além desse aspecto produtivo representado pela criação da biofábrica, o sistema conta com outros aparatos no bojo da verticalidade com a qual se insere essa cultura agrícola no espaço regional. Enquanto o subsistema da borracha é viabilizado por agroindústrias processadoras do látex primário, que por sua vez é uma matéria-prima para a fabricação de pneus, o subsistema da pupunha é articulado através do que chamam de "aliança cooperativa estratégica", que, segundo Porto (2016), consiste em:

“aliança cooperativa estratégica”, a principal estratégia de mobilização e penetração da Fundação Odebrecht nas comunidades em que atua. Aliando investimentos (i) em educação profissionalizante para jovens rurais, (ii) em organização de cooperativas de produção agrícola e agroindustrial e (iii) a metodologia de mobilização e assistência técnica às “unidade-família”, a Fundação Odebrecht consolidou uma estratégia bastante consistente para difundir os ideais da TEO no meio rural do Baixo Sul. (PORTO, 2016, p. 266).

Tal estratégia, está engendrada no programa de governança que a fundação desenvolve na região para diferentes contextos produtivos, de modo que repercutem enquanto uma capitalização das unidades camponesas inseridas em tal cenário, atrelando no âmbito das culturas uma organização que engendra no âmbito produtivo: cooperativas com estrutura agroindustrial nas quais cooptam camponeses e também os próprios empreendimento do grupo; por sua vez, cada cooperativa congrega um centro de formação técnica com viés atrelado a aliança cooperativa, de modo a criar um ecossistema em favor da sustentação dessas culturas empreendidas na região (PORTO, 2016; LIMA, 2017).

Assim, quando nos atemos ao panorama da produção de palmito no Brasil (figura 28), verificamos que a Bahia é a quarta maior produtora nacional, com 5.293 toneladas, ao passo que Santa Catarina, o maior produtor nacional, lidera com 33.790 toneladas (IBGE, 2017). Especificamente no contexto baiano, temos o cenário que comprova a territorialização da cultura na região de Valença. O município de Igrapiúna é o maior produtor do estado, com 822 toneladas produzidas. Entre os 10 maiores produtores, ainda constam outros 3 municípios da região, sendo estes, respectivamente: Camamu, com 344 toneladas; Ituberá, com 282 toneladas; e Nilo Peçanha, com 178 toneladas produzidas (IBGE, 2017).

Figura 28 – Cartogramas: da produção de palmito no Brasil e na Bahia- 2017



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. Organizado pelo autor, 2023.

A dimensão de comercialização dessa produção regional é outra característica garantidora de sua verticalidade, em sua dinâmica de inserção para atender a múltiplos interesses. Dessa forma, ela se apresenta notadamente mais fortalecida e com cadeia estruturada em relação a outras culturas presentes na região. A comercialização se dá a partir do produto processado pela agroindústria da cooperativa vinculada à aliança estratégica, de maneira que:

A COOPALM conta, hoje, com 512 agricultores cooperados. No ano de 2014 recebeu desses agricultores mais de cinco milhões de hastes de pupunha, e produziu aproximadamente 3,5 milhões de potes de palmito. Embora a cooperativa tenha hoje sua marca própria, a Cultiverde, a maior parte da produção é destinada para comercialização através dos chamados “parceiros sociais”, que são, na verdade, grandes redes de supermercados, como Walmart, G-Barbosa, Pão de Açúcar. Nas prateleiras desses supermercados é possível encontrar tanto a marca Cultiverde, como também as marcas próprias dessas redes, como, por exemplo, o Bonduelle, que é do Grupo Pão de Açúcar, e o palmito Bom Preço, que é do G-Barbosa. Ou seja, a COOPALM envasa o produto em sua própria fábrica, mas com o rótulo das marcas dos “parceiros sociais”. (PORTO, 2016, p. 275).

Tal cadeia nos coloca diante da hierarquia verticalizada. Apesar da cooperativa estar produzindo um produto advindo majoritariamente de produtores camponeses, estes estão expostos ao comando alóctone das grandes redes varejistas e atacadistas. Estas, por

sua vez, assumem a produção com seu rótulo próprio, e ainda com a possibilidade de agregação de elementos certificadores que atestam uma produção familiar. Da mesma forma, a dinâmica acelera a tecnificação e o uso de agroquímicos que induzem ao aumento da produção, o que, de certo modo, é potencializado, pois, conforme aponta Porto (2016), esse subsistema é bem assistido em termos de acompanhamento técnico. Dessa maneira, os agricultores cooperados são orientados no sentido de elevação da produtividade em suas unidades.

7.2.2 As dimensões horizontais do sistema regional

Com o complexo sistema de culturas que compõem a agricultura na região de Valença, tem-se esse desenho dual no qual as culturas se inserem e se reproduzem no espaço agrário regional e se integram ao sistema de culturas nas unidades camponesas. Se no que concerne à dimensão vertical, tem-se a inserção de culturas a partir de demandas externas conectadas aos desígnios da mundialização da agricultura, a exemplo das duas anteriores, pela demanda global da borracha e consequente operacionalização e inserção dessa a partir de transnacionais do setor; ou mesmo do palmito de pupunha a partir da demanda de mercado que se apresentou com a inviabilidade de explorar o produto a partir de outras culturas.

Por outro lado, as unidades camponesas operam também com culturas cujo conteúdo e espacialidade se revelam especialmente concentrados nessa regionalidade. Dessa forma, tem-se culturas em que a operacionalização se dá de modo dependente do modo camponês. Elas caracterizam-se pelo acontecer solidário nas relações camponesas de produção, tendo em vista, dentre outros fatores, a ausência de acompanhamento dos fomentos e assistência técnica verificadas nas outras culturas.

Tem-se então que considerar a dualidade nos sistemas na produção do espaço agrário da microrregião de Valença. Ainda que seja um curso dinâmico e também muito exposto às condições de mercado, combinado com fatores de inexistência, ineficiência ou falta de uma cristalização de políticas públicas do Estado, as culturas regionais que operam em dinâmica horizontalizada ainda resistem e constituem-se como elementos de configuração territorial marcantes. Isso ocorre tendo em vista que:

As horizontalidades são o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na

complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária. Nesses subespaços, e graças a essa solidariedade, consciente ou não, há um aumento da produtividade econômica, mas também da produtividade política, alimentadas pela informação. (SANTOS, 2005, p. 151).

7.2.2.1 O subsistema regional da dendeicultura

Entre as culturas de destaque no sistema regional, está a do dendê. O dendê é de tal importância e expressividade para o conjunto regional que é a cultura que nomeia o zoneamento dos municípios turísticos na costa da região. Para além da região, o dendê é uma expressão de caracteres econômicos, religiosos e gastronômicos intrinsecamente atrelada à identidade cultural afro-brasileira e ao estado da Bahia (TEIXEIRA, 2020; WATKINS, 2020).

De acordo com Watkins (2020), a cultura do dendê tem origem na região Oeste da África e está amplamente disseminada na costa da região de Valença. Provavelmente, teve sua chegada ao território baiano ainda no primeiro século da colonização portuguesa, no contexto da diáspora transatlântica.

A dinâmica do dendê demanda atenção às nuances que garantem características particulares no contexto da região de Valença. Ao falarmos dessa cultura, é preciso pontuar que, de acordo com Zeferino e Ramos (2023), trata-se da matéria-prima para o óleo vegetal mais consumido do mundo, o óleo de palma, superando inclusive o posicionamento de *commodities* oleaginosas como a soja.

Nesse sentido, é preciso distinguir o sistema de produção baiano do contexto geral. Onde o dendê insere-se na mundialização da agricultura capitalista, e tem-se a cultura como *commodity*. Nessa lógica, o dendê se territorializa na Amazônia brasileira a partir de uma ação estatal altamente planejada, de modo que:

O período compreendido entre o começo das décadas de 1940 e 1950 assinala a chegada do dendezeiro (*Elaeis guineenses jacq.*) proveniente do estado da Bahia. A palmeira africana encontrou na Amazônia certa variação nas condições ótimas que não impedem o cultivo do dendezeiro (NAHUM; SANTOS; SANTOS, 2020, p.2).

Bertha Becker (2010) analisou a expansão da dendeicultura na Amazônia como uma atividade alternativa para o desenvolvimento regional em áreas desflorestadas. Dentre as questões, destaca-se o entendimento fundamental de que é uma inserção programática no bojo da mundialização da agricultura. Além disso, a crescente demanda

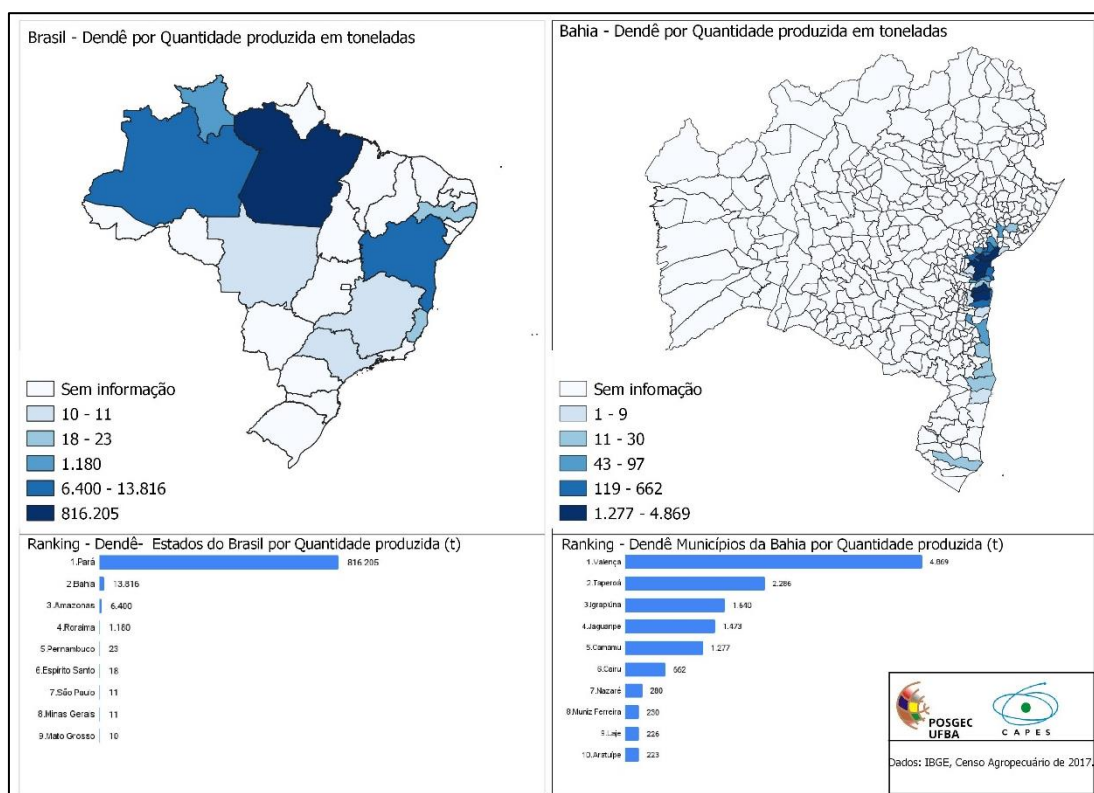
mundial pelo óleo de palma, especialmente a partir do despontar da possibilidade da utilização dessa cultura para além do contexto alimentar, como insumo para biocombustíveis. Becker (2010) oferece importantes contrapontos para a dinâmica da cultura que foi implantada na Amazônia com forte incentivo do Estado em suas políticas públicas. Entre a produção histórica na Bahia e a inserção programática no bojo da mundialização da agricultura, constata-se as seguintes diferenças:

Cultivado em sistemas agroflorestais como na costa da Bahia, onde foi introduzida pelos escravos, a palma acabou se transformando em uma espécie quase nativa na faixa de Mata Atlântica ao sul do estado.

Mas não é o que ocorre na Amazônia, onde na prática, dominam os megaprojetos com grandes empresas. Em função da obrigatoriedade de parcerias com agricultores familiares para a obtenção dos incentivos fiscais do Selo Combustível Social, estabelecem acordos de integração com assentados e colonos, mediante suporte técnico e contratos de compra da produção. Trata-se da terceirização da produção, prática que já se exerce no Brasil, por exemplo, em Santa Catarina pelas empresas Sadia e Perdigão, e no Mato Grosso inclusive para plantio da soja com as corporações que exercem a comercialização da produção como Bunge, Cargill, Dreifuss, Maggi, etc. (BECKER, 2010, n.p).

Assim, ao verificar o panorama de produção de dendê no Brasil, com base no Censo Agropecuário de 2017 (figura 29), nota-se o estado do Pará dominando a produção nacional de dendê com 816.205 toneladas, enquanto a Bahia ocupa a segunda colocação com apenas 13.816 toneladas. No contexto da espacialização da produção na Bahia, tem-se a cultura espalhada por considerável parte da costa, com destaque para os municípios costeiros da região de Valença que lideram o volume de produção, como ocorre com os três maiores produtores no estado. Valença, com 4.869 toneladas produzidas, é seguido por Taperoá com 2.286 e Igrapiúna com 1.640.

Figura 29- Cartogramas: distribuição da produção de dendê no Brasil e na Bahia -2017



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. Organizado pelo autor, 2023.

Enquanto a produção amazônica se acelera com os contornos modernizantes da agricultura capitalista, a produção baiana segue com tendências de decadência devido a diversos fatores. Entre esses fatores, destaca-se a fragilidade da agricultura familiar camponesa, que sub-remunera a produção camponesa, considerando as dificuldades da produção em cultivos de natureza subespontânea. Assim, enquanto a dinâmica na Amazônia ocorre de maneira altamente capitalizada, na região pioneira de Valença, a cultura se apresenta em sua dinâmica horizontal, com grande expressão na zona costeira, como demonstrado na Figura 30, onde o cultivo ocorre na área adjacente ao estuário.

Figura 30 : áreas cultivadas de Dendê na comunidade quilombola de Graciosa, Taperoá -BA/ A: vista a partir da BA 001 / B: Vista a partir do canal fluviomarinho que corta a comunidade- 2023



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Como mencionado anteriormente, a atividade na Bahia, em sua dinâmica horizontal, atravessa um momento de crise e abandono político-institucional. Dificuldades são observadas em toda a cadeia do subsistema do dendê na região, incluindo a natureza da variedade produzida, que, como pode ser observado na Figura 30, é de grande altura, exigindo a escalada de palmeiras para a colheita. Além disso, há o âmbito agroindustrial, fundamentado em condições rústicas, no qual o campesinato processa o fruto para a transformação em azeite. A transformação do dendê em azeite ocorre basicamente de três formas: roldão rustico, roldão mecanizado e pilão (MESQUITA, 2002).

A dinâmica dos roldões, conforme mostrado na Figura 31, pode ser especialmente compreendida como uma expressão do acontecer solidário, essencial para a reprodução camponesa em sua dinâmica horizontal no âmbito do subsistema da dendeicultura na região. Os roldões com tração animal funcionam como agroindústrias operadas de

maneira comunitária, assemelhando-se a outros circuitos de agroindústrias rústicas camponesas, como as casas de farinha. Watkins (2018) contextualiza a significância desses roldões, destacando:

Para os pequenos agricultores que viviam, trabalhavam e dependiam da Costa do Dendê, suas paisagens complexas forneciam recursos vitais nutricionais, culturais e econômicos. Os baianos, assim como os africanos, há muito tempo utilizavam o pilão para processar o óleo de palma em grandes quantidades. À medida que a demanda pelo óleo de palma doméstico aumentou nos séculos XIX e XX, os produtores baianos responderam construindo moinhos movidos a animais. Chamado de "roldão" por sua grande pedra de moagem circular, esse dispositivo aumentou drasticamente a produção de óleo de palma na Bahia, processando tanto fruto em uma hora quanto um pilão poderia ao longo de um longo e exaustivo dia [...]. O roldão tem origens nos antigos prensadores de azeite de oliva medievais utilizados no Mediterrâneo Europeu desde o século XVI[...]. Essa inovação transformou a economia do óleo de palma na Bahia e capacitou uma classe de processadores em pequena escala ainda influentes na região. Moinhos de óleo de palma pequenos tornaram-se motores econômicos importantes na região, aparecendo nos registros escritos no início do século XX, embora fossem considerados triviais pelas autoridades. (WATKINS, 2018, p.11, tradução nossa).

Os roldões mecânicos também desempenham um papel na dinâmica regional da cultura, representando uma face modernizante que se tornou possível após a eletrificação rural na região, ocorrida tardiamente. No entanto, esses equipamentos ainda são considerados inviáveis para muitos dos produtores, resultando, em muitos casos, em um acesso comunitário e dependente da solidariedade.

Figura 31: Roldões mecânico e de tração animal



Fonte: Mesquita, 2002.

Outra maneira de processar os frutos e transformá-los em azeite, dentro das unidades camponesas, é através do pilão, como mostrado na figura 32. Essa técnica

envolve o cozimento dos frutos, que são posteriormente colocados em um recipiente e macerados para extrair o óleo bruto, conhecido como azeite de dendê, utilizado em atividades gastronômicas e religiosas.

Figura 32 - Processo de fabricação do azeite de pilão na comunidade quilombola do Pratigi, Camamu, BA - 2023



Fonte: Lucimaro Santos, 2023.

7.2.2.2 O subsistema regional do guaraná

Outra cultura que se destaca no contexto regional de Valença é a do guaraná. Originário da Amazônia, causa certo estranhamento que a Bahia não apenas seja produtora, mas a primeira produtora nacional dessa cultura, com forte concentração na região de Valença. A inserção do guaraná está diretamente relacionada aos esforços de diversificação produtiva empreendidos pela CEPLAC. O contexto de inserção da cultura na Bahia pode ser observado em relatos de técnicos da instituição em anais de um evento científico, nos quais destacam as seguintes nuances de inserção:

O primeiro registro encontrado na literatura sobre o guaraná na Bahia, refere-se a uma planta que Gregório Bondar cultivou na antiga Estação Experimental de Uruçuca, Bahia, cuja fotografia foi publicada na revista "O Campo", na página no. 49 da edição de julho, 1938. Essa planta foi destruída para ceder lugar a um

prédio, não tendo deixado descendentes. As tentativas de introdução da cultura na Bahia voltaram à baila em 1958, desta feita em decorrência do trabalho desenvolvido por um dos autores deste trabalho (A.L.M.), no sentido de promover a diversificação da agricultura dos municípios de Ituberá e Camamu, através de culturas adaptáveis à ecologia da região e de reconhecido interesse econômico. Naquele ano o Dr. José Paiva de Freitas trouxe, de Belém, uma muda de guaraná, que logo veio a morrer devido a péssima condição vegetativa com que chegou a Ituberá. Em 1959, o Sr. Alfredo Madureira Beça enviou novamente sementes de guaraná para Ituberá, porém estas não germinaram face ao seu baixo poder germinativo. Na viagem que realizou ao Pará, em 1961, o próprio Lemos Maia foi portador de 25 sementes em adiantado processo de germinação, as quais foram enviveiradas no Campo de Produção de Mudanças de Seringueira de Ituberá. Apenas 15 mudas foram aproveitadas, das quais 7 foram distribuídas a fazendas particulares. Em 1967, quando da extinção do mencionado Campo, existia pouco mais da uma centena de mudas de guaraná, que foram plantadas, a título de ornamentação e curiosidade, na fazenda Cultrosa, em Camamu. São essas plantas que começam a despertar o interesse dos agricultores para o seu cultivo no Sul da Bahia. Várias plantações já foram instaladas ou se encontram em fase de instalação, cabendo destacar a área da fazenda Cultrosa, onde estão sendo plantadas cerca de 10 mil mudas. (VASCONCELOS, NASCIMENTO; MAIA, 1976 [1972], p.61).

O guaraná, que botanicamente consiste em uma árvore com características arbustivas (Figura 33), produz frutos largamente utilizados nas indústrias alimentícia e farmacêutica. Ele está territorializado entre a diversidade de cultivos na região de Valença, integrando-se com outras culturas características da área.

Figura 32 - Subsistema de cultivo do Guaraná na comunidade no Brejo Mole, Maraú/BA 2023

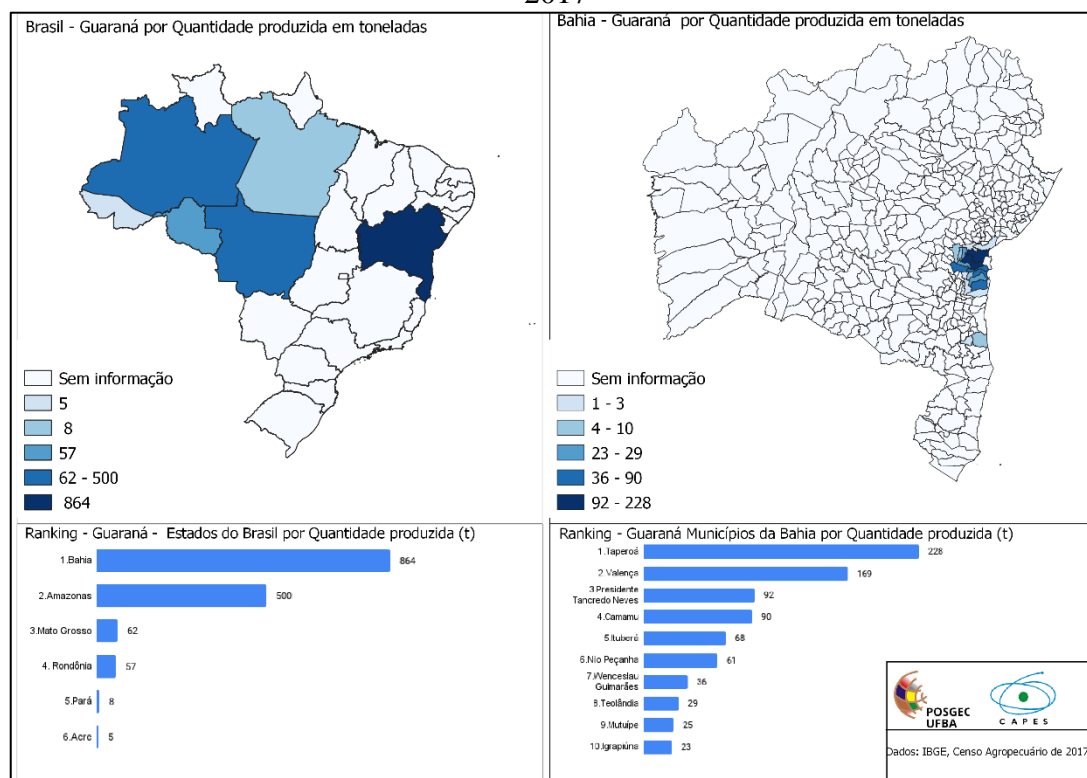


Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Apesar do senso comum tradicionalmente reconhecer e associar a produção nacional dessa cultura à região amazônica, analisando o cartograma na Figura 34,

verificamos que, segundo o Censo Agropecuário de 2017, a Bahia é a maior produtora nacional, superando inclusive a soma da produção amazônica²⁰. A Bahia atingiu a marca de 864 toneladas, enquanto nos estados amazônicos o Amazonas produziu 500, Mato Grosso 62, Rondônia 57, Pará 8 e o Acre 5 toneladas (IBGE, 2017).

Figura 34- Cartogramas: dados referentes à produção de guaraná no Brasil e na Bahia-2017



Fonte: IBGE- Censo agropecuário, 2017. Organizado pelo autor, 2023.

Tendo a Bahia como a maior produtora nacional de guaraná, ao analisarmos a espacialidade da produção no estado (Tabela 10), com 21 municípios produtores, verifica-se que a região de Valença é responsável por 86% da produção baiana, com grande destaque para o município de Taperoá, que registrou naquele censo uma produção no montante de 228 toneladas produzidas, correspondendo a 26% da produção baiana. Sendo também destacada no contexto daquele Censo Agropecuário a produção de outros

²⁰ A produção amazônica concentra-se principalmente no estado do Amazonas, sendo que 58,6% dessa produção estava concentrada nos municípios de Presidente Figueiredo e Maués (IBGE, 2017). Em 2018, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial publicou na edição número 2454 da Revista da Propriedade Industrial (RPI) a Indicação Geográfica (IG), na modalidade Indicação de Procedência (IP) para o município de Maués, excluindo desta a porção territorial do município correspondente à Terra Indígena Andirá-Maraú, localizada na porção nordeste do município, fazendo limite com o estado do Pará. Esta, por sua vez, obteve em 2020 uma IG (a primeira para povo indígena) na modalidade Denominação de Origem (DO), abrangendo os estados do Amazonas e do Pará publicada na edição de número 2598 da RPI.

municípios da microrregião, como ocorre com Valença, Presidente Tancredo Neves, Camamu, Ituberá e Nilo Peçanha, tendo estes respectivamente 19,6%, 10,6%, 10,4%, 7,9% e 7,1% da produção baiana de guaraná.

Tabela 10 - Bahia- ranking da produção de Guaraná – 2017

	Município	Microrregião	Quantidade produzida (t)	BA (%)
1	Taperoá	Valença	228	26,4%
2	Valença	Valença	169	19,6%
3	P.T. Neves	Valença	92	10,6%
4	Camamu	Valença	90	10,4%
5	Ituberá	Valença	68	7,9%
6	Nilo Peçanha	Valença	61	7,1%
7	W. Guimarães	Ilhéus Itabuna	36	4,2%
8	Teolândia	Ilhéus Itabuna	29	3,4%
9	Mutuípe	Jequié	25	2,9%
10	Igrapiúna	Valença	23	2,7%
11	Piraí do Norte	Valença	10	1,2%
12	Ubaíra	Jequié	9	1,0%
13	Jiquiriçá	Jequié	9	1,0%
14	Una	Ilhéus Itabuna	4	0,5%
15	Gandu	Ilhéus Itabuna	3	0,3%
16	Marau	Valença	2	0,2%
17	Nova Ibiá	Ilhéus Itabuna	1	0,1%
18	Laje	Jequié	1	0,1%
19	Jaguaripe	S.A. de Jesus	1	0,1%
20	Ibirapitanga	Ilhéus Itabuna	1	0,1%
21	Arataca	Ilhéus Itabuna	1	0,1%
	Total	MCR de Valença	743	86%
		Bahia	864	100%

Fonte: IBGE, IBGE- Censo agropecuário, 2017.

O guaraná figura entre as culturas de destaque na produção camponesa da região de Valença, consolidando-se como elemento cultural na área. Isso é evidente em Taperoá, município líder na produção, onde o guaraná já foi incorporado às simbologias locais, como ilustrado na figura 35.

Figura 35- Ponto alusivo a produção local de guaraná, Taperoá -2023



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Dessa forma, a dinâmica de produção do guaraná integra o dinamismo horizontal, principalmente pela reprodução que ocorre de maneira consolidada, mais intrinsecamente pelo campesinato pouco assistido pelas políticas públicas ou mesmo pela assistência técnica. Esse cenário é uma das características marcantes das culturas de concentração singular na região.

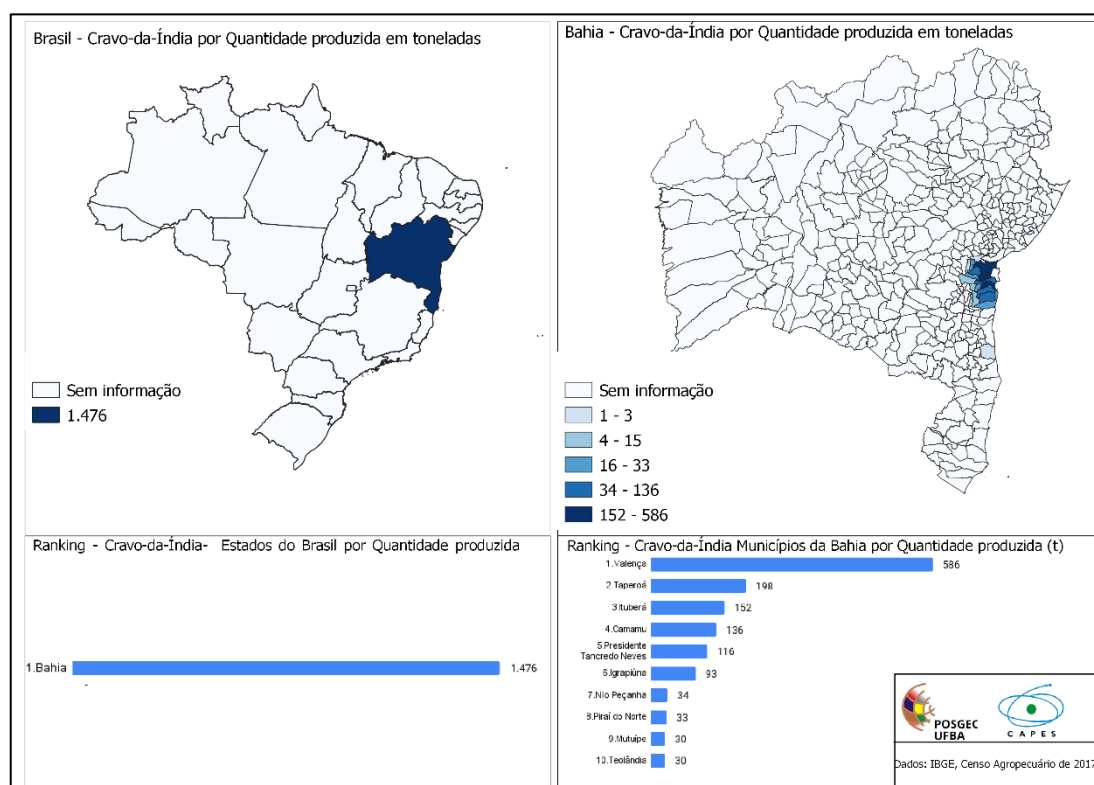
No entanto, o potencial dessa cultura se faz pouco mais razoável aos que produzem a medida em que experimentam organicidade em torno da destinação da produção. Oliveira, Matos e Santos (2006) e Baiardi (2015), destacam um caso exitoso no município de Taperoá, onde desde os anos 1990, existe a Cooperativa Agrícola Mista do projeto Onça, essa é resultante da união de agricultores camponeses das localidades de Santo Antônio, Rio Negro e Maribu, na qual gestam um profícuo experiência de produção agroecológica de Guaraná com certificação orgânica, cujo a destinação é principalmente direcionada a exportação, infelizmente uma exceção, mas é um êxito demonstra horizontes para o contexto dos subsistemas agrícolas na região de Valença.

7.2.2.3 O subsistema regional do Cravo-da-Índia

O cravo-da-Índia é uma cultura que se destaca pela sua concentração na microrregião de Valença. Originária do sudeste asiático, essa árvore não apenas é

conhecida como condimento gastronômico, mas também desempenha um papel crucial como insumo na indústria farmacêutica e tabagista (RABÊLO, 2010). Ao observarmos o cartograma na figura 36, que representa a produção dessa cultura na Bahia (e, conseqüentemente, no Brasil, já que é a única região produtora em escala comercial), fica evidente a alta concentração da dinâmica produtiva dessa cultura na região.

Figura 36- Cartogramas: dados referentes a produção baiana e brasileira de Cravo-da-Índia – 2017



Fonte: IBGE- Censo agropecuário, 2017. Organizado pelo autor, 2023.

A cultura do cravo-da-Índia se reproduz na região quase sem assistência de investimentos provenientes de políticas públicas ou assistência técnica. Vários fatores contribuem para essa realidade, apesar da presença significativa no espaço agrário regional. A cultura enfrenta carências em aspectos como pesquisas agrônômicas e de mercado. Até mesmo os registros históricos que ajudariam na contextualização da sua inserção são bastante incipientes. Não se sabe ao certo quando nem como o cravo-da-Índia chegou à região sul da Bahia. Atualmente, a especiaria é cultivada em diversas partes do mundo, como as ilhas de Madagascar e Granada. No Brasil, o único estado

produtor em escala comercial é a Bahia, com a produção bastante concentrada nos municípios da microrregião de Valença (OLIVEIRA, 1992). Sendo que:

[...] o craveiro-da-índia [...] foi, provavelmente, introduzido no Brasil durante a colonização portuguesa [...] a maioria das áreas existentes na Bahia foi implantadas em 1968, embora plantações bastante antigas sejam frequentemente encontradas nos municípios de Ituberá e Nilo Peçanha. Plantios de craveiro-da-índia, no Estado da Bahia, encontram-se localizados, principalmente, nos municípios de Valença, Taperoá, Ituberá, Nilo Peçanha, Camamu, Maraú e Una (OLIVEIRA, p. 28, 1992).

As problemáticas relacionadas à cultura do cravo-da-Índia não são exclusivas desta. O próprio manejo é uma questão delicada, considerando que as árvores podem atingir facilmente mais de 10 metros de altura (JESUS, 2015). Assim, o subsistema do cravo-da-Índia compartilha com o dendê a dificuldade e periculosidade associadas à colheita da cultura. O campesinato local desenvolveu tecnologias próprias para essa tarefa, incluindo um sistema de andaimes improvisados, que são sistematizados para a colheita. Após a colheita manual, as inflorescências são recolhidas e separadas manualmente dos talos, que também têm valor comercial. Em seguida, as partes colhidas são secas ao sol, conforme ilustrado na figura 37 sobre a colheita.

Figura 37- Sistematização de produção da cultura do cravo-da-índia na região de Valença-2023



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O subsistema do cravo-da-Índia destaca-se pelos aspectos de desestruturação, onde até mesmo a mensuração da produção dispõe de poucas informações. Segundo uma

matéria de 2009, dados do Centro de Negócios da Bahia indicavam que o cravo-da-Índia representava 95% das especiarias exportadas pelo estado. Os principais polos distribuidores eram na Ásia, como Singapura e Dubai, e no México, onde é amplamente utilizado na culinária. Além disso, há uma alta demanda para abastecimento das indústrias de cigarros e aromatizantes (BAHIA, 2009).

O cravo-da-índia, como outras culturas nos subsistemas da região, enfrenta a falta de assistência técnica. A situação específica do cravo-da-índia é particularmente complexa devido à sua ocorrência restrita à hinterlândia da região de Valença. A expertise técnica-científica relacionada à cultura está vinculada em grande parte à CEPLAC, que enfrenta um processo de sucateamento institucional. Similarmente, em âmbito estadual, o estado da Bahia, em 2016, opta pela terceirização dos serviços de assistência técnica rural, extinguindo a EDBA tirando de campo o recurso humano restrito com experiência na cultura.

Ao dedicar esforços para compreender a inserção e a espacialidade da cultura na região, percebe-se uma lacuna significativa em torno dessa cultura. As produções do corpo técnico da Ceplac, como Brandão, Tafani e Lima (1978) e Araújo, Sacramento e Silva (1989), abordam aspectos agronômicos importantes e a viabilidade da cultura, discussões que são essenciais para a compreensão do cenário atual, considerando tanto o contexto da Ceplac quanto o da assistência técnica no estado da Bahia.

Posto isso, nos deparamos no cenário desse subsistema que se apresenta enquanto o mais concentrado na região um cenário dual, em que ainda que os camponeses sejam sub-remunerados, a cultura ocupa um importante posicionamento no que concerne a economia regional de modo que para quem circula pela região no período da safra, é notável o incremento econômico promovido pelo subsistema do cravo, chegando a casos como os pontuados por Epifania (2021, p.144) “em alguns casos, a exemplo do cultivo do cravo, as ameaças e roubos que ocorrem durante a secagem e venda, decorrente do seu alto valor agregado”.

A despeito do valor agregado e da exclusividade produtiva na região de Valença, conforme apontado por Tafani, Lima (1978) e Araújo, Sacramento, Silva (1989), os benefícios não são devidamente revertidos para aqueles envolvidos no cultivo e colheita da cultura. Além disso, o abandono político-institucional, evidenciado pelo cenário de negligência, tornou-se ainda mais aparente em 2017 com a realização de uma audiência pública proposta pela assembleia legislativa da Bahia para tratar da temática. Durante essa audiência, questões regionais relacionadas a esse subsistema da agricultura

camponesa foram discutidas, e uma das conquistas notáveis foi a inclusão da cultura do cravo-da-índia no Censo Agropecuário daquele mesmo ano. Isso representou um passo importante para a visibilidade e reconhecimento dessa atividade na região (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA, 2017).

A inclusão do cravo-da-Índia no Censo Agropecuário proporcionou, pela primeira vez, dados mais precisos sobre a dimensão produtiva dessa cultura amplamente territorializada nas unidades de produção camponesas da região de Valença. Os dados revelam que 21 municípios contribuem para a produção da cultura, sendo que a microrregião de Valença responde por 92% da produção nacional. O município de Valença lidera com 39,7% da produção, seguido por Taperoá, Ituberá, Camamu, Presidente Tancredo Neves, Igrapiúna, Nilo Peçanha e Piraí do Norte. Com exceção de Cairu, que se encontra em uma dinâmica zonal costeira, todos os municípios da região são produtores, sendo que o município de Marau possui o menor volume de produção, com 16 toneladas, correspondendo a 1,1% do total.

Tabela 11 - Bahia- ranking da produção de Cravo da Índia – 2017

Município	Microrregião	Quantidade produzida (t)	BA (%)
1 Valença	Valença	586	39,7%
2 Taperoá	Valença	198	13,4%
3 Ituberá	Valença	152	10,3%
4 Camamu	Valença	136	9,2%
5 P.T. Neves	Valença	116	7,9%
6 Igrapiúna	Valença	93	6,3%
7 Nilo Peçanha	Valença	34	2,3%
8 Piraí do Norte	Valença	33	2,2%
9 Teolândia	Ilhéus Itabuna	30	2,0%
10 Mutuípe	Jequié	30	2,0%
11 Marau	Valença	16	1,1%
12 W. Guimarães	Ilhéus Itabuna	15	1,0%
13 Gandu	Ilhéus Itabuna	6	0,4%
14 Jaguaripe	S.A de Jesus	4	0,3%
15 Itacaré	Ilhéus Itabuna	4	0,3%
16 Ibirapitanga	Ilhéus Itabuna	4	0,3%
17 Una	Ilhéus Itabuna	3	0,2%
18 Ubatã	Ilhéus Itabuna	2	0,1%
19 Nova Ibiá	Ilhéus Itabuna	1	0,1%
20 Laje	Jequié	1	0,1%
21 Jiquiriçá	Jequié	1	0,1%
Total	MRC de Valença	1364	92%
	Brasil	1476	100%

Fonte: IBGE, censo agropecuário, 2017.

Em um cenário regional caracterizado pelos seus policultivos, o cravo-da-índia se destaca como um dos mais representativos, sendo produzido quase que exclusivamente no sistema extrativista. Presente na grande parte das propriedades rurais da microrregião de Valença, o cravo-da-índia constitui uma das principais fontes de renda durante seu período de colheita, devido ao seu valor agregado. Apesar de ser subvalorizado e não corresponder ao que deveria ser pago aos produtores em anos de colheita farta, o cravo-da-índia proporciona vitalidade à economia das pequenas cidades envolvidas no subsistema produtivo.

7.3 O mercado local e os horizontes possíveis para as culturas regionais

Outra questão indispensável ao pensar no dinamismo do espaço agrário regional é a maneira cruel como se constituem as relações comerciais pelas quais o campesinato viabiliza o escoamento de sua produção. Diante da multiplicidade de produtos que compõem a dinâmica de produção das unidades camponesas, estas são, via de regra, direcionadas aos comércios conhecidos como "casas de produtos da região", como podemos verificar nos exemplos da figura 38. Essas casas, presentes em grande número nos municípios da região de Valença, são, na verdade, atravessadores que atuam como intermediários na cadeia de comercialização dos diversos produtos camponeses regionais. Isso representa uma triste realidade que coloca o campesinato em uma posição subalterna entre os agentes que capitalizam sua produção e repassam aos produtores um valor que garanta a maior margem possível de lucros.

Figura 38- Casas de comercialização de produtos agrícolas da região A:Camamu, BA e B: em Ituberá, BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2022- 2023.

A maneira como ocorrem as relações do campesinato com o mercado local é outra questão que merece uma profunda análise, as condições socioeconômicas dos que produzem no espaço agrário regional ainda são pouco satisfatórias no sentido de prover condições de vida e trabalho adequadas, ainda mais quando nos referimos a culturas que teoricamente deveriam ter um alto valor agregado. Não faltam exemplos do quão precária são as relações estabelecidas entre produtores e a destinação de suas produções. Uma demonstração do quanto problemática são as questões que podem ser observadas em uma matéria jornalística sobre um dos municípios na área de estudo, a qual o título é “Presos ao século XII, os 34 mil habitantes da baiana Camamu giram a economia à base da troca de mercadorias”, na qual constam os seguintes relatos:

Em Camamu é assim. Quem não tem dinheiro não volta para casa com as mãos vazias. Paga com o que tiver: saco de farinha de mandioca, azeite-de-dendê, cravo-da-índia, cacau e até animais. A prática do escambo subsiste na cidade ignorando somente o fato de o papel-moeda ter transformado o mundo desde o século XII. [...] Onde mora, em um dos 11 povoados ribeirinhos de Camamu, não chega luz elétrica. [...] costuma pagar o querosene com latas de azeite-de-dendê. Uma lata de dendê, com 18 litros, é suficiente para comprar cerca de sete litros de querosene. (ISTOÉ, 2002, *online*.)

Tal matéria demonstra o quão diversas são as bases de produção agrária da região, expõe também o quanto as culturas agrícolas regionais carecem de uma estruturação em

termos de comercialização que propicie ao campesinato condições mais adequadas nos aspectos socioeconômicos.

Diante da diversidade de subsistemas produtivos no espaço agrário regional, existem também diferentes nuances de estruturação e organicidade nos sistemas produtivos anteriormente descritos no dinamismo vertical e horizontal. Assim, observa-se na região um dinamismo no qual existem sistemas com elevado potencial; no entanto, a cruel maneira como a produção é cooptada pelos atravessadores representa um grande entrave.

Nessa sistemática, talvez um grande paradigma que surge como alternativa, sobretudo nos casos das culturas de dinamismo horizontal, é o percorrido pelo cacau. Apesar do longo histórico como cultura base do coronelismo e exclusivamente disso, a visão dos movimentos socioterritoriais, quando passam a ter acesso à terra e incorporam elementos de uma virada para a qualidade na produção, mostra que na atualidade não é possível enquadrar o cacau apenas como dinâmica agrícola vertical ou horizontal. A dinâmica que estabelece uma nova divisão territorial do trabalho implica em transversalidade, de modo que temos um campesinato viabilizando a produção com signos distintivos que lhe garantem melhores condições dentro do sistema.

Para tanto, faz-se necessário uma virada paradigmática em relação a quem se produz, especialmente no contexto da produção para o qual a região de Valença se especializa, com cultivos perenes, com potencial e, em alguns casos, até exclusividade produtiva e cadeias de distribuição longas, mas que, no entanto, são entregues a atravessadores. Assim, o avanço na produção primária demanda bases para uma virada agroecológica em busca de qualidade.

Tendo em vista que temos culturas que estão na base do dinamismo socioeconômico regional e reproduzem-se de maneira horizontalizada na produção do espaço agrário regional, como ocorre com o dendê, cravo-da-índia e guaraná, que seguem sem os devidos aparatos fundamentais para a reprodução dessas culturas de fundamental importância para a socioeconomia na microrregião de Valença.

Sendo assim, é preciso compreender a lógica e os agentes envolvidos, pois, ainda que a territorialização de culturas mais verticalizadas seja um processo que ganha força, outras são substituídas. Um caso emblemático vivenciado nesse contexto é a franca decadência de culturas regional. O dendê é uma das culturas entre as que, para além da economia, se constitui como elemento marcante na paisagem costeira da microrregião e,

para além dela, como uma importante marca da cultura, gastronomia e religiosidade afro-brasileira (WATKINS, 2020; TEIXEIRA, 2020).

Assim, compreender os fatores que contribuem para a produção e reprodução do dinamismo regional é um exercício de análise dessas culturas sob uma ótica sistemática e integradora dos fatores que condicionam e se constituem como nexos reprodutor, bem como as nuances que atravessam e verticalizam a maneira como o agrário se espacializa.

É dessa maneira que se notam as múltiplas facetas da relação camponesa na interação com o mercado em sua dinâmica de contradição e sujeição, enquanto estratégia de resistência pela reprodução espacial. No sentido *lato sensu* da relação com o mercado, a sujeição aos desígnios da grande agricultura capitalista, que pode tanto exercer o comando produtivo pelo controle do preço da produção quanto, de maneira mais direta, através da oferta de pacotes tecnológicos e assistência técnica.

No sentido *stricto sensu* da realidade agrícola, onde, no âmbito em questão, é marcado por pequenas propriedades voltadas à produção agrícola perene e cujo o circuito de comercialização é longo, de culturas que o consumo alimentar primário não é comercialmente prioritário e requer transformações na produção que possui considerável concentração na regionalidade em questão, assim, a face do intermediário na relação entre a produção camponesa e o mercado se hierarquiza, de modo que os intermediários viabilizam a destinação da produção mediante sub-remuneração de quem produz os gêneros agrícolas que, em tal contexto, ficam conhecidos como produtos da região.

Da mesma forma, é imprescindível a constatação da concomitância de ambas as dinâmicas anteriormente mencionadas, dentro de um único contexto socioprodutivo, contribuindo para o tecer da resistência que se constitui como *éthos* da regionalidade construída na microrregião de Valença. Assim, verifica-se uma interseção que estabelece a contradição, mas que se constitui como estratégia de resistência dentro da dinâmica que demanda alguma interação com o sistema hegemônico, que predominantemente exige dessa classe a especialização monocultora.

8 CONSIDERAÇÕES ES FINAIS

A análise estrutural do espaço agrário na microrregião de Valença resgata alguns aspectos e nos informa sobre outros que estão em pleno transcurso. O exercício de revisão das bases que asseguram a configuração territorial presente na área de estudo revela que,

desde os primeiros empreendimentos coloniais, a região já evidenciava uma certa vocação e subseqüente condicionamento pelo sistema colonial para a produção de gêneros destinados ao abastecimento interno, e desse modo, um desvio do contexto monocultor açucareiro.

Inserida no conjunto mesorregional sul baiano, a microrregião também esteve sujeita à produção do espaço baseada na lógica monocultora do cacau. No entanto, no limiar do século XX, a combinação de fatores, incluindo as crises na cacauicultura e o fortalecimento da Ceplac em suas estruturas de recursos humanos e científicos, passa a orientar alternativas para áreas no interior da região cacauífera onde a atividade se mostrava inviável. Isso inclui o contexto da zona costeira na microrregião de Valença. Da mesma forma, a instituição começa a investir em estudos de culturas como o dendê, que já constava na pauta de produção, assim como outras de origem amazônica. Estas, por sua vez, contavam com a presença da instituição, causando assim um intercâmbio de culturas agrícolas. Dessa maneira, a consideração de culturas do bioma amazônico também passa a fazer parte da atuação da CEPLAC como alternativa para diversificação.

A segunda metade do século XX também trouxe para a microrregião uma notável aceleração na apropriação de terras e territórios por empresas que ainda hoje exercem influência na produção do espaço agrário regional. A partir desse período, iniciaram-se os empreendimentos da Odebrecht, que, além de adquirir terras tradicionalmente ocupadas, passou a coordenar a introdução de outras culturas e grupos empresariais, conectando a região com a globalização da agricultura.

Por sua vez, a inserção de empreendimentos do setor agroindustrial na região ganhou impulso a partir da década de 1960, com as políticas direcionadas pela SUDENE. Assim, as empresas instaladas na região encontraram um terreno propício, baseado na fragilidade do campesinato negro que tradicionalmente ocupava as terras, mas não possuía legalidade fundiária. Dessa forma, territorializa-se uma dinâmica que é típica no território brasileiro, introduzindo novas atividades econômicas sem resolver um dos elementos estruturantes mais importantes da sociedade, a estrutura fundiária.

As interseções entre o recorte regional da pesquisa e a totalidade dos fenômenos do espaço agrário brasileiro apontam para uma região cujo processo de formação é marcado pelo aquilombamento e pela camponização minifundiária. Dessa forma, as unidades camponesas adotam como estratégia a inserção de múltiplas culturas agrícolas, com forte concentração no contexto regional. Essa característica configura e define o dinamismo expresso na paisagem da região.

A estrutura fundiária permanece como um elemento crucial, com concentração evidente, conforme indicado pelo índice de Gini, mesmo após os anos mais produtivos em aquisições de propriedades para a política de reforma agrária. Que se viabilizou como resultado das articulações dos Sindicatos De Trabalhadores Rurais e movimentos socioterritoriais na região, áreas que na atualidade também desempenham um papel político significativo. Vale ressaltar que os assentados e seus movimentos, tanto sindicais quanto socioterritoriais, muitas vezes atuam como agentes contra-hegemônicos nos espaços políticos regionais. Bem como, paradigma organizativo da agricultura familiar camponesa. No entanto, a última década ficou marcada pela estagnação na política de reforma agrária.

Com a estagnação na política de reforma agrária, o campesinato passa a acionar o Estado por meio de outros dispositivos, entre os quais se destaca o reconhecimento oficial das comunidades remanescentes de quilombos. Por sua vez, o modelo de reforma agrária conservadora que se delineou no Brasil após a redemocratização com os PNRA teve relevância em termos de assentamento de famílias ao longo das décadas de 1990 e 2000, mas desde então estagnou na aquisição de novas áreas. Dessa forma, o campesinato negro e minifundiário passa a acionar o Estado a partir de uma possibilidade que se consolida mais tardiamente, o reconhecimento enquanto quilombola.

O reconhecimento enquanto quilombola é um processo que apresenta diferentes nuances. Houve um período em que o acionamento se deu por meio de interesses mais externos do que internos às comunidades, sendo que a significância do reconhecimento era pouco assimilada pelos quilombos. Assim, nos casos em que o auto-reconhecimento ocorreu por meio do acionamento de políticas públicas viabilizadas pelo reconhecimento, o desafio persiste no sentido da territorialização do significado de ser quilombola, bem como na consolidação de políticas públicas para esse campesinato negro.

Enquanto o campesinato negro minifundiário aciona o Estado através do seu reconhecimento para acessar políticas públicas, surge outro contexto que se apresenta como paradigma na atualidade da região, especialmente na dinâmica da zona costeira. Nesse cenário, as comunidades acionam o Estado por meio do reconhecimento para garantir a reprodução da vida, direito a terra e território. Isso ocorre devido às dinâmicas do capital em áreas onde a ocupação tradicionalmente já ocorre pelo campesinato negro, em áreas devolutas que passaram a ser consideradas atrativas para as intenções do capital turístico. Essas áreas, ocupadas tradicionalmente pelo campesinato negro, enfrentam

desafios devido às investidas do capital turístico, que utiliza diversos artifícios para reverter a posse da terra pública em favor de empreendimentos privados.

O contexto policultor é outro aspecto que chama a atenção na região de Valença. Os dados demonstram a relevância de considerarmos a microrregião como parte integrante da dinâmica cacauceira baiana, mesmo após a ciclicidade de crises e o processo de reestruturação em curso. A retomada da cacauicultura se dá territorialmente de maneira complexa, tendo em vista que a reestruturação produtiva é, de todo modo, também uma reestruturação do capital. Assim sendo, a retomada da cultura se dá mediante uma virada na qual a pressão é pela qualidade e avanço na condição primária, com o objetivo de promover uma especialização no binômio produtivo com base territorial de cacau de qualidade e chocolate com indicação de procedência.

Assim, o cacau retoma sua dinâmica de capitalização, mas se depara com uma outra realidade em que outros agentes passam a acessar a terra por meio das políticas de reforma agrária. Com isso, surgem novas lógicas de produção que demandam a continuidade da atividade, porém sob a égide de uma nova divisão territorial do trabalho. Essa dinâmica se territorializa, resguardada pelo signo distintivo concedido em 2018, quando o INPI reconheceu a distinção na produção regional. De certo modo, isso converge para um movimento dual, no qual tanto os novos possuidores de terra se integram à dinâmica quanto os antigos, que necessitam se adaptar. Além disso, empresas também participam cooptando a produção regional com a garantia do selo de distinção.

Desse modo, o cacau se estabelece como a base do sistema agrícola mesorregional. No entanto, no contexto da microrregião de Valença, ele convive com outros subsistemas de dinamismo concentrado na região, os quais estão bastante disseminados nas unidades camponesas. Apesar disso, esses subsistemas enfrentam desafios no que diz respeito a uma remuneração mais adequada aos produtores.

As culturas de dinamismo mais concentrado na região de Valença também enfrentam desafios no que diz respeito à assistência técnica, o que se agrava ainda mais após a extinção da EDBA e o sucateamento e perda de atribuições de extensão rural da Ceplac, que em alguns casos, foi responsável pela introdução dessas culturas na região.

A dinâmica agrícola microrregional demonstra um cenário de permanência da cacauicultura de maneira resiliente nas unidades de produção. Esta, por sua vez, assiste a um novo momento de valoração baseado na produção com indicação de procedência. Assim, o cacau é operado como um grande sistema. No entanto, na microrregião de

Valença, ele é agregado a outras culturas com diferentes contextos de inserção e organicidade de mercado.

A inserção da seringueira na microrregião se apresenta de maneira consolidada, mesmo após a reestruturação da Michelin. A borracha está amplamente disseminada, principalmente devido à sua possibilidade de integração nos SAFs com o cacau. Por sua vez, o mercado da borracha é amplamente dominado por empresas que processam a borracha na região. Desde a Michelin, que integra o circuito mundial de produção e mesmo após se desfazer do gerenciamento direto, mantém uma usina e áreas experimentais na região, até outras indústrias de menor porte, que se integram com a verticalização do mercado.

A pupunha se insere na microrregião de maneira muito programática e articulada a uma demanda de mercado, e desse modo forma-se um ecossistema entre a atuação empresarial e a relação com o Estado no sentido de prover a região de condições para o estabelecimento da cultura. Assim, essa experimenta um cenário estável, num contexto que não é comum na região, com um sistema bem encadeado, contando com estrutura de formação, tecnologia na produção de mudas e cooperativismo enquanto forte elemento estruturante desse subsistema na região, isso em função da atuação conjunta de Estado e grupo empresarial historicamente monopolista no contexto regional.

Em outro viés, tem-se culturas que operam de modo horizontal na dinâmica agrária da região, como o dendê, que enfrenta um cenário de decadência ao longo dos últimos anos. Nesta, existe pouca tecnificação que se soma a uma característica comum às culturas de dinâmica horizontal: a relação abusiva entre produtores e intermediários que subremuneram a produção, demandando, por sua vez, um trabalho altamente artesanal e perigoso. Assim, o produto, que é um importante signo da identidade baiana, vive um momento de franca decadência, cujas algumas ações da atualidade buscam reverter por meio da atribuição de uma Indicação Geográfica, de modo a garantir uma estruturação para essa importante cultura.

O guaraná está inserido no contexto de culturas amazônicas a partir da CEPLAC, de maneira bastante exitosa, de modo que a Bahia está consolidada como a maior produtora nacional da cultura. Assim, o guaraná da Bahia se apresenta como uma importante cultura na configuração territorial rural da microrregião. Apesar disso, experiências organizativas visando uma remuneração mais adequada ainda são exceções na região, com grande parte da produção sendo entregue nas mãos de atravessadores.

O cravo-da-índia também é uma cultura marcante em termos de relação com o mercado, de maneira muito semelhante ao guaraná, e no contexto da produção compartilha a periculosidade e dificuldade na colheita, como ocorre com o dendê. Mas, nesse caso, destaca-se o fato de ser a cultura de maior concentração, sendo a microrregião de Valença responsável por 92% da produção nacional.

Assim, no cumprimento dos objetivos desta dissertação, nos deparamos com outras questões cujas respostas merecem novas pesquisas. Uma delas poderia explorar a hipótese da produção institucional do espaço agrário na região, considerando a influência da CEPLAC como agente de inserção algumas culturas que se destacam e caracterizam contexto microrregional. Além disso, seria relevante investigar a produção corporativa, dada a significativa influência das empresas na introdução de culturas e na governança da região de Valença.

Outro ponto de interesse seria a macrodinâmica cacaeira, que, em seu processo de reestruturação, demanda análises sobre as novas espacialidades que conquista em áreas antes consideradas inviáveis. Além disso, seria relevante estudar a inserção dos diferentes agentes socioterritoriais nessa nova dinâmica cacau-chocolate. Essas questões abrem caminho para investigações mais aprofundadas e contribuem para o entendimento mais amplo do cenário agrário na região de Valença.

9 REFERÊNCIAS

ADAN, Caio. **Colonial Comarca de Ilhéus: Soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763-1808)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2009.

AFONSO, João Manuel. **O sabor amargo do manjar dos deuses: estudo sobre as formas de subordinação impostas pelo capital à pequena produção familiar camponesa dispersa pela região litoral sul da Bahia**. 1991. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural e Regional), Universidade Federal da Paraíba – Campus II - Campina Grande - Paraíba - 1991.

AGUIAR, Paulo César; PIRES, Mônica. A região cacauceira do sul do estado da Bahia (Brasil): crise e transformação. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 28, n. 1, p. 192-208, 2019.

ALENTEJANO, Paulo. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 01-30, 2022.

AMORIM, Liliane; TÁRREGA, Maria Cristina. O acesso à terra: a Lei de Terras “1850” como obstáculo ao direito territorial quilombola. **Emblemas**, v. 16, n. 1, 2019.

AMORIM, Raul; OLIVEIRA, Regina Célia. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. **Caminhos de Geografia**, v. 8, n. 22, p. 18-37, 2007.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Territórios das comunidades remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: primeira configuração espacial**. Brasília: Edição do autor, 1999.

ANJOS, Rafael. O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 1, n. 1, p. 52-57, 2003.

ARAÚJO, Antonio Carlos et al. Viabilidade Financeira da Cultura da Pupunheira para a Produção de Palmito na Região Sul da Bahia. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DA PUPUNHEIRA - DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE, 1., 2011, Ilhéus, Bahia. **Anais**. I Simpósio Brasileiro da Pupunheira - Desenvolvimento com Sustentabilidade, 2011.

ARAÚJO, Antônio Carlos; SACRAMENTO, Celio; SILVA, Paulo Avaliação econômica da colheita do cravo-da-índia na região sudeste da Bahia. **Boletim Técnico 164**. Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, Bahia, Brasil, 1989.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. **Diário Oficial**. Salvador, Bahia, sexta-feira, 26 de Maio de 2017. Ano II, No 22.185. Sessão debate fortalecimento da cadeia produtiva do cravo-da-índia. Disponível em: < <https://egbanet.egba.ba.gov.br/alba>>. Acesso em: 10 set 2023.

AZEVEDO, Aroldo. Vilas e cidades do Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva). **Terra Livre**, n. 10, p. pp. 23-78 1992.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura **Bahia produz especiarias e abastece mercados asiáticos**, 2009. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2009/10/13/bahia-produz-especiarias-e-abastece-mercados-asi%C3%A1ticos>. Acesso em 19 fev 2023.

BAHIA. Secretaria da Fazenda. Dispõe sobre o lançamento e o pagamento do ICMS relativo ao recebimento, do exterior, de componentes, partes e peças destinados à fabricação de produtos de informática, eletrônica e telecomunicações, por estabelecimentos industriais desses setores, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, dia 20 /06/1995.

BAHIA. **Lei nº 10.705.14 de 10 de novembro de 2007**. Institui o Plano Plurianual da Administração Pública Estadual, para o período de 2008-2011, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-10705-de-14-de-novembro-de-2007>. Acesso em 08 ago 2023.

BAHIA. **Lei nº 13214 de 29 de dezembro de 2014**. dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETER. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=279550>. Acesso em 15 ago 2023.

BAIARDI, Amílcar. Ecosistemas Mata Atlântica Litoral Norte e Litoral Sul da Bahia: possibilidades de desenvolvimento agrícola sustentável e sugestões de linhas de pesquisa In Amílcar Baiardi (Org). **Potencial de agricultura sustentável na Bahia: possibilidades e sugestões de linhas de pesquisa por ecossistemas**. Salvador:EDUFBA, 2015. 173 p.

CODETER- Colegiado de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Baixo Sul da Bahia.**, 2018. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDSS_BAIXO_SUL_.pdf. Acesso em: 20 ago. 202.

BECKER, Bertha . Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 10, 2010.

BORGES, Cesar. Pronunciamento 29/06/2010. **Diário Oficial do Senado Federal**, 2010, p. 31690-31691.

BRANDÃO, Aureo Luiz ; TAFANI, Ricardo Rodolfo; LIMA, Laércio . Estimativas dos custos de produção de cravo-da-índia na região cacauera da Bahia. **Boletim Técnico nº 61**. Centro de Pesquisas do Cacau, 1978.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do, 28 jun. 1890.

BRASIL, Decreto nº 34.293, de 20 de outubro de 1953. Cria o Núcleo Colonial de Ituberá, no município do mesmo nome, Estado da Bahia. **Diário Oficial da União**, dia 26/10/1953.

BRASIL, (Constituição de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 1988.

BRASIL, **Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985**. Aprova o plano nacional de reforma agrária, PNRA, e, da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 out. 1985.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2000.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, dia 25/07/2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília, DF, 2003.

BRASIL, **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 nov. 1964.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo. Censo agropecuário e política agrícola. In: José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho; José Garcia Gasques. (Org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário**. 1ed. Brasília: IPEA, IBGE, 2020, v. 1, p. 259-265.

CÂMARA, LOURIVAL. A Concentração da Propriedade Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: **Boletim Geográfico**. v.7, n.77, p.516-528, 1949.

CARNEIRO, Patrício. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 4, n. 8, p. 52-66, 2009.

CEPLAC- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira; IICA Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas. **Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira**: Volume 9 - Aspectos da Atividade Pesqueira. Ilhéus, Bahia, Brasil: Convênio IICA/CEPLAC, 1975.

CIAPRA, Consorcio Intermunicipal Do Mosaico das APAS do Baixo Sul. **Projeto cacau mais**, 2023. Disponível em: <http://www.ciapra.ba.gov.br/programa-cacau-mais>. Acesso em: 09 nov de 2023.

CHIAPETTI, Jorge. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado**: transformações e permanências na região cacaueira da Bahia. 2009. 190 f. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009.

CONCEIÇÃO, Alexandrina. Usos e abusos da categoria território. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 7-21, 2021.

CODETER- Colegiado de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Baixo Sul da Bahia.**, 2018. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDSS_BAIXO_SUL_.pdf. Acesso em: 20 ago. 202.

CORREA, Roberto. Tempo, Espaço e Geografia- um ensaio. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 64, p. 92, 2019.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista brasileira de história**, v. 36, p. 131-154, 2016.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial.** 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2007.

DIAS, Marcelo Henrique. **Farinha, madeiras e cabotagem:** a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial. 1. ed. Ilhéus: Editus, 2011.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona / Espanha, v. 1, p. 59-81, 2006.

_____. Les territoires de l'agrobusiness au Brésil. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia**, n. 15, 2012.

_____. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GEOUSP**, v. 25, n. 2, p. 1-18, 2021.

EPIFANIA, Anderson. **A produção do espaço geográfico e o turismo:** texturas, polifonia e interditos na Costa do Dendê, Bahia. 2019. 237f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

_____. "Bahia Terra da felicidade e o dendê que lhe falta": Turismo e (des)envolvimento no Baixo Sul Baiano. In: Epifania, A. G. et al. (Org.). **Território, cultura e (des)envolvimento: no Baixo Sul da Bahia.** Curitiba: Appris, 2021. p. 135-157.

FAVARETO, Arilson; EMPINOTTI, Vanessa. Notas sobre os desafios do planejamento rural frente às transformações do início do século XXI. In: DEPONTI, Cidoenea et al (Org.). **Três décadas de planejamento em áreas rurais:** balanços e perspectivas. 1ªed.São Carlos: Pedro&João Ed., 2021, v. 1, p. 31-56.

FELICIANO, Carlos Alberto. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. In: RAMOS FILHO, E; MITIDIEIRO, M. A; SANTOS, L. S. (Org.). **Questão agrária e conflitos territoriais.** 1ed.Sao Paulo: outras expressões, 2016, v. 1, p. 81-100.

_____. Metodologia da lantidão planejada, a luta pela retomada das terras griladas e o plano de um novo golpe contra a reforma agrária no pontal do Paranapanema. In: OLIVEIRA Ariovaldo. (Org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. 1. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 83-130.

FERNANDES, Bernardo. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106708>>. Acesso em: 20 de abr 2022.

_____. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. **Reforma Agrária**, v. 35, n. 2, p. 41-53, 2014.

FERREIRA, Darlene; FERNANDES, Sibeli. A formação conceitual do campesinato e da produção familiar no Brasil. In: Glaucio José Marafon; Marcelo Cervo Chelotti; Vera Lúcia Slazar Pessôa. (Org.). **Temas em Geografia Rural**. 1ªed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019, v. 1, p. 97-132.

FREITAS, Hingryd. **A questão (da reforma) agrária e apolítica de desenvolvimento territorial rural no litoral sul da Bahia**. Dissertação de Mestrado (IGEO/UFBA). SalvadorBA, 2009.

_____. **Assentamentos rurais em terras sul baianas: sujeitos em luta, territórios em disputa**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

FLORIDO, Antonio. Carlos. **Breve histórico dos Censos Agropecuários**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005

Fundação Norberto Odebrecht. Biofábrica de Plântulas de Pupunha é inaugurada em Camamu. Disponível em: <https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/comunicacao/noticias/2006/06/12/biofabri-ca-de-plantulas-de-pupunha-e-inaugurada-em-camamu.html>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GERARDI, Lucia; SALAMONI, Giancarla. Para entender o campesinato: a contribuição de AV Chayanov. **Geografia, Rio Claro**, v. 19, n. 2, p. 197-208, 1994.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 8, p. 73-98, 2008

GERMANI, Guiomar. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, v. 2, 2006.

GOMES, Flavio. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, Rafaela. **História ambiental da APA do Pratigi- Bahia**. 2014.. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós- Graduação Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 2014

GONÇALVES, Rivaldalve; CARDOSO, Saulo Emilio; CABRAL JUNIOR, Ivo. Produção de Borracha Natural de Seringueira: Histórico e Caminho a Seguir. **Zoneamento Pedoclimático para a Seringueira no Estado do Acre**. 1/1ed.Rio Branco: Embrapa Acre, 2021, v., p. 27-59.

GUIMARÃES, Alessandra; ALVES, Sandra. Teorias agrárias e as resistências camponesas. **Revista Georaguiaia** , v. 4, n. 2, 2014.

GUIMARÃES, Eduardo. Quilombolas, japoneses e o “macaco” Jupará em roças de quase tudo no Sul da Bahia, Brasil. **Antropologia Portuguesa**, n. 36, p. 191-211, 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021..

HOFFMANN, Rodolfo. Estrutura agrária e acesso à terra. In: Nelson de Castro Senra. (Org.). **O Censo entra em campo: o IBGE e a história dos recenseamentos**. 1ed.Rio de Janeiro: IBGE, 2014, v. 1, p. 109-131.

IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas** Vol. II. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. 1990.

IBGE.. **Censo Agropecuário 2017**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (INCRA/FAO) (1999). **Análise diagnóstica de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília: INCRA. Disponível em: <http://beneweb.com.br/resources/Guia%20Metodol%C3%B3gico%20ADSA%20INCR A-FAO.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2022.

ISTOÉ, **A terra do escambo**. 2002. Disponível em: https://istoe.com.br/26520_A+TERRA+DO+ESCAMBO/. Acesso em: 18 jan. 2022.

JESUS, Elivaldo. **Os nipo-baianos de Ituberá: trajetórias, memórias e identidades de imigrantes no Baixo-Sul da Bahia (1953-1980)**. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KUMMER, Rodrigo. Ruralidade e Teoria Social: representação social como possibilidade de análise. **Revista IDEAS**, v. 15, n. 1, p. e021013-e021013, 2021.

LIMA, Aline. **A territorialização do capital na lavoura de mandioca: a educação pelo trabalho da Aliança Estratégica do Amido no município de Laje (BA)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, 2017.

_____. A geo-história da Organização Odebrecht: migração, negócios e o “trancamento” da natureza. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 13, n. 30, p. 187-217, 2018.

LIMA, Paulo Henrique . **O circuito espacial da produção de seringueira: a tecnologia e a Michelin como principal agente do circuito**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2011.

LIMA, Sandra. **De situações problemáticas a problemas públicos: reivindicações, críticas e denúncias no cotidiano de famílias “assentadas” e “quilombolas” no município de Camamu - Bahia**. 2015. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 2015.

MACHADO, Thiago Adriano. Da Formação Social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: Uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, v. 18, n. 38, p. 71-98, 2016.

MALTA, Ramon; BARCELOS, Eduardo. Territorialidades negras e a colonialidade do setor turístico-imobiliário no Baixo Sul da Bahia. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 762-804, 2020.

MARTINS, José. **O cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARQUES, Marta Inez. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA Presidente Prudente** Ano, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea**. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo/Brasília: Edunesp/NEAD/MDA, 2010.

MEDEIROS, Leonilde. Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

- MENDONÇA, Marcelo. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohídronegócio e as (re) existências dos povos cerradeiros. **Terra Livre**, v. 1, n. 34, 2010.
- MELIANI, Paulo Fernando. Turismo, urbanização e produção de espaços de exclusão em Itacaré, Bahia. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 5, n. 2, p. 125-142, 2011.
- _____. Políticas Públicas e Produção do Espaço no Sul da Bahia: Análise da Situação por Município dos Projetos de Reforma Agrária na Microrregião de Ilhéus Itabuna. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 3, n. 1, p. 231-255, 2014.
- MESQUITA, Augusto Sávio. Do azeite de dendê de ogum ao palm oil commodity: uma oportunidade que a Bahia não pode perder. **Bahia Agrícola**, Salvador, n.1, vol.5, p.22-27, 2002.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Nova estrada aproxima turistas das praias e belezas do Sul da Bahia**, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/nova-estrada-aproxima-turistas-das-praias-e-belezas-do-sul-da-bahia>. Acesso em: 23 set de 2023.
- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Censo Agropecuário 2017: o que revela o censo do golpe?** 1. ed. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2022.
- MOREIRA, Ruy. **A Formação Espacial Brasileira: Contribuição Crítica aos Fundamentos Espaciais da Geografia do Brasil**. 3ª Edição - Ampliada. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2020.
- MOREIRA, Ruy. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 23-37, 2002.
- MOREIRA, Gilsélia Lemos. Ilhéus, a terra da Gabriela cravo e canela: de espaço do cacau a espaço do turismo. **GeoTextos**, 2013.
- NAHUM, João; SANTOS, Leonardo; SANTOS, Cleison. Formação da dendeicultura na Amazônia paraense. **Mercator (Fortaleza)**, v. 19, 2020.
- OLIVEIRA, Clarice Gonçalves Souza de; TRINDADE, Gilmar Alves; GRAMACHO, Maria Helena. **Trajetória, permanência e transformações têmporo-espaciais na cidade de Camacan/BA: interfaces com a crise da cacaicultura**. Ilhéus (BA): Editus, 2009.
- OLIVEIRA, Gilca; MATOS, Eloina; SANTOS, Alexandra. Viabilidade econômica de sistemas agroflorestais orgânicos no Baixo Sul da Bahia: o caso do Projeto Onça. In: CONGRESSO DA SOBER, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2006. v. 1, p. 786-798.
- OLIVEIRA, Marival. *Ganoderma philippii* causando podridão vermelha na raiz do craveiro-da-índia. **Agrotropica**, v. 4, p. 27-32, 1992.

OLIVEIRA, Raquel Maria et al. Importância do sistema agroflorestal cabruca para a conservação florestal da região cacauceira, Sul da Bahia, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-12, 2011.

PAULINO, Eliane. A questão agrária e o campesinato: um retorno aos clássicos. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 19-20, p. 5-20, 1997.

PEIXINHO, Dimas. et al. A reestruturação espacial e a interação entre o local e o global - o exemplo da soja. **Boletim Gioano de Geografia**, v. 23, n.1, p. 83-112, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 41a ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PONTES, Beatriz Maria. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**, v. 7, p. 37-47, 2005.

PORTO, José Renato. **Poder e território no Baixo Sul da Bahia: os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento**. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ.

_____. Expansão do turismo, conflitos territoriais e resistência quilombola no Baixo Sul da Bahia. **Revista del CESLA**, n. 23, p. 301-332, 2019.

RABÊLO, Waléria. **Caracterização química, toxicidade e avaliação da atividade antibacteriana do óleo essencial do cravo da Índia (Syzygium aromaticum)**. 2010. 79 f. Dissertação (Mestrado em QUÍMICA) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

RIOS, Rodrigo et al. Análise da cadeia produtiva da pupunha no sul da Bahia. In: XXXIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 39., 2019, Santos. **Anais do XXXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Santos, São Paulo, Brasil, 2019.

RANGEL, Maria Cristina; TONELLA, Celene. A crise da região cacauceira do sul da Bahia/Brasil e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidades. **Geingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 5, n. 1, p. 77-101, 2013.

ROCHA, Lurdes. **A região cacauceira da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação**. 2 ed. Ilhéus, BA: Editus, 2014.

SANTOS, Rafael. Da imposição à vocação: a economia da capitania dos Ilhéus nos circuitos mercantis. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 9, n. 17, 2015.

SANTOS, Cirlene Jeane. **O processo de territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no Estado da**

Bahia. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Marcio; MARTINS, Herbert . Por uma História Ambiental da Formação Social do Extremo Sul da Bahia (1945-1972). **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 11, n. 2, p. 311-347, 2021.

SANTOS, Milton. A cultura do cacau na Costa Do Marfim. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 31, p. 68-95, 1959.

_____. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. Ituberá, porto cacauero rejuvenescido pela indústria. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, v. 10, p. 119-131, 1958.

_____. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia** / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. – 6. Ed. 3. Reimp. – São Paulo: EDUSP, 2021.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977.

_____. **Zona do cacau**. Introdução ao Estudo Geográfico. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. Edusp, 2006.

_____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo, SP: Hucitec, 1978.

_____. O lugar: encontrando o futuro. **RUA: Revista de urbanismo e arquitetura**, v. 4, n. 1, 1996.

SCHWARTZ, Stuart. Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 17, n. Especial, p. 61-88, 1987.

SILVA, Egnaldo. **Campesinato negro: conflito e luta pelo acesso e permanência na terra no Baixo Sul da Bahia (1950-1985)**. 2018. 269 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

_____. Luta pela permanência na terra e memórias de conflito agrário numa comunidade remanescente quilombola: Lagoa Santa-Ituberá-Bahia, Brasil. **História agraria: Revista de agricultura e história rural**, n. 70, p. 161-190, 2016.

SILVA, Jesiel. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SILVA, Alcione. Concentração fundiária, quilombos e quilombolas: faces de uma abolição inacabada. **Revista Katálisis**, v. 24, p. 554-563, 2021.

SOUZA, Jurema Machado de Andrade. **Os Pataxó Hã Hã Hães e as narrativas de luta por terra e parentes, no sul da Bahia**. 2019.. Tese (Doutorado em Antropologia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

TANAN, Karla. **A monopolização do território camponês no município de Igrapiúna/BA e o agronegócio da borracha natural**. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

TEIXEIRA, Ariane. **O azeite da Costa do Dendê: um produto do território**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências/ Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA, 2020.

THÉRY, Hervé. Heráldica e geografia. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 29, p. 7-22, 2013.

TREVIZAN, Salvador. Uma relação sociedade natureza: a crise do cacau e o movimento social pela terra no Sul da Bahia, nos anos 90. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 36, n. 3, p. 81-98, 2019.

TRINDADE, Gilmar. **Aglomerado Itabuna-Ilhéus: Rede regional e interações espaciais**. 1. ed. Ilhéus, Editus, 2015.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. **Geographia**, v. 4, n. 8, p. 57-78, 2002

VALLEJO, Luiz Renato. **Tempo, Espaço e Contradições na Proteção das Áreas Naturais: as políticas públicas e a conservação ambiental no Estado do Rio de Janeiro (1975 a 2002)**. Niterói: Alternativa Editora, 2017

VASCONCELOS, Antonio; NASCIMENTO José Carlos; MAIA, Antonio: A cultura do guaraná. In: **Anais. SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PLANTAS DE INTERESSE ECONÔMICO DE LA FLORA AMAZÔNICA, 1972, Belém, PA. Anais..** Turrialba: IICA, 1976.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. Diferenças e semelhanças entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa. **Geografia em Questão**, v. 15, n. 01. P, 28 – 73, 2022.

VINHA, Janaina; FERNANDES, Bernardo. Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. **Terra Livre**, v. 34, p. 163-189, 2019.

WANDERLEY, Maria. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, Leonardo. Expansão do capital turístico-imobiliário nas ilhas de Tinharé e Boipeba: estratégias de desterritorialização das comunidades tradicionais. In: Epifania, A. G. et al. (Org.). **Território, cultura e (des)envolvimento: no Baixo Sul da Bahia**. Curitiba: Appris, 2021. p. 75-95.

WATKINS, Case. Landscapes and resistance in the African diaspora: Five centuries of palm oil on Bahia's Dende Coast. **Journal of Rural Studies**, v. 61, p. 137-154, 2018.

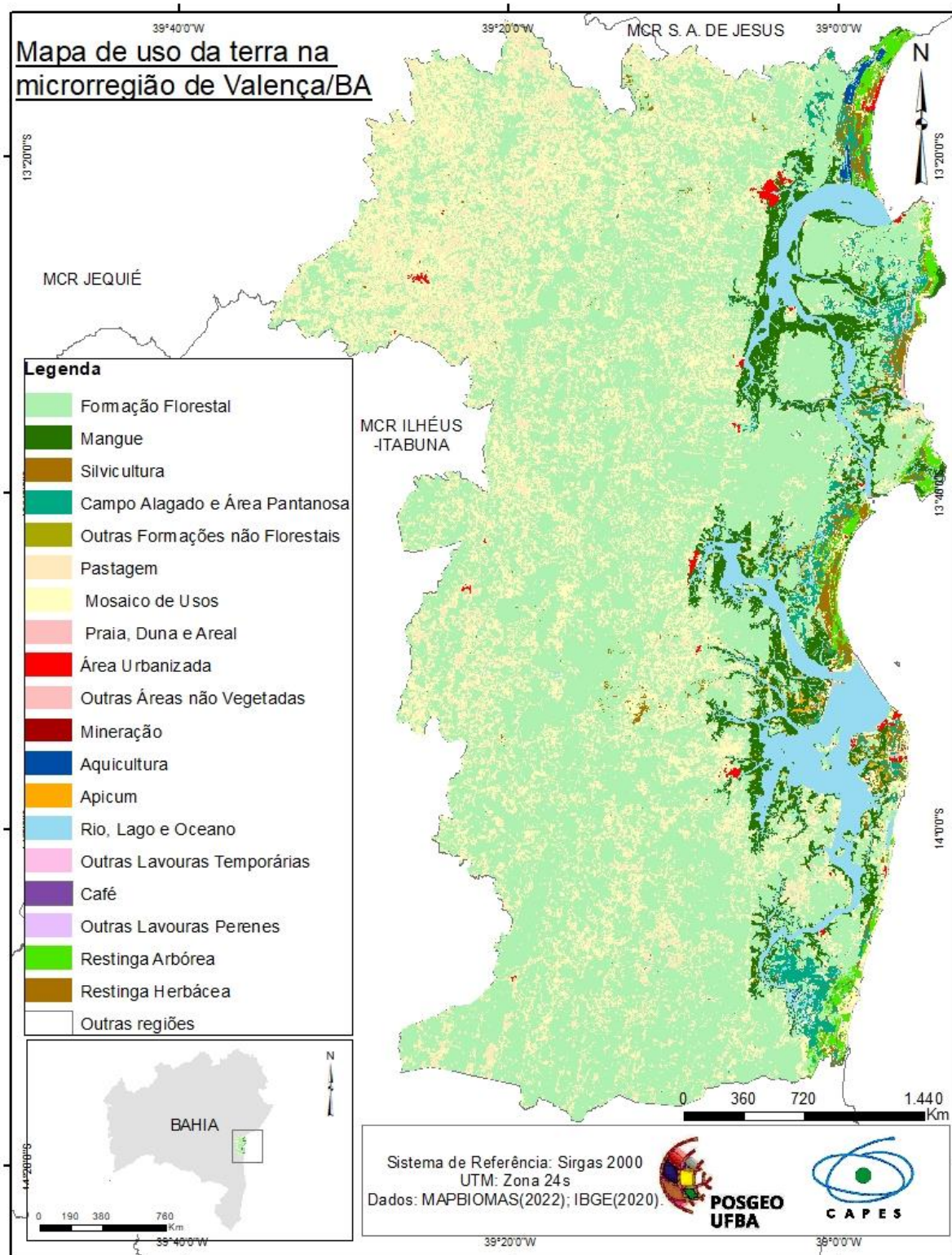
_____. Palmeiras africanas em solos brasileiros: Transformação socioecológica e a construção de uma paisagem Afro-Brasileira. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña**. v. 10, n. 1, p.150-193, 2020.

XAVIER, Laís; NASCIMENTO, Francisco; CHIAPETTI, Jorge. Da crise regional às novas dinâmicas de especialização da produção de cacau no Sul da Bahia. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 79, p. 77-96, 2021

ZEFERINO, Marisa; RAMOS, Soraias. Mercado Mundial de Óleos Vegetais: panorama e perspectivas. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 1-8, maio 2023. Disponível em:
<http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=16138> . Acesso em: 08 nov 2023 .

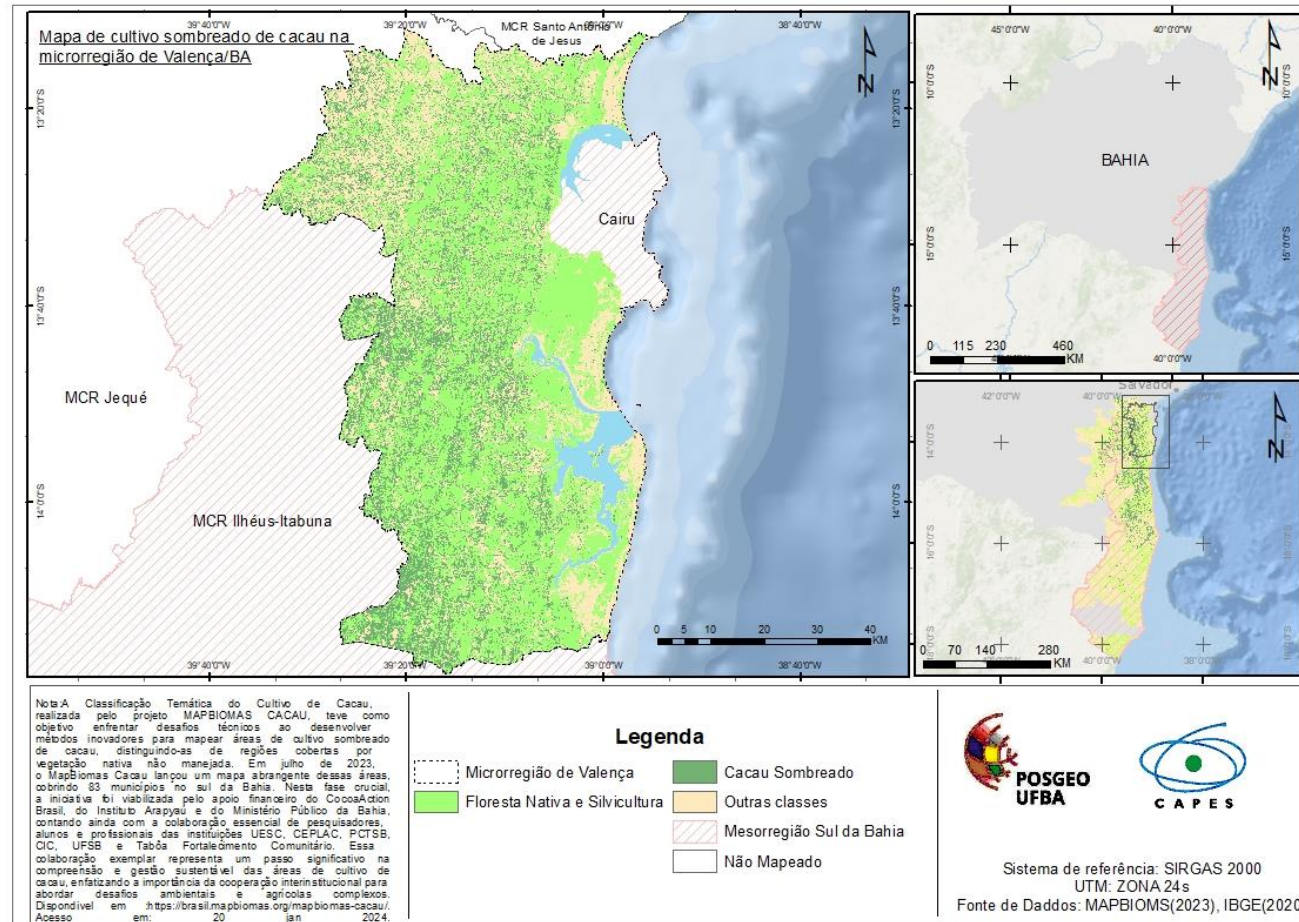
APÊNDICES

APÊNDICE A- MAPA DE USO DA TERRA NA MICRORREGIAO DE VALENÇA



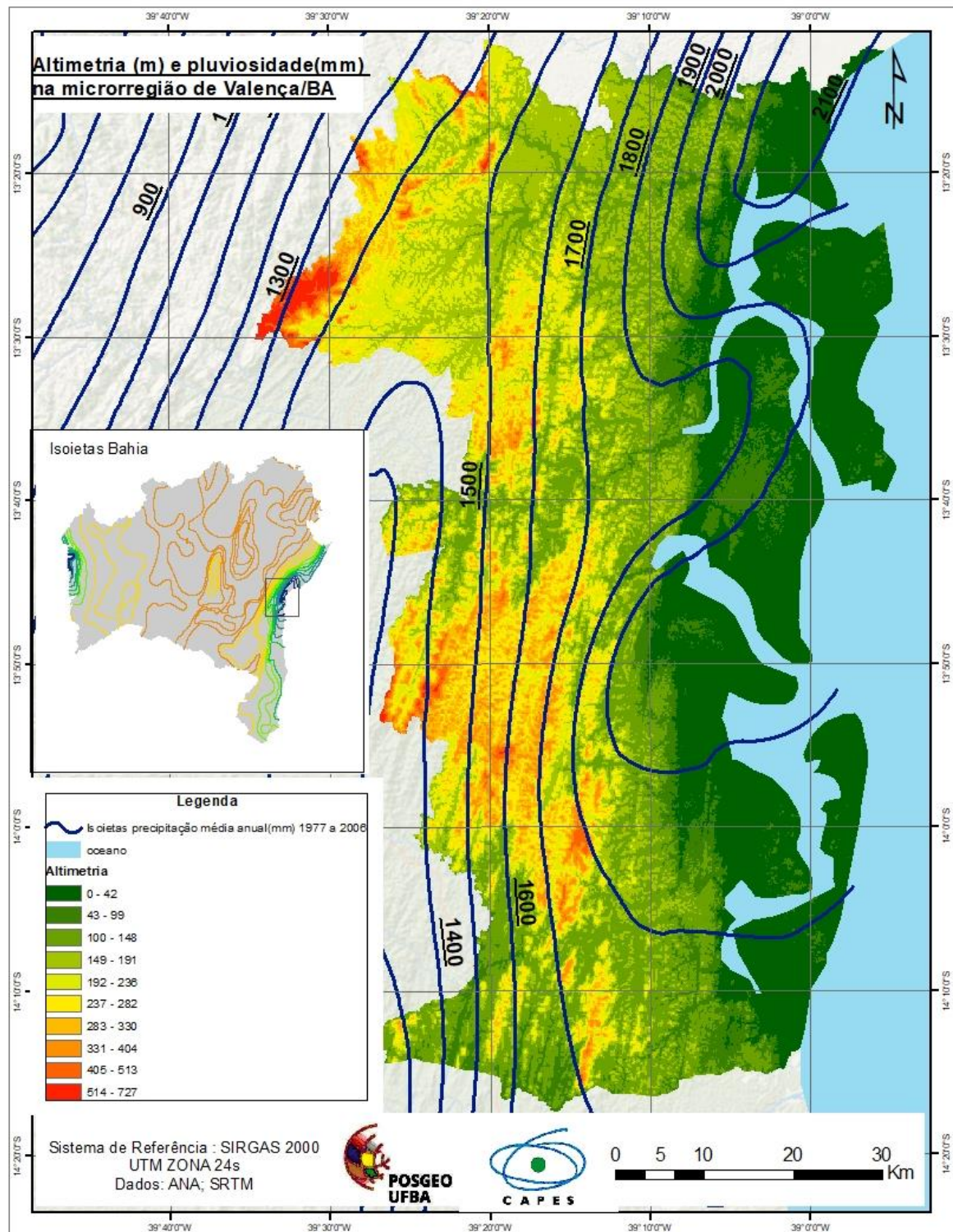
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

APÊNDICE B- MAPA DE CULTIVO SOBREADO DE CACAU NA MICRORREGIÃO DE VAENÇA, BA



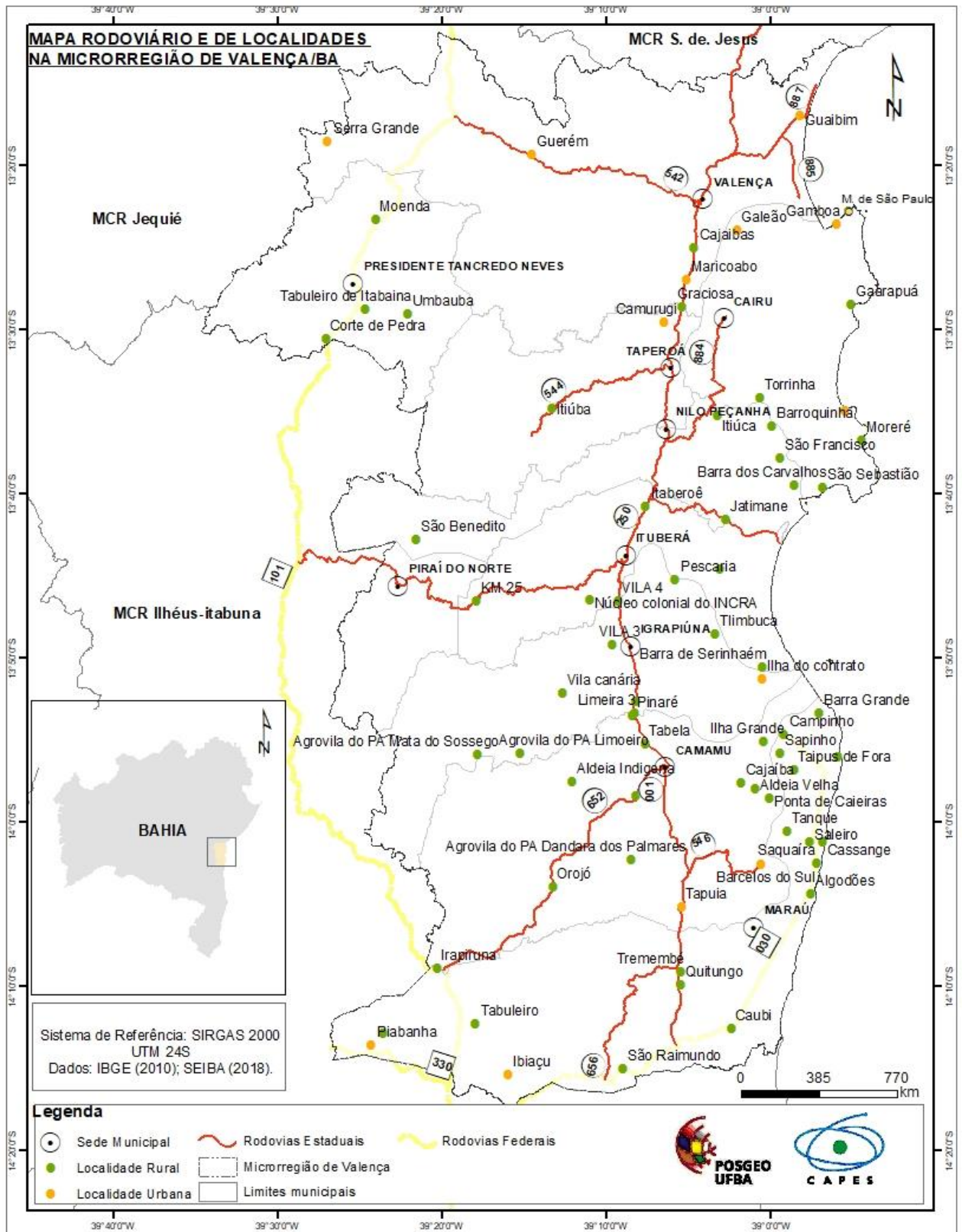
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

APÊNDICE C- MAPA ALTIMÉTRICO E PLUVIOSIDADE NA MICRORREGIÃO DE VALENÇA, BA



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

APÊNDICE D – MAPA RODOVIÁRIO E DE LOCALIDADES NA MICRORREGIÃO DE VALENÇA, BA



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

APÊNDICE E – CARTOGRAMA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS COM RTID EMITIDAS MICRORREGIÃO DE VALENÇA, BA



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

APÊNDICE E -NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPO DE ÁREA
NOS MUNICÍPIOS NA MICRORREGIÃO DE VAELNÇA, BA

Municípios	Grupo de área total (ha)	Nº estabelecimentos	de % municipal
Cairu	Mais de 0 a menos de 10 ha	11	42,3%
	De 10 a menos de 20 ha	2	7,7%
	De 20 a menos de 50 ha	3	11,5%
	De 50 a menos de 100 ha	1	3,8%
	De 100 a menos de 200 ha	1	3,8%
	De 200 a menos de 500 ha	4	15,4%
	De 500 a menos de 1.000 ha	3	11,5%
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	1	3,8%
Total		26	100%
Camamu	Mais de 0 a menos de 10 ha	1874	69,6%
	De 10 a menos de 20 ha	460	17,1%
	De 20 a menos de 50 ha	220	8,2%
	De 50 a menos de 100 ha	65	2,4%
	De 100 a menos de 200 ha	40	1,5%
	De 200 a menos de 500 ha	23	0,9%
	De 500 a menos de 1.000 ha	4	0,1%
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	1	0,04%
Total		2692	100%
Igrapiúna	Mais de 0 a menos de 10 ha	1794	79,9%
	De 10 a menos de 20 ha	267	11,9%
	De 20 a menos de 50 ha	100	4,5%
	De 50 a menos de 100 ha	49	2,2%
	De 100 a menos de 200 há	13	0,6%
	De 200 a menos de 500 ha	18	0,8%
	De 500 a menos de 1.000 ha	1	0,04%
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	2	0,1%
De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	0,04%	
Total		2245	100%
Ituberá	Mais de 0 a menos de 10 ha	1081	70,2%
	De 10 a menos de 20 ha	308	20,0%
	De 20 a menos de 50 ha	98	6,4%
	De 50 a menos de 100 ha	24	1,6%
	De 100 a menos de 200 ha	18	1,2%
	De 200 a menos de 500 ha	6	0,4%
	De 500 a menos de 1.000 ha	3	0,2%
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	1	0,1%
De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	0,1%	
Total		1540	100,0%
Maraú	Mais de 0 a menos de 10 ha	1393	63,1%
	De 10 a menos de 20 ha	405	18,3%

	De 20 a menos de 50 ha	256	11,6%
	De 50 a menos de 100 ha	85	3,8%
	De 100 a menos de 200 há	33	1,5%
	De 200 a menos de 500 ha	26	1,2%
	De 500 a menos de 1.000 ha	8	0,4%
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	3	0,1%
	De 2.500 a menos de 10.000 ha		
Total		2209	100,0%
Nilo Peçanha	Mais de 0 a menos de 10 ha	1327	79,9%
	De 10 a menos de 20 ha	169	10,2%
	De 20 a menos de 50 ha	102	6,1%
	De 50 a menos de 100 ha	36	2,2%
	De 100 a menos de 200 ha	15	0,9%
	De 200 a menos de 500 ha	8	0,5%
	De 500 a menos de 1.000 ha	3	0,2%
	De 1.000 a menos de 2.500 ha		
Total		1660	100,0%
Piraí do Norte	Mais de 0 a menos de 10 ha	1991	84,4%
	De 10 a menos de 20 ha	197	8,4%
	De 20 a menos de 50 ha	112	4,7%
	De 50 a menos de 100 ha	37	1,6%
	De 100 a menos de 200 ha	18	0,8%
	De 200 a menos de 500 ha	3	0,1%
	De 500 a menos de 1.000 ha	1	0,04%
	De 1.000 a menos de 2.500 ha		
Total		2359	100,00%
Pres. Tan Neves	Mais de 0 a menos de 10 ha	3655	82,9%
	De 10 a menos de 20 ha	435	9,9%
	De 20 a menos de 50 ha	188	4,3%
	De 50 a menos de 100 ha	60	1,4%
	De 100 a menos de 200 ha	46	1,0%
	De 200 a menos de 500 ha	23	0,5%
	De 500 a menos de 1.000 ha	2	0,05%
	De 1.000 a menos de 2.500 ha		
Total		4409	100%
Taperoá	Mais de 0 a menos de 10 ha	1226	73,1%
	De 10 a menos de 20 ha	265	15,8%
	De 20 a menos de 50 ha	123	7,3%
	De 50 a menos de 100 ha	38	2,3%
	De 100 a menos de 200 ha	14	0,8%
	De 200 a menos de 500 ha	9	0,5%
	De 500 a menos de 1.000 ha	3	0,2%
	De 1.000 a menos de 2.500 ha		
Total		4409	100%

Total	1678	100,0%	
Valença	Mais de 0 a menos de 10 ha	4865	83,0%
	De 10 a menos de 20 ha	581	9,9%
	De 20 a menos de 50 ha	265	4,5%
	De 50 a menos de 100 ha	89	1,5%
	De 100 a menos de 200 ha	34	0,6%
	De 200 a menos de 500 ha	20	0,3%
	De 500 a menos de 1.000 ha	8	0,1%
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	1	0,02%
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	0,02%
Total	5864	100,0%	

Fonte: Censo agropecuário IBGE, 2017. Elaborado pelo autor, 2023.

ANEXOS

ANEXO A - INSTRUÇÃO NORMATIVA SDR/SEPROMI Nº 01/2018



Diário Oficial do Estado da Bahia do dia 22/11/2018 | Edição 22545 Edição Principal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SDR/SEPROMI Nº 01/2018

Ementa: Dispõe sobre o procedimento de regularização fundiária de terras públicas, estaduais, rurais e devolutas ocupadas tradicionalmente por comunidades remanescentes de quilombos do Estado da Bahia.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DA BAHIA e a SECRETÁRIA DE PROMOÇÃO A IGUALDADE RACIAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 109, inciso III, da Constituição Estadual e tendo em vista o quanto disposto na Lei Estadual nº 12.910 de 11 de outubro de 2013, e na legislação de terras do Estado da Bahia,

RESOLVEM:

Art. 1º A presente Instrução estabelece as normas e condições que regem a ação da Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA, órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, na regularização fundiária das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, tradicionalmente ocupadas por Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) do Estado da Bahia.

Art. 2º O procedimento administrativo de regularização fundiária será iniciado de ofício pela CDA ou por requerimento da associação comunitária legalmente constituída que represente a coletividade dos remanescentes da comunidade quilombola, instruído com a seguinte documentação:

- I - estatuto social;
- II - ata da assembléia de fundação da associação;
- III - ata de eleição da atual diretoria da associação;
- IV - ata da assembléia comprobatória de que os integrantes da comunidade estão de acordo com o pedido de regularização fundiária;
- V - cópia da certidão de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares;
- VI - CNPJ atualizado da entidade;
- VII - documentos pessoais do (a) representante legal da associação.

§ 1º A CDA fornecerá modelo de requerimento que deverá ser preenchido e devidamente assinado pelo (a) representante legal da associação.

Art. 3º O processo administrativo de regularização fundiária será conduzido por Comissão Especial constituída, por no mínimo, 03 (três) servidores públicos, a saber: 01 (um/uma) bacharel (a) em direito que a presidirá; 01 (um/uma) engenheiro (a) agrônomo (a) ou agrimensor (a) e 01 (um/uma) servidor (a) que exercerá as funções de secretário (a).

§ 1º A Comissão Especial será criada por ato do (a) Coordenador (a) Executivo (a) da CDA, mediante portaria de nomeação publicada no Diário Oficial do Estado, e terá jurisdição e sede estabelecidas no respectivo ato de criação, ficando seu/sua presidente investido (a) de poderes para promover o processo discriminatório administrativo previsto nesta Instrução Normativa.

§ 2º A Comissão Especial será assessorada pelo Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais da CDA.

Art. 4º Caberá ao Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais da CDA, em conjunto com a Comissão Especial, a elaboração de relatório circunstanciado que aborde os seguintes aspectos:

I - histórico: descrição do histórico da ocupação da área com base na memória do grupo envolvido e depoimentos de eventuais atores externos identificados, bem como contextualização do histórico regional e sua relação com a história da comunidade e os impactos sofridos pela comunidade e as transformações ocorridas ao longo de sua história.

II - social: levantamento das práticas tradicionais de caráter coletivo e sua relação com a ocupação atual da área, identificando terras destinadas à moradia, espaços de sociabilidade destinados às manifestações culturais, atividades de caráter social, político e econômico, demonstrando as razões pelas quais são importantes para a manutenção da memória e identidade do grupo e de outros aspectos coletivos próprios da comunidade;

III - cultural: abordagem, a partir do percurso histórico vivido pelas gerações anteriores, das manifestações de caráter religioso e festivo, atividades lúdico-recreativas em sua relação com a terra utilizada, os recursos naturais, as atividades produtivas e o seu calendário;

IV - agrônômico e ambiental: evidenciando as unidades de paisagem disponíveis no presente e no plano da memória do grupo, atividades produtivas desenvolvidas pela comunidade e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar da comunidade, bem como identificação das áreas imprescindíveis à proteção dos recursos naturais tais como áreas de preservação permanente, reserva legal e zonas de amortecimento das unidades de conservação;

Parágrafo Único. O relatório circunstanciado de que trata o caput deste artigo é peça obrigatória que instruirá o processo de regularização fundiária, com vistas a subsidiar a definição dos limites do território, nos termos do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como a verificação da existência de conflitos.

Art. 5º O processo administrativo de regularização fundiária deverá ser instruído com memorial descritivo da área ocupada pela comunidade remanescente de quilombo, no qual constará:

I - o perímetro com suas características e confinância, certa ou aproximada, definido com base nos aspectos sociais, culturais, históricos e econômicos que caracterizam a comunidade remanescente de quilombo;

II - a indicação de registro da transcrição das propriedades;

III - o rol das ocupações conhecidas;

IV - o esboço circunstanciado da gleba a ser discriminada ou seu levantamento aerofotogramétrico;

V - a indicação da existência de unidade de conservação sobreposta;

VI - outras informações de interesse.

Art. 6º A Comissão Especial convocará os interessados para apresentarem, no prazo de 60 (sessenta) dias e em local a ser fixado no edital de convocação, eventuais títulos e documentos referentes à área discriminada.

§1º O edital de convocação conterá a delimitação perimétrica da área a ser discriminada com suas características e será dirigido, nominalmente, a todos os interessados, proprietários, ocupantes, confinantes certos e respectivos cônjuges, bem como aos demais interessados incertos ou desconhecidos.

§2º O edital deverá ter a maior divulgação possível, observado o seguinte procedimento:

I - afixação em lugar público na sede dos municípios e distritos, onde se situar a área nele indicada;

II - publicação, por 02 (duas) vezes, no Diário Oficial do Estado da Bahia, com intervalo mínimo de 08 (oito) e máximo de 15 (quinze) dias entre a primeira e a segunda, bem como nos sítios eletrônicos da SDR/CDA (<http://www.sdr.ba.gov.br/> e <http://www.cda.sdr.ba.gov.br/>).

§3º O prazo de apresentação dos interessados será contado a partir da segunda publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia.

Art. 7º A Comissão Especial autuará e processará a documentação recebida de cada interessado, em separado, de modo a ficar bem caracterizado o domínio ou a ocupação com suas respectivas confrontações.

Art. 8º Encerrado o prazo estabelecido no edital de convocação, a Comissão Especial, dentro de 30 (trinta) dias improrrogáveis, deverá pronunciar-se sobre as alegações, títulos de domínio, documentos dos interessados e boa-fé das ocupações, mandando lavrar os respectivos termos.

Parágrafo Único. Reconhecida a existência de dúvida sobre a legitimidade de título de domínio apresentado, o (a) presidente da Comissão Especial apontará as irregularidades encontradas e fará constar tais apontamentos no termo de encerramento.

Art. 9º A comissão especial procederá à realização de cadastro de todos os ocupantes quilombolas que estejam inseridos dentro do perímetro discriminado, nos termos do art. 5º, III da presente Instrução Normativa.

§1º O cadastro deverá ser realizado de acordo com o formulário elaborado pelo Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais da CDA.

§2º É facultada a realização do cadastro mediante parceria com prefeituras municipais, consórcios públicos e outros órgãos públicos com atuação na área.

Art. 10. A CDA, com base nas informações obtidas através do cadastro realizado na forma descrita no artigo 9º, criará banco de dados com a lista de integrantes de comunidades remanescentes de quilombos que já tiveram seus territórios regularizados pela CDA.

Parágrafo único. A lista atualizada das comunidades remanescentes de quilombo, constante do banco de dados referido no caput deste artigo, deve ser encaminhada pela CDA, anualmente, à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia.

Art. 11. O (a) presidente da Comissão Especial comunicará a instauração do processo discriminatório administrativo a todos os oficiais de Registro de Imóveis da jurisdição.

§1º Após ser comunicado da instauração do processo discriminatório administrativo, o oficial de Registro de Imóveis não poderá efetuar matrícula, registro, inscrição ou averbação estranhas à discriminação, relativamente aos imóveis situados, total ou parcialmente, dentro da área discriminada, sem que desses atos tome prévio conhecimento a Comissão Especial.

§2º Em caso de descumprimento da determinação contida no parágrafo anterior, o (a) presidente da Comissão Especial solicitará que a PGE e a Corregedoria do Tribunal de Justiça da Bahia tomem as providências administrativas ou judiciais cabíveis para apuração e punição da falta cometida.

Art. 12. A Comissão Especial realizará pesquisas, nos cartórios de registro de imóveis e hipotecas competentes, em nome dos confrontantes da área ocupada pelos remanescentes das comunidades de quilombo, a fim de subsidiar análise a respeito da dominialidade da área discriminada.

Art. 13. Concluído o procedimento discriminatório, o (a) presidente da Comissão Especial lavrará o termo de encerramento, do qual constarão, obrigatoriamente:

I - o mapa detalhado da área discriminada;

II - o rol de terras devolutas apuradas, com suas respectivas confrontações;

III - rol dos ocupantes quilombolas;

IV - a relação das áreas com titulação transcrita no Registro de Imóveis, cujos presumidos proprietários ou ocupantes não atenderam ao edital de convocação ou à notificação;

V - o rol das propriedades reconhecidas;

VI - a relação dos imóveis cujos títulos suscitaram dúvidas;

Art. 14. Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo de regularização, diretamente ou por meio de representantes por elas constituídos, mediante instrumento público de mandato.

Art. 15. Após a conclusão do procedimento discriminatório com lavratura do correspondente termo de encerramento, a Comissão Especial submeterá os autos à Coordenação Executiva da CDA para posterior remessa à Procuradoria Geral do Estado da Bahia - PGE para avaliação do controle de legalidade.

Parágrafo Único. Nos casos em que a PGE/BA entender necessário a complementação da instrução processual, os autos deverão retornar à CDA para o cumprimento das diligências apontadas.

Art. 16. Atendidas às exigências legais, a CDA homologará o procedimento discriminatório e providenciará a emissão do título de domínio, concluindo o processo de regularização fundiária.

Art. 17. Caberá ao Núcleo de Apoio Jurídico- NAJ/CDA a elaboração do extrato da sentença administrativa para posterior publicação pelo gabinete no Diário Oficial do Estado, com divulgação no site eletrônico, em link próprio da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da própria Coordenação de Desenvolvimento Agrário (<http://www.sdr.ba.gov.br> e <http://www.cda.sdr.ba.gov.br/>), a fim de que possa submeter-se a impugnação de qualquer interessado.

Art. 18. Caberá ao Núcleo de Processamento de Dados - NPD/CDA a emissão do Título de domínio coletivo e pró-indiviso às comunidades remanescentes de quilombos, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade, conforme modelo identificado como Anexo VI da Instrução Normativa SEAGRI/PGE Nº 1 DE 18/07/2012.

Art. 19. O título de domínio coletivo e pró-indiviso somente terá validade após a assinatura do (a) Coordenador (a) Executivo (a) da CDA e do Governador (a) do Estado.

Art. 20. O registro imobiliário do título de domínio perante o cartório de imóveis será procedido pelo Estado da Bahia, sem ônus à comunidade remanescente de quilombo beneficiada.

Art. 21. Esta Instrução Normativa aplica-se aos processos de regularização fundiária de terras públicas, estaduais, rurais e devolutas, em curso, sem prejuízo da validação das fases já iniciadas ou concluídas.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 23. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Salvador, 19 de novembro de 2018

JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA
Secretário de Desenvolvimento Rural

FABYA DOS REIS SANTOS
Secretária de Promoção a Igualdade Racial

Fonte: BAHIA, 2018.

ANEXO B- AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O CRAVO DA ÍNDIA -2017

DIÁRIO OFICIAL


ALBA
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

 SALVADOR, BAHIA,
SEXTA-FEIRA
 26 DE MAIO DE 2017
 ANO II
 N.º 22.185

Sessão debate fortalecimento da cadeia produtiva do cravo-da-índia

Sensação de dever cumprido. Com esse sentimento, o deputado estadual Hildécio Meireles (PMDB) encerrou a audiência pública realizada pelas comissões de Agricultura e Política Rural e de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, a qual preside, na manhã desta ontem, na Cidade de Valença, que debateu sobre o "fortalecimento da cadeia produtiva do cravo-da-índia e seus efeitos".

Segundo explicou Meireles, um dos principais itens reivindicados pelos agricultores familiares da região do Baixo Sul, foi assegurado pelo presidente do IBGE na Bahia, Artur Ferreira, que é o registro da produção do cravo-da-índia no banco de dados do instituto para o mês de julho do próximo ano. E não parou por aí. Aliado a isso, o superintendente federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Bahia, Osanah Rodrigues Setúval, se comprometeu pelo reconhecimento e zoneamento da produção do cultivo pelo Ministério da Agricultura.

"Estas importantes medidas, sem dúvida, proporcionarão melhores condições para o crescimento do cultivo e comercialização, a exemplo de abertura de linha de crédito, dentre outros incentivos", comemorou, enfatizando que resta entregar apenas à secretaria estadual de Agricultura a 'Carta do Cravo' como reforço.

"Final, a nossa luta é mais do que legítima, pois apesar de o cravo da índia ser uma cultura nativa da parte oriental do planeta, encontra-se presente em quase todos os 14 municípios do Território do Baixo Sul, mas que hoje vem sofrendo um grande impacto na produção e carece de políticas públicas para voltar a expandir o cultivo, a comercialização, que mesmo em crise produz 4 mil toneladas/ano, mas já atingiu índices de 14 mil toneladas ano. Estima-se ainda que estejam interligados a cadeia produtiva do Cravo um contingente de 50 mil pessoas entre a sua produção, colheita e comercialização", destacou.

"A cultura do cravo-da-índia se estende por 17 municípios baianos e representa o sustento



Evento realizado por duas comissões técnicas contou com a presença de muitas autoridades baianas



A Igreja Batista de Valença ficou completamente lotada para debater o tema proposto por Hildécio Meireles

de milhares de famílias. O Baixo Sul baiano produz atualmente cerca de 8 mil toneladas/ano em mais de 6 mil pequenas propriedades rurais, isso somente em Valença. É uma cultura agrícola que precisa de atenção governamental e a Alba, com essa audiência pública, quer contribuir para reduzir os problemas de produção e comercialização do cravo", disse Coronel.

O chefe do Legislativo baiano afirmou que vai não só participar, mas estimular a realização de audiências públicas pelo interior da Bahia: "A Alba precisa ir ao

encontro do povo baiano, numa 'conversa ao pé do ouvido' com as populações dos 417 municípios da Bahia, porque a Assembleia não pode ser apenas uma instituição fincada e imobilizada na capital baiana. Aqui, em Valença, o auditório estava lotado com pessoas de todo o Baixo Sul, pedindo apenas que os escutassemos".

Além do presidente Angelo Coronel e do proponente da audiência, a mesa foi composta pelos deputados Heber Santana, Sidelvan Nóbrega, Samuel Júnior, Marquinho Viana,

Maria del Carmen, Mireia Macedo; Juvenal Maynard, diretor geral da Ceplac; Luis Baudulino, representante do Ministério da Agricultura; os prefeitos de Teolândia, Lazaro Oliveira; de Presidente Tancredo Neves, Antônio do Bó; e os vices de Valença, Humberto Malheiros, de Gandu, Jójó e de Ituberá, Neto Baê e o presidente da Fepesba, Raimundo Costa e o superintendente regional da Caixa Econômica Federal, Marcus Vinicius Nascimento. Cerca de 550 pessoas marcaram presença.

Fonte: ALBA, 2017.

ANEXO C - COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CODETER do BAIXO SUL (2023)

MEMBROS DO COLEGIADO	PODER PÚBLICO	SOCIEDADE CIVIL
	BAHIATER	AACAF - AGENCIA DE ASSESSORIA E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO BAIXO SUL DA BAHIA
	BAHIA PESCA	ABPAGI - ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DE PESCA E AGRICULTURA DE ITUBERÁ
	CAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL	ICOQ - CONSELHO INTER TERRITORIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO BAIXO SUL E LITORAL SUL DA BAHIA
	CIAPRA - BAIXO SUL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MOSAICO DAS APAS DO BAIXO SUL	FASE - FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL
	IFBAIANO - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	FETAG - FEDERAÇÃO DOS TRAB. RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DA BAHIA
	UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	SASOP - SERVIÇO DE ASSESSORIA A ORGANIZAÇÕES POPULARES RURAIS SINTRAF PTN - SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES

Fonte: SEPLAN -BA, 2023.

ANEXO D- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MOSAICO DAS APAS DO BAIXO SUL - CIAPRA



Fonte: CIAPRA, 2023.¹

¹ AGO= Assembleia Geral de Prefeitos. CT = Câmaras Técnicas temáticas.